

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO**

**“SE EVITA ABORDAR AQUELE PESSOAL QUE PARECE QUE É
DE ALTO NÍVEL”**: uma discussão sobre governamentalidade e
necropolítica no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz

MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES

Linha de pesquisa: Culturas e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros

Coorientadora: Prof^ª. Dr^a Paula Corrêa Henning

JOÃO PESSOA/PB

2021

MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES

**“SE EVITA ABORDAR AQUELE PESSOAL QUE PARECE QUE É
DE ALTO NÍVEL”:** uma discussão sobre governamentalidade e
necropolítica no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz

Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia, na linha de pesquisa Culturas e sociabilidades, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros e coorientação da Prof^a. Dr^a Paula Corrêa Henning.

JOÃO PESSOA/PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F156s Fagundes, Mari Cristina de Freitas.

"Se evita abordar aquele pessoal que parece que é de alto nível" : uma discussão sobre governamentalidade e necropolítica no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz / Mari Cristina de Freitas Fagundes. - João Pessoa, 2021.

249 f. : il.

Orientação: Rogério de Souza Medeiros.

Coorientação: Paula Côrrea Henning.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA/PPGS.

1. Segurança Pública - Paraíba. 2. Necropolítica. 3. Programa Paraíba Unida pela Paz. 4. Governamentalidade. 5. Sociologia da violência. I. Medeiros, Rogério de Souza. II. Henning, Paula Côrrea. III. Título.

UFPB/BC

CDU 351.75(813.3)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS
E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES

**SE EVITA ABORDAR AQUELE PESSOAL QUE PARECE QUE É DE ALTO NÍVEL”: UMA
DISCUSSÃO SOBRE GOVERNAMENTALIDADE E NECROPOLÍTICA NO ÂMBITO DO
PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ**

Tese apresentada em sessão pública ao
Programa de Pós-Graduação em Sociologia do
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal da Paraíba como como
requisito para obtenção do título de **DOUTORA**
em Sociologia.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



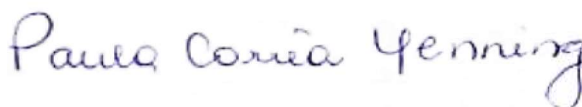
Dr. Rogério de Souza Medeiros

Presidente



Dra. Simone Magalhães Brito

PPGS/UFPB



Dra. Paula Corrêa Henning

PPGEC/FURG



Dra. Rochele Felinne Fachinetto

PPGS/UFRG



Dr. Alexandro Silva De Jesus

UFPE

À Giovanna, porque Freud explica!, e porque é por meio das nossas composições que meus pontilhados efervescentes se organizam! Eis o primeiro “livro” que te dedico!

AGRADECIMENTOS

Enquanto construo os agradecimentos, me dou conta do quanto sou privilegiada, pois há inúmeras pessoas a agradecer, as quais contribuíram, cada uma a sua medida, para que esta tese tenha se tornado possível. A maioria dos que aqui estarão referidos, fazem parte dos clarões vaga-lumes, como diria Didi-Huberman (2011), que formam comigo, “apesar de tudo”, “belas comunidades luminosas” nestes tempos de clarões incandescentes que quase nos fazem desaparecer.

Ao Professor Rogério de Souza Medeiros, para além de formalidades, quero agradecer a sua disponibilidade, as sugestões de leituras, debates, apontamentos e gentileza em ter assumido a orientação deste trabalho, mesmo ele já estando em andamento e em meio a uma pandemia. Além da pesquisa, quero registrar minha admiração e reconhecimento pelo profissional que és e pela condução das aulas no PPGS.

À Professora Paula Corrêa Henning, há uma infinidade de coisas para agradecer, porque são anos de trabalho, cumplicidade, companheirismo, puxões de orelha, incentivo, sorrisos e reconhecimentos que compõem a nossa relação e, conseqüentemente, me compõem enquanto pesquisadora. Haverá cartazes na minha área de estudos, como já disse! Obrigada pela disponibilidade de sempre, pelo olhar atento a esta escrita, pelas sugestões, pelos compartilhamentos, por aceitar ser coorientadora nesta pesquisa e por todas as trocas antes mesmo destas formalidades.

À Professora Rochele Feline Fachinetto, um agradecimento muito carinhoso por poder contar com a senhora mais vez na minha composição acadêmica. Comentários feitos lá na banca de mestrado me acompanham enquanto pesquisadora, poder tê-la aqui, mais uma vez, é motivo de muita alegria. Agradeço todas as sugestões feitas na banca de qualificação deste trabalho e por aquelas feitas antes mesmo de iniciar este doutorado. Que bom poder contar com a senhora novamente!

Ao professor Alexandro Silva de Jesus, agradeço pela disponibilidade em compor a banca de avaliação. Da mesma forma, agradeço à professora Simone Magalhães Brito, por fazer parte da banca final e pelas contribuições teóricas e metodológicas ao longo do processo de doutorado.

À Rafaella Egues da Rosa: ai, sério mesmo né, gurial! Tu aqui de novo! Tu em todos os lugares (até em JP!), em todas as horas – quase todas, né, porque é preciso dormir cedo, tem que dar aula no outro dia –, em todos os velhos e novos rolês. Tu e a tua presença. Tu e teu afeto, tuas análises sociológicas, psicológicas, filosóficas. Tu. Obrigada por ser e por estar. Por cada palavra lida deste trabalho, por partilhar, por aprender a fazer chamada de

vídeo, por compor as imagens mais aleatórias, felizes e sérias dessa vida. Obrigada, guria e tudo de bom, tchê!

À Mônica Vilaça, por me ajudar com as racionalidades, por compartilhar o experienciar da pós-graduação, assim como o do Bar do Baiano, seus petiscos e cervejas geladas! Obrigada mulher, por me mostrar um pouco mais de João Pessoa, por todas as mensagens de whats, ligações, por ter me acompanhado em batalhas de Hip-Hop, pelas imagens, poemas, contos, figurinhas, playlist. Por toda a afetividade que uma capricorniana pode proporcionar! Foste uma das principais alegrias deste doutorado!

À Raquel Silveira Rita Dias, minha companheira de leituras dirigidas, de surtos e alegrias. Obrigada por permanecer firme nesta empreitada, especialmente enfrentando essa temática que nos toca sobremaneira, cada uma a sua maneira e com intensidades diferentes. Obrigada por todos os compartilhamentos nesta reta final, pelos ensinamentos, pela acolhida, oitiva e afeto de sempre. Obrigada por me lembrar, incisivamente, que a tese é da ordem da vida e, por isso mesmo, não pode ser perfeita!

À Clarissa Corrêa Henning por estar nos meus rolês há muito tempo! Por me escutar sempre, mesmo eu estando aos berros. Obrigada pelos vídeos de meditação, pelo companheirismo, por conversar sobre outros possíveis, por ter me visitado, andado de barco e tomado chicletinho. Obrigada pela sensibilidade e cuidado nestes tempos de loucura generalizada!

À Ana Clara Corrêa Henning, por ter me permitido o compartilhamento de boa parte da escrita desta tese, teorias e afetos, mas, sinceramente, obrigada por ter trazido o Júnior para a minha vida: com ele tenho aprendido sobre lealdade e companheirismo; que é possível ficar, compartilhar estresses, afetos com ou sem medo e compor a caminhada em parceria, às vezes só, às vezes muito junto.

Giovanni de Sá e Ricardo Macedo, meus companheiros *outsiders*. Nossa parceria nos primeiros anos deste doutorado foi imprescindível para que minha permanência em João Pessoa tenha se tornado mais alegre, menos solitária e afetuosa. Mesmo cada um de vocês tendo voltado para os seus Estados, nossas trocas seguem sendo alegrias pra mim. Que bom que nossos caminhos se cruzaram e faço esse agradecimento conjunto, porque vocês serão sempre os “parças” desse rolê! Sigamos, companheiros! Falta menos do que faltava!

Fernanda Diniz, queridona, agradeço pelos incentivos nessa empreitada, pelo compartilhamento de angústias e alegrias, leituras e esperanças no decorrer deste doutorado. Além, é claro, dos petiscos, cervejas e também ter colorido um pouco mais minha vida em

JP. Ana Guedes, a mulher dos contos, dos acolhimentos em Recife, dos compartilhamentos de aulas, de textos, afetos, angústias, leituras... Obrigada, mulher, por tudo mesmo!

Agradeço imensamente a dona Sara, que ultrapassa a Universidade, mas que fez da minha vivência em JP uma experiência mais saudável, seja por me entregar almoço pelo muro, por ser minha companheira de caminhada, seja por preencher meus finais de tarde com a sua chegada no apto ao lado. Obrigada por ser uma mãezona em JP, dona Sara!

Mãe, Pai, Mirian, Ju, Neto: obrigada por me acolherem, por me mostrarem que há espaço para afeto mesmo meu pomodoro estando ligado no decorrer do dia e um pedacinho da noite. Obrigada por me fazerem encarar os finais de semana como dias em que o trabalho pode cessar – o meu trabalho, né... –, obrigada por me mostrarem sempre e todos os dias a família incrível que tenho! E como diria o Emicida: “Eu vou pro fronte como guerreir[a], nem que seja pra enfrentar o planeta inteiro, correr a maratona, chegar primeiro e gritar é por você[s], amor[es]!”.

Um agradecimento muito especial aos alunos e alunas soldados do CFSD da PMPB, por terem se disponibilizado a compartilhar parte das suas experiências para a composição desta pesquisa. Como disse ao longo das entrevistas, esta tese não teria sido possível sem a contribuição e generosidade de cada um de vocês. Mantereí aqui o anonimato de todos e todas, cumprindo o nosso acordo quanto ao sigilo das entrevistas. Do mesmo modo, agradeço ao Major V., ao Major E., Capitão F., Capitão A, Tenente R. pela disponibilidade e gentileza para a contribuição deste estudo. Com vocês aprendi sobre parte da dinâmica policial e complexidade desse experienciar.

Agradeço, também, ao Grupo de Pesquisa Educação, Pesquisa, Cultura e Filosofia (GEECAF), coordenado pela Prof^a Paula Henning, pelas leituras, compartilhamentos, seriedade na construção do conhecimento e, claro, pelo acolhimento ao longo desta empreitada.

Aos colegas e professores/as do PPGS/UFPB, agradeço imensamente os compartilhamentos realizados no decorrer desses quatro anos de doutorado. Aproveito para agradecer ao Frederico Acioly, secretário do PPGS, pela prestatividade ao longo deste período. Do mesmo modo, agradeço a CAPES pela bolsa concedida neste processo de doutoramento, sem a qual eu não teria conseguido manter as condições de pesquisa.

RESUMO

Esta tese tem como objeto de pesquisa o Programa Paraíba Unida pela Paz (PPUPP), política pública desenvolvida no âmbito da Secretaria Estadual de Segurança e Defesa Social da Paraíba, o qual vem sendo referenciado nacionalmente pela redução, em oito anos consecutivos, dos índices de crimes violentos letais intencionais. Seguindo a perspectiva foucaultiana, linha teórica que sustenta esta tese, trata-se de uma política de vida. Entretanto, o Estado em questão é entendido como um território de média vulnerabilidade juvenil, visto que as chances de um jovem negro morrer em relação a um jovem branco são 8,82 vezes maior. Nesse sentido, buscou-se compreender como a política em questão e os agentes da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) – um dos órgãos responsáveis pela implementação do PPUPP – vinham enfrentando esta mortalidade. Por meio da pesquisa qualitativa, realizou-se entrevistas semiestruturadas com Oficiais e Soldados da PMPB, assim como análise de conteúdo das legislações que sustentam essa política e implementam bonificações pelo cumprimento de metas, tendo em vista os pressupostos da nova gestão pública que o alicerçam. Visando colocar em suspenso algumas verdades triunfantes, como o discurso sobre a paz e a vida de “todo mundo”, mobiliza-se conceitos como governamentalidade, biopolítica e necropolítica, a fim de demonstrar a necessidade de alargar a percepção foucaultiana de “fazer viver e deixar morrer” na contemporaneidade, quando os marcadores raça e juventude são articulados no campo da segurança pública. Com isso, a Tese sustenta que há um “fazer viver”, um “deixar morrer” e um “fazer morrer” quando os marcadores antes referidos se articulam, mostrando que mesmo em políticas ditas de vida, há um extermínio da população jovem negra estrategicamente gestado, isto é, há políticas de inimizade que sustentam a racionalidade moderna e cancelam a morte de parte da população. Por meio da pesquisa empírica realizada, chegou-se três eixos analíticos, quais sejam: nova gestão pública, políticas de inimizade e polícia solidária, os quais permitiram problematizar o Programa em questão, mirando alguns silenciamentos estratégicos alimentados historicamente no campo da segurança pública paraibana. A tese, afora introdução, considerações finais e referências bibliográficas, está dividida em quatro capítulos, nos quais visa articular autores e autoras do campo da sociologia da violência, das relações raciais, assim como políticas públicas situadas neste campo, mobilizando, também, as falas dos e das entrevistadas/os.

Palavras-chaves: Programa Paraíba Unida pela Paz; Governamentalidade. Necropolítica; Segurança Pública.

ABSTRACT

This thesis has as research object the Paraíba United for Peace Program (PPUUP), a public policy developed within the scope of the State Department of Security and Social Defense of Paraíba, which has been referenced nationally for the reduction, in eight consecutive years, of the rates of intentional lethal violent crimes. Following the Foucaultian perspective, the theoretical line that supports this thesis, it is a life policy. However, the State in question is understood as a territory of average youth vulnerability, since the chances of a young black man dying in relation to a young white man are 8.82 times greater. Thus, we sought to understand how the policy in question and the agents of the Paraíba Military Police (PMPB) - one of the institutions responsible for the implementation of the PPUUP - had been facing this mortality. Through qualitative research, semi-structured interviews were conducted with PMPB Officers and Soldiers, as well as content analysis of the laws that support this policy and implement bonuses for meeting goals, in view of the assumptions of the new public management that underpin it. In order to suspend some triumphant truths, such as the discourse on peace and “everybody's” life, concepts such as governmentality, biopolitics and necropolitics are mobilized, in order to demonstrate the need to broaden Foucault's perception of “making live and letting die” in contemporary times, when markers such as race and youth are articulated in the field of public security. With this, the thesis maintains that there is a “make live”, a “let die” and a “make die” when the aforementioned markers are articulated, showing that even in so-called life policies, there is an extermination of the young black population strategically gestated, that is, there are enmity policies that support modern rationality and chance the death of part of the population. Through the empirical research carried out, three analytical axes were arrived at, namely: new public management, enmity policies and solidarity police, which made it possible to problematize the Program in question, aiming at some strategic silences historically fed in the field of Paraíba public security. The thesis, apart from the introduction, final considerations and bibliographical references, is divided into four chapters, in which it aims to articulate male and female authors in the field of the sociology of violence, racial relations, as well as public policies located in this field, also mobilizing the speeches of the interviewees.

Keywords: Paraíba United for Peace Program; Governmentality; Necropolitics; Public security.

LISTA DE SIGLAS

CE – Centro de Educação
CF – Constituição Federal
CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO – Curso de Formação de Oficiais
CFSD – Curso de Formação de Soldados
CICC – Centros Integrados de Comando e Controle
CIOP – Centro Integrado de Operações
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CP – Código Penal
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPIADJ – Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens
CPP – Código de Processo Penal
CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP – Crimes Violentos Patrimoniais
EAD – Ensino à Distância
ENJUNE - Encontro nacional de Juventude Negra
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FONAJUNE – Fórum Nacional de Juventude Negra
LEP – Lei de Execuções Penais
MCN – Matriz Curricular Nacional
NACE – Núcleo de Análises Criminais e Estatística
NGP – Nova Gestão Pública
PMPB – Polícia Militar da Paraíba
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PPUPP – Programa Paraíba Unida pela Paz
PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania
QTS – Quadro de Tarefas Semanais
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESDS – Secretaria Estadual de Segurança e Defesa Social
SUSP – Sistema Único de Segurança Pública
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
UPS – Unidade de Polícia Solidária

Sumário

APRESENTAÇÕES: compartilhamentos iniciais, problema de pesquisa e objetivos.....	12
1. “A gente já está fazendo na tora mesmo, nos beco da vida”: apontamentos sobre o experienciar do/no campo, trajetos metodológicos e primeiros processos analíticos... ..	36
1.1 “Antigamente só tinha teoria, agora é prática”: primeiras incursões com/no fazer metodológico.....	36
1.2. “Eu não vejo com bons olhos quando tem esses recortes”: encarando algumas estatísticas sobre jovens negros no Brasil e na Paraíba.....	52
2. “Experimenta nascer preto, pobre na comunidade”: uma discussão sobre governamentalidade e necropolítica no campo da segurança pública.....	73
2.1. “Ser humano tratado como número “aproximado”! algo constitucionalmente inaceitável”: governamentalidade e as estratégias na/para gerir a população.....	74
2.2 “Quem está nos matando? São instituições”: uma discussão sobre fazer viver, deixar morrer e fazer morrer na governamentalidade contemporânea	88
2.3. Neutralidade e objetividade: artimanhas da branquitude na construção de verdades jurídicas	100
3. Sistema de segurança pública: mudanças, alinhamentos e manutenção de paradigmas.....	118
3.1. Segurança pública e disputas políticas na sua estruturação: uma contextualização.....	118
3.2. Juventude e raça: é sobre a produção da vida que tratam as políticas de segurança pública brasileira?	130
3.3 Programa Paraíba Unida pela Paz: diretrizes, resultados e segurança cidadã?.....	145
4. “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração”: mudanças de “paradigmas” e estratégias de morte no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz	165
4.1. “Então, botou a mão na cintura, mira!”: Nova gestão pública e a produção para resultados no campo da segurança pública	166
4.2 “O atendimento vai de acordo com o cliente”: políticas de inimizade e o metamorfosear da necropolítica contemporânea	183
4.3. “Nós somos violentos e a gente não pode fugir dessa retórica não”: Polícia Solidária e seus enraizamentos comunitários	198

“Atenção para a palavra de ordem!”: apesar de tudo, algumas considerações finais... provisórias!	217
Referências	231
Anexos.....	243

Divino, maravilhoso

Gal Costa

Atenção ao dobrar uma esquina

Uma alegria, atenção menina

Você vem, quantos anos você tem?

Atenção, precisa ter olhos firmes

pra este sol, para esta escuridão

Atenção!

Tudo é perigoso

Tudo é divino maravilhoso

Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte

Não temos tempo de temer a morte

Atenção para a estrofe e pro refrão

Pro palavrão, para a palavra de ordem

Atenção para o samba exaltação

Atenção!

Tudo é perigoso

Tudo é divino maravilhoso

Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte

Não temos tempo de temer a morte

Atenção para as janelas no alto

Atenção ao pisar o asfalto, o manguê

Atenção para o sangue sobre o chão

Atenção!

Tudo é perigoso

Tudo é divino maravilhoso

Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte.

APRESENTAÇÕES: compartilhamentos iniciais, problema de pesquisa e objetivos.

Juventude negra. Encarceramento em massa. Juventude viva. Autos de resistência. Paraíba Unida Pela Paz. Raça. Violência. Projetos Culturais. Impunidade. Maioridade Penal. Governança. Salvação. Controle. Produção. Adjetivos, verbos e propostas que se articulam não raramente em nosso cotidiano, seja porque assistimos filmes, séries, jornais; escutamos músicas, entrevistas, desabafos; lemos jornais, poemas, letras de músicas; enxergamos e interpretamos corpos, corporeidades. Academia, mídia, estatísticas, senso comum, teias ínfimas e infinitas que se articulam na arte do conhecimento, da disciplina, da produção, da biopolítica: na gestão da vida e da morte na governamentalidade contemporânea.

Começo esta escrita de forma pausada e afirmativa, porque as linhas que passo a construir se erguem nesse sentido: uma miríade de informações, de pequenas confissões em cada texto que leio, em cada dado estatístico. Linhas e linhas produzidas por especialistas, em sua maioria, já que a academia me exige isso. Não estou a me queixar, pelo contrário, busco de forma incessante me apropriar delas, pois o medo que o vacilo apresenta me acompanha enquanto acadêmica. É a normalização. Além disso, por ser uma pesquisadora branca, jovem em nível de doutorado, não me permito olvidar os privilégios que tenho pelo fato de portar essas características em um país desigual, onde elas se tornam ferramentas que aguçam as desigualdades raciais e sociais brasileiras. Isso porque pesquiso sobre marcadores sociais que trazem consigo um histórico rastro de chacinas e autorizações para a manutenção de políticas de morte (MBEMBE, 2017). São eles: juventude e raça.

Esses privilégios – embora sexo e sexualidade me coloquem em “desvantagem” na racionalidade heteronormativa – fazem com que eu repense cada palavra que engendro, seja porque me coloco no meu lugar de fala, seja porque não quero, em momento algum, que este texto e o que dele possa advir, reproduza preconceitos e estigmas. Minha escrita, assim como nos disse Michel Foucault (2012), é provisória, mas nem por isso quero me autorizar e autorizar àqueles que porventura tenham contato com ela, a reproduzir os privilégios da branquitude (SILVA, 2017), a reproduzir verdades solidificadas como desde sempre aí, mas que consistem em artimanhas de poder e de saber para barrar, ferir, causar a morte.

Portanto, essa escrita é provisória e claudicante, está aberta, incessantemente, a modificações, desafios, mudanças em diversos níveis. Faço dela um instrumento para me deslocar de mim mesma, ao passo que me construo, em cada letra, uma pesquisadora. Além disso, quem sabe por meio dela, consiga arquitetar mais um artefato para/na luta antirracista.

E para tanto, não posso agir só. Esta escrita, na esteira de Didi-Huberman (2011), é uma escrita vaga-lume¹ e espero assim proceder até o ponto final, provisório, deste texto.

Entendo que esta contextualização se faz necessária, especialmente após ter cursado disciplinas com pesquisadoras e pesquisadores negras e negros, percebendo o quão dissimuladas podem ser as artimanhas da branquitude. Sei que cairei nelas e recorrerei aos meus privilégios, mas quero confessar de pronto para que eu não coloque longe e para além de mim a reprodução de estereótipos, de sujeições, da morte diária de sujeitos. É justamente por me sentir também responsável por esse “deixar/fazer morrer” que entendo relevante esta pesquisa. Mas como disse antes, jamais só!

Assim, agencio os marcadores antes referidos dentro do campo da Sociologia da Violência, pois busco trabalhar no âmbito do Sistema de Segurança Pública, mais precisamente, por meio de políticas públicas que vigoram nesse campo ou que são estrategicamente descontinuadas, interrompidas, conforme abordarei no decorrer dos segundo e terceiro capítulos. Visando um recorte metodológico, o qual explicarei em breve, dirijo meu olhar a uma política pública desenvolvida no Estado da Paraíba, o Programa Paraíba Unida Pela Paz (PPUPP²). Antes de falar dela detidamente, quero destacar que meu objeto de pesquisa tomou outros rumos após a banca de defesa do projeto³, ocorrida em março de 2019, pois me parece relevante para que reste enunciado, também aqui, como as mudanças políticas vêm assolando o Brasil, desde 2015, especialmente quando direcionamos nossos olhares ao campo da segurança pública.

Minha proposta de pesquisa inicial era investigar o Plano Juventude Viva e como essa política, criada no âmbito do governo federal (BRASIL, 2018), valia-se do Hip-Hop como uma possível ferramenta de gestão. Logo, meu interesse era entender as estratégias dessa política que tinha como foco o combate ao genocídio da juventude negra e que, ao mesmo tempo, trabalhava com uma arte considerada historicamente como de resistência. O

¹ Em “A sobrevivência dos vaga-lumes”, Didi-Huberman me faz pensar sobre os clarões da democracia, este tempo em que parecemos livres, capazes, autônomos. Na obra, ele aponta o quanto as resistências se tornam borradas, muitas vezes, mas nem por isso inexistentes. É a força intermitente dos vaga-lumes; forças que se sobressaem na escuridão, mesmo que ela se revista de fulgurantes luzes, projetores. Nesse sentido, “afirmar isso a partir do minúsculo exemplo dos vaga-lumes é afirmar que em nosso *modo de imaginar* jaz fundamentalmente uma condição para nosso *modo de fazer política*. A imaginação é política, eis o que precisa ser levado em consideração” [grifos do autor] (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 60/61). É nesse sentido que quero conduzir minha escrita.

² Destaco que em alguns sites há apenas a menção da sigla PUPP, mas no decorrer desta escrita utilizarei também o “p” de “Programa”.

³ É importante esclarecer que no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, nós doutorandas e doutorandos, passamos por três etapas de avaliação da pesquisa: avaliação de projeto no segundo ano; qualificação da tese no terceiro e defesa final no quarto ano.

cenário, entretanto, era diferente do que hoje vivenciamos. Construí minha dissertação de mestrado (FAGUNDES, 2015) em um ambiente onde políticas culturais, ainda que engatinhando, faziam parte da realidade social; havia editais possibilitando a proposição de um dado projeto social; certo diálogo entre poder público e Movimentos Sociais – por mais críticas que possamos fazer sobre essa “captura” de sujeitos e políticas. Havia. Não há mais. Ou se há, certamente não buscam promover o diálogo entre uma cultura de rua e a gestão participativa em âmbito federal.

Quando comecei minha pesquisa de campo em abril de 2019, entrevistando participantes dos Movimentos Sociais que possuíam ligação com o Movimento Hip Hop e com o poder público local, era como se um saudosismo reverberasse nas suas falas. Lembro de uma entrevista realizada nas bordas do auditório da Praça da Paz, no Bairro Bancários, em João Pessoa, onde a entrevistada me falava das políticas, articulações e movimentos que estavam sendo realizados na cidade. Suas enunciações estavam tão vivas que parecia contar acontecimentos da semana, mas era de outro tempo, “agora não tem nada”.

Descobri, entretanto – e sim, foi uma descoberta aos meus olhos forasteiros – que em certos bairros em cada dia da semana ocorria batalhas⁴ de Hip Hop. Uma das articuladoras do Plano Juventude Viva, que também tive a oportunidade de entrevistar, me falou que em Mangabeira, Valentina, Castelo Branco, enfim, em diversos bairros da cidade, havia batalhas de Hip Hop, onde jovens se reuniam “na cara e na coragem” e montavam – cada um na medida de suas possibilidades, compartilhando instrumentos, estúdios improvisados, etc – batalhas nas praças públicas, ocupando o território urbano e representando um pouco das alegrias, angústias e desafios em letras e bits de Rap. A primeira batalha que acompanhei foi na Praça do Coqueiral, no bairro Mangabeira. Muitos, muitos jovens. Uma tenda, duas caixas de som, microfones, juradas e jurados improvisadas/os. Rimas. Batalhas. Arquibancada lotada. Maconha, bebidas diversas, paquera. Estilos próprios na construção de sociabilidades. Tudo “na cara e na coragem”.

Eu podia ter seguido investigando esses modos de sociabilidade, a potência desses sujeitos e sua ocupação do/no espaço público. Mas me inquietava as políticas públicas, as que não havia mais e as que ainda estavam em vigência. Foi assim que tive contato com uma política desenvolvida no âmbito da segurança pública local. A segurança pública vem sendo a minha área de pesquisa, especialmente pela minha formação, embora meu interesse tenha

⁴ Expressão que configura disputas de rimas entre compositores de Rap. Aquele que consegue uma melhor performance seja na letra, seja na enunciação dela, ganha a batalha. Além do jurado que a acompanha, o público é consultado sobre o melhor desempenho.

sido mais direcionado aos e às agentes sociais e suas percepções e menos pelas instituições. Ao mesmo tempo em que me inquietava a compreensão dos sujeitos sobre as instituições normativas – diplomas repressivos, instituições judiciárias, agentes da segurança pública – passei a questionar o foco das políticas públicas, os sujeitos recorrentemente alvos dessas estratégias de gestão, os discursos humanizadores, democráticos que elas dizem trazer consigo. Era mesmo sobre a vida que algumas políticas desenvolvidas no campo da segurança pública tratavam? Segui.

Por meio da referência em entrevistas e pelo acompanhamento do Atlas da Violência (BRASIL, 2019) do Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2019) nacionais me aproximei do PPUPP. Minha aproximação, em verdade, se deu pelo estranhamento: uma política reconhecida nacionalmente como redutora dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) que não abordava a mortalidade da juventude negra. A que tinha/tem como parceiras e responsáveis as Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros. Eu ainda estranho toda a vez que penso essas palavras/instituições e a produção da paz. Estranhava também os números: mobilização das mídias sociais, como Instagram⁵, revistas da segurança pública no site da Secretaria do Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDES), policiais fardadas e fardados⁶. Paraíba Unida Pela Paz. Somos todos Paraíba⁷. Estatísticas. Números, muitos números.

Foi assim que reelaborei meu projeto de pesquisa e trilhei os pontilhados desta tese. Primeiro porque passei pelo período de incompreensão/inaceitabilidade de que em um Estado reconhecido como de média vulnerabilidade juvenil⁸ - segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de Desigualdade Racial, publicado em 2017 as chances de um jovem negro morrer em relação a um jovem branco, no estado da Paraíba, é 8,82 vezes maior – não houvesse uma política pública voltada para esse segmento. Depois, cheguei à fase de perceber o meu intenso romantismo e privilégio pelo fato de pertencer a uma raça que, majoritariamente, não se entende enquanto tal, a branca. Esta que, recorrentemente,

⁵ A página da SESDES, no Instagram publica, periodicamente, resultado de operações, dados estatísticos, ações desenvolvidas pelos agentes de segurança pública, etc. Há um frequente “alimentar” de dados para que possamos acompanhar o empenho da segurança pública estadual, visando prevenir e reprimir, sempre com base nos preceitos da cidadania, apontam. Para acompanhar um pouco desse atuar, consultar o link: <https://www.instagram.com/sesdsgovpb/?hl=pt-br>

⁶ Ver o site: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social>

⁷ Slogan do atual governo Estadual.

⁸ Abordarei essa questão no decorrer do primeiro capítulo, mas trata-se de uma constatação do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de Desigualdade Racial (BRASIL, 2017), o qual destacava as chances de um jovem negro morrer em relação a um branco.

justifica as desigualdades com base apenas na escravidão e, logo em seguida, se absolve dizendo que tal prática ficou no passado (SCHUCMAN, 2012).

Se pudesse descrever uma sensação, seria aquela contada por Edith Piza (2002), sobre a porta de vidro⁹. Minha pergunta, então, foi: por que haveria uma política pública voltada para a população jovem negra em um país que insiste em defender a democracia racial? Por que ela é a que figura como a mais encarcerada em solo brasileiro? Por que é a que mais mata e morre neste território? Novamente: é mesmo sobre a vida que tratamos quando debatemos políticas públicas no campo da segurança pública? Penso que, em alguma medida, fraturei minha porta de vidro.

Diante dessa nova abordagem, passei a acompanhar os sites do governo paraibano, especialmente o da SEDS, seguir as mídias sociais, levantar legislações e buscar contatos com os gestores responsáveis. Após três ligações consecutivas para números diferentes buscando informações sobre o PPUPP – o primeiro deles era o que estava informado no site da Secretaria – e de mais três repasses, alguém disse “Ah, é com o setor de estatísticas que você quer falar! Vou passar pra lá”. Passou e cheguei ao responsável pelo setor, o qual me informou seu contato de WhatsApp, para então me passar seu email e marcarmos uma entrevista. A partir dele, outros contatos me foram sugeridos; realizei visitas em duas Unidades de Polícia Solidária (UPS)¹⁰, uma em João Pessoa e outra em Bayeux, região metropolitana, referenciadas como de excelência. Continuei inquieta com as informações e com a rede de contatos que estava se formando. Em uma apresentação de trabalho na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a professora coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) disse ter orientado a dissertação mestrado e a tese de doutorado de um policial e que ele poderia me ajudar com as inquietações.

⁹ A autora descreve em um dos capítulos do livro *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, o impacto que causou o seu reconhecimento enquanto pertencente a uma raça, a branca. Ela pontua: “Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isso resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não inclui explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo” (PIZA, 2002, p. 61).

¹⁰ Trabalharei no quarto capítulo com as UPS e, mais precisamente, no eixo analítico de mesmo nome, no capítulo quarto, mas se trata de Unidades de Policiamento Solidário, cujo objetivo, segundo sua missão, é aproximar polícia e comunidade.

Feito esse contato, me dirigi ao Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CE/PMPB) e realizei uma entrevista com o Capitão F¹¹. Um outro olhar sobre a polícia me foi passado, um pouco mais crítico e problematizador. Expus meu interesse de pesquisa e ele me questionou “Você sabe que você vai encontrar discursos machistas, homofóbicos, ações truculentas, piadinhas misóginas, não sabe? Você quer mesmo assim?” Quero! “Pois, pronto!”. Essa pergunta foi realizada porque questionei sobre a possibilidade de acompanhar o policiamento ostensivo de algumas viaturas, isto é, eu queria circular com as viaturas por alguns bairros da cidade, pois em entrevista com um outro Major da PMPB havia sido informada que nem toda UPS conseguia desempenhar a sua missão. Logo, se a própria UPS não conseguia redes de solidariedade, pensei que eu muito menos e também porque me interessava o atuar da polícia na proliferação da paz. A leitora e o leitor devem ter se dito, mas você não é policial, o trato com a comunidade pode ser outro! Sim, tampouco pessoense, menos ainda conhecedora dos bairros locais. Me utilizei de uma estratégia.

Compreender um pouco dessa dinâmica policial emergia como uma necessidade para vislumbrar o caráter “menos truculento” da PMPB, pois essa foi uma das afirmações que ouvi recorrentemente. Os e as entrevistadas que tive contato ao longo dessa caminhada, insistiam em me dizer que o “povo paraibano” era menos violento e, conseqüentemente, a polícia agia no mesmo sentido. Esse atuar “pacífico” me interessava; saber como os policiais, especialmente aqueles que atuam diariamente nas ruas, entendiam, aplicavam e produziam a paz.

O capitão F. me informou que eu precisava protocolar um ofício¹² junto ao Comando Geral, localizado no Centro da cidade, entregar uma cópia do projeto de tese com 15 a 20 páginas, o qual seria remetido ao Centro de Educação. Disse que eu não me preocupasse, pois daria certo. Mas antes dessa frase, outra me foi dita e foi a que mais me acompanhou nesse pesquisar: “seja estratégica!”. Protocolei o ofício no dia 18 de dezembro, de 2019 e o resultado publicado no dia 12 de fevereiro do ano seguinte. Aprovado. Entretanto, meu pedido não foi plenamente atendido. Recebi a autorização para realizar a pesquisa junto ao

¹¹ Concorde com Fábio Mallart (2019, p. 70) quando defende que ao não nomear, expor instituições torturantes entre outras questões, se esconde um pouco do pesquisar. Mesmo assim, optei por não expor o nome das minhas entrevistadas e entrevistados, pois acredito que certo resguardo às suas identidades se faz necessário, especialmente porque estou trabalhando com agentes que estão no âmbito de um sistema extremamente hierarquizado e não é minha intenção que qualquer fala aqui empregada, possa ser um problema para aquelas e aqueles que voluntariamente se dispuseram a fazer parte desta tese. Assim, utilizarei letras para identificar os Oficiais (Tenentes, Majores e Capitães) e números para os alunos e alunas soldados. Esclareço que escolhi numerá-los a partir do número trinta, para que não restasse nenhuma coincidência quanto ao número escolhido por mim e aquele registrado no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CE/PMPB), pois no curso de formação cada pelotão possui em média 30 soldados, as quais são numerados.

¹² Anexo I.

corpo docente do Centro. Diz o Boletim da Polícia Militar (PM), nº 0030, de 12 de fevereiro de 2020 (ANEXO II):

1. TORNAR PÚBLICO, que o Conselho Consultivo Acadêmico do Centro de Educação (CCA/CE), composto por seus membros adiantes referenciados, se reuniu em 06 de fevereiro de 2020, conforme teor da Ata nº 001/2020-CCA, disponível no Link abaixo, que deverá ser copiado e colado na barra de endereço do navegador de Internet, na qual está consignado solicitação para que a pesquisadora civil adiante relacionada, realize pesquisa junto ao Corpo Docente deste Centro de Educação, sendo ao final autorizado a realização da sua pesquisa intitulada "GOVERNAMENTALIDADE E NECROPOLÍTICA NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA PARAIBA UNIDA PELA PAZ E A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO ESTADO", ficando determinado que ao final dos trabalhos, os resultados sejam remetidos ao Centro de Educação, para conhecimento e ampliação do acervo da Biblioteca deste CE.

A solicitação não foi plenamente atendida, mas ainda assim, eu tinha a possibilidade de acompanhar a formação de Soldados e Oficiais da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Não sei os motivos pelos quais não recebi a autorização. Eles podem ser muitos. Uma Tenente com quem havia conversado, me disse que se fosse ela não autorizaria, porque era a minha segurança que estava em jogo e a responsabilidade seria da instituição. Pode ter sido por isso, de fato, pela minha segurança, mas pode ter sido por outros motivos, os quais acredito mais prováveis, mas enfim, sigamos estratégicas. Assim, precisei reformular meus traçados metodológicos e teóricos novamente. Do Hip Hop à PMPB, uma mudança bastante drástica... talvez sujeitos não tão afastados, verdade, mas objetos bem distintos, com formações, princípios e ações bem diferentes.

Realizados os primeiros contatos com o campo, diálogo com os sujeitos e primeiras impressões – como descreverei ao longo do texto –, visava realizar uma etnografia junto ao Centro de Educação (CE), compreender as dinâmicas da formação da PMPB, dialogar com os e as policiais em formação, os quais já “tiravam serviço” e com aqueles e aquelas que estavam em posição de comando. Havia escolhido dois dias na semana, um para acompanhar o curso de formação de soldados (CFSD) e outro para acompanhar o curso de formação de oficiais (CFO), recebidas as autorizações necessárias, apanhando os quadros de trabalhos semanais (QTS). Entretanto, nesse ínterim, adveio a pandemia do Covid-19 e as aulas presenciais foram suspensas. Aulas online, algumas atividades esporádicas no CE, distanciamento, isolamento. *Lockdown*. Mais uma mudança drástica nos rumos da pesquisa.

Estudados novos métodos, seguindo as orientações da banca de qualificação da tese, direcionei meu olhar para o PPUPP e optei – em um ato “voluntário”¹³ – não acompanhar mais o curso de formação como elemento de pesquisa, visto que o curso, na modalidade presencial, fora suspenso. Segui com a perspectiva de trabalhar as diferentes ações da governamentalidade contemporânea para fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2008; 2005), ou, para fazer viver, deixar morrer e fazer morrer (MBEMBE, 2017; 2018), como argumentarei ao longo do segundo capítulo. Assim, embora o campo tenha me feito delinear outros contornos, sigo pelos rastros da governamentalidade contemporânea, por meio do campo da segurança pública, buscando entender como ocorre a gestão da vida e da morte, da biopolítica (FOUCAULT, 2005) e da necropolítica (MBEMBE, 2018), se preferirmos, em tempos neoliberais, onde metas, gestão de dados e corpos, seguem cada vez mais pulsantes e determinantes para que uma “boa governança” se apresente enquanto tal. Além disso, estamos inseridas nas teias da cultura do controle (GARLAND, 2008) e de uma retomada do recrudescimento das penas – não sei se em algum momento saímos dessa lógica.

Analisar o Programa Paraíba Unida Pela Paz e suas articulações exige, por outro lado, uma compreensão, mesmo que brevemente, da formação dos e das policiais militares, pois são meu foco de pesquisa, visto que são sujeitos ativos na efetivação da política em questão. Trazer alguns percursos da formação se torna um elemento importante, porque no decorrer dos anos 2000 esforços foram realizados em âmbito nacional para que as polícias – especialmente a militar – tivesse parâmetros comuns de formação. Abordarei isso mais detidamente no capítulo III, mas a Matriz Curricular Nacional para formação dos agentes de segurança pública (MCN), foi um marco nesse sentido e isso reverberou, conseqüentemente, na formação policial paraibana. Seguindo as teorias do currículo do campo educacional, especialmente as de “matriz” pós-estruturalista, cabe pensarmos no sujeito policial que passou a ser construído a partir de então.

É importante destacar que não tomo a formação policial como elemento central desta tese, mas como uma das condições de possibilidade que me permitem problematizar as questões étnico-raciais na construção de um policial preocupado com a prevenção e repressão qualificadas no âmbito da segurança pública, elementos centrais do PPUPP e que reverberam nas discussões do racismo estrutural e institucional que serão aqui discutidos.

¹³ “Voluntário” foi uma das expressões surgidas ao longo das entrevistas realizadas com os e as alunas praças. Me explicaram que para algumas missões o comando solicita voluntários para delas participar. Quando o número necessário não se manifesta, há uma convocação e, diante disso, designam como um ato voluntário/obrigatório, isto é, voluntário.

Para tanto, acionei a entrevista semiestruturada como uma das ferramentas metodológicas. Ela, entretanto, varia entre presencial – as realizadas antes da pandemia – e online, visto que com a calamidade em vigência, novas formas de pesquisa e aprendizados nos foram exigidos enquanto pesquisadoras e pesquisadores. Manusear ferramentas online, foi uma delas. Esses percursos estarão melhor detalhados ao longo do primeiro capítulo da tese.

Como referido anteriormente, concentro meu olhar no PPUPP por ser uma política pública referenciada em nível nacional pela redução, em oito anos consecutivos, dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Como destacou um dos oficiais entrevistados, responsável pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE), Major V. “Nós somos o único estado do país que adotou essa política com durabilidade” (Entrevista realizada no dia 18/08/2019). Ao passo que essa redução ocorre, os índices de mortalidade da juventude negra seguem exponencialmente maiores no Estado, chamando a atenção em nível nacional. Ainda nas palavras do entrevistado “Aqui na Paraíba, esse perfil não muda pro Brasil todo, é... E na Paraíba continua igual: homem, jovem e também, como a gente vai ver que, é, o retrato, o recorte racial também tem essa predominância maior, que chega a ser de 80, 90%”.

Há, portanto, uma recorrência, tanto em nível nacional quanto estadual sobre as vidas gestadas no campo da segurança pública. Seguindo as discussões das mídias sociais contemporâneas, cabe perguntar: Vidas negras importam para o campo da segurança pública? Mais que isso, importam de que modo? É nessa problematização sobre a produção da vida e da morte que esta pesquisa se insere. Embora vise compreender, também, a potencialidade do PPUPP e seus esforços na construção de Unidades de Polícia Solidária, no intuito de aproximar a comunidade na/para a construção de uma segurança pública cidadã, ou ainda, operações de prevenção que disponibilizam maior efetivo nas ruas. Ou ainda, uma política inserida no âmbito da “Nova Gestão Pública”, visando resultados e visibilidade desses resultados, a mortalidade da juventude negra segue sendo um elemento silenciado na política em questão.

Com isso, abrem-se alguns leques conceituais a serem discutidos ao longo da tese, já solidamente trabalhados no campo das relações raciais e, como buscarei expor, também acarretam no campo da segurança pública, a construção de políticas públicas e a normalização do fazer morrer. Na esteira de Michel Foucault (2005) e Achille Mbembe (2017), busco trabalhar o racismo como um elemento central na construção de políticas de inimizade na/para a construção da paz. Isto porque nas democracias neoliberais, construídas a partir da colonização e dos sistemas de exploração daí decorrentes, o rastro da colonialidade segue seu caráter mortífero (MBEMBE, 2014). Defendo que o racismo é um

dos principais elementos para que esse fazer morrer entre na ordem da gestão e, consequentemente, da normalidade (MBEMBE, 2017; BENTO, 2002; ALMEIDA, 2019). Nesse aspecto, trabalharei com esses conceitos em uma perspectiva política, isto é, como elementos que constituem saberes, verdades e possibilitam o exercício do poder (FOUCAULT, 1997). Logo, raça, racismo, racismo estrutural, racismo institucional, branquitude serão aqui empregados como artefatos políticos.

Trabalharei com esses conceitos no decorrer do capítulo II, mostrando os autores e autoras que sustentam a escrita no que toca a esta temática, mas, desde já, sustento que trabalhar com o racismo nesse sentido – político – é mirar para a construção de subjetividades em uma perspectiva estratégica, isto é, ao longo da construção histórica brasileira, não foram poucas as ferramentas utilizadas para que os privilégios da branquitude (BENTO, 2002) fossem – e sigam sendo – alimentados, como é o caso da construção de instituições, legislações, piadas, ciência, etc. Desse modo, ao passo que se criavam esses privilégios, a raça branca insistia e insiste em ser vista como a “norma” e, por isso, ainda na contemporaneidade mitos como o da democracia racial seguem sendo propagados, embora o número de morte, encarceramento, desigualdade salarial entre tantos outros exemplos, sejam cada vez mais comuns no Brasil, envolvendo a população negra, especialmente, jovem negra. Apontar para uma perspectiva política do racismo é desafiar as verdades triunfantes que reinam na gestão governamental brasileira e paraibana.

Voltando para a questão dos dados estatísticos e suas verdades, os números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) tiveram certa baixa no último ano em todo o território nacional (MANSO, 2019), conforme abordado no capítulo I. Entretanto, diante da pouca produção de dados e desenvolvimento de sistemas tecnológicos no campo da segurança pública brasileira, não se sabe ao certo os motivos pelos quais essa queda ocorreu: se pelo menor combate entre facções ou, ainda, como resultado das políticas públicas que tiveram como foco a segurança pública no decorrer dos governos petistas e novas metodologias na formação dos profissionais dessa área. Mas o que se pode assegurar é que certamente essa redução não ocorrera pela autorização do uso ou porte de arma de fogo, como nos querem fazer crer certas vozes

Nestes oito anos em que o PPUPP vem reduzindo os CVLI, algumas modificações foram sendo feitas em seu bojo, seja para estimular os agentes envolvidos, seja para garantir a sua efetividade após o término de mandatos políticos. Além do CVLI, os Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) também vêm sendo reduzidos no Estado (PARAÍBA, 2019). Trata-se de um Programa previsto em lei estadual, lei 11.049/2017, sendo considerado uma política

de estado, fundamentada nos métodos de uma gestão estratégica, tendo como base a promoção da paz e de um sentimento de segurança entre a população.

É interessante destacar que a SESDS vale-se de vários meios de comunicação para dar visibilidade à política. Mídias sociais como Instagram, revista eletrônica, site do governo do Estado, transporte público, como ônibus, trazem o PPUPP como uma ferramenta de gestão participativa, tendo como protagonistas as polícias. Em todas as redes, transportes, etc., policiais fardados, armados, sorridentes e sisudos, apontam para a paz a ser construída. No Instagram da SESDS, por exemplo, há informativos diversos: número de apreensões realizadas por operações integradas entre as polícias e corpo de bombeiros, os dados do Anuário de Segurança Pública Estadual. Nos meses de campanhas específicas como “Agosto Lilás”, as ações contra a violência à mulher, apontam as mulheres negras como as principais vítimas de crimes sexuais e informam que as polícias estão atentas, inclusive com delegacias especializadas.

Além dos elementos midiáticos para dar visibilidade às ações, no âmbito do PPUPP, houve a criação de políticas de bonificação para o cumprimento de metas. Com isso, estimula seus agentes à apreensão de armas, drogas: “a gente já tem 15 toneladas de droga apreendida nesse período” (Major V., entrevista realizada em 18/11/2019), etc. Por meio da integração entre Polícias, Corpo de Bombeiros e Sistema Penitenciário visa promover o compartilhamento de dados e atuação conjunta para a produção da paz (PARAÍBA, 2014). Busca estratégias por meio da repressão e da prevenção qualificadas, orientadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Números, muitos números. Gráficos. Muitas metas alcançadas. Muitas vidas salvas. Muitas por salvar. Conhecer para governar. É por meio dessa política dita de vida, pois vem reduzindo o número de mortes no Estado, retirando-o da terceira posição frente aos demais Estados na produção de CVLI, para a décima terceira posição, em oito anos (PARAÍBA, 2019, p. 17) que desenvolvo o meu olhar ao longo desta pesquisa. Segundo os gestores, esse declínio no ranking da morte se dá por meio da implementação do PPUPP. Foram justamente as estratégias de governança empregadas pelo referido programa que investiguei, mas para tanto efetuei mais um recorte. Busquei compreender como essa política tem trabalhado com os marcadores juventude e raça¹⁴ nessa gestão.

¹⁴ Destaco que meu olhar se dirige para a raça negra – pretos e pardos – e como os efeitos da branquitude se articulam nessa produção. Efetuarei a discussão no segundo tópico do segundo capítulo, mas destaco, desde já, que utilizo o termo raça como um constructo político (GUIMARÃES, 2015).

Como pontuei anteriormente, no ano de 2013 o Estado da Paraíba recebeu incentivos do governo federal para a implementação do Plano Juventude Viva, pois aqui a chance de um jovem negro morrer comparado a um jovem branco, era de 8,82 vezes maior, o que o colocava como um Estado de média vulnerabilidade relativa¹⁵ (BRASIL, 2017). O Plano foi articulado, especialmente, por meio da Secretaria da Juventude local, mas como se tratava de uma ação que visava a relação entre as secretarias, a SESDS também poderia/deveria fazer parte. Entretanto, segundo uma das articuladoras do Plano na região, que entrevistei, essa era uma das secretarias que não acompanhava as reuniões. Por outro lado, um dos gestores da referida secretaria, informou que nunca havia sido chamado para reuniões, apenas tinha visto propagandas do Plano. Independente de ter ou não sido chamada a secretaria para fazer uma ação conjunta, me interessava saber como o PPUPP estava trabalhando com esses marcadores: juventudes e raça.

Veremos mais detalhadamente nos capítulos I e IV que não há produção de ações específicas para esse público, pois importa, segundo um dos entrevistados, reduzir a morte de “todo mundo”. Reduzindo os dados gerais, consequentemente reduz a mortalidade das pessoas negras também: “A gente ataca indiretamente” (Entrevista realizada com o Major V, em 18/11/2019). Buscando problematizar esse aspecto é que trago para a discussão teórica o conceito de branquitude, visando pontuar a dificuldade em enfrentar os locais de privilégio ocupados por nós, pessoas brancas, e o quanto esse local de fala quando não pensando na construção de política públicas no campo da segurança pública, contribui para a extermínio da população jovem negra (SINHORETTO, MORAIS, 2017). Nessa senda, trago para o debate, como pontuado anteriormente, os conceitos de racismo institucional e estrutural (ALMEIDA, 2019; GUIMARÃES, 2015; MBEMBE, 2014), demonstrando o quanto o racismo científico foi um elemento potente para a construção do imaginário social brasileiro e ainda segue subsidiando algumas justificativas que marcam locais de privilégio, bem como aqueles que estão em posições subalternas nas relações de poder.

Outro ponto que me chamou a atenção é que, diferente do que aconteceu com o Pacto Pela Vida desenvolvido no estado vizinho, Pernambuco – no qual o PPUPP se inspirou, como veremos no capítulo IV – aqui não há pesquisas tendo como foco a política em questão.

¹⁵ A designação de alta, média e baixa vulnerabilidade juvenil, foi desenvolvida por meio da Secretaria Nacional de Juventude e do Fórum de Segurança Pública, no ano de 2017, agregando “[...] dados relativos às dimensões consideradas chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito. Ele serve como norteador das políticas públicas de juventude, parcela da população mais afetada pela violência no Brasil” (BRASIL, 2017, p. 15).

Há uma tese de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB, que inclusive foi uma das bibliografias base para a compreensão da Polícia paraibana, mas que não trata diretamente do PPUPP, e sim da implementação de Unidades de Polícia Solidária em algumas regiões de João Pessoa. É “sob a aparência da ordem” que Fábio França (2014) realizou entrevistas com policiais que trabalhavam nas Unidades, assim como efetuou o acompanhamento de algumas delas *in loco*.

Diante das mudanças metodológicas, a partir do coronavírus, meus principais arranjos metodológicos foram a entrevista semiestruturada, como referi acima, e a análise documental, como explicarei oportunamente. Entretanto, cabe destacar parte da minha imersão no campo de pesquisa e, com isso, a minha estada no CE não pode ser ignorada. No dia 02 de março de 2020, quando me dirigi ao CE para ter maiores informações sobre como poderia realizar a pesquisa, então uma etnografia, o Capitão F. me apresentou ao Comandante do CE, bem como ao Tenente Coronel responsável pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Neste dia, recebi a autorização para acompanhar as aulas, já que esta solicitação precisaria do aval dos superiores hierárquicos e da daquela aprovação feita pelo ofício anteriormente referido.

O Capitão F., gentilmente, me acompanhou pelo CE, me apresentou a cada um desses sujeitos e explicou um pouco da minha proposta de pesquisa, “deixa que eu desenrolo pra você”. Sim, eu estava nervosa. Confesso nunca ter visto tantos policiais, com gradações que ainda não sei distinguir, mas que pelas “estrelas”, posturas, olhares – alguns bem desconfiados e outros muito receptivos – me causavam inseguranças diversas. Medo de dizer o que não devia. Medo de me portar mal, etc. Nesse mesmo dia o Capitão F. me deu “dicas” sobre vestimentas, “por exemplo, essa sua blusa é muito decotada. É a hipocrisia que tem aqui dentro, eu sei!”. Nesse primeiro dia, então, aprendi que uma civil¹⁶ com blusa de alcinha poderia chamar muito a atenção. Mas bermuda pelo joelho poderia.

Neste dia, fui autorizada a começar a pesquisa no CE, a conhecer um pouco mais do cotidiano da polícia, me certificar que “nós [policiais] também somos gente”. O Capitão F. me apresentou nas coordenações dos respectivos cursos, “desenrolou” minha apresentação e solicitou que, se possível, me auxiliassem no processo de adaptação. Novamente, olhares solícitos e outros nem tanto. Uma civil pesquisando pode ser um pouco estranho para quem está acostumado com um perfil específico nas alamedas e prédios do CE. Posteriormente solicitei as grades curriculares de ambos os cursos, o que me foi prontamente fornecido. Na

¹⁶ Termo utilizado para quem não é do meio militar.

semana seguinte tive acesso ao Quadro de Tarefas Semanais (QTS) dos cursos e situada espacialmente no CE.

Esse processo de conhecimento e aproximações com instrutoras/es e alunas/os foi muito importante, embora não tenha sido possível acompanhar os cursos de formação, diante da suspensão das aulas. Primeiro porque tive a oportunidade de me apresentar pessoalmente, mostrar as perspectivas da pesquisa, explicar um pouco minha trajetória e o porquê da escolha da PMPB e do PPUPP. Pude trocar contatos telefônicos e, com isso, iniciar os diálogos para as entrevistas online. Quando iniciei as entrevistas online, essa primeira apresentação foi um facilitador no diálogo. Tanto eu quanto os e as entrevistadas conseguíamos utilizar exemplos que nos eram familiares: o dia da aula de abordagem, as alamedas, as praças, este ou aquele instrutor.

No capítulo I explicarei mais precisamente meu percurso metodológico e sua fundamentação teórica. Por ora, destaco que me vali de algumas ferramentas já amplamente utilizadas no campo das Ciências Sociais: entrevistas semiestruturadas e análise documental. As entrevistas semiestruturadas presenciais foram fundamentais para os arranjos desta pesquisa, pois foi através delas que consegui delimitar o campo, lapidar o projeto e apresentar o que hoje tenho, visto que as referências que foram sendo dadas ao longo de uma e outra entrevista, deixando as e os entrevistadas/os mais à vontade para responder questionamentos, permitiu com que eu chegasse a certos sujeitos centrais para este estudo. Após a qualificação e obedecendo as medidas de distanciamento, recorri às entrevistas online. Por meio das ferramentas disponíveis no Google Meet, como sala de bate-papo, gravações e consequente degravação.

No que tange à análise documental, trouxe algumas legislações que preveem e estruturam o PPUPP, são elas: a lei 11.049/2017¹⁷, que prevê a implementação do PPUPP; a lei complementar 111/2012, que dispõe sobre a compatibilização das áreas de atuação do Programa em análise; a lei 10.327/2014 que regulamenta as premiações para aqueles que cumprem as metas semestrais previstas no Programa. Além disso, os marcadores aqui mobilizados também são previstos pelas legislações como elementos a serem enfrentados na política de segurança pública estadual em análise. Juventude e raça recebem, formalmente, um tratamento específico. E é nesse ponto que a articulação entre as entrevistas e a análise documental se faz potente, visto que o entendimento dos agentes aplicadores da política tem

¹⁷ Importante frisar que as ações e disposições do PPUPP encontram-se previstas na lei 11.049/2017. Não há disponibilização do projeto em outra plataforma ou apontamentos mais minuciosos sobre o Modelo de Governança implementados pelo PPUPP.

muito a nos dizer sobre essa constituição no enraizamento do PPUPP por meio das ações policiais diárias.

É importante ter claro que não almejo encontrar algo que esteja oculto, algo que poderia estar previsto em lei, mas que seria diferente “na prática”, posto que, por meio dos e das autoras aqui trabalhados, entendo que o disposto em lei e aquilo que os e as agentes empregam, formam a prática e não estão em locais opostos, em um “mais além”. Há condições de possibilidade que permitem que algo seja enunciado, empregado em dado contexto, não porque a “prática é uma coisa e a teoria é outra”, mas porque ambas se comunicam e permitem a valorização ou o silenciamento de condutas. Constituem, portanto.

Nesse sentido, trazer as discussões sobre as relações raciais no contexto paraibano se torna algo necessário, primeiramente porque não há pesquisas nesse sentido desenvolvidas no campo da sociologia, conforme levantamento efetuado no banco de teses da CAPES. Segundo porque os números da mortalidade juvenil negra são assustadores no Estado e, mesmo havendo uma política produtora da vida, como é o caso do PPUPP, esses marcadores não aportam em seu bojo como elementos de análise específica por parte do poder público local para além da formalidade da lei e, como defenderei ao longo desta escrita, a omissão por parte do Estado e de instituições, também autoriza o fazer morrer da juventude negra.

Cabe pontuar que não entendo que a promoção de uma única política possa gerar imediatamente justiça social a dada população. Entendo que políticas públicas também são formas de controle, construção de sujeitos e também promovem desigualdade. Por outro lado, em um contexto histórico onde a morte da juventude negra já tomou *status* de genocídio, como é o caso brasileiro (GOMES, LABORNE, 2018), enfrentar esses marcadores como questões elementares na construção democrática e, consequentemente, na/para constituição da paz, se apresenta como uma problematização urgente. Logo, quando não há um tratamento detido desses marcadores, cabe questionar que paz se visa construir e para quem.

Seguindo as teorizações no campo da sociologia brasileira, torna-se importante perquirir se é possível falar em sujeição criminal (MISSE, 2014) também na PMPB, posto que, em uma das entrevistas realizadas com um gestor, Major V., após comentar sobre as agressões ocorridas em Paraisópolis, São Paulo¹⁸, ele me atentou que “é preciso ter cuidado com essa coisa de racismo institucional”, porque, segundo ele, nem sempre é. “Ainda mais

¹⁸ Para saber um pouco mais sobre o ocorrido, ver link: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/03/video-mostra-pm-agredindo-pessoas-em-paraisopolis-um-mes-antes-de-operacao-que-terminou-com-9-mortos.ghtml>

aqui onde a maioria dos agentes das tropas se enquadram na categoria negro; onde o número da letalidade policial é baixíssimo”¹⁹. Os estudos no campo da Sociologia da Violência apontam o contrário do afirmado pelo entrevistado (SCHLITTLER, 2016), e, como veremos ao longo desta pesquisa, o racismo é dissimulado e encontra, por meio dos artifícios da branquitude, artimanhas para se esconder atrás da classe, da formalidade da lei, entre outros elementos.

Foi por meio do cruzamento dessas técnicas – entrevistas e análise documental – que elaborei minha pesquisa de campo e, através delas, busquei responder o problema de pesquisa que me acompanhou ao longo desta trajetória. Problema este que sofreu inúmeras mudanças, lapidações e reorganizações, como é comum nas pesquisas qualitativas, mas nem por isso nos aflige menos. Após a banca de qualificação, enfrentamento do Covid-19 e mudanças de calendário, o problema de pesquisa que guiou esta tese ficou assim designado: Como o Programa Paraíba Unida Pela Paz e os agentes da Polícia Militar do Estado, enquanto seus articuladores, vêm enfrentando a mortalidade da juventude negra no âmbito deste território? Dessa forma, meu objetivo geral consistiu em compreender os esforços realizados por Policiais Militares paraibanos – soldados e oficiais – e sua consequente atuação para a construção de uma repressão/prevenção qualificada, no âmbito do Programa Paraíba Unida Pela Paz.

Esse objetivo maior se subdivide em cinco específicos, são eles: a) Realizar levantamento bibliográfico articulando a percepção teórica sobre gestão governamental, acionando os conceitos de biopolítica e necropolítica; b) Efetuar o levantamento de políticas públicas no campo da segurança pública, especialmente no estado da Paraíba; c) Investigar o Programa Paraíba Unida Pela paz e compreender no que consiste a “cultura da paz” no âmbito desta gestão governamental, sob o viés da segurança pública local; d) Entrevistar soldados e oficiais pertencentes à PMPB a fim de compreender no que consiste a cultura da paz gestada pelo PPUPP; e) Compreender a percepção dos gestores e agentes públicos sobre políticas que visam a redução da mortalidade da juventude negra e como o Programa em questão vem atuando nessa seara.

Foi nesse diálogo entre agentes da polícia militar, sejam eles soldados ou oficiais, e o PPUPP que busquei compreender a gestão da vida e da morte no Estado da Paraíba, no campo da segurança pública, pois entendo que não se torna possível uma política de números

¹⁹ Essas considerações foram feitas após o término da segunda entrevista realizada com o mencionado Major, no dia 02/12/2019, mesmo dia em que havia viralizado o vídeo sobre as agressões policiais e morte de nove jovens em decorrência da ação, no Estado de São Paulo.

pelos números. Problematicar a política e o como de sua condução pelos agentes de segurança pública permite que visualizemos as estratégias elaboradas pelos gestores e o atuar policial. Visto que os números são importantes na gestão neoliberal, mas pela perspectiva sociológica, é necessário compreender os efeitos causados por e nesta forma de atuação. Além disso, por meio desse olhar dentro/fora se torna possível perceber as disputas e silenciamentos que emergem na ordem discursiva. Aquilo pelo que vale a pena lutar e silenciar. Quais vidas importam gerir e que rumos elas tomam no campo da segurança pública paraibana?

Essa problematização ocorre, porque embora tenhamos em solo paraibano uma política que se alicerça como produtora da vida e que vem sendo reconhecida nacionalmente por tanto, entendo que há, juntamente com essa produção da vida, uma política de morte. Retomando as primeiras linhas dessa introdução, referi que não havia políticas voltadas para a população jovem negra, embora esta seja a que mais morre, proporcionalmente, no Brasil e em solo paraibano. Seguindo as demandas do movimento negro, me filio a perspectiva que defende a existência do genocídio da juventude negra em solo brasileiro. Na esteira de Achille Mbembe (2017), autor que será fundamental para este pesquisar, há políticas de inimizade que se enraizaram na dita democracia, as quais autorizam a morte de alguns, justamente por se apoiarem na produção da vida. Como destaca Mbembe (2017, p. 09), há “um terror de essência molecular”, onde a morte de alguns há muito deixou de ser exceção.

Como passarei a destacar ao longo do primeiro capítulo e por meio de alguns dados estatísticos – esses que nos tornam um dado e que, ao mesmo tempo, possuem um caráter de verdade constitutivo de nossa época – entendo que o Brasil se enquadra como um destes territórios que, sob o viés democrático e produtor da vida, tolera e estimula a morte. Isto porque, seguindo a perspectiva foucaultiana (2005), o racismo de estado é um dos elementos que autoriza a morte e, na perspectiva deste autor, há um “fazer viver e um deixar morrer”, na modernidade, e é também dessa gestão que se ocupa a biopolítica. Por outro lado, levando em consideração os marcadores raça e juventude, no decorrer do segundo capítulo, viso alargar a discussão foucaultiana, por meio dos escritos de Mbembe e de autoras e autores brasileiros situadas no campo da sociologia da violência e das relações raciais. Sustento que além de fazer viver, deixar morrer, há um fazer morrer que se desenvolve estrategicamente sob as teias da governamentalidade contemporânea.

Assim, a leitora e o leitor encontrarão no decorrer do segundo capítulo uma discussão teórica mais aprofundada a respeito destas questões. Os principais conceitos trabalhados serão: governamentalidade, poder disciplinar, poder pastoral, biopoder,

necropolítica/políticas de inimizade, branquitude e racismo institucional e racismo estrutural. Ainda nesse capítulo, mas no decorrer dos dois últimos tópicos, abordarei algumas legislações, a fim de destacar o quanto suas construções foram gestadas por meio de políticas higienistas, o que “invisibiliza” o racismo institucional e preserva as práticas da branquitude. Além disso, demonstrarei o quanto as políticas produzidas no campo da segurança pública tomaram/tomam o marcador “Juventudes” pelas ideias de risco e problema, enquanto que o protagonismo juvenil é direcionado para o campo do trabalho. Ainda, destacarei o caráter descontínuo e fraturado de políticas públicas envolvendo os marcadores raça e juventude. O que entendo corroborar com a perspectiva mbembiana.

No terceiro capítulo, efetuo um resgate sobre as políticas públicas gestadas ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, pois foi a partir daquele primeiro governo que um Plano de segurança pública passou a ser gestado em âmbito nacional. Entretanto, ainda atrelado a uma ideia de segurança pública promovida pelas forças policiais, o que alguns autores chamarão de “política dos generais” (SOUZA, 2014). No decorrer dos governos petistas, por outro lado, vemos nascer propostas para uma segurança pública cidadã, isto é, voltada para um diálogo entre as instituições e a sociedade civil. Além disso, é no decorrer desses governos que o “genocídio da juventude negra” (RAMOS, 2015) passa a ser pautado.

Ainda neste capítulo, contextualizo as diretrizes do PPUPP, as legislações que lhe alicerçam e como os marcadores aqui trabalhados emergem no seu âmbito. Viso com esse afunilamento, demonstrar o quanto a discussão sobre raça e juventudes, no campo da segurança pública, há muito se discute, demonstrando o quanto essa pauta se faz necessária no cenário brasileiro, entretanto, as políticas são fraturas e descontinuadas recorrentemente, o que nos permite problematizar sobre os artifícios da necropolítica (MBEMBE, 2018).

No quarto e último capítulo, apresento os eixos analíticos filtrados ao longo das análises realizadas por meio do material coletado nas entrevistas, assim como da análise de conteúdo. Explicitarei melhor os percursos metodológicos no capítulo I, mas já aponto para a construção de três eixos de análise, sendo eles: Nova Gestão Pública, Políticas de Inimizade e Polícia Solidária. Embora as entrevistas e os documentos apareçam ao longo da tese, é no capítulo IV que as sistematizo frente as teorizações aqui trabalhadas. Por fim, trago algumas considerações finais, visando responder, mesmo que provisoriamente, o problema de pesquisa que me guiou ao longo deste pesquisar. Estimo que o leitor e a leitora avancem comigo nas próximas páginas, buscando inserir-se no universo teórico e empírico que percorri ao longo destes quatro anos. Sigamos!

Os parágrafos que agora escrevo contrariam a lógica hegemônica de cientificidade, neutralidade e objetividade que a pesquisa científica tende a exigir, mas me parece importante escrevê-los. Enfim, insurgências são necessárias e as farei por meio da ferramenta que ora disponho: a escrita.

Quando da defesa do meu projeto de doutorado, considerações importantíssimas me foram passadas, autoras potentes, ajustes imprescindíveis. Enfim, foi uma banca marcante, pois estava diante de profissionais que admiro muito. Mas uma das coisas dita naquele dia foi sobre o processo etnográfico. Lembro a leitora e o leitor que minha proposta inicial era acompanhar grupos de Hip Hop, mais precisamente, no bairro Mandacaru, considerado um bairro violento da cidade de João Pessoa/PB. Então, fui alertada da relevância de perceber o campo, mas não esquecer de como eu estava sendo percebida naquele local. Tanto foi importante que meu diário de campo atual é repleto das minhas percepções sobre o campo: as que eu tenho dele e as que acredito que tenham sobre mim.

Bom, eu venho de outro Estado, como muitas de minhas e meus colegas de doutorado. Muitos deles e delas voltaram para seus Estados natais. Estiveram por aqui enquanto cursavam as disciplinas obrigatórias e voltaram para fazer seu campo, próximas de casa. Eu fiquei até a chegada do Covid-19. Na época do ingresso não me ocorreu fazer este trânsito, até porque me interessava a pesquisa na Paraíba. Mas, como disse, esses parágrafos não tratam da cientificidade, apenas, mas de vivências para/de forasteiras, o que geralmente passa ao largo de um escrever científico, pois o que muitas vezes as páginas de teses e dissertações comportam, são teorias densas, dados densos, articulações e construções de novos conceitos – verdade que às vezes elas não comportam nada disso e o sentimento de perda de tempo nos assola, assim que a leitura finda.

Em verdade, meu etnografar teve início quando decidi morar em João Pessoa. Aqui me reconheci branca, enquanto raça privilegiada. Questionei isso de forma incisiva e, por vezes, incessante. Fui informada, em um almoço na casa de um colega de empreitada neste doutorado, onde a então noiva dele destacou, enquanto falávamos de privilégios, que eu era “branca, sulista e tem esses cabelos”. De tudo, o que mais me marcou foi o sulista. Eu nunca tinha me dado conta que era privilegiada por ser do Rio Grande do Sul. Este que distante mais de quatro mil quilômetros, parece uno, homogêneo, branco, muito branco.

Ser sulista, branca, de cabelos claros e lisos foram elementos de seguidas reflexões, especialmente quando passei a ler sobre branquitude. Quando lembrava de alguns olhares em sala de aula, o quanto tinha vergonha de dar “boa tarde” com o meu “r” puxado, ou ainda,

quando conhecidos gaúchos me perguntavam sobre a Universidade, com aquele dito meio constrangido, meio irônico, porque queriam saber se aqui era “mais fácil”, se as pessoas eram “inteligentes”. Sim, ouvi isso algumas vezes. Mas sou bem “simpática” quando quero. A pergunta não se repetia!

Entendo, hoje, o que é ser sulista, entendo o que alguns nordestinos pensam de nós sulistas. Não ousa contrariar o que pensam de nós. Não quero. Quero, sim, pensar o que penso sobre mim estando nordestina, aliás, tendo estado aqui sem jamais ser uma nordestina: eu continuo branca, sulista e de lisos e claros cabelos. Registro isso pra mim e para você que eventualmente tenha contato com esta escrita. Lembro de ter pensado e estranhado que no apartamento que aluguei tinha um chuveiro “antigo”, pensei que devia ser só para “constar”. O chuveiro “antigo”, pra mim, significava aqueles em que não se modulava a temperatura, ele só era frio. Saí e comprei um que modulava a temperatura. Segui estranhando porque na loja onde fui, seguia tendo “chuveiros antigos”, até que achei um de três temperaturas.

Só mudei o meu olhar sobre os chuveiros, quando uma vizinha pediu para tomar banho na minha casa e saiu do banheiro dizendo, “Mas você é muito rica. Chuveiro quente! Acho que tomei banho quente uma vez só até hoje”. Eu ri e segui sem entender porque eu era rica por ter um chuveiro quente. O chuveiro “antigo” não era antigo, era só um chuveiro em uma cidade no litoral da Paraíba, onde a água não precisa ser aquecida. Ainda me surpreendi com os banhos, quando um colega e sua esposa que me visitavam, perguntaram se podiam dar banho em sua filha e eu fui acomodar as coisas no banheiro para o banho, momento em que os vi levando ela, com menos de três anos para a área, pegando a água da torneira e a banhando, enquanto ela se deliciava com aquele banho... Gelado.

Como não ter um chuveiro elétrico, como esconder o sotaque, como disfarçar os cabelos lisos. Pensei em cortá-lo, bem curtos... Pensei sobre isso inúmeras vezes. Quanto mais lia sobre branquitude, mais queria entender a minha mestiçagem, mais queria me esconder de mim. E do que adiantaria “esconder” algo que não está nos meus cabelos, no meu sotaque, costumes, mas que está neles e para muito além? O que significa querer “esconder” privilégios, se em inúmeras ocasiões eu me valerei deles e, mais do que isso, eu serei escolhida, terei chances em virtude deles. Não se trata de algo individual, não é mesmo?! Está plasmado no nosso imaginário, no nosso constructo cultural, nos nossos signos e símbolos, ações! Quão privilegiada sou em ouvir apenas os sons do teclado enquanto confesso nestas páginas. Penso que isso também é elaborar uma tese de doutorado.

Refletir sobre isso ao longo desta escrita foi uma constante. Assim, minha entrada no campo se deu no final de fevereiro de 2017, quando me mudei para João Pessoa. Quando

fiquei hospedada em uma pousada por sete dias, enquanto procurava apartamento nas imediações da Universidade. Foi intenso, mas eu tinha possibilidades de/para fazer isso. Aluguei um apartamento sem fiadora. Eu pude providenciar isso depois. Ninguém desconfiou de mim. Nada. Estava tudo bem. Eu não estranhei nada. Foi ótimo e solitário.

Ouvi frases ressaltando a minha “coragem”, outras questionando “porque eu estava fazendo isso”, largando um trabalho “certo” (eu era professora em uma faculdade privada), para ir para um “lugar tão longe, sem ter um emprego, sem ter nada certo. Sozinha!”. Eu vim sozinha. Eu vim com alguns abraços e lágrimas. Eu vim cheia de privilégios, alguns que descobri aqui, outros que tinham sido alimentados desde a infância. Vim para cursar o doutorado, o que era certo pra mim. Eu vim sem sequer questionar qualquer obstáculo possível por ser quem sou, mesmo sendo uma mulher lésbica. Nunca alguém me parou para saber de onde vinha e para onde ia. Fui perguntada se era espanhola, no sentido de estrangeira. Fui muito bem recebida por vizinhos e vizinhas. Uma menina “tão jovem, tão branquinha, tão pequenininha”. Aqui, ninguém questionou meus pressupostos e escolhas; ninguém cogitou que eu pudesse ser uma foragida da justiça, uma suspeita, não pra mim. Eu só era essa menina sulista, do frio, lá de onde as pessoas vestem aquelas roupas bonitas. São chiques. Eu era a representação dessa pessoa. Eu vinha de lá.

Não vou questionar nada disso aqui, ainda mais depois das eleições presidenciais de 2018; especialmente depois de um dos candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, fazer sua campanha utilizando da hashtag “#Sartono”. Não vou me alongar nesse ponto, a saúde mental é algo que precisa ser preservada, ainda mais estando na pós-graduação. Apenas destaco que o candidato eleito não foi este, mas um representante do PSDB, que só não usou a hashtag. Talvez a leitora entenda porque não quero questionar os signos e símbolos de ter nascido e passado a maior parte da minha vida no Rio Grande do Sul. Eles falam. O meu silêncio também.

Cada diário de campo, cada leitura, cada alusão a um possível futuro, tem sido um esforço constante nestes tempos. Pois não consigo elencar aqui o número de vezes em que me senti, vi e li colegas desesperadas/os com os anúncios de cortes de bolsas. Bolsas essas que dependemos para nos mantermos pesquisando e em condições básicas de sobrevivência. Embora não possamos esquecer, em momento algum, que muitas e muitas trabalhadoras recebem um salário mínimo e passem horas a fio em ambientes insalubres e degradantes, com jornadas triplas. Não se trata de uma comparação, apenas um registro de que nosso trabalho, enquanto pesquisadoras/es, também é fustigante na sua medida – sim, nós trabalhamos. Eu costumo chamar de balbúrdia.

Seja com a ameaça de cortes, seja com a pandemia, permanecemos aqui, nós e nossas leituras, nossas telas, nossos prazos, nossas ansiedades e úlceras. Pesos a mais ou a menos, uma coisa é certa, nunca mais seremos como antes do nosso ingresso aqui. São quatro anos. Essa conta é feita com frequência só depois do ingresso. A tabela dos prazos também é revisada constantemente. É possível prorrogar, não é, o que está faltando, bancas, proficiência, estágio de docência.

Sim, somos privilegiadas/os por estarmos aqui e por termos a oportunidade, em um país com desigualdades abissais, de cursarmos um doutorado. Por outro lado, este mesmo momento que nos deixa inseguras quanto a permanência das bolsas, também é o tempo em que a Universidade pública sofre ataques fulminantes. Escrevo no plural porque compartilho angústias com outras companheiras e todas nós estamos aqui tentando entender como nos tornamos aquilo que somos. Como se torna possível em meio a um dito estado de direito, protestos que clamam pela volta de uma ditadura militar? Cartazes que apontam que todo poder emana do povo, ao passo que requerem a instauração de um Ato Institucional aos moldes do mais perverso instaurado em plena ditadura militar, o AI-5? Em meio a uma pandemia, o presidente da república enunciar que se trata “apenas de uma gripezinha”?

Vivemos em um tempo de “terror molecular” como nos disse Mbembe (2017). E sim, não tenho muitas coisas boas a registrar na atual conjuntura. Além das companheiras de caminhada, das comidas locais e das cervejas que trocamos enquanto debatemos o campo e as angústias. Dos laços que fiz enquanto estive na cidade de João Pessoa e das novas cores que trago. Tampouco me valho da esperança. Aliás, a encaro pelo viés nietzschiano, isto é, um mal derradeiro, do qual nos valem com frequência e que nos entorpece. Talvez o entorpecimento seja um caminho nestes tempos nefastos.

Para a/o leitora que ainda está se perguntando sobre o porquê desta escrita, explico: planejar uma tese de doutorado, por mais leituras que façamos, estruturadas e organizadas que sejamos – o que não é o meu caso, mas sei que essas pessoas existem – há fatores que não serão computados, pois são quatro anos. Pode-se dizer que é um estágio da juventude inteiro: “jovem-adulto”, “jovem-jovem”. E isso é desesperador, mais para algumas pessoas do que para outras, sem dúvida. Eu estou aqui escrevendo, alimentando o sistema do qual preciso, obviamente. Algumas colegas minhas não estão conseguindo fazer isso. Há um processo de adoecimento fortíssimo na pós-graduação.

As medidas recorrentemente referidas são as de desligamento e punição. Isto é, o adoecimento é punido duas vezes, uma pelos seus próprios efeitos, duas porque corta-se tudo e ponto. Logo, não adoença! Produza. Depois disso, em outro espaço, sentaremos,

conversaremos e efetuiremos duras críticas sobre a perversidade do neoliberalismo. Perversidade essa que juramos estar longe de nós. Veja, somos deste tempo e não de outro! Quando encontramos teses e dissertações “perfeitas”, “redondas” é maravilhoso porque contribuirão para a nossa escrita e, ao mesmo tempo, é desesperador, pois o que vemos é uma escrita pronta, fechada. Sem trocas de objetos. Sem desesperos. Crises de ansiedade, artigos de disciplinas, cobranças, vida. Parece não haver pessoa ali. Só dados.

Quase todas as teses e dissertações que leio, não faço ideia de quem as produziu. Logo, não posso dizer que as/os pesquisadoras/es tenham passado pelos processos que passo. Certamente não passaram, podem ter sido piores ou melhores. Mas o que quero registrar pra mim e pra você que se dignou a ler até aqui, é que eu não conheço ninguém que não se desespere com tudo isso, ainda mais nestes tempos fascistas. Mas quero registrar, também, que invadida pelo mal derradeiro da esperança, penso que nossa escrita é resistência. Pelo menos resistimos a nós... até aqui.

Frise-se, não é autoajuda. Como disse, não acho que melhorará depois. Só quero registrar que há muito ruminam vozes que se dizem libertadoras, mas não esqueçamos que são artimanhas de poder que nos assolam diariamente. Aqui, busco contribuir com a minha confissão, minha escrita vaga-lume e meu repúdio ao governo fascista que segue dilacerando os alicerces recém sedimentados da democracia em solo brasileiro. No mais, que a luta antirracista se fortaleça e que outros ventos menos nefastos soprem a governamentalidade contemporânea. Que a gente se enxergue e enxergue umas/uns aos outras/os nesse processo que mobiliza sentimentos diversos. Enfim, não andemos só! À teoria.

Fé Cega, Faca Amolada (part. Beto Guedes)**Milton Nascimento****Agora não pergunto mais pra onde vai a estrada****Agora não espero mais aquela madrugada****Vai ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser faca amolada****O brilho cego de paixão e fé, faca amolada****Deixar a sua luz brilhar e ser muito tranquilo****Deixar o seu amor crescer e ser muito tranquilo****Brilhar, brilhar, acontecer, brilhar faca amolada****Irmão, irmã, irmão, irmão de fé faca amolada****Plantar o trigo e refazer o pão de cada dia (Plantar o trigo e refazer o pão de
todo dia)****Beber o vinho e renascer na luz de todo dia (Beber o vinho e renascer na luz
de cada dia)****A fé, a fé, paixão e fé, a fé, faca amolada****O chão, o chão, o sal da terra, o chão, faca amolada****Deixar a sua luz brilhar no pão de todo dia****Deixar o seu amor crescer na luz de cada dia****Vai ser, vai ser, vai ter de ser, vai ser muito tranquilo****O brilho cego de paixão e fé, faca amolada**

1. “A gente já está fazendo na tora mesmo, nos beco da vida”²⁰: apontamentos sobre o experienciar do/no campo, trajetões metodológicos e primeiros processos analíticos

Como anunciei ao longo da introdução, dou início ao primeiro capítulo desta tese buscando mostrar os meus primeiros passos rumo à pesquisa de campo, assim como trago aqui alguns dados que possibilitam ao leitor e à leitora, compreender um pouco do panorama brasileiro e paraibano sobre a mortalidade da juventude negra. Aponto as ferramentas metodológicas que utilizo, os principais autores que farão parte desta discussão, da mesma forma como anuncio eixos analíticos que comporão o quarto capítulo desta tese.

Além das questões “técnicas”, mostro um pouco da trajetória enquanto pesquisadora, ao longo destes quatro anos de doutorado, sinalizando minha aproximação com o campo, os atravessamentos que compuseram e compõem esta escrita. Abordo algumas entrevistas, a fim de mostrar a complexidade do debate sobre segurança pública e construção da paz na contemporaneidade, especialmente quando vivemos em um país onde o marcador raça embora permeie as relações sociais das formas mais diversas, quando abordado no campo da segurança pública, tende a ser reiteradamente “silenciado”. É para esse debate que convido o leitor e a leitora.

1.1 “Antigamente só tinha teoria, agora é prática”²¹: primeiras incursões com/no fazer metodológico

Começo a escrita deste capítulo ainda de forma confusa, embora todos os dados já tenham sido coletados, as ferramentas de análise devidamente selecionadas, o material teórico organizado, vários arquivos de Word intitulados com os mais diversos nomes. Conversas com o orientador, coorientadora, amigas (ai, as amigas!), todas elas realizadas virtualmente, com horários agendados (exceto com as amigas, porque lhes restam poucas alternativas), áudios longos, algumas lágrimas, afora todas aquelas conversas mentais que amanhecemos e anoitecemos travando. Verdade que há semanas de completa improdutividade. Isso não significa que a tese tenha sido esquecida, pelo contrário, às vezes em meio a uma cerveja bem gelada, já na madrugada de sexta, ela aparece latejando na cabeça.

²⁰ Trecho da fala de uma das entrevistadas sobre seu atuar enquanto aluna do curso de formação de soldados da Polícia Militar da Paraíba, com o qual me identifico profundamente. Entrevista realizada online com a aluna 33 no dia 03/09/2020.

²¹ Trecho da fala de um dos entrevistados sobre o curso de formação. Aluno 38, entrevista realizada online no dia 02/09/2020.

Apontar questões como estas no primeiro capítulo de uma tese de doutorado pode parecer um tanto quanto inusitado; pode parecer falta de seriedade, de experiência, seja como for. Talvez seja isso, de fato, exceto falta de seriedade. Acredito que seja justamente pelo viés de encarar o trabalho que ora apresento como fruto de quatro anos de seriedade, comprometimento e exclusiva dedicação que busco pontuar, já no início desta escrita, as experiências que me atravessaram e me atravessam – pois neste momento não são poucas as memórias que reverberam para/na sua conjugação – para além dos dados coletados com os sujeitos de pesquisas. Essas experiências se acoplam a eles, porque foi a partir delas que readaptei a análise, a metodologia, as ferramentas de coleta de dados. Mudei completamente o tema de pesquisa, o problema, os objetivos, inúmeras vezes, não sem insegurança e dor. Sim, dor! A insegurança, no meu caso, causou inúmeras dores.

Mudei de orientador. O local de escrita. A forma de pensar e escrever. Penso que talvez nada disso seja interessante a uma banca de avaliação, a qual, suponho, esteja mais interessada em saber como me apropriei ou não dos autores e autoras que sustentam esta tese, as “amarrações” que fiz com os dados coletados e consequente triangulação entre teoria, análise e escrita. Por outro lado, justamente pela insegurança, pela seriedade e todos os medos, como me ensinou Belchior²², acredito que para além da banca, seja respeitoso e honesto com os meus e minhas colegas de pós-graduação que porventura possam ter contato com esta escrita, seja porque colocaram uma palavra-chave no banco de teses e dissertações da Capes, no google, seja porque entre as dezenas de sugestões encontradas em alguma referência bibliográfica, tenha aparecido a alusão desta tese. Quero compartilhar que ela foi elaborada desta forma claudicante e provisória, mas nem por isso acredito menos potente.

Aqui penso em Jorge Larrosa (2002) e sua escrita sobre a experiência e o saber da experiência. Embora não seja um autor trabalhado na tese no sentido conceitual, ele me acompanha toda vez que encaro este texto e as palavras que escolho empregar em detrimento de tantas outras. Penso nele quando questiono a necessidade da solidão para escrita e entendo que essa solidão não precisa ser despida de afetos e compartilhamentos, como supus um dia. Aprendi nesses últimos meses que não é preciso retirar todos e tudo de perto para escrever uma tese de doutorado. Não olvido que isso também seja privilégio de alguns, porque sei, especialmente no contexto pandêmico, que o privado e o público se imiscuíram e,

²² Em “pequeno mapa do tempo”, Belchior pontuava: “Eu tenho medo e já aconteceu/Eu tenho medo e ainda está por vir/ Morre o meu medo e isto não é segredo/ Eu mando buscar outro lá no Piauí”. Para acessar a canção completa, consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=aUjne9Bb9KI>. Acessado em: 07/11/2020.

consequentemente, muitos de nós estão produzindo suas pesquisas, aulas, etc, com filhos e filhas, pais, cachorros, gatos que passam pelos teclados, etc.

Como diz o autor:

[...] pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso [grifos no original] (LARROSA, 2002, p. 21).

Penso que as vivências que tangenciam a escrita da tese também façam parte do fazer metodológico. Me disse isso inúmeras vezes – e disse às amigas, certamente –, especialmente quando a escrita “travava”, quando olhava para os dias e pensava sobre a proximidade da defesa. Quando a mão adormecia em virtude da gravação das entrevistas, depois das dificuldades de conseguir entrar em contato com os sujeitos de pesquisa, não por causa deles, mas por causa minha: pegar o celular e entrar em contato com esses atores pode ser bastante tortuoso para alguns. Ou ainda quando pensava no trabalho formal, este que nós, enquanto pós-graduandas/os não temos, porque a gente “só estuda”.

Além disso, no decorrer desta escrita almejei o seu término, a entrega da tese e, concomitantemente, pensei no encerramento da bolsa, dos anos de estudos travados até aqui e o possível desemprego que me aguarda em tempos de Ensino à Distância (EAD) e de desvalorização das ciências sociais. Assim, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (Idem).

Ainda nesse escrever, silencieei o grupo onde outros amigos da pós estavam, porque sabia que eles abordariam, no começo ou no final da conversa, o processo da tese. Uns contando que estavam adiantados, outros sinalizando a impossibilidade da escrita, porque estamos isolados com filhos/as, pais, irmãos e irmãs, esposos e esposas ou completamente sozinhos, em meio a esta pandemia. E sim, concordo com a necessidade de partilha desses processos para mostrarmos o quanto estamos em um barco semelhante e tentarmos nos apoiar. A questão, entretanto, é que esse barco é semelhante, não é o mesmo. O barco nunca é o mesmo! E, além disso, somos forjadas numa sociedade neoliberal. A questão da exclusividade, do brilhantismo e da competitividade está aí nos rondando. Houve momentos em que não quis compartilhar nada.

Escrevi esta tese vivenciando e experienciando mudanças conjunturais no cenário brasileiro e mundial. Lembro de um dia sairmos, eu e colegas, da sala de aula e irmos para uma das praças de convivência da UFPB para assistirmos o pronunciamento do então presidente Michel Temer. Estávamos ansiosas/os para saber se ele renunciaria. Não renunciou e depois veio o Jair Bolsonaro. Os meses de campanha presidencial para as eleições de 2018, foram intensos. Ocupação das redes sociais com propagandas democráticas e esclarecimento das fake news que apareciam dos lugares mais inusitados. Ouvi sobre a possibilidade do então candidato Fernando Haddad estar querendo implementar o comunismo no Brasil. Sim, em 2018. Pergunta feita por um estudante do curso de Economia, enquanto eu estava como professora substituta, ministrando a disciplina de Ciência Política.

Uma pandemia que dizimou e segue dizimando milhões de pessoas em todo o mundo. Que nos colocou em isolamento, que me fez mudar completamente o curso da pesquisa, como pontuei na introdução e passarei a dispor mais detidamente aqui. Voltei para o Rio Grande do Sul, já que o trabalho seria remoto e as entrevistas feitas pela internet. Isso tudo regado com os discursos inomináveis do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, que além de chamar a pandemia do Covid-19 como uma gripezinha, incitou o fechamento do Congresso Nacional e achincalhou o Supremo Tribunal Federal inúmeras vezes.

Assim como ele fez, alguns de seus eleitores protestaram pelo fechamento de algumas instituições democráticas e pediam a volta da Ditadura Militar e a instauração de um Ato Institucional (AI) nos moldes do AI-5, proferido na ditadura brasileira e reconhecido como um dos mais perversos dentre os instituídos na época. Entre todos esses tropeços e reconstituições, enfrentamos as eleições municipais. É em meio a este contexto social e político que escrevo esta tese de doutorado, dialogando com policiais da Polícia Militar da Paraíba. Não serão poucas as pausas, as notas de rodapé que a leitora e o leitor encontrarão ao longo desta escrita, pois toda esta conjuntura acaba reverberando, incitando e denunciando tantas outras atrocidades e resistências que permeiam o corpo social. Aquelas que tiverem alguma ligação com o campo da segurança pública e que eu tenha tido acesso de alguma forma, estarão aqui registradas, porque é neste experienciar que fabrico este texto e me fabrico enquanto pesquisadora.

Como destaquei na introdução do trabalho, minha intenção inicial fora estudar o curso de formação da Polícia Militar no Estado da Paraíba, buscando acompanhar uma turma do Curso de Formação de Soldados (CFSD) e uma turma do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Com o advento da pandemia do Covid-19 as respectivas aulas foram suspensas. A turma do CFO não ingressou e a do CFSD passou a ser empregada nas ruas. Na banca de

qualificação, em abril de 2020, esta situação já estava colocada e não tínhamos ideia da retomada das aulas, sendo, então, sugerido que eu buscasse delimitar um pouco mais a pesquisa: analisar mais detidamente o Programa Paraíba Unida Pela Paz (PPUPP) ou focar a lente no curso de formação, lançando mão de entrevistas ou de questionários e não mais uma etnografia, como havia me programado.

Optei por seguir investigando o PPUPP, como destaquei acima, pois me interessava compreender as estratégias dessa política de segurança pública que vem reduzindo os índices de homicídio há oito anos consecutivos, ao passo em que o Estado também é referenciado como um dos territórios onde jovens negros possuem 8,82 vezes mais chances de serem mortos em relação a jovens brancos (FBSP, 2017). Por outro lado, me interessava compreender como os praças, isto é, os e as policiais que ocupam a base da pirâmide policial, eram treinados para agir nas ruas, posto que supunha houvesse uma maior qualificação desses profissionais, especialmente por ser um dos pressupostos do programa, como destacarei abaixo.

Nesse sentido, seguindo algumas técnicas da pesquisa qualitativa, busquei realizar entrevistas semiestruturadas com oficiais, especialmente os ocupantes/comandantes das Unidades de Polícia Solidária e praças ingressantes no curso de formação em 2019, alunas e alunos soldados, portanto. Assim, entrevistei cinco oficiais de forma presencial, no decorrer do ano de 2019: dois majores, dois capitães e uma tenente. No ano de 2020, além de iniciar o acompanhamento presencial do CFSD, durante o mês de março, entrevistei no decorrer do mês de setembro oito praças: cinco homens e três mulheres. Para tanto, utilizei a ferramenta “Google Meet”, disponibilizada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a qual havia contratado os serviços do Google Suíte e nos disponibilizado, enquanto membros acadêmicos. Esta ferramenta possibilitava a utilização de alguns recursos que a versão gratuita não dispunha.

Assim, efetuei as entrevistas e as gravei por este aplicativo, como passarei a expor. Além das entrevistas semiestruturadas, lancei mão da análise documental, visando compreender os arranjos do PPUPP e as principais leis que com ele dialogam, visto que há previsão de premiações para os Batalhões que atingem as metas estabelecidas pelo Programa, há bonificações para as guarnições quando ocorre apreensão de armas, assim como a compatibilização de áreas para a atuação e responsabilização de cada Batalhão. Visando acompanhar os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba (SESDES/PB), passei a acompanhar o site da referida secretaria, assim como a sua

página no Instagram²³, visto que nesses locais, especialmente, no Instagram, há recorrentes postagens sobre as operações da polícia, gráficos sobre apreensões e estratégias desenvolvidas pelas Polícias e pelo Corpo de Bombeiros. No site²⁴, por outro lado, as reportagens envolvendo o governador e o secretário de segurança pública são melhor detalhadas, assim como a disponibilização do Anuário de Segurança Pública local²⁵.

Como pontuei no início deste capítulo, a organização dessas análises foi sempre difícil. Uma porque é comum não saber se o *corpus* analítico é suficiente, se o recorte efetuado é capaz de suprir as expectativas inicialmente travadas e robusto o bastante para responder o problema de pesquisa; duas porque há quem nunca esteja satisfeita com os dados coletados. Eu me incluo nesse conjunto de pessoas – neste momento ouço a voz da banca, essa entidade, dizendo que, de fato, não está suficiente. Além dessas duas questões, por estarmos vivendo no período pandêmico e inundadas em tantas incertezas, as modificações que acontecem com os sujeitos de pesquisa tendem a desestabilizar, frequentemente, as hipóteses que engendrei na formulação do projeto de tese e que, conseqüentemente, reverberam na escrita final.

Buscando abordar algumas dessas mudanças, disporei sobre os percalços e achados do atuar em campo de forma mais ou menos sistematizada, assim como os autores que alicerçaram o fazer metodológico: entrevistas presenciais, ida a campo no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CE/PMPB), análise documental, entrevistas online e organização da análise documental junto aos dados coletados nas entrevistas. Optei por algumas técnicas da pesquisa qualitativa, porque acredito que por meio delas seja mais produtivo compreender algumas nuances da instituição Polícia Militar e do PPUPP, especialmente, porque sou uma “civil” e, assim sendo, *outsider* a este ambiente.

É nesse sentido que me aproximo da pesquisa qualitativa, pois

Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. Como é que as pessoas negociam os significados? Como é que se começaram a utilizar certos termos e rótulos? Como é que determinadas noções começaram a fazer parte daquilo que consideramos ser o “senso comum”? [...] Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos [grifos no original] (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 48/51).

²³ @sesdsgovpb.

²⁴ <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social>.

²⁵ Importante frisar que o Site do governo do Estado e o Instagram não fazem parte do material analítico, mas fontes de consulta.

Entre as ferramentas escolhidas no atuar metodológico, a entrevista semiestruturada me possibilitou chegar até alguns sujeitos de pesquisa por meio de referências dos próprios entrevistados – em toda entrevista, buscava pedir indicação de mais três novos entrevistados/as. Além disso, alguns dos seus apontamentos me oportunizavam reajustar a pauta de entrevista, sugerir novos encaminhamentos ou ainda dialogar sobre apontamentos já feitos. A utilização de diferentes ferramentas de pesquisa, por sua vez, possibilitou um maior aproveitamento da pesquisa de campo, posto que é possível conhecer os “pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 16).

Nas ciências sociais esse tipo de discussão já está assentado, mas sinalizo meu diálogo com Howard S. Becker (1993, p. 14), pois não quero colocar este atuar metodológico em uma “camisa de forças” para poder adaptar certo pressuposto de pesquisa. Quero, sim, traçar caminhos que nos permitam dialogar com os sujeitos e documentos da pesquisa, não esquecendo, entretanto, que meus recortes se dão por meio de uma lente formada por certas leituras e percepções de mundo. Não sou neutra e nem pretendo ser e quero frisar isso junto à leitora e ao leitor.

Isso não invalida meu comprometimento e seriedade com a pesquisa e, justamente por isso, mostro os caminhos que tracei, salientando, entretanto que

Qualquer representação da realidade social – um filme documentário, um estudo etnográfico, um romance realista – é necessariamente parcial, é menos do que experimentaríamos e teríamos à nossa disposição para interpretar se estivéssemos no contexto real que ela representa. Afinal, é por isso que se fazem representações: para relatar apenas aquilo de que os usuários precisam para realizar o que quer que queiram fazer (BECKER, 2010, p. 34).

As entrevistas semiestruturadas (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010), tiveram dois momentos distintos. As realizadas presencialmente – com o uso do celular para gravação e posterior degravação – ocorreram em diferentes locais da cidade de João Pessoa: na SESDS, quando entrevistei o Major V, responsável pelo Núcleo de Análises Criminais e Estatística; na Unidade de Polícia Solidária Mario Andreazza, com o Capitão A., responsável por esta unidade, na cidade de Bayeux, região metropolitana de João Pessoa; na UFPB, quando o Major E. se disponibilizou a me encontrar nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia; no Centro de Educação, local onde o Capitão F. me recebeu e me orientou no encaminhamento do Ofício para realizar pesquisa junto a PMPB e, por fim, com a Tenente R., na Unidade de Polícia Solidária do Altiplano, bairro da cidade de João Pessoa.

As entrevistas com os praças, por sua vez, foram completamente diferentes: todas realizadas de forma online. Eu no Rio Grande do Sul, eles e elas em João Pessoa ou nas suas cidades natais. O agendamento prévio ocorreu por meio de uma das entrevistadas, pertencente ao CFSD/PMPB, que chamarei aqui de “informante chave”, a qual havia conhecido durante o mês de março quando estive no CE – abordarei essa vivência em breve. Inicialmente havia pensado na realização de grupos focais, pois imaginei que seria mais produtivo e menos inibidor para os sujeitos de pesquisa se fizéssemos uma chamada de vídeo em uma sala com alguns de seus colegas. Entretanto, essa proposta foi questionada pela minha “informante chave”, pois segundo ela cada um dos alunos e alunas tinha horários diferentes de disponibilidade, visto suas escalas de serviço. Neste momento, reajuste para as entrevistas semiestruturadas de forma individual.

Minha informante entrou em contato com os e as colegas, lembrando a pesquisa – pois já nos conhecíamos do CE –, perguntando quem se disponibilizaria a conceder entrevistas. A turma que estava acompanhando era composta por 30 alunos. Destes, 11 se disponibilizaram. Ela me passou seus números de contato telefônico e conversei com cada um diretamente. Um deles se disponibilizou a responder questionário escrito e outros dois não responderam as mensagens. Assim, entrevistei 8 praças por meio de vídeos chamadas, realizadas pelo Google Meet. Diante das análises efetuadas às normas do PPUPP, as demais legislações e com o referencial teórico organizado, realizei as pautas das entrevistas articulando esses conteúdos, como por exemplo: como observavam o PPUPP nas suas práticas cotidianas, se havia metas a serem cumpridas, como estava o curso de formação no decorrer da pandemia, como observavam a atuação das polícias de grandes estados, como São Paulo e Rio de Janeiro²⁶, qual percepção dos agentes sobre o racismo e mortalidade da juventude negra, entre outros elementos que surgiram no decorrer das entrevistas.

Entre os assuntos que “surgiram” no desenvolvimento da pesquisa estava a utilização dos praças como “mão de obra barata” nesse processo de pandemia; a pouca preparação para a atuação nas ruas e a realização de trabalhos por parte dos alunos praças como soldados já formados. Isto é, emprego dos alunos praças nas ruas, em operações, etc., sem a devida formação e sem a remuneração compatível, visto que estavam recebendo a bolsa enquanto

²⁶ Introduzi a fala sobre as polícias do Rio e São Paulo porque na ocasião havia decorrido poucos meses das ações perpetradas pela polícia em Paraisópolis/SP, assim como a morte do americano George Floyd. As hastags #vidasnegrasimportam e #blacklivesmatter haviam inundado as redes sociais pouco antes da realização das entrevistas. Por meio desse assunto “externo” a corporação paraibana, busquei incitar o diálogo sobre o racismo no âmbito da polícia militar e entender, de certa forma, como os e as policiais paraibanos percebiam as ações de seus colegas em outros estados.

alunos não formados, mais vale-alimentação, ao passo que “tiravam serviço” como os demais policiais. Além disso, a falta de comunicação dos comandos com esses subordinados foi sistematicamente referida: não atualização sobre a retomada ou não do curso de formação, falta de previsão para a formatura enquanto policiais, instrução precária para a atuação em operações, medo por parte dos e das alunas em estar atuando em determinadas áreas e a possibilidade de serem “anotados” e reprovados no curso, no caso do emprego de alguma técnica equivocada.

Acredito que compreender as dinâmicas dos e das alunas policiais militares reverbera diretamente no programa Paraíba Unida Pela Paz, isto porque já é consolidado nos escritos especializados, o quanto há um fosso entre a atuação de oficiais e de praças no âmbito da polícia militar (MUNIZ, 1999). Esse dado também foi encontrado na PMPB. Por outro lado, quando analisei as diretrizes do PPUPP, percebi que este se situa no que temos chamado de Nova Gestão Pública (CORREIA, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2000), a qual visa assegurar a produção de dados, cobrança de gestores e demais sujeitos envolvidos, como por exemplo os policiais militares, ao passo que o PPUPP aponta como êxito o preparo dos profissionais atuantes (PARAÍBA, 2019). Como sabido e isso não diverge na polícia em análise, os aspectos de prevenção do crime no campo da segurança pública brasileira ocorre com a introdução do efetivo policial nas ruas. Entretanto, a maior parte desse efetivo são os praças (SCHLITTLER, 2016).

Quando me refiro ao fosso existente entre oficiais e praças, aponto para a incomunicabilidade das atuações, tendo em vista a rígida hierarquia ainda vigente no âmbito da polícia militar. No decorrer da pesquisa, ouvi inúmeras vezes que a PMPB é uma polícia mais “humanizada”. Ouvi isso tanto de oficiais quanto de praças. Essa frase inclusive foi pronunciada enquanto um dos praças me pedia para que seu nome não fosse identificado na entrevista, tampouco o Estado onde residia, pois caso seus superiores lessem esta tese, seria mais fácil lhe identificar enquanto depoente e não sabia quais consequências poderiam advir.

Lembro, também, que enquanto me apresentava no Centro de Educação da PMPB para realizar a então etnografia, o Tenente Coronel responsável pelo CFSD me explicava que nem todos os Comandantes gostavam de fazer as leituras das “anotações²⁷” no decorrer

²⁷ As anotações se referem as faltas cometidas pelos soldados, conforme o regimento interno da PM. Cito como exemplo, coturnos não engraxados devidamente, uniforme desalinhado, etc. É interessante notar que para alguns casos são feitas vistas grossas ou ainda, há estímulos para que ocorram resoluções entre os próprios praças. Em uma das oportunidades em que estava no CE conversando com um Sargento, alguns alunos de outra turma se aproximaram e fizeram uma denúncia, pois quando estavam limpando um alojamento, um dos alunos soldados estava “aloprando”. Segundo eles, esse aluno chegou atrasado e não estava contribuindo com o horário do restante da turma, o que podia gerar punições para o grupo. Nesse momento chegou um Tenente

das formaturas. Ele, por outro lado, introduzia essa metodologia, porque assim era possível que todos os Pelotões aprendessem por meio desse tipo de exposição. Em outra oportunidade, quando me apresentei à subcomandante do CFO, ela me explicava que a população na Paraíba era muito diferente dos grandes centros urbanos. Tratava-se de uma população mais calma e, em consequência disso, a polícia agia nessa mesma passada. Por outro lado, me comentou que alguns alunos possuíam “má índole”, mas que isso não era aprendido no curso de formação, mas “trazido de casa”.

Segundo ela, em uma oportunidade em que comandava uma operação, houve a apreensão de um sujeito, o qual foi detido, colocado na viatura por um dos seus colegas, momento em que ela saiu para contatar outra viatura que lhe assessorava. Ao retornar à viatura, encontrou o seu colega jogando *spray* de pimenta no sujeito já apreendido. Sinalizou, entretanto, que isso não havia sido ensinado por ela, tampouco no curso, mas algo “natural” do seu colega. Em um outro caso, um sujeito foi apreendido e imobilizado com o braço para trás, oportunidade em que ele gritava e algumas pessoas passaram a rodear a ocorrência e dizer para que não machucassem o sujeito. Ela questionou seu colega se de fato estava apertando o detido, sendo demonstrado que não, mas como o apreendido não parava de gritar, o colega passou a apertá-lo efetivamente, momento em que os gritos cessaram e a ocorrência se desenrolou perfeitamente.

Sinalizo esses três exemplos, porque todos me foram contados no início da pesquisa de campo e me marcaram significativamente, visto que a ideia de humanização da polícia se juntava com a redução dos índices de homicídio e parecia que efetivamente eu estava diante de uma “nova polícia”. Ao mesmo tempo, casos como esses me faziam questionar, como me ensinou Foucault (2009), no que consistia essa humanização, especialmente quando oficiais ou praças me lembravam que a instituição na qual eu estava inserida era uma polícia militar, dando ênfase ao “militar”. Tratava-se de uma instituição de sequestro, como me disse a subcomandante. Ao longo da pesquisa de campo essa ideia de uma polícia mais “humana” foi tomando outros contornos. Também compreendi porque parecia um pouco incompatível falar do PPUPP e entrevistar praças para perceber sua incidência na atuação diária desses sujeitos.

que estava responsável pela turma, o Sargento conversou com ele junto aos alunos para pensar o que podiam fazer e ele, rindo, disse “isso aí tem que resolver entre si”... Momento em que os alunos fizeram algumas caras e ditos de “vamos resolver”! Percebi que não é sobre tudo que se faz anotações, assim como também se estimula a resolução de conflitos de forma interna e não regimentada. De que humanização tratamos?

Hoje entendo que as diretrizes do programa em questão são avaliadas e repassadas para os oficiais. Eles são formados como gestores e, portanto, responsáveis por “ensinar” os praças, comandá-los. Os praças, por sua vez, diante da hierarquia militar operam nas atividades de forma designada. No caso dos alunos que entrevistei, como pontuarei ao longo desta escrita, muitas vezes sequer sabiam para onde estavam sendo dirigidos quando embarcavam em uma van que lhes levaria para algum Batalhão, tendo em vista a falta de comunicação existente entre as graduações, acentuada pelo contexto pandêmico. Nas palavras de um dos entrevistados:

A gente não sabe nem das operações que é enviado. Eles dizem lá, esteja de 7:30 no Centro de Ensino, chega lá e lá eles levam a gente dentro de uma van, a gente não sabe nem pra onde é que a gente vai direito, entende? (entrevista realizada online com Aluno 36 no dia 01/09/2020)

Esse cenário também refletia arquitetonicamente no CE²⁸. No dia em que o Capitão F. me apresentou ao Comandante do CE e circulou comigo em toda a área, desde os uniformes até a posição de cada prédio era possível notar essas divisões, não que eu compreendesse as insígnias, mas pelos trajes, posturas. Coisas como estas só fizeram sentido no decorrer da pesquisa, quando percebi que os Batalhões recebiam os relatórios dos Comandos, sobre pontos estratégicos de ações, e as operações passavam a ser desenvolvidas. Como abordarei oportunamente, as operações são estratégias utilizadas pelas diretrizes do PPUPP, tendo em vista o atuar tecnológico desenvolvido. Onde se identifica “zonas quentes” são montadas blitz, por exemplo, e conforme a orientação do Comandante da operação, foca-se na apreensão de armas, de drogas, multas, etc. Nesse sentido,

Entrevistada 34: Assim, quando a gente tira serviço, tem o que eles chamam de *hotspots*, são as zonas quentes, que eles sabem onde acontece o maior número de crime de assassinatos, maior número de crimes de roubo, de assalto. Então, eles vão bater especificamente nesses lugares que são mais propícios a acontecer crime. É desse jeito que fazem. Então a viatura fica passando mais vezes nesses lugares, a gente vai fazer mais abordagem nesses lugares. É desse jeito que direcionam a gente.

Mari: Ah, entendi. Então provavelmente os gestores vão organizar a rota das viaturas e aí vocês vão.

²⁸ Aqui, lembro-me da escrita de Foot Whyte (2005, p. 291) ao comentar suas aproximações com o campo de pesquisa, em *Sociedade de Esquina*. As formas desajeitadas como buscou, inicialmente, conhecer Conerville e como o seu olhar para o campo após as incursões lhe possibilitaram enxergar essas iniciativas como pertencentes ao atuar metodológico. O que quero destacar, mesmo sem ter efetuado uma etnografia, conforme se espera do rigor metodológico, é que essas aproximações com o CE, ter participado na atuação dos praças em algumas aulas do CFSD, foi uma experiência que facilitou imensamente o desenvolvimento das entrevistas. De alguma forma, me tornei conhecida, assim como eles. Podíamos referenciar um dado local do CE para localizarmos, algum evento específico. É dialogando com o estudo deste autor que busco tornar esta escrita mais descritiva, mostrando ao leitor e a leitora as minhas incursões na pesquisa.

Entrevistada 34: Isso, quem vai organizar essas todas são os oficiais, no caso, né, eles que têm acesso, onde se tem a probabilidade de ocorrer as coisas (entrevista realizada online com Aluna 34 no dia 02/09/2020).

Como referido na introdução desta escrita, após o deferimento do ofício para a realização da etnografia – antes da suspensão do curso pela pandemia – me dirigi ao CE no dia 11 de março de 2020. Estar vestida de “civil” e com um caderninho de anotações me fazia identificada por todos os que ali estavam e que já sabiam da minha autorização. Em dias diferentes e com pessoas diferentes, ouvi comentários de que havia sido vista no portão, na praça, etc. Em casa, passava as anotações do caderno para o computador, especialmente, para sistematizar os apontamentos em forma de texto e, ao mesmo tempo, articular as falas, porque muitas vezes não me sentia à vontade para ficar anotando questões junto aos praças ou oficiais. Uma porque não queria ficar interrompendo o diálogo, duas porque estar inserida em uma instituição militar, circulando entre o mundo dos praças e dos oficiais, é um tanto complexo, porque há olhares de desconfiança de forma geral, mas também pela possibilidade de “denunciar” alguma falta a algum superior, etc.

Em uma das minhas anotações, sinalizei:

Ao chegar no CE todos os alunos estavam no pátio de entrada do Centro. Chovia torrencialmente e fazia sol... Só quem mora em João Pessoa sabe do que estou falando. Mesmo com toda aquela chuva, Comandante, alunos e demais oficiais permaneciam ali em posição de sentido. A banda da PM começou a tocar o hino nacional e todos eles cantavam em coro. Me arrepiei. Cessou a chuva. Sol ardente às 7:20 da manhã e eles lá, prestando continência com todo aquele ritual que a mim é completamente estranho. Ouvi de um dos militares que estava no portão de entrada “ovelha é pra tomar chuva... ou fogo”. Os policiais que ali estavam foram todos muito simpáticos e solícitos a todas as minhas perguntas: qual é a diferença do boné branco para o verde? A boina preta, a faixa vermelha? Porque aquelas mulheres estão de azul e saia? Um deles me explicou tudo: boné branco, soldado; boné verde, cadete; insígnias no ombro y, x, z coisa. Foram dispensados ao som da banda militar. Voltaram para cumprimentar o Comandante, com gritos e marchas enfileiradas ou nem tanto: “Paraíba!, Brasil!” (Caderno de campo, 11/03/2020).

O CE fica localizado em uma rua não asfaltada, com pouca movimentação. Chegar no portão e ver todos aqueles sujeitos enfileirados, sob muita chuva, foi algo inusitado. O mesmo Comandante que havia conversado há poucos dias estava lá, junto com seus subordinados. Alunos e alunas do colégio militar²⁹, o qual fica nas redondezas do CE, alunos

²⁹ Uma das anotações que fiz em meu caderno de campo, referia-se aos alunos do Colégio Militar, pois em uma oportunidade tomei um ônibus onde estavam três desses jovens, todos uniformizados. Eles não se dirigiram a palavra em nenhum momento. Descemos do ônibus no mesmo local e eles seguiram cada um com uma certa distância do outro (dois meninos e uma menina), sem efetuar qualquer troca de palavras, cumprimentos. Nada. Anotei em meu caderno que cada um pertencia a um ano letivo, visto as insígnias constantes nas camisetas. Pensei sobre os processos de subjetivação e hierarquia militar desde tenra idade, nos valores que se “inculca”, como nos coloca Bourdieu (2012), na formação desses sujeitos. Não tive nenhum contato com os alunos dos

cadetes, praças e oficiais, todos ali, assim como outros oficiais que atuam no CE. Na época, toda a quarta-feira ocorriam essas formaturas para o Comandante do Centro. No CFSD, o qual estava localizado como último prédio do CE, tendo como referência o portão principal, realizava-se formaturas no período da manhã, antes de iniciar as aulas, e no final da tarde. Cada um desses horários possuía alguns rituais específicos. No final da tarde, especialmente, era quando as anotações do dia seriam expostas para todos os pelotões, assim como a escala de serviço era anunciada.

Eram sete pelotões, todos enfileirados, cantando canções, cada aluno e aluna respondendo pelos respectivos números e sendo vigiados por oficiais que ficavam passando entre as fileiras. Nessas ocasiões, além de lembrar de Foucault (2009), me perguntava no que consistia a nova polícia referida por alguns especialistas e pelos próprios comandantes que havia conversado. Me questionava sobre o processo de humanização, sobre a ideia de uma polícia comunitária quando enxergava aqueles “quadriculamentos” no decorrer de uma alameda. Quando observava a disciplina de Ordem Unida sendo realizada em pleno sol das 11h da manhã, em João Pessoa, aos comandos de “descansar” e “volver”.

Esse foi um dos pontos que busquei abordar no decorrer da tese, visando articular a ideia de nova gestão pública, no âmbito da segurança pública, visto que algumas características, como estas da hierarquia e da disciplina, ainda são primordiais à Polícia Militar. Levantando, para tanto, as políticas públicas e ações direcionadas à formação policial que foram sendo gestadas envolvendo este campo e, mais precisamente, as que tinham como foco as polícias e a população jovem negra.

Voltando o olhar para o material da análise documental, a lei 11.049, de 21 de dezembro de 2017 (PARAÍBA, 2017), a qual institui o Programa Paraíba Unida pela Paz e o torna uma política de estado, é dividida em sete eixos, os quais serão mais detidamente abordados no capítulo três, mas aqui os nomeio para que a leitora e o leitor tenham ciência dos enfoques do programa. São eles: I – Prevenção e Repressão Qualificadas da Violência; II – Aperfeiçoamento Institucional; III – Informação e Gestão do Conhecimento; IV – Formação e Capacitação; V – Prevenção Social do Crime e da Violência; VI – Integração e Articulação Institucional e; VII – Valorização Profissional.

Colégios Militares, mas lembro que essa imagem me chocou, justamente porque eram adolescentes e a representação que tenho de jovens, pertencentes a uma mesma escola, em um ônibus, não é nada silenciosa, pacata ou disciplinada. É sobre formas de subjetivação que me refiro e à construção de sujeitos militares. Como sinaliza Foucault (1990, p. 27-28), “[...] nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles”.

Ligando ao debate travado até aqui – gestão da vida e da morte da população negra no Brasil – no eixo I, o Programa estabelece como foco direcionar:

[as] políticas públicas de segurança para a valorização da vida e da dignidade humana, **sobretudo dos grupos sociais mais vitimados pela violência letal**, tais como os perfis demográficos **dos jovens, dos negros**, de baixa renda, de baixa escolaridade e de outros **grupos vulneráveis**, objetivando ações de prevenção primária, integradas com outros órgãos e instâncias para estratégias de políticas sociais, educacionais, culturais e econômicas para melhoria da qualidade de vida de tais grupos [grifos meus] (PARAÍBA, 2017).

Como se extrai do texto da lei, os marcadores sociais da diferença que serão discutidos ao longo deste trabalho – raça e juventude – são objetos de análise do PPUPP, isso torna o debate ainda mais interessante e necessário, justamente porque a política em questão é gestada ao longo de um período em que a segurança pública nacional passou a ser sistematicamente enfrentada como um setor importante para o governo federal³⁰. Entretanto, a incorporação jurídica dessa discussão não é sinônimo da sua efetividade e, como veremos, embora a segurança pública paraibana tenha dados de materialidade que apontem para os impactos que o PPUPP causou na segurança local, estes marcadores seguem sendo negligenciados no âmbito desta gestão. Como refere André Cellard (2012), ao se enfrentar os documentos objetos de análise, é necessário que atentemos para as suas exterioridades e é por isso que chamo a atenção do leitor e da leitora para o terreno político de elaboração do PPUPP.

Além da lei acima referida, faz parte do *corpus* analítico a lei complementar 111 de 2012 (PARAÍBA, 2012), a qual prevê os territórios integrados e a compatibilização das áreas, permitindo uma maior responsabilização de cada um dos respectivos responsáveis pelos locais; a lei 10.338, de 2014, que cria o sistema de inteligência do Estado (PARAÍBA, 2014b); a lei 10.327, de 2014, que institui o Prêmio Paraíba Unida Pela Paz (PARAÍBA, 2014); assim como a lei 9.708, de 2012 (PARAÍBA, 2012), que institui a bonificação para os policiais civis e militares que apreenderem armas irregulares. É interessante destacar que todas essas legislações foram implementadas antes mesmo da regulamentação legal do PPUPP. O que já nos encaminha para a discussão sobre Nova Gestão Pública (NGP) no

³⁰ No capítulo três esse debate estará mais claro, mas, desde já, sinalizo que no final do último mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e nos dois mandatos do Governo Luís Inácio Lula da Silva, houve uma discussão significativa quanto ao campo da segurança pública, visando-se, inclusive uma reformulação na gestão das Polícias. Veremos que foram reformas fraturadas e com avanços pouco significativos, no sentido de durabilidade (ADORNO, 2008; SOARES, 2007).

campo da segurança pública, visto que a criação de políticas de Estado ainda é elemento de entrave nas assembleias legislativas, como será melhor destacado no capítulo III.

É oportuno salientar que legislações referentes as bonificações, além de possibilitarem um certo “reconhecimento” dos policiais, acoplam-se a ideia da NGP, mas essas bonificações não são incorporadas como elementos salariais. Significa dizer que com a aposentadoria/reserva, os militares têm uma significativa baixa salarial, o que faz com que muitos policiais da reserva ainda estejam atuando no policiamento ostensivo. Veremos no material analítico, inclusive, o quanto essa discussão reverberou na fala dos entrevistados, embora não tivesse sido um ponto previamente levantado nas pautas que elaborei.

A partir da análise das legislações (CELLARD, 2012), passei a estudar as entrevistas realizadas com os oficiais, assim como as efetuadas com os alunos e alunas do CFSD. Inicialmente criei seis eixos, os quais precisei reduzir, uma pela extensão da análise, duas porque com o revisar dos capítulos teóricos, assim como das legislações, um mesma “unidade” comportava mais de um eixo, como foi o caso da unidade “Nova Gestão Pública”, a qual compus por meio das discussões sobre hierarquia militar/humanização, tecnologia, gestão para resultados, formação policial e efetivo policial, o que passarei a explicar agora.

No capítulo III discutirei o conceito de “nova gestão pública”, mas diante da sistematização das entrevistas, o nomeei como eixo de análise, visto que o PPUPP se sustenta nessa ideia – de nova gestão pública –, isso aparece tanto na legislação que lhe institui, na que prevê as bonificações, assim como na que dispõe sobre a compatibilização dos territórios, bem como nas entrevistas. Sinalizo, que a composição de um eixo analítico é efetuada por meio da exterioridade discursiva que lhe atravessa, significa dizer que é por meio dessas composições que cheguei a cada um dos eixos analíticos (CELLARD, 2012). Eles não estão prontos, não se confundem com um conceito, podem dialogar com ele, obviamente, mas trata-se de uma construção arbitrária, visto que sou eu, como pesquisadora, que lhes nomeio enquanto tal diante da coleta de dados realizada.

Assim como o eixo analítico acima referido, outro dois emergiram ao longo do garimpar metodológico. São eles: “políticas de inimizade” e “polícia solidária”. Seguindo as teorizações de Mbembe (2017) assim como o destacado ao longo das falas dos e das entrevistadas, o eixo “políticas de inimizade” foi composto pelos elementos acumulação social da violência, sujeição criminal, branquitude, racismo estrutural e genocídio da juventude negra. Como o leitor e a leitora perceberão no desenvolvimento da tese, esses eixos derivam da problematização teórica que realizo ao longo da pesquisa, trabalhando com

autores como Achille Mbembe, Michel Misse, Maria Aparecida Silva Bento, Silvio Almeida, Jacqueline Sinhoretto entre outros.

No decorrer das entrevistas era inevitável a ligação com os conceitos, assim como a necessidade de seu alargamento. Pensar em políticas de inimizade não só como uma construção analítica, mas também como um conceito como assevera Achille Mbembe (2017) é apontar para a existência de uma necropolítica no campo da segurança pública, como buscarei sustentar nesta tese. Deste modo, esses diferentes eixos se enredam para demonstrar a necessidade de compreender as exterioridades que levam para essa sustentação. Falar na gestão da morte não significa afastar as estratégias do fazer viver e de toda a potência da biopolítica na governamentalidade contemporânea, pelo contrário, é justamente pela sua potência que em alguns casos o caráter mortífero da gestão se faz mais presente e é isso que busco demonstrar por meio do referido eixo analítico.

“Polícia solidária”, por sua vez, além de ser uma ferramenta de gestão, um conceito e, quem sabe, um dos desejos que atravessam o campo da segurança pública, foi aqui erguido justamente por ser um eixo do PPUPP, vez que as Unidades de Polícia Solidária no Estado, foram recorrentemente citadas pelos Oficiais entrevistados. Ademais, também é um vetor da Matriz Curricular Nacional para a formação dos agentes da segurança pública (BRASIL, 2012), produzida ao longo dos anos 2000 como veremos, e que, conseqüentemente, forja a formação dos soldados e oficiais da PMPB. Ou seja, é um dos elementos que constrói as subjetividades do “ser policial” na contemporaneidade.

Entre os elementos que sustentam esse eixo analítico, estão a construção de territórios e populações, a moralização de condutas e o disciplinamento de corpos, a bonificação/outra polícia, bem como a ideia de “comprovação” da eficiência/eficácia da polícia comunitária. Por meio desta unidade, é possível discutirmos as nomenclaturas “Vida” e “Paz” que sustentam tanto o Paraíba Unida pela Paz, como o Pacto Pela Vida política desenvolvida em Pernambuco, na qual o PPUPP se baseou para desenvolver-se. É importante esclarecer que essas “estruturações” metodológicas foram construídas para um melhor desenvolvimento da pesquisa e exposição dos dados, ideias, etc, pois, na verdade, os eixos analíticos se interligam, não são estanques.

É no diálogo travado entre o material abordado nesses eixos, sejam as entrevistas, sejam os documentos, e bibliografia aqui trabalhada, que visio sustentar a tese – já anunciada na introdução deste trabalho, mas que refiro novamente a fim de relembrar o leitor e leitora – de que o racismo é um dos principais elementos para que o fazer morrer se torne norma nas lógicas da gestão governamental na contemporaneidade, especialmente, quando

abordamos o campo da segurança pública. É assim que visio sustentar a existência de uma necropolítica mesmo em políticas ditas de vida, como é o caso do Programa Paraíba Unida Pela Paz.

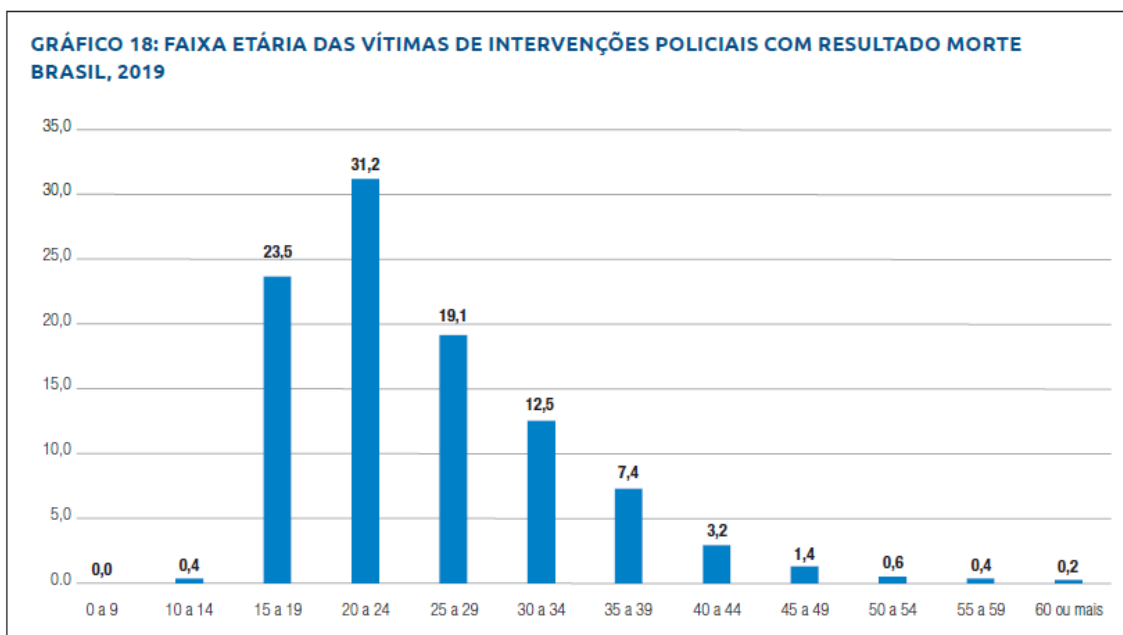
Buscando contextualizar o cenário brasileiro e paraibano trago alguns dados estatísticos que permitem compreender o panorama sobre a mortalidade da juventude negra em nível nacional e local. A fim de introduzir a leitora e o leitor em parte das análises que serão melhor detalhadas no capítulo IV, trago alguns excertos das entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa anteriormente apresentados e um prévio diálogo com as teorizações que sustentam esta escrita. Avante!

1.2. “Eu não vejo com bons olhos quando tem esses recortes³¹”: encarando algumas estatísticas sobre jovens negros no Brasil e na Paraíba

Realizado este panorama sobre as ferramentas metodológicas, passo a articulá-las com alguns dados nacionais e estaduais, os quais nos permitem uma melhor compreensão do que será debatido na tese. Mobilizar os marcadores raça e juventude no campo da segurança pública brasileiro e paraibano, nos exige abordar números, como é o caso das estatísticas, assim como colocar sob suspeita as verdades sobre humanização, pacificação, solidariedade, conforme venho sinalizando. Isso não obsta, entretanto, que mergulhemos na potência dos números, pelo contrário, é necessário compreender o grau de materialidade apresentada e as subjetividades compostas a partir deles.

Focar nestes elementos se torna importante, ao passo que no Brasil a letalidade policial tem cor, idade e sexo pré-definidos: jovens, do sexo masculino e negros são as principais vítimas. Nesse sentido destaca o Anuário de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BUENO, et., al, 2020, p. 90):

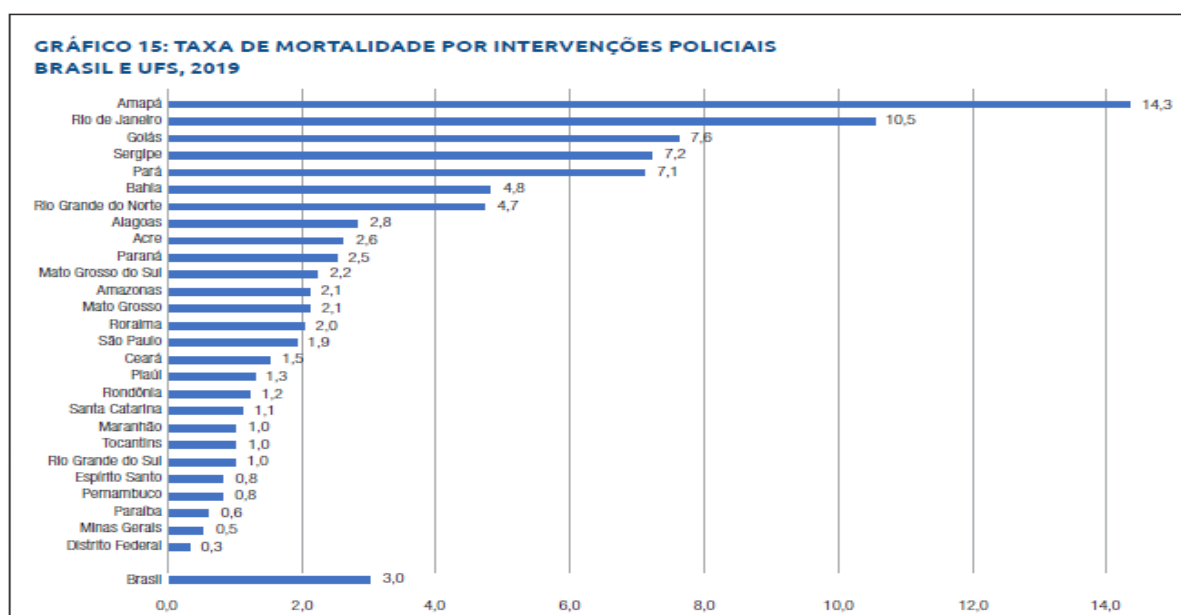
³¹ Excerto retirado da entrevista realizada com o Major E, no dia 06/12/2019.



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 1 – Anuário de Segurança Pública, 2020.

Como é possível observar do gráfico acima exposto, as intervenções policiais são as ações que mais vitimam a população, quando se observa o recorte dos homicídios dolosos. Esse dado ainda é mais alarmante, quando observamos o marcador juventudes, tendo seu ápice aos 20 anos. Por outro lado, a letalidade policial no estado da Paraíba se modifica consideravelmente quando comparado ao cenário nacional. O mesmo documento aponta a Paraíba como o terceiro Estado com o menor número de homicídios praticados por policiais, quando comparado aos demais homicídios ocorridos neste território. Vejamos:



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 2 – Anuário de Segurança Pública, 2020, p. 88.

Ao longo das entrevistas esse dado foi sinalizado pelo Major V. apontando para a humanização da polícia militar local. Além disso, destacou que o serviço de inteligência no Estado vinha sendo aprimorado, além de haver um maior diálogo com a população, especialmente em virtude das Unidades de Polícia Solidária implantadas em alguns bairros. O referido entrevistado, foi um dos sujeitos de pesquisa que tive a oportunidade de conversar ainda pessoalmente. Nosso primeiro contato ocorreu no dia 18 de novembro de 2019, nas dependências da SESDS. Conhecido por alguns de seus colegas como o “cara das estatísticas”, o major foi um dos responsáveis pela estruturação NACE (Núcleo de Análise Criminal e Estatística) e tem trabalhado na organização dos dados e na fiscalização da gestão para resultados.

Como destaque ao longo do capítulo três, tivemos duas entrevistas, além de contatos pelo WhatsApp. É importante frisar que não tive empecilhos para acessar qualquer um dos entrevistados e entrevistadas, muito pelo contrário. Fui sempre bem recebida nos locais, entrevistas raramente foram desmarcadas e quando isso ocorria, o reagendamento acontecia de forma tranquila. Isso não significa, entretanto, que cada contato não fosse extremamente tortuoso, visto que acreditava estar importunando os e as entrevistadas. Ao passo que vencia a mim mesma, novos entrevistados/as foram surgindo e outros olhares ao campo da segurança pública local, construídos. Embora seja a Paraíba um estado referenciado como implementador de uma política de vida³² e os números estatísticos vêm demonstrando isso, quando os marcadores raça e juventude são articulados, o Estado se torna um dos mais violentos do país.

Outros dois pontos importantes a serem sinalizados é o encarceramento e as informações sobre registros dos crimes de injúria racial ou racismo fornecidos pelo Estado da Paraíba. O último Anuário de Segurança Pública, publicado pelo Fórum de Segurança Pública Brasileira (FBSP/2020), trouxe as distinções entre injúria qualificada e racismo, assim como forneceu os dados dispostos ou não pelos Estados. No que tange ao Estado da Paraíba, segundo as informações fornecidas, não houve qualquer registro de injúria racial

³² Por vezes designarei assim o PPUPP – política de vida –, visto que no âmbito da governamentalidade contemporânea, os artifícios biopolíticos têm como foco a produção da vida de parte da população. Essa abordagem estará melhor explicitada no capítulo II, mas desde já, aponto que o considero uma política de vida, porque os esforços empregados são para a redução do número de crimes violentos letais intencionais (CVLI), apreensão de armamentos e drogas, assim como a redução dos crimes violentos contra o patrimônio (CVP), mas, ao mesmo tempo, há sustentáculos da necropolítica que também o conduzem, como buscarei defender nesta pesquisa, sugerindo a tese de que há um fazer viver, um deixar morrer e um fazer morrer no campo da segurança pública local.

entre os anos de 2018 e 2019. Estados como Acre, Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão e Piauí não disponibilizaram qualquer informação a respeito.

Seguindo sua análise, Denis Pacheco esclarece:

[...] O fato de não haver disponibilização de qualquer informação sobre tal categoria nestas UFs implica incapacidade das mesmas de dimensionar, ainda que de forma incompleta, a gravidade do racismo relacional em seus territórios. (PACHECO, 2020, p. 108).

As questões que tangenciam o racismo e seus tentáculos, nos fazem perceber o quanto a não abordagem dos crimes envolvendo raça, como é o caso da injúria racial, ainda são pontos pouco discutidos no campo da segurança pública brasileira. Relembrando Florestan Fernandes e Roger Bastides (2008), o preconceito de ter preconceito ainda é fortemente vigente no Estado brasileiro e, como se nota, no campo da segurança pública isso toma dimensões ainda mais perversas. Ainda nas palavras de Pacheco (2020, p. 110):

A porção de negros entre os mais pobres, analfabetos, dentre inúmeros outros tantos indicadores, demonstra a intensidade das desigualdades raciais no Brasil, apontando para a discrepância entre nossa capacidade de identificar e reparar danos causados por essas desigualdades a partir de dados de diferentes fontes. O racismo, tão notório nesses indicadores, parece desaparecer quando procuramos por ele nas estatísticas de registros criminais. O resultado é que, se pelos indicadores sociais e trabalhistas o racismo é visivelmente gigante, pelas lentes dos registros criminais, ele parece minúsculo. Há, portanto, baixa eficácia do aparato penal no combate ao racismo, à xenofobia, e ao racismo religioso no Brasil, pelo menos no que tange a criminalização de condutas discriminatórias.

Aqui passo a me aproximar de Achille Mbembe (2014; 2017) para pensarmos a construção do negro e do branco na sociedade brasileira; os locais que cada um ocupa para/na produção de privilégios e espaços politicamente organizados, especialmente enfocando o campo da segurança pública local. No campo estatístico, como se percebe do acima referido, os dados sobre cor/raça ainda são precariamente coletados. No Estado da Paraíba essa afirmação se torna relativa, tendo em vista que o PPUPP privilegia os números como elementos capazes de dar um panorama exato das ações desenvolvidas pela SESDS e seus agentes. O que chama a atenção, por outro lado, é o fato de no Estado não haver sequer um registro de injúria racial nos anos de 2018 e 2019.

À primeira vista este dado deveria ser objeto de comemoração, vez que a inexistência de registro nos poderia fazer crer que, de fato, o crime de injúria racial inexistia no Estado. Por outro lado, seguindo as considerações de Pacheco e ciente da ideia de democracia racial que ainda vigora em nossa sociedade, esta informação se acopla ao referido sobre a inexistência do racismo por parte da PMPB, assim como a não abordagem por parte das

ações do PPUPP quanto a mortalidade da juventude negra em solo paraibano, conforme trabalharei ao longo desta escrita, mas que desde já aponto nas falas de alguns entrevistados:

Na Paraíba, rapaz, na Paraíba em si, eu acho que não tem isso muito de cor não, porque a maioria do pessoal aqui é cor parda, né. Em si a polícia também é meio parda, então aquele negócio de racismo, eu acho que não tem muito aqui não.. (entrevista realizada com o Aluno 38 no dia 02/09/2020).

[...] Então, tipo, o que acontece nos EUA repercute aqui e segue a modinha³³, né, de certa forma. Eu acho que isso aí é modinha, porque se não tivesse acontecido isso lá nos EUA aqui não teria nem essa repercussão toda disso aí. Eu acredito nisso. [grifos meus] (entrevista realizada com Aluno 36 no dia 01/09/2020).

Como é possível perceber, desde já, da fala dos entrevistados, o enfrentamento sobre o racismo no âmbito da corporação não é apontado como uma temática central. Aliás, é preferível pensá-lo, por vezes, como “modinha”. Seguindo o viés do marcador raça, o sistema carcerário brasileiro também segue com sujeitos específicos compondo a sua população. O número de pessoas encarceradas no Brasil se estabilizou, quando comparados os anos de 2018 e 2019. Por outro lado, o déficit de vagas e condições para a dignidade mínima dos e das apenadas segue sem ser uma pauta abordada pelo executivo e legislativo federais (PIMENTEL, BARROS, 2020).

No que tange a população carcerária, os marcadores raça, gênero e faixa etária seguem o padrão das pessoas vítimas dos crimes dolosos em solo brasileiro: homens negros do sexo masculino formam o maior contingente de presos. Amanda Pimentel e Betina Barros (2020, p. 307) ao comporem um dos artigos do Anuário do FBSP/2020, apontam:

Ainda que o maior encarceramento de pessoas negras não seja propriamente uma novidade, ao se analisar a série histórica do dado raça/cor dos presos no Brasil fica claro que a cada ano esse grupo representa uma fração maior do total de pessoas presas. Se em 2005 os negros representavam 58,4% do total de presos, enquanto brancos eram 39,8%, em 2019 essa proporção chegou a 66,7% de negros e 32,3% de brancos. A taxa de variação nesse período mostra o crescimento de 377,7% na população carcerária identificada pela raça/cor negra, valor bem superior à variação para os presos brancos, que foi de 239,5%.

Ainda seguem as autoras:

Ou seja: verifica-se que, as prisões no Brasil estão se tornando, ano a ano, espaços destinados a um perfil populacional ainda mais homogêneo. No Brasil, se prende cada vez mais, mas, sobretudo, cada vez mais pessoas negras. Assim, se há algum

³³ A “modinha” referida pelo entrevistado, diz respeito as ondas de protestos que aconteceram no Estados Unidos, reverberando no Brasil, sobre a morte do homem negro George Floyd, por uma policial branco, em Minneapolis, em maio de 2020.

tipo de política de desencarceramento sendo realizada, ela vem atingindo com mais intensidade a população carcerária identificada pela raça/cor branca (Idem).

Mortalidade da juventude negra, encarceramento da população negra, morte de policiais negros, inexistência ou políticas públicas fraturadas para/na abordagem desse extermínio no campo da segurança pública, inexistência de dados ou negação do cometimento de crimes são alguns dos elementos que busquei apontar até aqui, para que miremos, mais precisamente, o campo da segurança pública paraibana, sem descuidar, obviamente, do cenário brasileiro, visto que ao trabalharmos com as políticas públicas desenvolvidas nos Estados, neste caso o Estado da Paraíba, o fomento de dados e a divulgação das informações coletadas regionalmente, acabam compondo o cenário nacional.

Além disso, ao trabalhar com a Polícia Militar, embora seja ela localizada regionalmente (a PMPB), as dinâmicas institucionais não variam profundamente. Inclusive, ao longo das entrevistas essa informação apareceu, tendo em vista que alguns policiais transitam entre as instituições, fazem curso de formação no Ceará, em São Paulo, etc, assim como os agentes de outras PMs vêm até a polícia paraibana. Diante dessas informações trazidas pelo FBSP (2020), percebe-se que a dinâmica de enfrentamento ao racismo e seus efeitos no campo da segurança pública atingem o país de forma generalizada. No estado da Paraíba, como referido anteriormente, esse tratamento se torna ainda mais problemático quando o reconhecimento do racismo se torna quase um “tabu”, seja pelos gestores, seja pelos praças.

Embora se nomeie as desigualdades, a raça se torna um coadjuvante frente marcadores como a classe. É mais “fácil” reconhecer a desigualdade apontando para as diferenças econômicas do que enfrentar os privilégios que envolvem a população branca, em seu sentido amplo e, em decorrência disso, a construção de uma sujeição criminal, como nos pontuou Michel Misse (2008). Esses sujeitos, segundo se percebe das entrevistas, como destacarei ao longo da tese, geralmente estão localizados em um determinado território, vestem-se de uma determinada maneira, possuem posturas, signos e gestos que lhes tornam passíveis de abordagens recorrentes; vigias constantes e investidas por parte dos agentes de segurança pública. Ainda com Misse, podemos pensar no conceito de acumulação social da violência, abordado no capítulo II.

Acredito que a classe social seja um importante marcador para pensar os rótulos que direcionam a “cultura do controle” no presente. Por outro lado, buscarei defender o quanto a raça se apresenta como um elemento invisibilizado no âmbito das políticas públicas no campo da segurança pública brasileira, levando para uma gestão da morte, como nos

esclarece Achille Mbembe (2017), por meio da construção de políticas de inimizade, de sujeitos, territórios, fronteiras porosas que alimentam a existência de quase vivos, quase mortos, ao passo que se normaliza essas ações como verdades da Era contemporânea. Ainda com Mbembe (2014), a raça consiste em uma ficção útil na/para a gestão populacional, como é possível verificar nos dados aqui sinalizados.

Como salientado acima, ao citar a lei 11.049/2017, o PPUPP dialoga com a perspectiva nacional ao apontar os marcadores raça e juventude como “grupos sociais mais vitimados pela violência letal”. Por outro lado, embora seja uma política que vigore desde 2011, não há qualquer direcionamento institucional a esse público, exceto os programas desenvolvidos por alguns atores da PMPB, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas³⁴ (PROERD), assim como algumas ações elaboradas nas Unidades de Polícia Solidária.

Ao entrevistar Major E. que esteve, ao longo de sua carreira, envolvido com a educação da polícia militar, ele apontou que além do Proerd, o Comando desenvolveu, também o Programa Recomeçar, trabalhando com o público não atendido pelo Proerd, em suas palavras, “a juventude maior”. Entretanto, o efetivo deslocado para o desenvolvimento desse programa são apenas dois instrutores que atuam nas escolas que os convidam para atividades. Segundo o entrevistado: “Coincide também com a disciplina que já existe nas escolas cidadãos integrais, no Estado. Então, quando ele vai para essas escolas geralmente o horário que dão a ele é dessa aula, que boa parte do conteúdo dele aborda isso aí” (Entrevista realizada com o Major E. no dia 06/12/2019).

Um dos elementos frisados pelo entrevistado é a necessidade de que os projetos desenvolvidos pelas Unidades de Polícia Solidária ou pelos próprios policiais em ações mais dispersas sejam revertidos para os propósitos da segurança pública. Segundo ele, é necessário que se desconstrua a visão de que a polícia é repressiva e truculenta, ou de que haja um antagonismo entre a instituição e a sociedade. Para isso não basta haver um “show de calouros”, é necessário que a ação do policial esteja ligada à Polícia Militar e a segurança pública, de forma mais ampla. Sugere que muitas vezes o que se observa são ações com propósitos eleitoreiros e para benefício próprio o que, em sua visão, destoa da gestão que está buscando desenvolver junto à Coordenadoria de Integração Comunitária e Direitos Humanos paraibana.

³⁴ É importante salientar que tanto o corpo de bombeiros quanto a polícia civil local, desenvolvem projetos com crianças e adolescentes, mas como o foco da pesquisa se direciona à polícia militar, a abordagem se restringirá aos projetos desenvolvidos em seu bojo.

Por outro lado, salientou que os programas preventivos desenvolvidos pela coordenadoria não concorrem às bonificações estabelecidas pela lei 10.327, promulgada em 11 de junho de 2014. A lei em comento estabelece o Prêmio Paraíba Unida Pela Paz (PPUP), destinado aos policiais civis e militares, assim como ao corpo de bombeiros que tenham concorrido para a redução dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais, nos territórios Integrados de Segurança e Defesa Social, conforme estabelece o seu art. 1º (PARAÍBA, 2014).

O Capitão A, responsável pela UPS de Bayeux, considerada uma das Unidades referência pelos projetos sociais que desenvolve, apontou que no caso das bonificações “É 11% e tchau. Reduziu 11%, conseguiu” o que envolve as reduções de CVLI ou de CPV. Logo, os projetos sociais organizados em parceria com a ONG³⁵ por mais que reverberem nessa redução, não têm como ser contabilizados e, na correnteza da nova gestão pública, os números e a demonstração de resultados com base neles, se faz imprescindível.

Como destacou o Major V. em uma das entrevistas que realizei, a palavra-chave do PPUPP é “gestão para resultados”, ao passo que os dados que aponte sobre a mortalidade da juventude negra, nos faz refletir sobre que gestão é essa, seus direcionamentos e enfoques. Assim como essa é a palavra-chave, a construção de uma polícia solidária também foi referida. Inclusive, os primeiros entrevistados que foram sugeridos pelo próprio Major V eram atuantes desse segmento da polícia militar paraibana, justamente para que fosse balanceada a ideia de números com formação social, aproximação comunitária, construção de territórios de paz. É importante frisar a palavra “construção” nesse caso, porque em momento algum me foi sugerida a ideia de “território pacificado”, pelo contrário, buscava-se afastar a semelhança com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) implantadas no Rio de Janeiro. Como disse Larrosa (2002), palavras não são só palavras, a escolha de cada uma delas é recheada de contextos.

Entendo relevante pensar nessas exterioridades e pontilhados que emergiram no campo, pois assim como referem Jacqueline Muniz e Kátia Mello (2015), as simbologias e discursividades que permeiam a polícia militar enquanto instituição, estão constantemente atravessando as suas argumentações. O que quero dizer com isso é que quando se aciona Unidades de Polícia Solidária, embora eu não tenha sugerido nas pautas das entrevistas as UPPs, estas foram referidas justamente pelo histórico, críticas, etc que têm essas instituições. Da mesma forma, quando perguntei sobre “sujeito suspeito”, como veremos oportunamente:

³⁵ No capítulo IV, ao discutir o eixo analítico “polícia solidária” contextualizo a articulação entre a UPS Mário Andreazza e a ONG Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste.

minha pergunta foi “corrigida” para “atitude suspeita, você quer dizer, né?” e com isso explicações sobre o que se entende por “atitude suspeita” foram tecidas, buscando afastar, especialmente, a ideia de um sujeito pré-definido como sendo o alvo polícia.

Nessa mesma passada, foi recorrente a necessidade de afastar a discussão sobre racismo, seja no âmbito da instituição, seja no trato com a população. Mesmo assim, tornou-se possível perceber o quanto a ideia de “classe” se liga diretamente à perspectiva da raça nas falas dos e das entrevistadas. A ligação entre branco/rico, pobre/negro também esteve presente nas explicações sobre abordagem. Nesse sentido:

[...] A gente é até meio instruído também de abordar de forma meio que... porque sempre tem um juiz ou alguma autoridade que pode nos prejudicar, aí não, vamo devagar e tal, porque a gente fazendo o nosso trabalho ainda pode ser prejudicado, aí tem medo por isso, não pela questão de classe, mas de ser punido, né. Aqui na Paraíba a gente não tem distinção, assim, né, pelo menos não eu, né, distinção de ser **pobre ou branco, não, pobre ou rico, né**. Se for mediante a minha abordagem é a mesma abordagem, mas claro que na orla é diferenciado, realmente é diferente da comunidade, isso aí não posso mentir não [grifos meus] (Entrevista online realizada com Aluno 38 do CFSD no dia 02/09/2020).

Como será possível perceber ao longo das entrevistas, classe foi um marcador recorrente nas falas dos entrevistados. Porém, como aponto no decorrer da tese, no campo da segurança pública o marcador classe, historicamente, tem ganhado uma maior ênfase na discussão teórica, enquanto o marcador raça fica a ele acoplado. Entendo que são marcadores distintos, que interseccionados se tornam ainda mais perversos no trato social. Por outro lado, me valendo do conceito de branquitude, entendo que brancos e negros habitando o mesmo território terão tratamento discriminatório diferenciado, sendo o branco considerado exceção por residir em favelas, comunidades, enquanto que negros se entende como algo comum (SCHUCMAN, 2012).

Embora haja discussões bastante elaboradas visando afastar a ligação entre raça e pobreza, criminalidade e pobreza, criminalidade e raça (FELTRAN, 2008), tais enunciações ainda se fazem presentes no cotidiano policial, o que entendo esteja profundamente associado aos privilégios da branquitude (SILVA, 2017). Destaco que em alguns casos, a pauta raça deixou algumas entrevistadas reflexivas sobre a temática, embora a justificativa “abordagem padrão” fosse utilizada como sinônimo de técnica institucional para o policiamento ostensivo e, seu antônimo, a conduta individualizada de alguns sujeitos preconceituosos. Logo, não seria o reflexo da instituição.

Pois, é, eu não entendo... Eu sei que existe... mas existe muito o preconceito, né. Tipo, assim, eu acho que existe muito isso, tipo assim, se tem uma pessoa andando

mau alinhada e ela é negra e a outra é branca, ainda existe isso, né, de você achar que aquele negro ali ele tá fazendo coisa errada. Eu acho que talvez exista um pouco isso de alguns, sim. Porque o nosso país ele é muito racista ainda, né? (Entrevista online realizada com Aluna 33 do CFSD no dia 03/09/2020).

Ainda no que tange a “nova gestão pública”, historicamente há um déficit de efetivo, armamento e viaturas nas polícias militares (FRANÇA, 2014). Entretanto, não foi uma pauta que elegi como central nas entrevistas e, mesmo assim, ela foi recorrentemente levantada pelos entrevistados, especialmente, pelos alunos e alunas do CFSD. É importante pontuar que no contexto pandêmico houve uma drástica mudança no emprego destes sujeitos na PMPB. O curso de formação desta instituição é um dos mais longos do Brasil, podendo variar alguns meses entre as turmas. O currículo atual prevê a duração de 15 meses para a formação. Ao longo dela, aulas teóricas e práticas são ministradas e, ao fim do curso, os alunos e alunas fazem estágio nos Batalhões.

No decorrer do curso, entretanto, eles e elas são empregados no serviço interno, isto é, na limpeza do quartel, na vigia das alamedas do Centro de Ensino, nas guaritas, “tiram serviço” nos estádios de futebol, etc. No ano de 2020, por exemplo, os e as ingressantes participaram das operações no carnaval, ou seja, dois meses após a sua entrada no curso, apenas com algumas aulas de tiro foram atuar junto à comunidade. Nesse período houve greve por parte das polícias civil e militar na Paraíba, tendo em vista a demanda por equiparação salarial para os agentes da reserva. Já aqui houve emprego dos alunos e alunas do CFSD:

No carnaval foi o primeiro serviço da gente externo, né, foi o serviço de carnaval. Aí cautelaram a gente com? Revólver... (Entrevista online realizada com Aluna 33 do CFSD no dia 03/09/2020)

[...] No caso da gente não deu nem um mês, um mês e meio direito, a gente já tava fazendo no carnaval lá, trabalhando, armado já. (Entrevista online realizada com Aluno 36 do CFSD no dia 01/09/2020)

No carnaval eu não me sentia nem [preparada] pra tá tomando conta de uma arma, vou falar a verdade, né. (Entrevista online realizada com Aluna 34 do CFSD no dia 02/09/2020).

Durante as semanas que estive no Centro de Ensino da PMPB o serviço do carnaval foi algo recorrentemente comentado, uma porque teria sido o primeiro serviço dos então ingressantes, duas porque muitos ali não se sentiam preparados, como pontuou uma das entrevistadas. Lembro de ouvir que a “missão” do carnaval era não perder o revólver do coldre e trazê-lo para o Batalhão. É nesse sentido que passei a questionar a ideia de uma polícia melhor preparada. Isso não significa, mais uma vez, que não haja investimento em

tecnologias – e veremos que há –, o que se torna relevante pensar é quais os segmentos da PMPB sentem os impactos mais incisivos dessa mudança institucional e como isso acaba afetando diretamente a implementação da política pública em questão.

Explico: alguns autores e autoras apontam para a incomunicabilidade existente entre oficiais e praças (VASCONCELOS, 2019); o quanto a formação dos primeiros se dá de forma bastante diferente destes últimos, embora sejam estes a maior parte do efetivo militar também na Paraíba. Como pontua uma das alunas:

lá [no quartel] existe o moído por conta de posto, né, de graduação, ah, eu sou aluno, eu sou menor do que um aluno sargento, um cabo, um sargento, isso aí dá até nojo (risos), dá vontade de estudar pra outro concurso só por causa da hierarquia que é chata demais (Entrevista online realizada com Aluna 33 do CFSD no dia 03/09/2020).

Além disso, um montante significativo do efetivo da PMPB é composto por policiais da reserva que foram reincorporados ao serviço, tendo em vista a baixa significativa de seus salários quando aposentados. Segundo os entrevistados, a redução beira a 40%, fazendo com que muitos policiais voltem ao serviço após a aposentadoria.

Com o advento da pandemia muitos desses militares foram afastados, pois pertenciam ao grupo de risco. Tal dinâmica afetou sobremaneira a atuação dos alunos e alunas do CFSD, visto que mesmo com cerca de três meses de incorporação na PMPB - somando-se a isso a semana zero, recesso de final de ano, emprego no carnaval e recesso pós carnaval –, passaram a atuar nos mais diversos serviços. Nas palavras de uma entrevistada:

É, e assim, a gente tá fazendo coisa que nenhum aluno faz. [...]E a gente tá tirando serviço nos Batalhões, na viatura, fazendo incursão! A gente não teve disciplina de conduta de patrulha, incursão, essas coisas a gente não teve nada. A gente já está fazendo na tora mesmo, nos beco da vida. É incrível dizer um negócio desse, mas é. A gente já entra em comunidade, já entra nos beco, já entra na casa do povo (risos). Então é moído, assim. A gente vai aprendendo na tora mesmo, a gente não teve formação ainda. Porque a formação ficou o quê? A formação mesmo ela tava em dois meses, porque no geral, antes da pandemia, três meses, mas aí teve semana zero, aí teve o recesso de final de ano, pronto, aquela semana de serviço de carnaval. Assim, dizendo assim, formação, formação, a gente teve dois meses (Entrevista online realizada com Aluna 33 do CFSD no dia 03/09/2020).

Como é possível aferir da fala da entrevistada, a pandemia afetou significativamente as aulas do CFSD. De aulas presenciais que ocorriam nos períodos da manhã e tarde, passou-se a duas aulas online por semana, cada uma com cerca de uma hora e, por fim, em uma das últimas entrevistas realizadas, a informação que obtive era de que as aulas haviam sido

suspensas. É interessante destacar que as aulas dos alunos sargentos ocorreram normalmente de forma online, sendo, inclusive, promovidos, conforme notícia da SESDS³⁶. Fatos como estes também foram mencionados pelos entrevistados e entrevistadas, tendo em vista as divergências de tratamento sentidas no dia a dia.

Por outro lado, o possível despreparo e a relação com a comunidade não foi sinalizado em nenhum momento como um ponto preocupante por parte dos alunos e alunas do CFSD, e isso, como buscarei abordar no capítulo IV, está intimamente ligado a perspectiva hierárquica existente no ambiente da polícia militar. Essa dinâmica leva a estender a problematização para além dos tempos pandêmicos, visto que a construção de um “outro”, com a incorporação nos quadros da polícia militar, se torna central. Os ritos de passagem para deixar de ser civil, a compreensão de que esse disciplinamento do corpo é imprescindível para a formação de um bom policial, está presente nas falas dos e das entrevistadas, não sem questionamentos, certamente. Essas posturas, nos permite colocar sob suspeita as ideias de nova gestão pública e transversalidade dos direitos humanos na formação da polícia atualmente.

Ainda no que tange as discussões sobre raça e genocídio da população jovem negra, os números foram importantes aliados nessa construção. Como referido acima, é notório aos gestores a mortalidade da juventude negra; assume-se essa existência, justamente pela questão dos números de referência nacional sobre a mortalidade dessa população, o que não torna a Paraíba um caso isolado. Por outro lado, quando se problematiza a criação de políticas, de estratégias para essa contenção, percebe-se que diferentes marcadores são utilizados, assim como a necessidade do chamamento de outras áreas para essa empreitada, como a educação, produção de renda entre outros mecanismos. Nota-se que existe a compreensão das diferentes esferas que sustentam as estratégias do fazer morrer contemporâneo, ao passo que se entende que a Polícia Militar e a própria política de segurança pública não são responsáveis por isso.

Quando trazido exemplos das polícias do Rio de Janeiro e São Paulo a argumentação dos e das entrevistadas é de que “tudo” é considerado racismo; ou ainda, de que nesses territórios se vive uma guerra e, conseqüentemente, precisa-se estar preparado para ela, pois “a missão é voltar vivo pra casa”. Nesse sentido, podemos observar as falas de alguns oficiais responsáveis pela aplicação de projetos sociais e pela formação dos agentes nos cursos de polícia solidária:

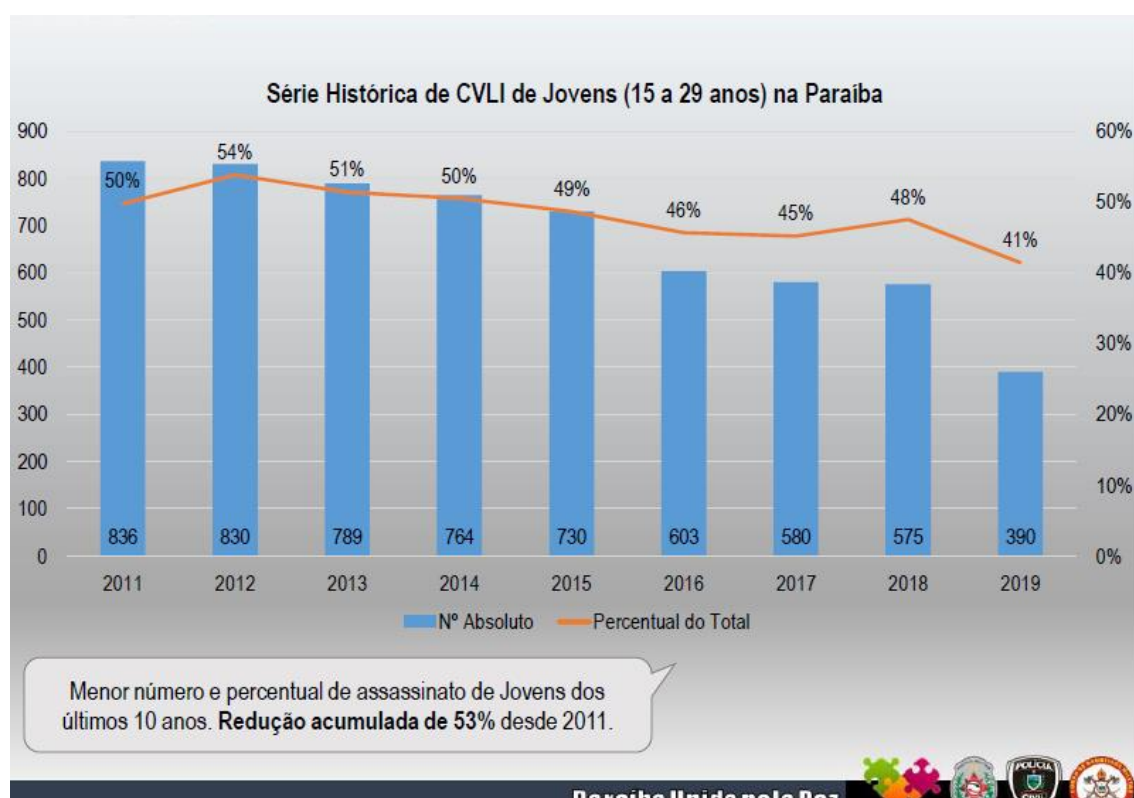
³⁶ @sesdsgovpb, notícia publicada no Instagram da secretaria.

[...] em alguns pontos é bem polêmico isso. Quando se fala em juventude, quando se faz esse recorte juventude negra, branca, amarela, azul, rica, pobre, gorda, magra, **eu não vejo com bons olhos quando tem esses recortes** e, volto a dizer, isso não é opinião da instituição, minha opinião pessoal. Às vezes algumas pessoas, alguns segmentos é, tentam tirar proveito de sensibilizar algumas pessoas com alguns recortes estatísticos [grifos meus] (entrevista realizada com Major E no dia 06/12/2019).

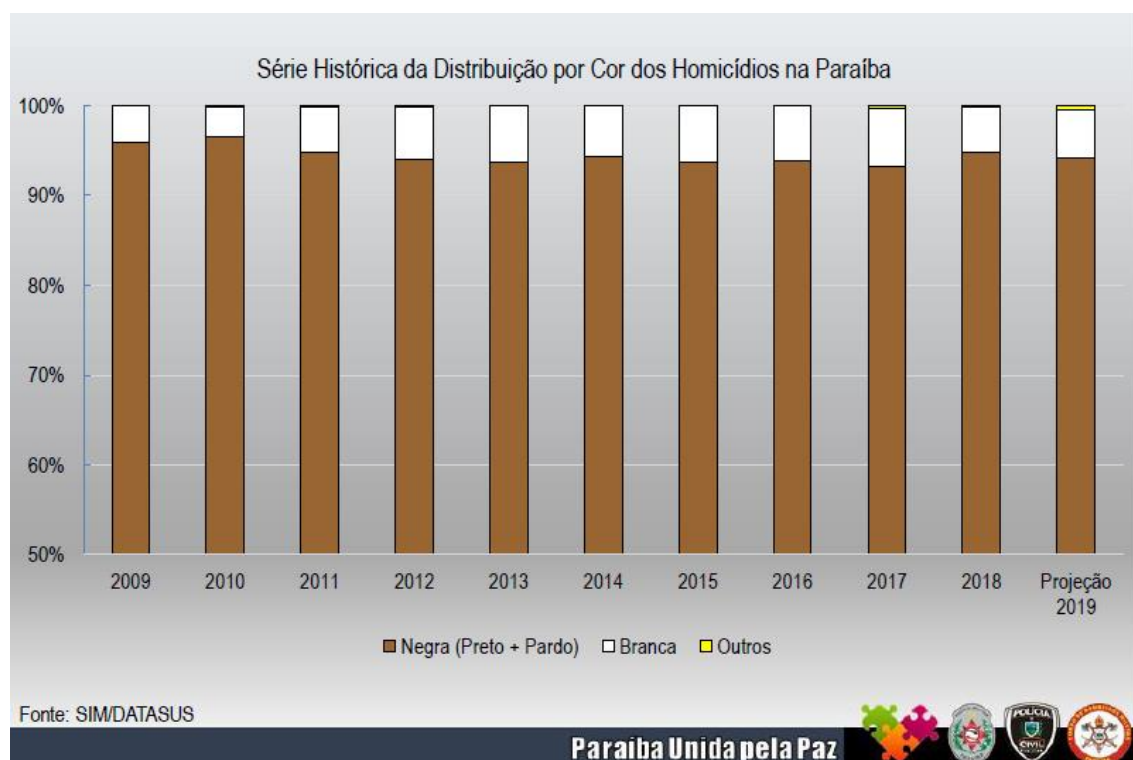
[...] Eu não digo tanto a questão da... Digamos assim, a questão da juventude negra, **eu não gosto muito de pegar em cima desse ponto racial, mais social**, vamo trabalhar em cima de quem tá apanhando mesmo, da classe baixa. Vamo ver como é que a gente melhora, vamo botar algum projeto social, vamo tirar a ociosidade desse pessoal, vamo ver... [grifos meus] (Entrevista realizada com Capitão A no dia 10/12/2019).

Eu **creio que não só uma questão assim, como é que eu vou falar, violência contra jovens negros, isso aí, eu acho que é mais pra uma questão cultural**, de formação, enfim, de comunidades, né, que a gente sabe toda aquela parte histórica, tudinho [grifos meus] (Entrevista realizada com a Tenente R no dia 17/12/2019).

Como referido acima, a mortalidade da juventude negra no estado da Paraíba é considerada entre média e alta vulnerabilidade relativa, segundo os dados produzidos pelo Índice de Vulnerabilidade juvenil à violência, publicado em 2017 (FBSP, 2017). O anuário de segurança pública do Estado da Paraíba, publicado no início de 2020, aponta para uma queda significativa na mortalidade da juventude. Entretanto, não efetua o cruzamento juventude e raça, vejamos:



Ainda dialogando com Larrosa (2002), é importante pensar sobre o que pode ou não ser dito, representado, desenhado. Em um outro gráfico, há a representação da mortalidade da população negra de forma geral, ou seja, mais uma vez, não se efetua o cruzamento das categorias raça e juventude. Segundo o anuário, houve uma redução acumulada de 43% nos últimos 10 anos na mortalidade da população negra, isto é, a análise demonstra a incidência para além dos anos de atuação do PPUPP, visto que sua implementação foi em 2011, como referido. Essa informação é para que a/o leitor/a atente que em certas ocasiões as comparações serão feitas para além do marco inicial 2011 e, em outras situações, para aquém. É preciso gestar os números para bem governar, não esqueçamos. Mesmo assim, quando verificamos o gráfico ele é bastante emblemático. Vejamos:



PARAÍBA. Anuário de Segurança Pública PB. 2019

Imagino que a leitora e o leitor, assim como eu, tenham se impressionado com esta imagem. Ela nos mostra um dado que nos faz olhar reiteradamente para ter certeza de que estamos entendendo bem o que ela demonstra. Ao menos foi assim que reagi. Inclusive pedi para conversar com o Major V novamente para saber como se dava essa configuração, se a análise proporcional da população negra havia sido computada. Sim, havia. Conforme

destacou, os dados são coletados junto ao SIM/DATASUS³⁷, visto que as informações são mais confiáveis e a partir das variáveis ali disponibilizadas gera-se o gráfico.

Como se observa da figura acima, o número de pessoas negras (representados pelos marcadores pretos e pardos) vítimas de crimes violentos letais intencionais é esmagadoramente maior do que de pessoas brancas. Se extrai também, que essa informação se estende no decorrer da implementação do PPUPP, logo, não se trata de um dado isolado, tampouco não diagnosticado pelos gestores. Aliás, a própria lei 11.049/2017 – que prevê a implementação do PPUPP – já apontava para a necessidade de um direcionamento para os marcadores raça e faixa etária. Ao mesmo tempo, não há nenhuma condução específica, no âmbito da segurança pública paraibana, para a contenção dessa mortalidade.

É importante pontuar que, assim como em Pernambuco, na Paraíba fora criada uma pulseira de identificação quando da ocorrência do óbito, “Pulseira Cadáver”, para que a contagem não reste duplicada ou subnotificada, isto é, a informação de uma dada morte pode ser noticiada pela PMPB, pela Polícia Civil e pelo Instituto Médico Legal (IML), por exemplo, podendo gerar uma sobrenotificação de dados ou ainda, pode não ser repassada a informação aos órgãos de segurança pública (SILVA, 2016). A pulseira serve para identificar o cadáver e essa identificação circular pelos locais onde passar. Com o cruzamento dos dados – por isso também a importância de um sistema de inteligência e integração entre os órgãos –, se faz possível gerar uma única informação. Governar as coisas. Conhecer para melhor governar.

Como pontuado, busquei me informar junto ao Major V., mais uma vez, como ocorria a composição desses dados. Ele explicou que por meio do SIM/DATASUS³⁸ as tabelas são geradas conforme o recorte solicitado. Refiz esses gráficos para compreender um pouco mais, visto que o dado do anuário era estimado, pois sua compilação foi em outubro de 2019, mas os dados do SIM/DATASUS coincidiram com a projeção. Analisando esses números de forma relativa, é possível verificar que a redução da mortalidade negra – embora não tenha sido possível gerar o gráfico comparativo entre a mortalidade da juventude negra e branca – é ínfima se observando relativamente ao total de homicídios informados no anuário (PARAÍBA, 2019, p. 48):

³⁷ Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

³⁸ Caso a leitora queira conferir o site, vide: http://tabnet.saude.pb.gov.br/tabnet/deftohtm.exe?tabdo/sim_estado.def

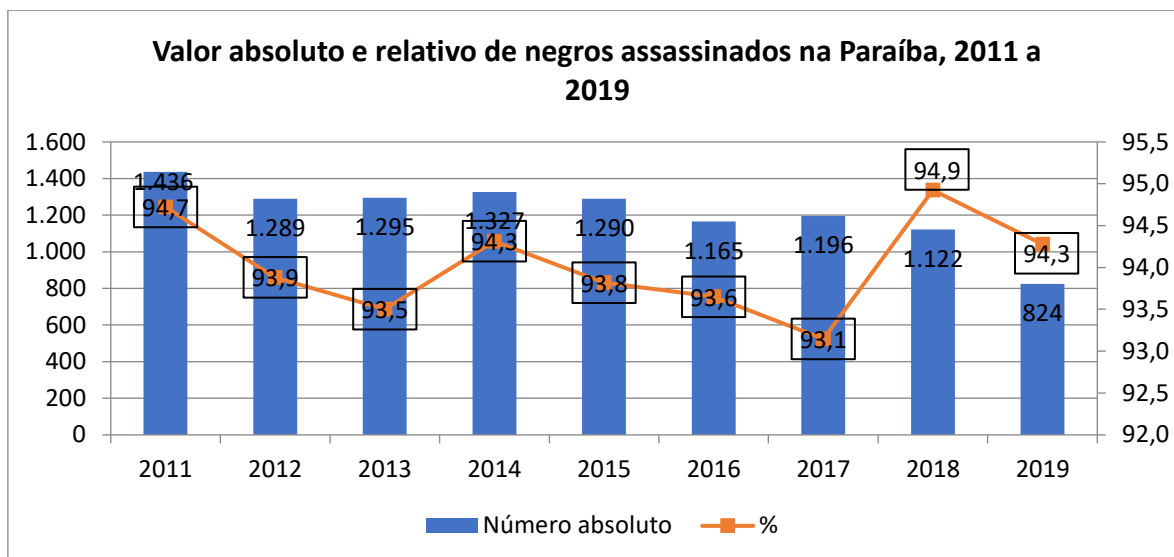


Gráfico 3. Fonte: Autora com base nos dados do Anuário de Segurança Pública PB (2019) e SIM/DATASUS^{39,40}

O atual anuário demonstra uma redução significativa no número absoluto de negros mortos desde a implementação do PPUPP, o que corrobora a afirmação do Major V, que reduzindo a “morte de todo mundo”, a dos negros também será reduzida, isto é, atua-se “indiretamente”. Como se observa no gráfico acima, em 2011, o número de negros mortos chegou a 1.436 em números absolutos, caindo para 824 em 2019. À medida que efetuamos essa análise por meio do percentual relativo, isto é, o número de mortes de pessoas negras *versus* o número total de homicídios, percebemos que essa redução corresponde a menos de 1% se comparado ao ano de 2011. A maior redução ocorreu no ano 2013, aumento exponencial em 2018 e redução substantiva em 2019.

Esses apontamentos nos levam a problematizar o olhar dirigido a essa população pelo PPUPP e seus agentes, justamente porque são os atores responsáveis pela sua implementação. Significa dizer que compreender as estratégias de abordagem, no que consiste a “atitude suspeita” e suas exterioridades, levam a analisar como uma política fundamentada na nova gestão pública, atenta às diretrizes da Matriz Curricular Nacional e afeita à transversalidade dos direitos humanos, negligencia o tratamento da mortalidade da população negra, especialmente, da juventude negra. Sustento que ao se referir uma redução

³⁹ Conforme informado pelo Major V., seguindo a metodologia utilizada pelo Atlas da Violência, para selecionar o número de CVLI em dado estado, os CID 10 utilizados vão de X85 a Y09, somando-se, atualmente, também o Y-35 e Y-39. Cada uma dessas numerações corresponde a uma forma dolosa de homicídio, seja por agressão, seja por letalidade policial. No que tange ao marcador Negro, seguimos a utilização do IBGE somando pretos e pardos nessa nomenclatura.

⁴⁰ Aproveito para agradecer a Rafaella Egues pela ajuda e paciência nas explicações sobre estatística e formulação de gráficos, o que lhe exigiu dias e dias, diante da minha total incompetência com números, tabelas e excel.

geral da mortalidade em solo brasileiro, especialmente, no caso da Paraíba, é consentir com a extermínio da população jovem negra. Defendo que é uma das formas narcóticas pelas quais se alimenta a necropolítica.

Voltemos à questão das simbologias, à ideia de democracia racial – a qual será melhor trabalhada no segundo capítulo – e o quanto essa não problematização fundamenta a racismo estrutural como norma, como refere Silvio Almeida (2019). É importante ter claro que não o entendo como algo estático, baseado em estruturas rígidas e imodificáveis, entendo, sim, que por meio do nanoracismo, conceito trazido por Achille Mbembe (2017), as práticas mais corriqueiras, maldosas ou não, as veias do racismo e, conseqüentemente, da gestão da morte são sustentadas. É justamente isso que busco demonstrar por meio das análises.

E antes de me encaminhar para a discussão teórica, gostaria de trazer um outro ponto reiteradamente debatido ao longo desta pesquisa e que até aqui já foi bastante pontuado: as estatísticas. Espero ter conseguido demonstrar por meio delas, dos gráficos, o quanto a mortalidade da juventude negra é um dado que precisa de uma atenção urgente no cenário brasileiro, tendo em vista a construção histórica da nossa sociedade e as forças que ativamos para a sua permanência no presente (BENTO, 2002). Por outro lado, gostaria de instigar a leitora e o leitor a perguntarem-se sobre quais verdades esses dados nos levam a construir. Do que tratamos, no campo da segurança pública, quando apontamos os números, os gráficos, como verdades triunfantes? Mais, como os marcadores aqui mencionados são enfrentados, debatidos, construídos por meio dos números? Criamos territórios e populações? Construimos subjetividades?

Pois bem, seguindo na esteira de Michel Foucault (2008, 2008a), as estatísticas tratam-se de “uma criação de utilidade pública” (2008, p. 434), as quais dão sustento para a governamentalidade contemporânea, como buscarei expor no decorrer do segundo capítulo. Por ora, basta sinalizar que entendo e aponto no decorrer desta pesquisa a importância do saber estatístico, o quanto há um grau de materialidade trazido por elas que precisa ser encarado como elemento na/para a gestão da população. Tanto é assim, que defendo que a população jovem negra, no Estado da Paraíba, vem sendo sistematicamente negligenciada pelo campo da segurança pública local.

Ao mesmo tempo, esses mesmos dados acabam por construir locais, sujeitos e práticas como portadores de maior perigo, de autorização para o emprego de arbitrariedades,

para a normalização da morte⁴¹. Como destacam Popkewitz e Lindblad (2001), há fabricação de categorias de pessoas por meio do saber estatístico. Esta fabricação, inclusive, será fundamental para o desenvolvimento desta tese, justamente porque o saber das estatísticas que nos atravessa enquanto sujeitos da modernidade, inseridos em um sistema neoliberal, chancela as estratégias mortíferas da necropolítica.

Essa afirmativa pode ser extraída das falas de alguns gestores:

Na verdade, a gente tem redução, com base nos próprios dados do Data SUS, tem redução **no número de negros assassinados, porque aí a gente ataca esse, esse grupo específico do crime organizado**. Então é aquele indivíduo que é jovem é, por amostragem, **a gente já viu, várias vezes, que a maioria dessas pessoas que são assassinadas ela tem algum envolvimento prévio com a criminalidade** [grifos meus] (entrevista realizada com Major V. no dia 02/12/2019).

Então, nossa análise mostra que tá aqui e tá envolvido com criminalidade, mas eu não vi, em momento algum, se falar **na quantidade de jovens negros que o crime oferece pras pessoas**. Eu não escuto sobre isso. E eu não sei, talvez, por questão assim, de coragem de tocar em algo complicado e que talvez tenha desdobramentos, não sei. Agora atacar a polícia militar, acusando de fazer isso, não tem represália, né. Continua anos e anos acusando a polícia de coisas que eu sei que nunca fiz, mas muitas vezes eu sou tachado de como se tivesse feito. Então, talvez, não sei, falte alguém com coragem pra mostrar isso: não, todos esses ou a grande maioria, tá envolvido com o crime, não tem escolaridade, não tem renda, não tem formação ou qualificação profissional [grifos meus] (Entrevista realizada com o Major E. dia 06/12/2019).

Como se percebe das falas dos oficiais, a ligação entre criminalidade e a raça, nas suas percepções, tem uma aproximação bastante enfática, ao passo que se isenta a polícia na ação direta da mortalidade, por exemplo. O Major E., inclusive destaca os diferentes fatores que atravessam a mortalidade, mas nem por isso deixa de apontar que negros são reiteradamente “oferecidos” à criminalidade. Volto a pontuar, não se nega o grau de materialidade dessas ações, especialmente, em virtude das desigualdades abissais que nos afligem enquanto população brasileira, por outro lado, o que se torna possível diagnosticar já nestas falas, é a ligação “útil” que se efetua entre raça e criminalidade, raça e pobreza.

Nota-se quase uma ligação embrionária entre esses elementos. Como pontua Paula Henning (2019, p. 374), “para *dar conta* do futuro, apela-se para o raciocínio da probabilidade” [grifos no original], e é nesse sentido que as estatísticas emergem como trunfo na construção de saberes, territórios e populações. É nesse sentido que o saber estatístico se apresenta como um componente fundamental na construção de categorias tidas

⁴¹ Também no capítulo dois destaco que, na correnteza de Michel Foucault (2005) e Achille Mbembe (2017) não entendo a morte apenas como a retirada da vida, mas também as práticas porosas que constroem as desigualdades fundamentadas na raça e que barram, dificultam o acesso.

como naturais, o que exige uma problematização mais tênue, especialmente quando estamos trabalhando com políticas públicas e segurança pública. Em outras palavras:

[...] O conhecimento da estatística é uma ficção, pois as categorias não são reais, mas representações elaboradas para identificar e ordenar relações e permitir planejamentos sociais, como mostra a história de classificações como emprego/desemprego, ‘de risco’ e socialmente desfavorecido. [...] Além do mais, as ficções têm um efeito prático ao ‘construir’ que tipo e quanto de atenção se deve dar a fenômenos sociais [grifos no original] (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 112).

Ao passo que conhecer por meio dos números se torna algo necessário na sociedade de normalização, essa mesma sociedade também se constrói por meio desses números. Como veremos, não basta apenas conhecer o corpo individualmente, é necessário prever, criar recorrências, médias, normalidades: estratégias para bem governar (FOUCAULT, 2008). O que quero destacar, desde já, para que possamos problematizar ao longo desta pesquisa, mirando o Programa Paraíba Unida pela Paz, é como uma política consolidada no campo da segurança pública local, fundamentada em uma gestão para resultados, com nove anos de implementação, silencia sobre a mortalidade da população jovem negra e encara esse silenciamento na ordem da produção da vida.

Quando nomeio “silenciamento” aponto para a inexistência de uma política pública direcionada para este público. A leitora e o leitor podem me questionar se isso não geraria mais um triunfo para o saber estatístico, no sentido de especificar políticas para um público “vulnerável”, de “risco” – categorias que merecem problematizações, inclusive –, aprofundando ainda mais alguns marcadores. Me encaminharia para concordar com esta arguição, visto que toda política que produz ações, também gera algumas desigualdades⁴². Entretanto, no caso em questão, estamos trabalhando com categorias já marcadas historicamente pelo viés estatístico e colocadas, não sem resistência, em uma condição que aponta para a “vulnerabilidade”, “risco”, etc e, mesmo assim, seguem sendo marcadores potentes na virtualização de condutas por parte do campo da segurança pública.

Trazer as estatísticas aqui, é para que questionemos essas verdades triunfantes, como aponta Paula Henning (2019) ao trabalhar com Nietzsche, e os efeitos de sentido que elas acabam por compor nas nossas práticas enquanto sujeitos governados, resistentes e compositores das teias da governamentalidade contemporânea. Quero dizer: como pode se tornar “normal” abordar de forma diferenciada pessoas que circulam pela praia da cidade de

⁴² A obra será abordada ao longo desta pesquisa, mas cabe mencionar o livro “Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas”, produzido pelo Ipea em 2019, o qual corrobora esta afirmação.

João Pessoa e aquelas que circulam pelas comunidades⁴³. Como pode se tornar “normal” que dois jovens caminhando, com uma “mochilinha” nas costas, às 14h, sejam abordados, porque suas atitudes parecem suspeitas, já que pareceram “nervosos” aos olhos dos policiais? Como pode se tornar “normal” que sujeitos, por não olharem para uma viatura da polícia militar que passa em sua rua, seja motivo para serem revistados?

Como buscarei demonstrar por meio das análises, o saber estatístico e a cultura de paz são elementos que atravessam as três unidades analíticas que aponte anteriormente. Elas permeiam as legislações e as falas das e dos entrevistados. São efeitos de poder. São estratégias para bem governar. É nessa passada que me encaminho para a discussão teórica no próximo capítulo, buscando pontuar o poder das estatísticas para bem gerir a população, assim como a raça se tornou uma ficção útil na/com a modernidade e o quanto o campo da segurança pública vem alimentando a fabricação de populações, justamente por ser uma das linhas que sustenta a governamentalidade contemporânea e a necropolítica.

É nesse sentido que convido o leitor e a leitora para adentrarmos no segundo capítulo, o qual tratará de forma mais densa alguns conceitos, especialmente o de governamentalidade e o de necropolítica, visando situar as aproximações e distanciamentos entre Foucault e Mbembe e a necessidade de alargamento de alguns conceitos, quando os marcadores aqui discutidos são trazidos para o debate na seara da segurança pública paraibana. Sigamos!

⁴³ O termo “comunidade” foi empregado pelos entrevistados e entrevistadas referindo-se as periferias pessoenses. Faço essa marcação, porque tanto a praia quanto os demais bairros podem ser entendidos como comunidades. Porém, nesta escrita, estarei utilizando o termo “comunidade” no sentido de bairros periféricos.

O Que Será Que Será? (part. Chico Buarque) Milton Nascimento

O que será que me dá
 Que me bole por dentro
 O que será que me dá?
 Que brota à flor da pele
 O que será que me dá?
 E que me sobe às faces
 E me faz corar
 E que me salta aos olhos
 A me atraíçoar
 E que me aperta o peito
 E me faz confessar
 O que não tem mais jeito de dissimular
 E que nem é direito ninguém recusar
 E que me faz mendigo
 Me faz suplicar
 O que não tem medida, nem nunca terá
 O que não tem remédio, nem nunca terá
 O que não tem receita
 O que será que será?
 Que dá dentro da gente
 E que não devia
 Que desacata a gente que é revelia
 Que é feito uma água ardente que não sacia
 Que é feito estar doente de uma folia
 Que nem dez mandamentos vão conciliar
 Nem todos os unguentos vão aliviar
 Nem todos os quebrantos toda alquimia
 E nem todos os santos
 O que será que será?
 O que não tem descanso, nem nunca terá
 O que não tem cansaço, nem nunca terá
 O que não tem limite
 O que será que me dá
 Que me queima por dentro, será que me dá?
 Que me perturba o sono, será que me dá?
 Que todos os tremores vem agitar
 Que todos os adores me vem atiçar
 Que todos os suores me vem encharcar
 Que todos os meus nervos estão a rogar
 Que todos os meus órgãos estão a aclamar
 Que uma aflição medonha me faz implorar
 O que não tem vergonha, nem nunca terá
 O que não tem governo, nem nunca terá
 O que não tem juízo

2. “Experimenta nascer preto, pobre na comunidade”⁴⁴: uma discussão sobre governamentalidade e necropolítica no campo da segurança pública.

Em uma das minhas aulas de Ciência Política, para a turma de Economia, ao abordar as diferentes facetas dos contratualistas e a ideia de um “contrato social” para cada um dos autores, um estudante me indagou: professora, como foi possível as pessoas acreditarem nisso? Aceitarem “firmar” um contrato, eleger um soberano? Ao fim e ao cabo, o que ele questionava/imaginava era se numa simples manhã ensolarada, alguém havia acordado e convencido uma dada comunidade a assinar um termo e delegar a alguém a missão de governar, de criar leis, leis muitas vezes autoritárias, etc.

Minha resposta na época, não foi das mais simpáticas, justamente porque durante aulas e aulas eu havia destacado a complexidade social e histórica na qual os pensadores estavam inseridos e que não era sem disputas, artimanhas de poder e saber que uma dada verdade emergia em uma ordem discursiva ou dela desaparecia. Sintetizei, antes de explicar novamente o conteúdo, que mesmo parecendo inacreditável, recentemente havíamos concluído uma eleição presidencial, que nos mostrava que até o que parece inconcebível para alguns, pode ser o desejado por uma parte da população, a ponto de elegermos, democraticamente, quem enaltece um sistema ditatorial, homenageia torturadores, entre outros tantos fatos que dilaceram premissas básicas de um sistema democrático ainda em construção, como é o caso brasileiro.

Contratos, governos, artimanhas, poder, saber, sujeitos. Governar. Governar as coisas. Os marinheiros, os ventos e os baixios. O barco (FOUCAULT, 2012). Quando me recordo dessa experiência docente e de tantas coisas que poderiam ter sido ditas naquelas aulas, penso nas estratégias que utilizei para me manter enquanto professora substituta, ministrando, entre outras, a disciplina de Ciência Política, para uma turma de Economia, em pleno pleito eleitoral, concomitante a elaboração da tese. É pensando nessa experiência tão pontual que inicio este capítulo, porque é sobre as estratégias da governamentalidade contemporânea, especialmente no campo da segurança pública, a abordagem que passarei a fazer nas próximas páginas. Logo, embora efetue uma breve contextualização histórica do que entendo, na correnteza de Michel Foucault (2008), sobre esse conceito, me interessa destacar que é com os olhos no presente que efetuo esse resgate, isso para que possamos compreender, mesmo que minimamente, como nos tornamos aquilo que somos, quais

⁴⁴FERREIRA, Bia. **Cota não é esmola**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/bia-ferreira/cota-nao-esmola/>. Acessado em: março de 2020.

estratégias nos compõem enquanto sujeitos de um tempo e quais utilizamos para subjetivar outros; o que confessamos e o que silenciemos inadvertidamente (FOUCAULT, 1997).

Assim, é importante destacar que ao escrever sobre governamentalidade enquanto um conceito, não podemos pensá-lo como algo estático que pode ser aplicado a realidades múltiplas, globalizantes. Aliás, ao trabalhar com a perspectiva foucaultiana, dificilmente poderíamos trilhar o caminho do generalizável. Desse modo, direciono meu olhar para as artimanhas da arte de governar mirando, especialmente, o campo da segurança pública⁴⁵, como referido anteriormente. Não significa dizer, entretanto, que se trata de um campo de conhecimento isolado, pelo contrário. Com base na corrente teórica que me filio, é necessário compreender as condições de possibilidade armadas para que dada verdade tenha emergido na ordem discursiva. É nesse sentido que conceitos como poder, sujeito, saber, disciplina, poder pastoral, biopoder, entre outros, serão empregados para que se possa visualizar as tramas da gestão governamental no presente e é para esse enfrentamento que convido a leitora e o leitor.

2.1 “Ser humano tratado como número “aproximado”! algo constitucionalmente inaceitável”⁴⁶: governamentalidade e as estratégias na/para gerir a população

Ao abordar o conceito de governamentalidade contemporânea me refiro a esse conjunto social, econômico e político que interpela todos e todas nós e que tem sido alvo de interesse constante por parte das pesquisadoras e pesquisadores do presente: o neoliberalismo (FOUCAULT, 2008; SILVA, 2017b). Essa corrente de pensamento que não é algo em si, natural ou dotada de uma essência, mas sim, fruto de estratégias desenvolvidas no decorrer da modernidade tardia (AVELINO, 2016; TAVARES DOS SANTOS, 2014), como veremos, tem acentuado o desenvolvimento de responsabilidade individual, do “faça você mesmo”, ou ainda a tão destacada meritocracia, cada vez mais pulsante no horizonte brasileiro.

Esse ideal do *homo economicus*, que abordarei mais detidamente a seguir, também tem feito parte das estratégias do campo da segurança pública, por meio das premissas da

⁴⁵ Como destaca Lima et. all. (2015), “segurança pública” possui significado múltiplo, pois envolve diferentes posições políticas e institucionais. Assim, como na perspectiva desses autores e autoras, abordo-o como esse campo complexo que dialoga com diversas áreas do conhecimento e que não está isento de disputas e conflitos.

⁴⁶ Foi com esta afirmação que a Ministra Cármen Lúcia iniciou a apresentação do primeiro boletim nacional de monitoramento das prisões (CNJ, 2018). Como discutirei no decorrer deste capítulo, a arte governamental se vale de diferentes artimanhas para gestar a população e uma delas é a estatística. Somos números. Não ser cifrado como tal, segundo a ministra, deve ser entendido como inconstitucional. Problematizemos essas verdades!

“nova gestão pública” (CORREIA, 2011, p. 31). O que não se trata de algo negativo em si, mas que tem despertado uma outra maneira de pensar e organizar este campo. A ideia de gestão, de atuação para resultados e, conseqüentemente, cumprimento de metas e bonificações, nos faz problematizar o formato de uma segurança pública, que se diz fundamentada na repressão e na prevenção qualificadas. Nesse ponto, dialogando com José Vicente Tavares dos Santos (2014), uma das indagações que pode nos acompanhar ao longo deste capítulo é: como as premissas de gestão para resultado passaram a fazer parte do campo da segurança pública em um estado dito democrático e assentado na garantia dos direitos humanos? Antes de adentrar nessa discussão, abordarei alguns conceitos chave para o debate sobre governamentalidade, ou ainda, no que consiste tal conceito.

Inicialmente, atentemos para as palavras de Foucault (1990, p. 292):

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particular astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a essa governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade.

Voltemos para as primeiras linhas deste capítulo: quando referi sobre o governo de um barco, a necessidade de compreender seus arredores e atravessamentos para que, então, fosse possível sua condução até um local seguro, me referia às táticas e estratégias necessárias para essa condução. Isso porque, seguindo o disposto por Foucault, a condução de um barco é composta por questões internas e externas (FOUCAULT, 1990). Saímos do barco e pensemos no Estado. Como nos destaca o autor, as estratégias governamentais passaram a ser produzidas a partir do aparecimento da população (FOUCAULT, 1990; 2008). Foi e é necessário compreender, gestar o corpo populacional, este tão complexo e diverso. Se havia ou não regularidades, especificidades e como seria/será possível conduzir essa massa multiforme a um local seguro: seguro para a manutenção de um território, de uma soberania, de uma economia, etc. Juntamente com essa segurança, há a manutenção de privilégios, mas a isso retomarei adiante.

É por meio da formação de uma população que Foucault passa a destacar o desbloqueio de uma nova forma de governar. Isso porque no decorrer da Idade Média, como já sedimentado nos estudos sobre o autor (VEIGA-NETO, 2011; ALVAREZ, 2004), o poder

soberano, isto é, um poder de espada, era o cerne da arte de governar. Aqui, vigorava a perspectiva de um “fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 2005), ao passo que a organização econômica, social e política se fundamentava na ideia de família como ponto principal para controle e manutenção da ordem (FOUCAULT, 1997). Logo, no poder soberano, era necessário compreender o cerne dessa organização – a família – para que, então, fosse possível a governança por parte do soberano.

É nesse ponto que o poder disciplinar se torna uma ferramenta imprescindível na arte de governar soberana, que paulatinamente vai enfraquecendo, posto que era necessário compreender as multidões confusas, adestrar o corpo individualmente, localizá-lo, produzi-lo (FOUCAULT, 2009). Era necessário conhecer para se exercer poder. Assim, a menor organização social que podia responder a essa micro gestão, chamemos assim, era a família. É nessa passada que a confissão se torna um instrumento necessário para que esse conhecimento se desenvolva. Torna-se importante saber tudo, falar tudo e sobre tudo. Não para qualquer uma/um, evidentemente, mas para aquelas e aqueles que passaremos a chamar ao longo dos anos, de especialistas. Aquelas e aqueles que podem acalmar os infortúnios, ou então, que podem nos acalmar, ser nossas confidentes: amigas/os, irmãs e irmãos, pais. Era necessário confessar. Confessar para aliviar as angústias, confessar para nos livrarmos dos pecados, confessar para curar (FOUCAULT, 1997; AVELINO, 2014).

É assim que uma política do detalhe é construída, pois com o surgimento da população, se percebe que há regularidades como as taxas de natalidade, morbidade, criminalidade, loucura, etc (FOUCAULT, 2008; 2005). Desse modo, como nos coloca Foucault, a população se torna um sujeito de necessidades e apresenta-se indispensável compreendê-la virtualmente, ou seja, importa prever/garantir o como dos acontecimentos. É nesse ponto que um outro saber se torna fundamental para a governança populacional: a estatística (FOUCAULT, 2008), mas a este ponto retornaremos adiante. Por enquanto, concentremo-nos na potência confessional.

Notemos que à medida que se conhece as práticas individuais, se exerce poder sobre elas. O que era abstrato se torna passível de conhecimento e organização. Ao mesmo tempo em que se elucida dado fato e se constrói uma verdade sobre ele, é possível barrar o acesso, silenciar saberes ou torná-los subalternos, incapazes de emergir em uma dada ordem discursiva e, como nos destaca Foucault (1997, p. 55), “[...] Não querer reconhecer ainda é uma peripécia da vontade de verdade”. Veja-se que à medida que se confessa se efetua uma revisão de si mesmo, se examina, adequando-se ou não a uma verdade vigente. Consequentemente esse exame não é feito apenas de si, mas também dos outros. Uma rede

que se retroalimenta vai se formando socialmente, o que podemos chamar de sociabilidade (SIMMEL, 2006).

É a partir do século XIX que esse saber confessional passa a constituir o saber científico, incitando e alicerçando um discurso sobre verdade científica: “[...] A verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável” (FOUCAULT, 1997, p. 66). Veja-se que até o momento a palavra repressão não foi utilizada neste texto, tampouco coerção. Quando me refiro à arte de confessar ou às artimanhas de poder, pelo viés foucaultiano, não me refiro ao poder como algo que diz não, que é violento, que está centralizado em um dado local, detido por alguns e alijado de outros (FOUCAULT, 1996; MACHADO, 1990). Insisto em pontilhar as diferentes astúcias no exercício do poder, esse que se dá em rede e que exercemos todos nós, em medidas diferentes, sem dúvida, mas ainda assim presente nas ações mais ínfimas, porque quando falamos em poder, consequentemente, excitamos as práticas de resistência.

Assim, o poder disciplinar, esse que atua sobre o corpo-espécie, se ramifica socialmente, visando uma economia do poder de punir (FOUCAULT, 2009). A prática penal – uma das importantes estratégias para gestão governamental –, no âmbito do biopoder não mais se volta para o suplício do corpo em praça pública, mas alinhada ao cumprimento de leis, instituições, etc, visando, juntamente com a economia do poder de punir, uma suposta humanização das práticas penais (FOUCAULT, 1996). Essa foi uma das grandes estratégias da reforma penal do final do século XVIII e início do XIX na Europa, mas, além disso, a sua ligação com outras instituições capazes de produzir esses corpos disciplinados e obedientes, como as escolas, hospitais, manicômios, etc, tornou-se imprescindível para o agenciamento e incorporação desse poder circular (FOUCAULT, 2009).

A partir das práticas confessionais e das recorrências daí advindas se torna possível eleger uma média, um sujeito médio, isto é, um sujeito que se torna previsível diante das recorrências levantadas pelos diversos saberes que se ramificam socialmente. Nesse sentido, passamos a ver emergir o que ficará conceituado como “sociedade de normalização”, nos escritos de Michel Foucault. Em suas palavras:

[...] A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder do século XIX, tomou posse da vida,

dizer pelo menos que o poder no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 2005, p. 302).

É nesse sentido que vemos emergir no decorrer do século XVIII uma mudança das estruturas de soberania para um regime de técnicas de governo. Uma nova forma de gerir a população se edifica, esta agora considerada como um dado, um número. São as técnicas biopolíticas que passam a compor as teias dessa sociedade de normalização. Isso não significa dizer que as técnicas disciplinares tenham sido sobrepostas, esquecidas ou ultrapassadas. Foi por meio desse poder infinitesimal, da produção de corpos úteis e dóceis, que se tornou possível a produção de sujeitos e, posteriormente, a produção de forças vitais (AVELINO, 2016). Não se trata de algo sequencial, mas de artimanhas que se forjaram e que passaram a se complementar na/para a construção de uma nova racionalidade governamental, a qual chamamos de governamentalidade.

Nesse limiar, mostrando por meio de um fazer genealógico, Foucault aborda densamente, no curso denominado “Segurança, Território e População”, proferido entre os anos de 1977 e 1978, o surgimento do liberalismo e do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008). Neste curso é possível observar a discussão sobre a emergência do poder pastoral como o elo de ligação entre o poder disciplinar e o biopoder e, além disso, é onde o autor pontua o nascimento do Estado Moderno e a maneira pela qual se tornou possível o exercício de uma prática política calculada e refletida pela governamentalidade. Logo, não foi em uma manhã ensolarada que as artimanhas liberais e neoliberais passaram a fazer parte da construção da nossa subjetividade, da nossa formação enquanto sujeitos, mas por meio de estratégias desenvolvidas ao longo de alguns séculos: silenciamentos, enaltecimentos, produções. Uma nova razão governamental.

Nesse sentido destaca Nildo Avelino (2016, p. 263-264):

Foucault mostrou que a emergência da economia política provocou uma duplicação do sujeito da prática política: ele cessa de ser meramente o súdito sujeito ao poder soberano para tornar-se também parte de uma população sujeita à gestão governamental. Trata-se de uma duplicação que, além de não excluir os elementos constitutivos do poder da razão de Estado do século XVII (disciplinas), coloca também a economia do século XVIII como ponto de partida para a organização de uma biopolítica cujo poder não é incompatível com a razão de Estado (mecanismo de controle). Ao contrário, essas duas lógicas de poder encontram-se articuladas no poder liberal [...] de um lado, as disciplinas como uma anatomopolítica do corpo e, de outro, os controles reguladores ou mecanismos de segurança como uma biopolítica da população. Contudo, um quadro ilustrativo do poder liberal em que figurasse apenas estes dois polos estaria incompleto. Com efeito, explicaria apenas o funcionamento da biopolítica sem dar conta desse “algo bem mais amplo” considerado por Foucault como sendo o próprio “quadro da

biopolítica”, isto é, o liberalismo como nova razão governamental. Daí nosso entendimento de que é preciso introduzir um terceiro elemento intermediário que figurasse não apenas como “feixe de relações”, mas também como uma das principais formas dessa economia de poder: o poder pastoral [grifos do autor].

O poder pastoral, então, possibilita a emergência de novos modos de individualização, onde a obediência por parte do sujeito e a responsabilidade do pastor se alimentam e constroem diferentes artimanhas de subjetivação para a extração da verdade, isto é, “[...] implica a condução da conduta e o conhecimento exaustivo do sujeito conduzido” (Idem, p. 267). Com isso não significa dizer que não haja resistências. Como referido anteriormente, para Foucault (1997), onde há poder, há resistência, mesmo que ela seja como uma luz vaga-lume, ainda assim, é resistência (DIDI-HUBERMAN, 2011).

Efetuar esse mergulho histórico se torna necessário para que pensemos sobre as estratégias para a emergência do liberalismo e, posteriormente, do neoliberalismo e como o campo da segurança pública constitui uma das linhas que formam essa rede governamental. Atualmente a ideia de empresário de si, de “faça você mesmo”, técnicas de gestão e processamento de dados está cada vez mais presente no nosso cotidiano e nos subjetiva enquanto sujeitos pertencentes a uma dada realidade: baixamos aplicativos para contar as horas de estudos, para cronometrar o tempo que pedalamos, andamos, o quanto de água tomamos, o quão saudável ou sedentário temos nos tornado dia após dia. Não bastasse tudo isso, temos os gráficos, inclusive aquele do Lattes que nos mostra como está a nossa produtividade anual. Logo, é o sujeito individualizado, responsável por si, concorrente, vencedor, exclusivo que emerge nessa nova forma de racionalidade. Consequentemente, aqueles que não se “encaixam” nos parâmetros da otimização também são compilados. Lembremos da confissão e das artimanhas de poder para produzir a verdade e para barrá-la. Retomemos isso adiante.

Mas para além – e conjuntamente – dessa multidão adestrada/resistente, desse sujeito individualizado, vemos emergir o corpo populacional que, como referido acima, libera a arte governamental que nos assola até o presente (FOUCAULT, 2008). O biopoder, este que se vale da biopolítica como técnica para gestar a população, busca compreender os seus aspectos biológicos (FOUCAULT, 2008a). Logo, tem como foco de importância o fazer viver, invertendo a chave do poder soberano. Se neste o que configurava a soberania do rei era “fazer morrer e deixar viver”, a biopolítica preocupar-se-á com “fazer viver e deixar morrer” a população (FOUCAULT, 2005). É nesse ponto que vemos a questão biológica despontar como um elemento imprescindível para a produção da vida na modernidade e na construção dos ideários democráticos, pois a produção dessa vida não prescinde da morte,

pelo contrário, ela a trará como o seu duplo, embora por meio da leitura foucaultiana, o que vemos sobressair com as artimanhas biopolíticas seja a vida (BENTO, 2018). Em outras palavras:

[...] Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. [...] E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês veem, como mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e extrair-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 2005, p. 293-294).

Na sociedade de normalização, então, sobressalta a formação de uma média populacional, isso para que passemos à sociedade de segurança, de controle, se preferirmos. Importante atentar que as artimanhas da confissão se fazem cada vez mais potentes, posto que agora mais do que nunca, se confessa para especialistas, sujeitos dotados de um saber científico, vestidos como tal, enunciadores de certos discursos, autorizados a aprovar ou reprovar dada conduta, dada escrita, dada articulação teórica. Apontar dada vida como mais relevante do que outra, como buscarei destacar nesta tese e como Mbembe nos aponta (2017; 2014). Condenar vidas a certos muros, retirá-las de lá. Mantê-las ligadas a cabos, a tornozeleiras; em regimes disciplinares diferenciados, sem luz solar ou sem visitaçào (BRASIL, 1984). Isso para manter a ordem pública. Tudo conforme prescreve a lei, claro.

Destaco que essas conjunções não são impostas por um poder distante do corpo social, como já pontuado. Somos subjetivados pela necessidade constante de fazer viver, pela produção de um ambiente seguro. Ratificamos a relevância de manter a ordem pública, embora não saibamos muito bem do que se trata⁴⁷; repugnamos a tortura, o genocídio, os

⁴⁷ Lima et. al. (2015, p. 125-126), destacam o quanto ordem pública e segurança pública são conceitos amplos justamente para que se torne possível o agir discricionário daqueles que, empiricamente, lhe colocam em ação. Dizem: “[...] tanto segurança pública como ordem pública são conceitos empiricamente operacionalizados pelas instituições do sistema de justiça criminal, com especial ênfase às polícias, que vão manejá-los de acordo com o estrato populacional alvo de sua vigilância e das operações político-institucionais que as guiam. Não há na legislação, na jurisprudência e na doutrina brasileira uma definição clara dos limites e significados de tais conceitos e é na prática cotidiana que eles são utilizados para legitimar e justificar posições e ações”.

assassinatos. Prezamos pelo cumprimento da lei. Pela ordem. Logo, para muitos de nós, “bandido bom é bandido morto”. Ampliação da “legítima defesa” para policiais e agentes da segurança pública, uma necessidade, visto que asseguram a ordem pública, embora a letalidade policial seja um índice alarmante em solo brasileiro (BUENO, et., al., 2019). Condenação em primeira instância algo a ser defendido, mesmo que o texto Constitucional em vigência pregue o contrário... mas quanto menos bandido solto, menos crimes...

Essas não são enunciações estranhas aos nossos ouvidos no presente⁴⁸. O que quero pontuar com elas é o efeito rizomático que causam e como podem ser elementos que respaldam reformas penais que autorizam a morte, elevam o número de encarceramentos, etc, em um país que tem um dos maiores índices de prisões, sendo boa parte desses presos, provisórios, com cor, sexo e idade pré-definidos (FBSP, 2019). Voltaremos a esses pontos adiante, mas cabe pontuarmos na sociedade de normalização que, a princípio, é sobre a produção da vida que tratamos, embora não esteja claro ainda, que vida é essa que merece ser assegurada. É nesse sentido que o saber estatístico se torna um elemento potente para a produção da verdade nessa gestão governamental.

A partir do século XVII a ideia de verdade passa a se modificar. Quem governa precisa compreender mais as coisas do que propriamente a lei (FOUCAULT, 2008a). Essa mudança se opõe ao poder pastoral, justamente porque é sobre as coisas – o vento, os baixios e também os marinheiros – com que a governante precisa se preocupar. Assim, conhecer os elementos que compõem o Estado, sua força em relação a si e aos outros Estados se torna imprescindível para essa nova arte de governo que passa a se edificar. É nesse sentido que o saber estatístico emerge como uma ferramenta imprescindível para a construção desse conhecimento técnico, das regularidades e modificações de seus elementos. Mas como se torna viável a formação desse saber e no que ele consiste, precisamente? Destaca Foucault:

[...] Pode-se estabelecê-la justamente pela polícia, porque a polícia, como arte de desenvolver as forças, supõe que cada Estado identifique exatamente quais são as

⁴⁸ Importante destacar que a ampliação da excludente de ilicitude da legítima defesa, foi proposta pelo então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, no “pacote anticrime” e, no que tange ao seu uso por policiais e agentes da segurança pública, recebeu a ratificação do Congresso Nacional, sendo instituída a lei 13.964/2019, a qual acrescentou o parágrafo único no artigo (art.) 25 do Código Penal (CP), em vigência (BRASIL, 1940). Quanto a prisão em segunda instância, a atual Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) determina em seu art.5º, inc. LVII, que o atestado de culpabilidade só pode ser estabelecido após o trânsito em julgado da sentença (BRASIL, 1998). Logo, enquanto o acusado estiver recorrendo do seu processo, ele pode respondê-lo em liberdade. Entretanto, tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL)166/2018 e a Proposta de Emenda à Constituição 199/2018 (PEC), respectivamente, que buscam alterar o Código de Processo Penal (CPP) (BRASIL, 1941) e a CF/88, fazendo com que seja permitida a prisão assim que houver decisão em segunda instância. Logo, percebemos como a cultura do recrudescimento das penas está cada vez mais insidiosa em solo brasileiro.

suas potencialidades, as suas virtualidades. A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia. Porque é justamente o conjunto dos procedimentos instaurados para fazer as forças crescerem, para combiná-las, para desenvolvê-las, é todo esse conjunto, numa palavra, administrativo que vai permitir que se identifique em cada Estado em que consistem suas forças, onde estão as possibilidades de desenvolvimento. [...] A estatística é o saber do Estado sobre o Estado, entendido como saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados. E é nessa medida que a estatística vai se encontrar na articulação dos dois conjuntos tecnológicos. (FOUCAULT, 2008, p. 424).

Aqui, o sentido de polícia ainda é um pouco diferente da conceituação que temos na atualidade, embora as instituições policiais, no presente, também trabalhem para esse exame de regularidades e acentuado controle das virtualidades. Mas a polícia que vemos emergir ao longo do século XVII é esta que se preocupa com as forças do Estado. Logo, são todas as tarefas, ações, atividades em geral que passam a ser objeto de mensuração por parte do poder policial, isso para que se torne possível observar e quantificar a circulação, evitar a ociosidade dos sujeitos, garantir a limpeza das ruas e estabelecimentos, a pureza ou densidade do ar. Em outras palavras, “[...] Digamos, em suma, que a polícia é essencialmente urbana e mercantil, ou ainda, para dizer as coisas mais brutalmente, que é uma instituição de mercado, no sentido bem amplo” (FOUCAULT, 2008, p. 451).

Embora a partir do século XVIII essa ideia de polícia e Estado de polícia se modifique, com a emergência de uma outra ciência – a economia – pautada nas lógicas de liberdade e respeito a naturalidade dos fenômenos sociais (FOUCAULT, 2008; 2008a), a polícia passa a formar algumas das características que conhecemos ainda na atualidade, como a de caráter repressivo. Mas interessa reter no momento a produtividade que essa forma de polícia, vigente no decorrer dos séculos XVI e XVII, gerou para que essa “liberdade”, estimulada e resguardada pela ciência econômica, se tornasse possível. Por meio desse saber virtual manter a população livre significava compreender os seus fenômenos, como destacado anteriormente. Logo, tratamos de uma liberdade construída.

Por meio das estatísticas se torna possível acessar registros sobre a população e maximizar os seus elementos positivos, especialmente na atualidade. Registros esses que serão disponibilizados ao governo e à sociedade em geral: número de pessoas vacinadas, regiões de alta ou baixa vulnerabilidade, locais de risco, números de encarceramento e homicídios, mapas da violência e da criminalidade. Como destacou a Ministra Cármen Lúcia, ser tratado como número aproximado, deve ser algo considerado inconstitucional (CNJ, 2018, p. 12). Precisamos ser números exatos no presente! Entretanto, como nos colocam Popkewitz e Lindblad (2001), as estatísticas servem para a “contenção do acaso”, logo, não há exatidão nas suas ações, mas uma ficção com efeitos de verdade.

Dados que nos interpelam diariamente e nos quais buscamos amparo para justificar nossas hipóteses, nossa segurança, nosso local exclusivo, “[...] quantifica-se para conhecer, quantifica-se para governar” (TRAVERSINI, BELLO, 2009, p. 141). Logo, o saber estatístico se torna um saber precioso para essa nova arte de governar que emerge no decorrer do século XVII, se potencializa no decorrer do século XVIII e se faz pujante nos nossos dias, “[...] Ciência que é exterior ao próprio governo e que, mesmo quem não é governante, pode fundar, estabelecer, provar os seus resultados dos quais não se pode prescindir” (Idem, p. 142).

Tomemos o saber estatístico para pensarmos o presente: a criação de políticas públicas, a eleição de locais considerados de risco, entendidos como vulneráveis, perigosos ou seguros, lança mão de diferentes estudos e saberes, mas não menos do saber estatístico. Voltando para a área de estudo que discuto nesta pesquisa, o campo da segurança pública, percebemos o quanto esse saber é utilizado recorrentemente para demonstrar onde se situam os locais mais vulneráveis, quais os sujeitos mais propensos à criminalidade, quais as principais características das e dos “suspeitos” e, conseqüentemente, quais estratégias tomar para a contenção dessa criminalidade, produção e construção da ordem. Trata-se de uma forma de governar. Lembrando Foucault (1990), governar é governar as coisas, embora entre essas coisas, estejam os indivíduos.

À medida que esses locais e dados são mapeados e divulgados, passa-se a ideia de que cada uma e cada um de nós, construídas e construídos sob a racionalidade neoliberal, tomemos como responsabilidade a gestão desse risco e a seguinte otimização das condutas, posto que se pertencentes a estes locais, precisamos mostrar a nossa distinção. Ou se nos situamos em outro espaço, devemos destacar o quanto pertencemos a ele. Criar fronteiras, mesmo sendo elas simbólicas e justificar que é por meio de ações individuais que cada uma/um de nós ocupa dado território, seja ele físico, seja ele simbólico.

Por outro lado, é importante salientar que programas são gestados para locais considerados de risco, não para todo o território (FERREIRA, et. al., 2019). Logo, não significa que toda aquela área mapeada, sujeitos/coisas façam parte da ideia de risco, mas interessa mais o dado estatístico do que a especificidade das coisas/sujeitos. Como pontuam Popkewitz e Lindblad (2001, p. 137), a categoria risco “[...]É uma categoria que fabrica: é uma ficção e ela constrói classes de indivíduos”. Desse modo, ao referenciar um local considerado como tal, se referencia o seu conjunto, não sua especificidade. Conseqüentemente, rotula-se. Pode-se dizer que “[...] um local passa a ser considerado de risco quando são associadas várias condições ou fatores tais como: analfabetismo, baixa

escolarização, falta de empregos, condições potenciais para a proliferação de doenças, entre outras características dessa ordem” (TRAVERSINI, BELLO, 2009, p. 144), como a criminalidade.

Como pontuado anteriormente, quando pensamos na perspectiva biopolítica é para uma totalidade que direcionamos o olhar, para um organismo, neste caso, a população. Não custa reiterar: trata-se de uma construção por meio de números, os quais possibilitam um planejamento administrativo – assim como fazia o poder de polícia no final da Idade Média – autorizando com que pontos coloridos dispostos em uma tela de computador, chancelem ou não a aplicação de dada política, a criação de certa força tarefa, a construção de uma Unidade de Polícia Solidária⁴⁹ em determinado bairro, por exemplo. Essas mesmas ações e os resultados daí advindos – sempre vigiados, lapidados – são novamente compilados e expostos. Assim,

[...] Tudo se inicia com inscrições simplificadas, conforme as necessidades, segundo orientações científicas, depois, passa-se aos centros de cálculo (gabinetes, escritórios, laboratórios; comissões; comitês) onde são combinadas e comparadas, configurando inscrições superiores, mais e mais refinadas e sofisticadas. Aparecem nos relatórios, nos artigos, nos livros, tendo a forma de textos, de desenhos, de imagens, de tabelas, de gráficos, de mapas, dentre outras, conforme as circunstâncias. Ao cabo desse ciclo, informações potentes e robustas oferecem-se aos conhecimentos necessários ao exercício atento do poder. Tem-se os saberes desejados e desejáveis; sabe-se, pensa-se, governa-se (SENRA, 2006, p. 34/35).

O que se torna ainda mais instigante é que as decisões que se apoiam nesses dados se tornam praticamente inquestionáveis, tendo em vista toda a potência de verdade com a qual os números são rotulados. Como destacam Traversini e Bello (2009), é como se as decisões não fossem tomadas pelos governantes/gestores, mas pelas próprias estatísticas, justificando, com isso, a necessidade da manutenção de dado programa ou a retirada dele de circulação. Cabe pontuar, ainda, que uma informação estatística não resta isolada em determinado campo, ela, como destacado por meio da arte confessional, se alastra pelas redes da governamentalidade contemporânea, acionando, produzindo e justificando outros saberes em diversas áreas do conhecimento. Quando se pensa os dados da criminalidade, imediatamente se questiona a renda daquela população, a escolaridade, o sexo, a raça, etc, “informações potentes e robustas” para o exercício de poder.

⁴⁹ Como veremos no terceiro capítulo, o Programa Paraíba Unida Pela Paz, instituiu a criação de Unidades de Polícia Solidária no Estado, visando uma maior aproximação da polícia com a população de comunidades entendidas como vulneráveis (FRANÇA, 2014).

É necessário ressaltar que isso não significa que as estatísticas devam ser entendidas como algo ruim, pelo contrário, é importante que a lente utilizada para a leitura desta pesquisa problematize os elementos para além do bem e do mal. O que visio pontuar são as artimanhas que essa nova forma de gestão governamental – neoliberal, se preferirmos – hoje já consolidada em nossa realidade, lança mão. A ponto de enfrentarmos números, estatísticas, como verdades absolutas e não estratégias necessárias para que algo entre na ordem do verdadeiro ou dele seja banido (POPKEWITZ, LINDBLAD, 2001). É sobre estratégias, silenciamentos e enaltecimentos que mobilizo as conceituações e dados ao longo desta pesquisa. Aliás, números, a ideia de gestão por resultado, bonificações, etc, foram companheiros assíduos nesse pesquisar. Justamente por isso é que quero lembrar a leitora, o leitor e a mim, que devemos estar muito envolvidas nas teias de poder, para acreditar que é sobre verdade e liberdade que nos falam todas essas vozes (FOUCAULT, 1997).

Logo, o que me interessa questionar não são propriamente os números levantados por uma dada política, mas sim, a rede de mobilizações que ocorre a partir da justificativa de relevância desses números, isto é: como se constrói a vida por meio das articulações da segurança pública no Brasil, mais precisamente, no Estado da Paraíba e em João Pessoa? Como e quais vidas passam a ser elementos dessa produção e quais podem ser silenciadas na gestão governamental do presente? Hoje, no campo da segurança pública paraibana, é possível silenciar a morte para justificar a vida? É na chave da exceção que tratamos a morte de determinados sujeitos neste campo? Antes de pensarmos em respostas, seguimos por mais alguns questionamentos e voltemos à discussão biopolítica engendrada por Foucault. Sim, não pense a leitora e o leitor que não voltarei a conceituação de governamentalidade, mas antes de precisar este conceito, nos inundemos em mais dúvidas... ou pistas.

Como aventado acima, é por meio dessa gestão biopolítica que Foucault aponta para a necessidade da produção da vida e de um “deixar morrer”. Ele destaca que isso se tornará possível por meio do racismo de estado. Em suas palavras:

[...] A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês tem um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém. Para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2005, p. 306).

A discussão sobre racismo não foi um tema abordado por Foucault de forma aprofundada, tampouco as questões da colonização. Isso, inclusive, é criticado por muitos

de seus comentadores (HENNING, 2016). Não quero justificar essa não abordagem com a tão conhecida frase “o autor era de outro tempo”, me interessa menos ainda defender Foucault. Creio que entre os diferentes recortes que ele precisava fazer, como todo pesquisador, o racismo não foi um elemento que lhe causou inquietação, especialmente, sendo um homem branco, situado em solo francês. Por outro lado, a abordagem efetuada na aula de 17 de março de 1976, do Curso em Defesa da Sociedade (FOUCAULT, 2005), aponta como se tornava possível deixar morrer na sociedade de normalização.

Em sua escrita sobre o racismo de estado, entende que a morte, enquanto retirada da vida, era apenas um dos elementos possíveis nesse deixar morrer. Outros modos mais cruéis atuavam e atuam nesse exercício do poder. Deixar morrer, na narrativa do autor, também pode ser compreendido como barrar o acesso, marcar sujeitos; nesse sentido, é possível pensá-lo como algo mais poroso e dissimulado. Mais eficaz e devastador. Posto que é sob a condição de enaltecimento da vida que ele ganha maiores condições de possibilidade para se alastrar pelas teias sociais (Idem).

Dito de outra forma: não se retira a vida pelo simples ato de crueldade, também por ele, obviamente, mas o que torna o racismo uma prática mais sofisticada no decorrer da modernidade e ainda mais na contemporaneidade, é a sua justificativa para a preservação da vida (MBEMBE, 2017). Mais uma vez, então, é sobre a população que tratamos. Desse modo, é sobre as estratégias e mobilizações das artimanhas de poder que vimos saberes sendo construídos, não como elementos de imposição e subjugação, mas como artefatos que produzem: segurança, sujeitos, territórios, verdades. Essa sociedade de normalização tem como foco uma sociedade de segurança, mesmo que para tanto a morte de alguns, em seu sentido mais amplo, seja a sua justificativa (FOUCAULT, 2005).

Confissões, estatísticas, indivíduos, processos de individualização. Coisas. É para essa miríade de relações, essa teia onde pontos por vezes tão afastados um dos outros, mas interligados por um fio, torna possível entender ao que me refiro, na esteira de Foucault, quando trago para o debate o conceito de governamentalidade. Essa nova forma de governo que passa a ser construída no final do século XVII e início do século XVIII, menos preocupada com o Estado do que com a população (FOUCAULT, 1990). Aliás, é ela que tonifica e torna possível a construção de uma ciência política, preocupada em tudo compreender, ao passo que tem como pressuposto a naturalidade das ações, o deixar fazer e deixar passar, as ideias de liberdade. Um poder de governo. Em suma:

[...] Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” [aspas no original] (FOUCAULT, 2008, p. 143/144).

Por meio desse “estado administrativo” uma economia política se torna o cerne da arte de governar construída na/com/pela governamentalidade. Poder disciplinar, poder pastoral e bipoder, astúcias de saber/poder para a formação de sujeitos, sempre resistentes, mas nem por isso menos pertencentes a uma dada racionalidade e agenciadores dela. É nesse sentido que problematizar a potência das técnicas de gestão não é pensar propriamente o Estado. Como pontuado no início desta escrita, o Estado é uma invenção por vezes subestimada, por vezes exageradamente enaltecida (Idem). Mais potente do que ela, estão as estratégias governamentais. E é nesse sentido que o conceito de governamentalidade se torna uma ferramenta imprescindível para que possamos problematizar como agentes administrativos passaram a ser gestores, produtores e protetores da vida.

Entretanto, embora as estatísticas tenham essa capacidade de nos mostrar números, a princípio, generalizáveis, neutros, vimos que eles não deixam de ser auditáveis (TRAVERSINI, BELLO, 2009). Logo, não, números não falam por si, números são uma das formidáveis injunções da modernidade, como pontuado acima (SENRA, 2006). Além disso, é possível que nessa produção constante da vida, haja a possibilidade da morte. E é para ela que direciono esta escrita, por ora. Como pontuado acima, entendo que diante dos escritos de Michel Foucault, o deixar morrer se torna uma prática de exceção ou, ao menos, enfrentado em segundo plano, posto que as artimanhas de poder buscam a produção da vida – fazer viver – e, para tanto, as estratégias biopolíticas, produtoras de diferentes saberes, assumem a responsabilidade da gestão das probabilidades.

Aproximando a lente de pesquisa sobre a realidade brasileira, ao pensar a gestão da morte, especialmente estudando o campo da segurança pública, questiono se de fato é possível enfrenta-la como uma estratégia de exceção na condução da população. Por outro lado, sob a égide de um estado democrático de direito, seria possível aventar a possibilidade

de mortes programadas, mortes gestadas e queridas? Bom, sigamos para o próximo subitem na guisa dessas questões.

2.2. “Quem está nos matando? São instituições”⁵⁰: uma discussão sobre fazer viver, deixar morrer e fazer morrer na governamentalidade contemporânea

Ao longo destas primeiras páginas busquei conduzir a leitora e o leitor a refletir sobre o tempo em que vivemos, este onde somos constantemente incitadas para nos pensar enquanto vencedoras, perdedoras, sujeitos da/na média; este onde são múltiplas as artimanhas do poder para que se conduza a população, poder este que não está longe de nós, pelo contrário, o exercemos cotidianamente, seja nas práticas confessionais, seja nos levantes diários ou em uma escrita claudicante e provisória. Na esteira de Michel Foucault, busquei destacar o quanto a governamentalidade contemporânea se vale de inúmeras estratégias, todas elas sempre em comunicação, por mais ínfimas que sejam, para gestar as coisas, estando entre essas coisas, a vida.

Efetuada esse mergulho, é importante pensarmos como essas estratégias nos atravessam em solo brasileiro. Como destacado anteriormente, meu olhar se dirige ao campo da segurança pública. Entretanto, tratar a segurança pública brasileira como um todo, além de problemático, me exigiria bem mais do que quatro anos e uma bolsa de doutorado. A complexidade é muita e eu, só uma. Assim, como sinalizado na introdução deste texto, o meu olhar se dirige ao estado da Paraíba, focando ainda mais na sua capital, João Pessoa. Por outro lado, me parece imprescindível para que possamos enfrentar as problematizações sobre “fazer viver e deixar morrer” entendermos um pouco mais sobre as estratégias de gestão criminal em nível nacional para que, posteriormente, se torne possível analisar a última década da segurança pública em nível **estadual e municipal**.

Encerrei o último tópico questionando se seria possível falar em políticas de vida, exclusivamente, em território nacional e agora passo a levantar quais as estratégias gestadas no campo da segurança pública. A leitora e o leitor devem estar se perguntado sobre os saltos históricos e quais possíveis conexões pretendo fazer. Pois bem, vejamos: estudar o campo da segurança pública brasileira exige recortes, visto a sua complexidade, ainda mais nestes tempos de cultura do controle⁵¹ (GARLAND, 2008). Mas há recorrência – as estatísticas nos

⁵⁰ Fala da entrevistada S., articuladora do Plano Juventude Viva, no Estado da Paraíba. Entrevista realizada no dia 02/10/2019.

⁵¹ Um exemplo dessa cultura do controle e seu aparecimento como algo no campo da produtividade, o dia 22 de julho de 2020, a SESDS publicou em seu Instagram, que o Centro Integrado de Operações (CIOP) de João Pessoa passou por uma recente reforma, recebendo investimentos para abrigar equipamentos de

permitem afirmar – de alguns marcadores: gênero, raça, classe, sexo, territórios, faixa etária, tipos de crime são alguns deles historicamente debatidos e sempre em voga (FBSP, 2019). Como destaquei, pinçarei dois marcadores: raça e juventude, conforme justificarei ao longo da pesquisa.

Ao nos situarmos em um estado democrático, direitos e garantias básicas foram previstas na Constituição Federal em vigência, sendo entendidas como questões elementares para a edificação de um sistema democrático. Igualdade, devido processo legal, dignidade humana, ampla defesa, contraditório, entre outros princípios foram promulgados pela Magna Carta e devem ser observados pelos demais diplomas legais em vigência e pelos agentes que aplicam/cumprem essa legislação (BRASIL, 1988). Entretanto, embora a lei se diga neutra e objetiva, sabemos que a previsão legal não é sinônimo de efetividade. Aliás, destaco ao longo do texto que esses “princípios” foram construídos nos liames da governamentalidade e que, portanto, são estratégicos, observam o “fazer viver e deixar morrer” e, como buscarei apontar, desenvolvem concomitantemente, um “fazer morrer”. É neste ponto que me aproximo das teorizações de Achille Mbembe (2014; 2017; 2018) e retomo a discussão com a qual fechei o tópico anterior.

Os escritos do filósofo camaronês têm sido recorrentemente citados na atualidade brasileira, visto que as estratégias políticas da morte têm aparecido sistematicamente nas redes midiáticas. Entretanto, esse agir mortífero em nosso território não é tão recente quanto as traduções das obras do autor em questão. Mbembe dialogando com pensadoras e pensadores como Foucault, Frantz Fanon, Giorgio Agamben, Hannah Arendt, entre outras, levanta a tese de que os “estado de exceção e de sítio” se tornaram regra na sociedade contemporânea, nas democracias, portanto, cunhando o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2017). Como o conceito sugere, o autor destaca que a gestão da morte tem sido arquitetada em diferentes momentos históricos – desde a *plantation*, colônias, campos nazistas até os últimos acontecimentos no Iraque, Cisjordânia, entre outros países.

Pontua:

[...] propus a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas

videomonitoramento, os quais passarão a fazer parte dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC). Dispõe a notícia: “Os três CICC irão abrigar o sistema composto por 1.600 câmeras instaladas ao longo de três anos em 1.200 pontos estratégicos do Estado, auxiliando ainda no planejamento e execução de trabalhos de prevenção e repressão qualificadas à violência, que envolvam os órgãos operativos” (SESDS, Instagram, publicação do dia 22/07/2020. Acessado em: 05 de agosto de 2020).

populações são submetidas a condição de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” [grifos no original] (MBEMBE, 2018, p. 71).

É justamente nessa gestão da morte que busco alicerce neste autor para explorar o “deixar morrer” levantado por Foucault (2005) e um possível alargamento deste conceito quando reparamos as políticas públicas gestadas no campo da segurança pública em solo brasileiro e, ainda, como políticas ditas de vida – pois visam a redução da criminalidade – podem trazer como seu duplo a morte. Da mesma forma, como os diplomas legais, ditos neutros e democráticos, erigidos por dados sujeitos e em tempos históricos específicos também proliferam “[...] um terror de essência molecular e pretensamente defensivo” (MBEMBE, 2017, p. 15). Mas antes disso, compreendamos um pouco mais as teorizações de Mbembe.

Ao efetuar uma discussão sobre os efeitos da colonização, Mbembe (2014; 2017) dialoga com autores conhecidos hoje como decoloniais (OLIVEIRA, CANDAU, 2010), pontuando que embora a colonização tenha sido um período datado, seus efeitos se alastraram historicamente. Logo, vige nos territórios colonizados uma colonialidade (CASTRO-GÓMES, 2005) que segue perpetuando rótulos, marcando sujeitos e ratificando práticas que conduzem à exploração social, política e econômica. Isso não por meio de um poder exclusivamente coercitivo, mas através de um poder estratégico, construtor de um “outro”. Práticas estratégicas, se preferirmos. Em solo brasileiro, exemplos disso nos interpelam cotidianamente: jovens negros sendo chicoteados em depósitos de supermercados⁵², homens negros tendo seus veículos alvejados como forma de advertência⁵³, embora essa advertência tenha sido efetuada por meio de 80 tiros de fuzis, ou ainda quando consultamos os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e constatamos que a maior parte da população carcerária, historicamente, são jovens, negros, do sexo masculino⁵⁴.

⁵² Recentemente um vídeo de um jovem negro, de 17 anos, circulou nas redes sociais, ao ser chicoteado pelos seguranças de um supermercado onde ele, supostamente, havia tentando furtar uma barra de chocolate. Ver site: <https://emails.estadao.com.br/blogs/bruna-ribeiro/jovem-e-chicoteado-em-supermercado-e-a-violencia-historica-contra-criancas-e-jovens-negros/>

⁵³ Em 2019 foi notícia nacional a morte de um homem negro ao levar a família para um “chá de bebê”, tendo o carro alvejado, por representantes o Exército, responsáveis por ações pacificadoras, no Rio de Janeiro. O homem faleceu no local. A justificativa para tais disparos foi a de que havia uma “injusta agressão” por parte de assaltantes, os quais teriam iniciado os disparos. Para maiores informações, ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/08/politica/1554759819_257480.html

⁵⁴ O último cadastro nacional de presos, disponibilizado pelo CNJ através do Banco Nacional de Monitoramento das Prisões, publicado em 2018, informava que a população carcerária no dia 06 de agosto de 2018, chegava ao número de 602.217 pessoas. Destes 95% eram do sexo masculino e 5% do sexo feminino (informações binárias não são espantosas em uma racionalidade heteronormativa), 53,91% eram jovens (compreendidos entre 18 a 29 anos – logo, os adolescentes em conflito com a lei não estão computados nesse dado), 54,96% negros (sendo considerada por essa categoria a soma de pardos e pretos). Atualmente o número

Logo, é sob o rótulo da raça que essas políticas de inimizade se alastram no Brasil, desde há muito. E por políticas de inimizade, seguindo o diálogo com Mbembe (2014; 2017), me refiro as metamorfoses estratégicas do racismo, as quais tomam caráter de veneno e de antídoto nas sociedades democráticas, visto que ora se apresenta como elemento gerador de risco, medo, ora como a justificativa para o extermínio de parte da população, tomando “extermínio” não só como a retirada da vida, mas também pelas práticas que marcam corpos quase vivos, quase mortos. Como nos sinaliza o autor:

A transformação da guerra em *pharmakon* da nossa época, em contrapartida, libertou paixões funestas que pouco a pouco, empurram as nossas sociedades para fora da democracia, transformando-as em sociedade de inimizade, como aconteceu durante o colonialismo. [...] A guerra contra o terror e a instauração de um “estado de exceção” a uma escala mundial vêm apenas dar-lhe força [grifos no original] (MBEMBE, 2017, p. 11).

Ademais, não é pelo viés biologizante que trato este marcador, evidentemente, mas pelo seu sentido político, discursivo e, conseqüentemente, mortífero (ALMEIDA, 2019). Tampouco o utilizarei com aspas ou algum tipo de grifo, pois se trata de um constructo social e, assim como assinala Lourenço Cardoso (2008, p. 31), o emprego do termo raça “[...] é necessário para se caminhar em direção à supressão do racismo na sociedade brasileira”, isso como um instrumento político. Como destaca Antônio Sérgio Guimarães (2005, p. 11), embora enfrentar este marcador seja uma realidade limitante, pois se rotula sujeitos, encaixa-os em determinado estigma, “[...] tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite”. À medida que se conhece, se governa, mas também se resiste.

Guimarães (2005) pontua a ligação umbilical do racismo com as instituições, o que acarreta uma institucionalização das desigualdades. Essa institucionalização permite com que as ações dos agentes e políticas sejam embrionariamente direcionadas a certos sujeitos. Pode-se afirmar que é por meio do caráter dissimulado que o racismo se alastra e toma potência – não só por meio dele, pois em 80 tiros de fuzis não há qualquer dissimulação. E aqui aproveito para fazer uma breve pausa e empregar um outro conceito que seguirá sendo trabalhado ao longo do texto, o de branquitude. Titubeio para escrever sobre racismo e para adjetivá-lo, pois minha experiência enquanto mulher branca, não me permite esse exercício

de presos é de 867.336, segundo o CNJ, vide <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>. Há um déficit de mais de 354mil vagas no referido sistema. É sobre a gestão da vida que tratamos?

sequer minimamente. Por outro lado, a responsabilidade de discussão e enfrentamento dessas práticas são, especialmente, nossas, que agenciamos nosso “nanorracismo”⁵⁵ cotidiano.

Fomos/somos formadas e formados social e epistemologicamente para negar essa discussão (BENTO, 2002). Acreditar e enunciar, achando apropriado, que as práticas racistas são sutis, quando não somos nós que enfrentamos diariamente os diversos tipos de morte; quando não somos nós que abrimos os olhos pensando nas resistências que o dia exigirá pela simples cor da nossa pele. Ou ainda:

- I) posso estar segura de que meus filhos vão receber matérias curriculares que testemunham a existência da sua raça;
- II) Se eu usar cheques, cartões de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não operar contra a aparência e confiança financeiras;
- III) Não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária;
- IV) Nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo racial. Eu tenho bastante certeza de que, se peço para falar com a “pessoa responsável”, eu vou encontrar uma pessoa da minha raça;
- V) Posso voltar para a casa da maioria das reuniões das organizações às quais pertenço e sentir-me mais ou menos conectada, em vez de isolada, fora de lugar, ser demais, não ouvida, mantida à distância, ou ser temida;
- VI) Posso me preocupar com racismo sem ser vista como autointeressada ou interesseira. Posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas da minha raça não possam entrar ou vão ser mal tratadas nos lugares que escolhi;
- VII) Posso ter certeza de que, se precisar de assistência jurídica ou médica, minha raça não irá agir contra mim. [aspas no original] (MCINTOSH, Peggy 1989, apud SCHUCMAN, 2012, p. 28).

A mim sempre pareceram sutis as práticas racistas em solo brasileiro, porque encobertas pela ideia de democracia racial, até que um dia fui incisivamente lembrada que sou branca e que para mim elas podem parecer sutis! A partir de então, e do contato com os estudos sobre branquitude, tenho me policiado a suprimir essa expressão do meu vocabulário (e das minhas ações) quando me dirijo a esse marcador e me dar conta do quanto essas práticas são, sim, dissimuladas, mas nem por isso deixam de ser violentas e muitas vezes fatais. Além disso, percebo o quanto o privilégio branco nos beneficia enquanto sujeitos sociais e por mais que queiramos fraturar nossa porta de vidro (PIZA, 2002), os privilégios estruturais se modificam cotidianamente, o que exige de nós, enquanto sujeitos que

⁵⁵ Nanorracismo é um conceito empregado por Mbembe, caracterizando as práticas diárias de racismo. Em suas palavras: “Por nanorracismo entenda-se esta forma narcótica do preconceito em relação à cor expressa nos gestos anódinos do dia a dia, por isto ou por aquilo, aparentemente inconscientes, numa brincadeira, numa alusão ou numa insinuação, num lapso, numa anedota, num subentendido e, é preciso dizê-lo, numa maldade voluntária, numa intenção maldosa, num atropelo ou numa provocação deliberada, num desejo obscuro de estigmatizar e, sobretudo, de violentar, ferir e humilhar, contaminar o que não é considerado como sendo dos nossos” (MBEMBE, 2017, p. 95).

buscamos práticas antirracistas, revisões diárias e, mesmo assim, seremos privilegiadas e privilegiados por sermos brancas/os.

As premissas do branqueamento e, posteriormente, de democracia racial são verdades discursivas que perduraram no imaginário e realidade brasileira. O constructo de superioridade da raça branca enquanto capaz de alavancar as premissas liberais que se estabeleciam em solo brasileiro após a abolição da escravatura, foram estratégias políticas imprescindíveis para o desenvolvimento econômico local (GUIMARÃES, 2005). Além de ser a abolição uma necessidade econômica, o processo de “transição” brasileiro passou a inaugurar uma forjada convivência racial. Sabido que isso não passou de uma construção discursiva, pois as resistências, organizações e associações de negros libertos ou alforriados foram ações que impulsionaram o processo abolicionista (CARDOSO, 2008). Mas como práticas discursivas são construtoras de verdades, elevaram a ideia de convivência harmônica a *status* de verdade em solo brasileiro.

Por outro lado, na atualidade, com algumas políticas públicas e legislações visando a “efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”, conforme dispõe o artigo 1º do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), houve um reconhecimento mínimo e formal das desigualdades pautadas na raça, especialmente na cor da pele. Mas quando destaco o caráter formal dessas ações, denuncio sua efetividade mínima frente as políticas de extermínio que vigoram em solo brasileiro, conforme tratarei. Como destaca Maria Aparecida Silva Bento, nós brancas e brancos reconhecemos a desigualdade racial, mas não associamos, convenientemente, aos nossos atos de discriminação e privilégios. Diz a autora:

[...] Eles [brancos] reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades raciais? *Há!* Há uma carência negra? *Há!* Isso tem alguma coisa a ver com o branco? *Não!* É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes [grifos da autora] (BENTO, 2002, p. 27).

Essa nossa invisibilidade conveniente enquanto brancas e brancos se alastra, como destacou Antonio Sérgio Guimarães, também pelas instituições, o que acarreta um extermínio estratégico, pois exterminar não é apenas retirar a vida, é também enaltecer ações e subjugar outras. Importante sinalizar, embora a obviedade nos interpele, que nascemos em um tempo sem escravidão chancelada pela lei e ainda estamos aqui nesse oceano de chacinas e discriminações. E frise-se, a mim e a você branca e branco que lê estas linhas, por mais

lutas e esforços que tenhamos feito para estar onde estamos, nunca, absolutamente nunca, saberemos o que é ser negro e negra e como é viver em solo brasileiro sob esta marca.

Entretanto, é responsabilidade nossa, “nós que inventamos a tristeza” termos a “fineza de desinventar”⁵⁶. Isso não se dará com esta escrita, com a minha e a sua aceitação enquanto preconceituosas, etc, pois é muito largo o estrago que fazemos e os privilégios dos quais recorreremos diariamente. Eu não sei como se dará essa mudança estrutural, mas se é com processos de resistência diários que podemos causar irrupções e contrarrevoltas às estratégias de poder, fortalecendo a luta antirracista, espero que esta escrita exerça este papel, mesmo que minimamente.

Sejamos objetivas:

[...] a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (SILVA, 2017a, p. 27/28).

É nesse sentido que cabe pensarmos sobre os seus efeitos, para além da dualidade brancas/os *versus* negras/os, mas como os fios da governamentalidade contemporânea tomam a raça como elemento importante para/na gestão das populações, seja pelo agenciamento da vida de alguns, seja pela morte de outros. Como nos pontuaram Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008), somos caracterizados pelo preconceito de ter preconceito e é nesse sentido que volto a sinalizar as práticas dissimuladas do racismo em solo brasileiro. Mas é importante ter claro que embora sejam apresentados dados sobre o encarceramento da população negra e o genocídio da população jovem negra, eles se articulam para que seja possível a abordagem sobre os efeitos da branquitude no presente, ou seja, como as políticas gestadas na atualidade reverberam os privilégios de ser branco no Brasil.

Essas ações, importante ter claro, são generalizáveis à população e justamente por isso são chanceladas como para “todas e todos”, “sem preconceitos”, “toda vida vale”, entre outros jargões, mas entendo que é neste atuar generalizante que as técnicas biopolíticas tornam possível dispor de políticas de inimizade, não como exceção, mas como regra. É nesse sentido, que os escritos mbembianos se tornam potentes para que pensemos a realidade

⁵⁶ Frações da canção “Apesar de você”, de autoria de Chico Buarque de Holanda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=84PsKnaTlCg>. Acessado em: março de 2020.

democrática brasileira. O constructo sobre embranquecimento, mestiçagem e democracia racial ainda nos interpela para que possamos seguir reproduzindo nossos privilégios enquanto brancas e brancos e fundamentando nossas ações de extermínio em estratégias mortíferas.

Neste ponto, cabe trazer os escritos de Mbembe:

A ideia segundo a qual a vida em democracia é, no seu fundamento, pacífica, policiada e desprovida de violência (nomeadamente sob a forma de guerra e da devastação) não nos convence. [...] a brutalidade das democracias nunca foi senão abafada. Desde as suas origens, as democracias modernas mostraram tolerância perante uma certa violência política, inclusivamente ilegal. Integraram na sua cultura formas de brutalidade levadas a cabo por uma série de instituições privadas agindo como mais-valia do Estado, sejam elas corpos fracos, milícias ou outras formações paramilitares ou corporativistas (MBEMBE, 2017, p. 33).

Como destacou Foucault, o duplo do fazer viver é a morte. Por outro lado, o que Mbembe (2014) nos mostra é que democracia, *plantation*, escravidão e colonialismo são sistemas que mantiveram relações geminadas, isso não de forma acidental, mas gestada para tanto. Logo, quando discutimos a violência rizomática que atravessa a contemporaneidade, recorrentemente trazemos a história escravagista brasileira para justificar atos e ações, especialmente políticas públicas. À medida que esse recorrer histórico se faz imprescindível para que problematizemos aquilo que somos, cabe questionar as práticas democráticas que ratificam o extermínio no presente. Aliás, é justamente por estar em um sistema democrático onde as “instituições funcionam normalmente”⁵⁷ que se pode ratificar chacinas, seja com o extermínio de sujeitos, seja as ações que fazem tremer, babar, que alojam quase vivos, quase mortos (MALLART, 2019). Isso tudo para justificar a vida de alguns.

Fábio Mallart (2019), quando efetua a discussão sobre o uso de medicamentos no âmbito do sistema prisional e a manutenção de corpos “quase vivos, quase mortos”, destaca a porosidade desse sistema e suas redes. Redes entre instituições, entre indivíduos, entre indivíduos e instituições. Dependendo da lente que se utiliza para verificar essa porosidade, pode-se dizer que é sobre a produção da vida que elas tratam, visto que quase vivos, quase mortos, ainda não constam nas estatísticas como mortos e isso em tempos de cumprimento de meta é muito significativo. Lembremos que as estatísticas compilam dados, somos todos e ninguém. Por outro lado, quando enfrentamos essa porosidade, com seus fios que amarram

⁵⁷ Frase da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, em entrevista coletiva, nas eleições de 2018, após inúmeras manchetes sobre a produção de notícias falsas por um dos candidatos à presidência da República, por meio do patrocínio de empresas.

mães, irmãs, companheiras, reincidentes etc, não é sob a chancela de uma vida democrática que as enxergo, mas como mortes programadas e aprisionadas.

Nesse sentido, umas das alunas do CFSD quando questionada sobre os sujeitos suspeitos, descreveu:

Porque como esses policiais já são da área, já conhecem, mais ou menos, a área que tem o foco de droga, porque isso existe. [...] Então, vamos lá: se a gente tá passando por uma rua e vê duas pessoas numa moto, suspeito. Suspeito é qualquer coisa, é se se assustaram, se ajeitaram a roupa, se uma moto que não tem placa. Por exemplo, a gente foi tirar um serviço, o primeiro carro, a primeira viatura que é o comandante que anda na frente, ele viu de longe uma tornozeleira numa pessoa, tornozeleira eletrônica de gente que tá pagando pena fora, né. Aí ele parou a moto, parou a moto do cara, todo mundo desceu [...] [grifos meus] (entrevista online realizada com aluna no dia 03/09/2020).

Como é possível perceber das considerações da entrevistada, há áreas “conhecidas”. Nesses territórios, suspeitar de qualquer coisa é algo normal. Além disso, chama a atenção a questão da tornozeleira eletrônica, a qual se trata de uma medida alternativa à prisão, tendo em vista o crime cometido pelo acusado, o tempo de pena cumprido, entre outros elementos devidamente avaliados pelos magistrados e magistradas. Porém, um sujeito ao ser avistado, em dado território, portando-a já é o suficiente para que os comboios da polícia parem e efetuem a revista no sujeito. É nesse sentido que aponto para a construção de classes de indivíduos.

A leitora e o leitor devem estar se questionando sobre os princípios constitucionais que elenquei no início deste subitem. Deve ter folhado a Constituição Federal em vigência para saber se houve alguma emenda à Constituição, alterando seu texto, porque como posso falar em mortes programadas pelas próprias instituições em um regime que tem como premissa a dignidade humana, seu resguardo e tutela? Ora, são as políticas de inimizade fundamentadas nas artimanhas da branquitude; elas não precisam de um sujeito externo ao território para funcionarem. Criam territórios borrados, mas não menos eficazes, apontando sujeitos, locais, condutas como suspeitas, desviantes, perigosas. Aqui, essas condutas, em regra, possuem cor, idade e sexo definidos, como veremos e como nos mostram os dados do CNJ e do FBSP. É este elo de inimizade, como nos destaca Mbembe, “[...] que permite instituir e normalizar a ideia de que só se tem e se exerce poder à custa da vida de alguém” (MBEMBE, 2017, p. 61).

Ou ainda nas palavras de Foucault, ao problematizar o racismo de estado, “[...] A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do

anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Seguindo essa perspectiva, instigo a leitora e o leitor a problematizarem comigo: de que dignidade humana tratamos? É nesse sentido que o racismo age como uma prática que se sobressai nas estratégias de gestão populacional em solo brasileiro e demonstrarei abaixo o como dessa afirmação ao tratar das políticas públicas, ou da inexistência delas, no âmbito da segurança pública. O caráter provisório, localizado, silenciador que acabam por carregar em seu bojo.

É nesse sentido que abordo o conceito de necropolítica neste texto, para que enfrentemos esse marcador – raça – e seus efeitos práticos, não como exceção, mas regra na governamentalidade contemporânea. Noutras palavras:

Em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico, enquanto este é o epíteto da destruição organizada, o nome de uma economia sacrificial, cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda (MBEMBE, 2017, p. 65) [grifos meus].

Ademais, importante reiterar que essas práticas não ocorrem sem a chancela social. Aliás, é por encontrar respaldo socialmente que se fazem potentes. Cabe destacar, também, que não se trata de uma alienação dos sujeitos, não!, trata-se dos efeitos da branquitude que são perpetuados nos mais diversos momentos e práticas. São as práticas racistas cotidianas que compõem os fragmentos para/das mortes programadas, os movimentos de ódio contra o inimigo e de busca por segurança, ordem e paz social. Exercício de uma violência “celular e molecular” (MBEMBE, 2017, p. 74). São destas “coisas” que a governamentalidade contemporânea se ocupa.

É nessa passada que o conceito de racismo estrutural se apresenta como um elemento para pensarmos o racismo institucional e o nanoracismo empregado socialmente. Silvio Almeida (2019) sinaliza que todo racismo é estrutural, pois integra as relações econômicas e políticas da sociedade brasileira contemporânea. Como pontuei até aqui, as práticas discriminatórias com base na cor da pele e no fenótipo, alastraram-se na construção científica, no aniquilamento de culturas, no apagamento da história afro-brasileira no ensino escolar, na estética com a construção do belo e, em decorrência disso, há quem se privilegie enquanto ideal de beleza, de história, no exercício do poder (GOMES, 2002). As práticas racistas além de estarem nas instituições, fazem parte do nosso atuar diário e é nesse sentido que Silvio Almeida aponta o racismo estrutural como algo normal da nossa sociedade. Nas palavras do autor:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. [aspas no original] (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Diante dessas considerações e dos dados sobre a mortalidade juvenil negra apresentados até aqui, é que tenciono os escritos de Foucault, buscando alargá-los a partir das conceituações mbembianas. Quando Foucault destaca o “fazer viver e deixar morrer” como premissa da gestão populacional, entendo que o Estado brasileiro, interpretando-o pela perspectiva da governamentalidade, não faz viver toda e qualquer vida. Ele escolhe. É nesse escolher que eleger o necropoder como elemento necessário para a gestão. Desse modo, levanto a hipótese de que há, concomitantemente com a chave biopolítica, um “fazer morrer” por parte do Estado e isso não por meio da ideia de soberania, conforme o autor enfatiza, especialmente, em *Vigiar e Punir* (2009) e em *Segurança, Território e População* (2008), por meio de um poder de espada, um poder que age conforme a vontade do rei. Entendo, pelo contrário, que é justamente na perspectiva da governamentalidade contemporânea que ele atua, pois se vale das suas estratégias para atuar; utiliza-se das políticas de inimizade, se preferirmos as anotações de Mbembe.

Como destacam Nilma Gomes e Ana Amélia Laborne (2018), ao se violar a vida da juventude negra há, imediatamente, um decreto de pena de morte para essa população, pois se extermina a juventude, se extermina a construção futura de ações. Além disso, a sociedade brasileira se especializou na elaboração de mecanismos capazes de gerar e garantir a impunidade desse genocídio. Maria Aparecida Silva Bento (2002), pontua a existência de um “pacto narcísico” entre as brancas e brancos, onde as ações discriminatórias são encobertas pelo próprio grupo⁵⁸. Quando volto meu olhar para os dados coletados nas

⁵⁸ Apenas à título de nos problematizarmos enquanto pesquisadoras e pesquisadores e frisar a potência das palavras e o como do seu emprego, trago como exemplo o texto publicado pela antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, no jornal Folha de São Paulo, sobre o álbum lançado pela cantora Beyoncé, “Black is King”. Na publicação a pesquisadora efetua algumas críticas e, mais precisamente, busca “ensinar” a cantora negra, mundialmente conhecida pelas abordagens que enaltecem a cultura negra, como abordar certos temas relacionados a negritude. No fim de seu texto destaca: “Quem sabe seja hora de Beyoncé sair um pouco da sua sala de jantar e deixar a história começar outra vez, e em outro sentido” (Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml>. Acessado em: 08 de agosto de 2020). Uma das tantas respostas dadas a Lilia foi a seguinte, pela jornalista Aline Ramos: “Por fim, me questiono como Schwarcz teve coragem de pedir para Beyoncé sair da sala de estar. Justo você, Lilia, que sempre esteve sentada em uma” (Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/colunas/aline-ramos/2020/08/03/beyonce-criticas-negativas-reforcam-a->

entrevistas visualizo esses pactos, especialmente quando a instituição polícia militar é pautada no debate genocida.

Há o engajamento de outros marcadores que, nas falas de alguns entrevistados, se sobrepõem ao racismo. O principal deles é a classe, ou seja, a desigualdade econômica geraria muito mais mortes do que propriamente a raça; ou ainda, de que embora sendo visível a maior mortalidade de homens negros, jovens, é inviável a formulação de políticas públicas para esse segmento, isto porque quem mais mata também são jovens negros. Nas palavras do Major V. (entrevista realizada no dia 02/12/2019):

Então, como a gente tem essa grande desigualdade social/barra racial que dialoga bastante, a gente vai ver isso refletido também no, nos homicídios. Só que o que a gente não consegue, é identificar esse fator de raça como determinante no aspecto da violência como a gente não consegue identificar, por exemplo, o fator de ser do sexo masculino, isso não, não, não dá essa relação, por isso que a gente não consegue uma política específica de proteção é, por essa vertente.

Ainda dialogando com Gomes e Laborne (2018), os debates levantados pelos movimentos da juventude negra no Brasil há muito destacam que o medo no Brasil tem cor e ela é negra. Logo, isso é interseccionado com a classe social dos indivíduos, mas se sobrepõem a ela. Diante dessa análise, pode-se dizer que há um fazer viver, um deixar morrer e um fazer morrer, pois os mecanismos que se acoplam para/na condução da vida e da morte em solo brasileiro são dissimulados, mas nem por isso menos perversos. Nessa passada, não se trata de invalidar as teorizações foucaultianas, mas de alargá-las quando miramos, principalmente, o campo da segurança pública brasileira. Nessa linha, discutindo questões de gênero e raça, Berenice Bento (2018) cunhou o conceito de *necrobiopoder*, propondo:

[...] nomear de *necrobiopoder* um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira delas a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros devem viver (BENTO, 2018, s/p).

Somos “seres de fronteira” como pontua Mbembe (2017, p. 54), só que por serem essas fronteiras porosas e pela constante necessidade de prezar pela vida de alguns, há mortes

.importancia-de-black-is-king.htm?cmpid=copiaecola. Acessado em: 06 de agosto de 2019). Faço essa sinalização, porque Schwarcz é uma pesquisadora renomada na área das relações raciais e quanto a isso não há dúvidas, inclusive muitas foram as defesas em seu nome, vindo a se retratar nas mídias sociais. O que quero sinalizar com este exemplo, são as práticas da branquitude, os “vacilos”, os “equivocos”, eles fazem parte das nossas ações enquanto brancos e brancas, que estão nesta escrita, nos atos cotidianos. O que é imprescindível discutir, me parece, é a não normalização dessas ações. Palavras constituem e nós pesquisadoras e pesquisadores brancos temos a tendência a querer ensinar tudo, inclusive aquilo que não está no nosso alcance. São os privilégios que nos constituem.

que são desejadas e autorizadas pelo próprio poder estatal, aquelas pelas quais ninguém se responsabiliza ou pelas quais não se tem qualquer sentimento de justiça (FERREIRA, et., al., 2019). Desse modo, as políticas de inimizade ou políticas de exceção fazem morada no território nacional desde sua formação. Assim, não é sob o viés da excepcionalidade que enfrente as políticas de inimizade no campo da segurança pública brasileira, quando coloco em diálogo os marcadores juventude e raça, mas como regra. Não há que se olvidar, também, que em determinados tempos essas políticas agem mais explicitamente, mas o fato de estarem adormecidas em outras épocas, não significa que seu caráter mortífero tenha cessado.

E é para essa empreitada, agora de forma mais localizada, que convido a leitora e o leitor a adentrar no próximo tópico, pois nele além de efetuar um resgate histórico no campo do direito e sua contribuição para pensar o campo da segurança pública brasileira, levanto algumas teorizações que foram e são importantes para pensar o campo penal e evidenciar o quanto os marcadores acima referidos as tangenciam, mas sempre de forma provisória e isso não só em governos de extrema direita, como o que aqui vigora atualmente. Estes, sem dúvida, não escondem seu regozijo com o extermínio de certas vidas⁵⁹, mas o racismo e as políticas de inimizade que lhe cancelam, também vigoram em governos ditos de paz, produtores da vida. Logo, esse extermínio também se perpetua, pois é sobre o governo das coisas – do barco, dos ventos e dos marinheiros – que trato nesta pesquisa.

2.3. Neutralidade e objetividade: artimanhas da branquitude na construção de verdades jurídicas

Os movimentos que nos fazem imersos em uma cultura da punição, não são recentes (CARVALHO, 2015). Essa busca incessante pela criminalização, pelo recolhimento dos indesejáveis, pela formação de sujeitos marginais e marginalizados tem sido pauta das estudiosas e dos estudiosos do campo da segurança pública no decorrer do último processo de redemocratização e segue cada vez mais latente. Seguindo na esteira de Michel Misse (2008), a violência urbana como fenômeno social, aporta com certa magnitude no Brasil, na década de sessenta. Nesse sentido o autor busca pontuar a escassa preocupação acadêmica sobre o tema no período. Porém, com a organização do “Esquadrão Motorizado” (E. M), o

⁵⁹ Um exemplo disso foi a comemoração do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que celebrou publicamente a morte de um sequestrador, alvo de atiradores de elite da polícia carioca. Para maiores informações consulte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/witzel-comemora-morte-de-sequestrador-na-ponte-rio-niteroi/>.

qual ficou conhecido como “Esquadrão da Morte” – em razão da sigla, mas, especialmente, em função das suas ações –, as lógicas de justiceiro e do carisma positivo da violência empregado pelos agentes pertencentes ao grupo, corroborava o desejo por eficiência, ratificava a vontade de punição e denunciava a ineficiência do judiciário, desde então.

Entretanto, diferente do que Michel Misse busca destacar em seu texto, gostaria de pontuar a violência urbana anterior a década de sessenta: a violência institucional e já pulsante nas cidades, mas recorrentemente silenciada aos olhos de pesquisadores e pesquisadoras brancas e da sociedade de forma geral, justamente em razão das lógicas da branquitude (SILVAa, 2017). As violências que vão além da classe: as que sustentaram as edições dos diplomas legais, visando as perspectivas higienistas. Assim sendo, embora recorrentemente nos apeguemos às questões de classe e isso também seja de extrema relevância em um país com desigualdades econômicas abissais como o nosso, é importante ressaltar que o marcador raça – e as práticas racistas – foi e é um mecanismo que barra a existência de sujeitos, no passado e no presente.

Voltando-nos para as questões debatidas no item anterior e pensando na governamentalidade contemporânea, quando visitamos os escritos foucaultianos para problematizarmos a biopolítica e, ao mesmo tempo, a gestão da morte na perspectiva mbembiana, é possível identificar esses mecanismos de gestão agindo na eleição de ferramentas de controle e regulamentação. Como nos destaca Foucault (2005, p. 305) “[...] Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder”. Mais uma vez, não como poder de espada, que diz não, que violenta sem arranjos políticos para tal, mas pela perspectiva estratégica.

No recente curso traduzido para o português, “Teorias e Instituições Penais”, ministrado entre 1971 e 1972, Michel Foucault enfatiza as diferenças entre direito e justiça no decorrer da Idade Média, sinalizando a relevância das instituições penais na construção da modernidade. Ali o autor ainda enfrenta o Estado como um agenciador potente dessa organização, o que não será completamente extinto de seus escritos, mas sinalizará as relações de força que se estabelece com as instituições e para além delas. Ao mesmo tempo, é possível dialogar com escritos mais recentes do autor, onde observa as instituições não como algo avesso ao Estado, mas como ferramentas capazes de exercer poder, pois como destacam François Ewald e Bernard Harcourt (2020, p. 241), para Foucault o interesse “[...] pelas instituições não [é] tanto por si mesmas quanto por serem lugar de relações de forças, de confrontos de uma força contra a outra”.

Ainda dialogando com esses autores, trabalhar com a análise a partir dessa perspectiva, nos permite pensar não em aparelhos estáticos do Estado, mas como forças que se articulam, que produzem saberes, outras forças: que se enredam na produção da vida e da morte. E é nesse sentido que Foucault nos leva a problematizar as estratégias da guerra. Não uma guerra contra estados, contra exércitos, mas uma guerra civil. Aqui, é possível aproximar Mbembe de Foucault mais uma vez e, assim, irmos afunilando nossa lente de análise para o sistema de justiça criminal brasileiro, quando pensamos a paz e seu estado de guerra diante da mortalidade da juventude negra. Uma guerra política. Dialogando com Ewald e Harcourt (2020, p. 245), cabe destacar:

[...]A guerra não precede o direito. A guerra não se contrapõe ao direito. O direito é um modo de guerrear. A paz é apenas um estado de dominação (precário) de um protagonista sobre os outros (um modo do poder régio apropriar-se do monopólio da justiça).

Efetuo essas sinalizações para que pensemos nas articulações históricas entre justiça, ritos processuais, direito e verdade. Articulações estas feitas para garantir a guerra. Mais uma vez: uma guerra estratégica, envolta em rituais que asseguram nomear a justiça – o devido processo legal –; ritos que chancelam e autorizam alguém a proferir uma sentença, a cumprir pena em um determinado estabelecimento e; teorias, que justificam cientificamente a tomada de decisões. É com essas lentes que construí essa tese e convido para mirar o sistema jurídico e as suas articulações com o sistema de segurança pública, visto que nessa correnteza não se torna possível alegar o não funcionamento das instituições, a inexistência de legislações, etc, mas pensar, sim, o como da sua normalidade no presente na implementação de uma necropolítica.

Nesse mesmo sentido, pontuar o disposto por Silvio Almeida (2019) sobre racismo estrutural, o qual envolve as instituições, como nos destacou Antônio Sérgio Guimarães (2005) e as práticas racistas arraigadas socialmente e, além disso, os pactos que fazemos diariamente para colocar a branquitude – a nossa branquitude – como espaço de privilégio e agenciadora desse guerrear mortífero, na composição do sistema jurídico e nas pautas do sistema de segurança pública. Oportunamente voltarei a complexidade da construção de uma política de segurança pública em um país com dimensões continentais como o nosso, mas é imprescindível que atentemos para os cortes que se criam na lei e nas políticas públicas no campo da segurança, quando o marcador raça é trazido ao debate.

Jaqueline Sinhoretto e Danilo Morais (2017), nesse sentido, destacam que esse debate aparece nos estudos realizados pela sociologia da violência, mas de forma subsumida,

quando se compara a discussão sobre classe, território e sexo. Além disso, os estudos engendrados, recorrentemente se valem desse marcador como algo individualizado e não como uma prática. Entre outras pautas, esta se apresenta como uma das demandas do movimento negro – o genocídio da população negra, conforme pautado já no Primeiro Encontro nacional de Juventude Negra (1º ENJUNE), em 2007, na Bahia (RAMOS, 2015) –, pois o sistemático “barrar” que a cor da pele causa socialmente, não se trata apenas de um caso individual, específico, mas de uma política, conforme exposto no tópico anterior.

Apesar dessa discussão ter tomado volume na atualidade brasileira⁶⁰, tendo em vista as demandas cada vez mais organizadas da população negra, isso não é recente. Pelo contrário, Abdias do Nascimento (1978) e Guerreiro Ramos (1981) destacavam a constante negação dos pesquisadores da época sobre o “problema do branco” e não do negro, como aventavam na sociedade da década de 70 – momento em que seus escritos tomavam vazão na ordem discursiva –, o que contribuía para uma construção do negro como sujeito passivo frente aos conflitos sociais. Hoje, por meio das lutas diárias da população negra e dos escritos sobre branquitude, podemos questionar o “branco crítico e acrítico” (CARDOSO, 2017), problematizar privilégios e deslocar, mesmo que minimamente, o nosso local de fala para percebermos o quanto ratificamos diariamente nossos privilégios. E a escrita não foge disso.

Especialmente porque

Nas sociedades marcadas pela herança colonialista, o negro é, necessariamente, essa ‘vítima em potencial’, ou seja, aquele que é interpretado pelo branco como sua antítese. Esse mecanismo perverso que foi concebido para justificar a hierarquia social pautada na ideia de superioridade racial. Característica das relações colonialistas, essa estrutura tem se mostrado capaz de resistir a diferentes contextos sociais sem perder sua essência, isto é, mantendo os privilégios e lugar de poder de um grupo étnico-racial específico autodeclarado ‘branco’ [grifos do autor] (SILVA, 2017a, p. 24).

Diante dessa conjunção de forças entre instituições, sujeitos e construções de subjetividades, durante os governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), houve um significativo investimento por parte do governo federal na produção de estudos visando o aprimoramento de dados tratando sobre as violências no país (HASENBALG, 2005; SINHORETTO, MORAIS, 2017). Convém dizer que a produção estatística – os números e sua potência no governo das coisas – foi aprimorada ao levar em consideração elementos como raça/cor, o que permitiu dar visibilidade ao número de vítimas e encarceradas/os negras e negros, bem como à vulnerabilidade de jovens negras e negros nesse processo.

⁶⁰ Retomarei a questão da pauta política ao discutir o sistema de segurança pública e o extermínio da juventude negra, abordando, por exemplo, a CPI sobre a mortalidade de jovens, finalizada em 2016, pelo Senado federal.

Esses dados nos permitem perceber, e o Atlas da Violência publicado em 2019 (BRASIL, 2019) reitera essa afirmação, a discrepância na vivência da violência entre negros/os e brancos/os. Aliás, certifica-nos de que essa vivência por parte da população negra é abissalmente maior.

Quando delimito ainda mais a temática, envolvendo raça e faixa etária, as diferenças disparam. No ano de 2015, por meio do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de Desigualdade Racial (BRASIL, 2017), fruto do Projeto Juventude Viva, demonstrou-se que o risco de um jovem negro morrer em decorrência de homicídio era 2,71 vezes maior do que um branco. Estou me referindo ao “fazer morrer” de forma ativa, sequer discuti aqui as inúmeras barreiras enfrentadas pela população negra em acessar direitos e garantias mínimos à sobrevivência. No estado da Paraíba, esse dado cresce significativamente: aqui o índice de vulnerabilidade relativo, segundo referido Índice – negros *versus* brancos – dispara para 8,82 vezes, conforme apontado no capítulo metodológico.

Sinhoretto e Moraes (2017) sinalizam o quanto as políticas públicas que não levam em consideração as demandas sociais e não trazem para a sua construção a juventude negra, são artifícios que corroboram práticas genocidas. Embora tenhamos uma polícia historicamente despreparada, e as lógicas de militarização ratificam essa afirmação (FELTRAN, 2008), as políticas públicas e legislações que não observam demandas sociais como as do movimento negro, também cancelam o “fazer morrer”. Além da letalidade, as taxas de encarceramento envolvem de forma incisiva jovens negros. Outro ponto que as autoras destacam, é a prisão preventiva: é alarmante em solo brasileiro o número de presas e presos provisórias/os. Esse número também está alicerçado na questão racial (SINHORETTO, MORAIS, 2017). Isso nos faz atentar para outro ponto: os suspeitos.

Sustentando a ideia de que o poder legislativo e judiciário são falhos (CARVALHO, 2015), “não punem devidamente”, reiterando a emblemática frase desenvolvida pelo Esquadrão da Morte “bandido bom é bandido morto”, as e os agentes policiais cada vez mais têm se acobertado sob a capa de justiceiras, recebendo chancela de boa parte da sociedade. Os crimes envolvendo tráfico de drogas demonstram isso, onde a distinção entre traficante e usuário, antes do processo criminal, é apontada pelas/os próprias agentes, encaminhando ou não para a delegacia de polícia e consequente indiciamento. Nesse sentido, também ocorrem as prisões provisórias, onde aproximadamente 40% delas são realizadas por meio do policiamento ostensivo (SINHORETTO, MORAIS, 2017).

Um outro dado que se mostra alarmante e que ainda não foi plenamente enfrentado e resolvido no Brasil, são os chamados autos de resistência, onde pessoas são mortas pela

atuação policial e se justifica que o óbito foi decorrência de confronto policial e, por isso, inquéritos policiais sequer são instaurados (CPI, 2016). É importante salientar que o Código de Processo Penal não abre qualquer exceção para a não instauração de investigações: para que um inquérito seja arquivado, as provas devem ser devidamente coletadas e, a partir da análise dos documentos, relatos testemunhais, etc, o Ministério Público pode requerer o arquivamento, seja por falta de provas, seja pela ação não constituir crime, ou oferecer a denúncia (NUCCI, 2015). Logo, é uma afronta nacionalmente reconhecida a não instauração do procedimento administrativo, especialmente porque quem figura, recorrentemente, como testemunha e comunicante do fato são os próprios policiais envolvidos na ação. Ineficácia da lei, do judiciário, autorização de justiceiros, busca incessante por suspeitos: genocídio da população negra. Eis aí um quadro que nos salta aos olhos, de forma cada vez mais reiterada. Pensemos sobre a guerra e os mecanismos de justiça, sinalizados por Foucault (2020).

Ainda dialogando com Sinhoretto e Morais (2017), cabe destacar que “genocídio negro” e “juventude negra” enquanto categorias analíticas foram sedimentadas por movimentos negros e movimentos de jovens negros, especialmente após o 1º ENJUNE e FONAJUNE (Fórum Nacional de Juventude Negra). As demandas políticas organizadas pelos mencionados grupos exigiram um posicionamento mais consolidado por parte do poder público. Um dos exemplos oriundos dessa exigência, como referido acima, fora o Plano Nacional de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra (Juventude Viva), publicado em 2012 e 2017 (BRASIL, 2017). Entretanto, vê-se a timidez das ações governamentais, como é possível perceber dos dados que nos interpelam diariamente. Enquanto categoria analítica, então, o “genocídio negro” destaca a reiterada morte de sujeitos negros, especialmente jovens, por meio do extermínio sistemático (GOMES, LABORNE, 2018). Aqui vale lembrar o conceito de governamentalidade: o que se deve observar para governar.

Seguindo escritas brasileiras sobre a temática, percebo o quanto a formação do direito, neste caso o direito penal, processual penal e criminologia, embora tratem de demandas específicas, se alicerçam e solidificam o racismo institucional (HASENBALG, 2005). Embora essa denúncia seja mais contumaz, na atualidade, ao discutir as correntes teóricas que dão a base dos diplomas legais brasileiros, é possível perceber as artimanhas elaboradas pelos legisladores, pessoas de um tempo e pertencentes a um contexto social, que edificaram demandas sociais em diplomas legais, revestidos pela suposta neutralidade da ciência e do Estado. Aliás, a ciência jurídica não raramente nos enuncia a neutralidade,

engendrando enunciações que fazem crer estarem distantes da produção das desigualdades sociais e raciais.

O suposto cumprimento do disposto em lei, anunciado por ‘especialistas’ devidamente ‘concursados’ e pertencentes ao poder público, sustenta a noção de neutralidade que o direito, de forma ampla, enuncia. Voltando-me para três subáreas do direito que por ora tomam relevância – direito penal, processual penal e criminologia – é possível perceber o quanto estudos reiterados e amplamente conhecidos sustentam as bases epistemológicas desses saberes. Embora os direitos penal e processual penal permitam a instrumentalidade da norma jurídica penal, há todo um embasamento que lhes constituem, o que atentarei em breve. A criminologia, por outro lado, recebeu inúmeros contornos, os quais reverberam naqueles outros saberes, mas que a sustentam como uma área diversa, com “maior” diálogo social.

A criminologia, hoje, possui diferentes vertentes: antropológica, crítica, cultural, dentre outras. Não pretendo me ater a elas no momento, mas sinalizo minha atenção para essas vertentes e reconheço sua complexidade. Mesmo assim, quero abordar direito penal, processual penal e criminologia de forma ampla, em uma mesma discussão, para que eu possa problematizar as ditas teorias clássica e positivista, caras a essas áreas, cada uma delas sendo lapidada conforme seu interesse, mas nem por isso menos importantes para construir o conjunto do sistema jurídico e suas bases.

Tanto a Teoria Clássica quanto a Positivista foram desenvolvidas na Europa no decorrer dos séculos XVIII e XX (JUNQUEIRA; VANZOLINI, 2014). Há uma infinidade de conflitos sociais que lhes atravessam, mas é importante pensar suas bases e seu aporte no Brasil. A Teoria Clássica⁶¹ toma vazão ao criticar a punição por meio exclusivo do poder soberano, isto é, a punição calcada na fundamentação teleológica ou privada, ou como nos diria Foucault (2005), no “fazer morrer e deixar viver”. A confusão entre o divino e o político ainda se encontrava acentuada e foi um dos focos de combate da Escola Clássica.

Por meio das modificações iluministas, esse cenário passa a tomar outros contornos. A ideia do contrato social se tornou cada vez mais latente, querida e respeitada. Inibir o poder das monarquias absolutistas, um desejo iminente. Da mesma forma, no campo da punição. Ademais, a ideia utilitarista do direito penal passou a ser erigida, isto é, tendo a finalidade

⁶¹ Ressalto que a doutrina especializada aponta os diversos segmentos desta corrente, mas como o foco desta proposta não é a análise das escolas, mas suas oposições e recepção no Brasil, me atenho a apontar tanto a escola clássica quanto positivista como dois grandes monumentos.

de “proteger” a sociedade, advindo daí a ideia de que a pena tem caráter “preventivo/educativo/ressocializador” (JUNQUEIRA, VANZOLINI, 2014).

Embora não parta da ideia de “origem” é possível apontar a publicação da obra “Dos delitos e das penas”, de Cesare Bonesa, conhecido como Marques de Beccaria (1764), como um acontecimento que marca o espaço da Escola Clássica. Conforme destacam Gustavo Junqueira e Patrícia Vanzolini, a obra ultrapassava a perspectiva jurídica, aproximando-se das ideias contratualistas, direcionando-se à gestão governamental. Importante ter nítido, então, que a Escola Clássica, de forma geral, foi responsável por princípios jurídicos caros à modernidade, como os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, dentre outros. Registro que eles além de estarem presentes no atual diploma repressivo, também estão esculpidos no texto constitucional em vigência.

Consolidada esta corrente teórica, os aspectos históricos, sociais e políticos tomaram novos contornos. Com isso, outras interpretações foram lançadas à produção do crime. Em meio a “Era das Revoluções”, o aumento populacional e a demanda de novas práticas disciplinares, a Escola Positivista começa a ter vazão, questionando o quanto a retribuição não poderia ser o núcleo da pena, mas, sim, um instrumento de defesa social, rechaçando a ideia de livre-arbítrio aventada pela teoria clássica (JUNQUEIRA; VANZOLINI, 2014). Nessa esteira, começa-se a discutir a necessidade do crime não ser mais interpretado de forma abstrata, sendo necessário, também, compreender o “sujeito criminoso”.

Amparado pela produção científica dos séculos XIX e XX – médica, sociológica, antropológica – a Escola Positivista passa a sustentar que o delito é um fenômeno natural. Seus principais expoentes foram Césare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garofalo (ALVAREZ, 2002). Estes dois trataram de dar visibilidade às teorias desenvolvidas por Lombroso (2007): Ferri por meio da Sociologia Criminal e Garofalo pela Criminologia, aproximando o campo jurídico.

Esses autores, cada um a seu tempo e por meio de seus métodos, defendiam que o crime era um fenômeno natural – nessa esteira já nos pontuava Durkheim – e que, portanto, as condições antropológicas, sociais e físicas precisavam ser levadas em consideração na análise do crime. O método de pesquisa que sustentava a teorização desses autores partia da análise experimental (LOMBROSO, 2007). Procedimento, inclusive, inovador para a época. Assim, efetuavam subdivisões na análise do sujeito criminoso e afirmavam a existência do criminoso nato, tendo em vista características específicas.

Gostaria de atentar para as articulações dos saberes na produção do sujeito criminoso. A medicina foi uma das áreas do conhecimento necessária para que essas produções

tomassem vulto. Tanto é assim que a dizimação de várias populações se apoiou nessas teorizações. Ademais, a sociologia, a antropologia e a criminologia clássicas não foram áreas menos isentas. Quero destacar, assim, que por meio das teias de saber e poder, o discurso verdadeiro se ergue ao passo que deixa seu rastro de invisibilidade programada. Mortes silenciosas e insistentes.

Ambas teorias tiveram seguidores no Brasil. No final dos anos de 1800 e início dos 1900, o jurista Tobias Barreto de Menezes, nascido no atual município de Sergipe, e o médico maranhense Raymundo Nina Rodrigues, dentre outros, reliam essas teorias e davam visibilidade a elas na então República dos Estados Unidos do Brasil. Barreto (1926) um dos expoentes da Escola Clássica, embora reconhecesse a importância da obra desenvolvida por Lombroso e seus seguidores, se opunha a ela, destacando o seu caráter demasiado simplista para as explicações criminais e, além disso, acreditava nas ideias de livre-arbítrio sustentadas pela a Escola Clássica. Nina Rodrigues (2011), por outro lado, opunha-se a ele, dando vazão às teorias higienistas de Lombroso, Ferri e Garofalo.

Aproveito para frisar que olho para essas teorizações com os olhos do presente e, portanto, não sou isenta das críticas já consolidadas a esses autores. Por outro lado, não deixo de admitir a relevância de seus escritos, entendimento que também já se consolidou. Mesmo assim, não quero seguir reiterando e isentando autores da contribuição para o genocídio de parte da população e a sustentação científica dos privilégios brancos, porque como podemos notar, a construção do outro ocorre a partir da eleição do sujeito universal, neutro, o “um”: a raça branca. Como passarei a abordar, essas teorias foram produzidas em um tempo: poucos anos após a abolição da escravidão. Aquele evento jurídico que muito nos custou como um dos últimos países a aboli-la e que, em seguida, se nomeará como solo da democracia racial. Antes disso: o país que entoava no hino da Proclamação da República (1889) que “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre País...”.

Faço essas sinalizações para que recordemos que as teorias clássica e, especialmente, a positivista encontram este solo para se cultivar: intelectuais brancos, afeitos as discussões do branqueamento. Como referido, dentre outros autores, Nina Rodrigues foi um dos precursores da teoria lombrosiana (AUGUSTO; ORTEGA, 2011), efetuando significativas críticas ao Código Penal de 1890, alicerçado na dita Escola Clássica, pois sinalizava que em um país onde as diferenças eram inúmeras – desde o clima até a intelectualidade – um diploma legal que tinha como pressuposto o tratamento igualitário, no mínimo, se colocava exterior às realidades locais (RODRIGUES, 2011). Observe-se que a preocupação era tratar

desigualmente os desiguais, nunca em estender a igualdade da aplicação legal à população (ALVAREZ, 2002).

Nina Rodrigues foi professor durante dezessete anos na Faculdade de Medicina, na Bahia, como nos coloca Mariza Corrêa (2001), onde além de lecionar sobre perícia médico-legal, tinha a pesquisa antropológica como um dos seus instrumentos de ensino e aplicação prática. Nas palavras da autora:

[...]Esses médicos-cientistas sociais não se limitaram, no entanto, à aplicação da lei, enquanto funcionários, senão que em muitos casos, a começar por Nina Rodrigues, foram responsáveis pela criação ou alteração dela, sua atuação no domínio jurídico indo desde questões específicas (como determinações de paternidade) até as de alcance social mais amplo (como difusão da obrigatoriedade da identificação civil). Eles não se limitaram tampouco a serem membros de instituições já existentes: foram planejadores e criadores de novas e em alguns casos seus primeiros administradores, seus nomes tendo permanecido nelas para nos recordar isto (Instituto Nina Rodrigues na Bahia, Instituto Oscar Freire em São Paulo, Instituto Afrânio Peixoto no Rio, por exemplo). Sua atuação cultural incluiu desde conchavos para eleições na Academia Brasileira de Letras até a ocupação de cargos na UNESCO. Suas iniciativas nem sempre deram certo, muitas delas não passaram de projetos no papel, outras tiveram um alcance restrito no âmbito da aplicação de sua especialidade ou de sua área de atuação política imediata, mas algumas delas foram apoiadas e apropriadas pelo estado em nível regional e nacional (CORRÊA, 2001, p. 11).

Lembremo-nos que o acesso ao conhecimento e as ciências era algo restrito a elite brasileira. Além disso, o ideal de conhecimento, população e construção de “civilidade” se dava com base na perspectiva europeia. Significa dizer que o belo, o “civilizado”, etc construía-se ao arremedo desses ideários. Mais uma vez aqui, é necessário pensar pela perspectiva política, de disputa de saber-poder e, da mesma forma, pensarmos pelos caminhos da branquitude na construção de privilégios. Evidentemente estamos a pensar um contexto histórico e social arraigado ao colonialismo e seus tentáculos. Isto não nos isenta, entretanto, de questionar e problematizar a potência da fixação de instituições, na construção de um dado conhecimento e no aniquilamento e silenciamento de outros constructos sociais e políticos.

Ainda com Foucault (1997), pensar o presente é estar atento às artimanhas que constroem as nossas subjetividades. Lembrar, na esteira deste autor, que o conhecimento foi inventado e no caso da invenção sobre as relações raciais no Brasil, ela é alicerçada em saberes que privilegiam a raça branca enquanto estabelece o Outro com base na cor da pele e no fenótipo de forma mais ampla. Interessante notar, entretanto, que esse constructo se dá com a chancela da cientificidade, com a autorização de instituições, onde o conhecimento era valorizado e construía verdades potentes, as quais ainda nos assolam. A perspectiva

higienista, o processo migratório de povos europeus para o país, são exemplos disso. Lourenço Cardoso (2008) sinaliza o quanto a ideia de superioridade da raça branca era defendida por Nina Rodrigues, pontuando que a época era propícia para tanto. O que sobressalta aos olhos, diz o pesquisador, é a potência daqueles escritos ainda no presente.

[...] Nina Rodrigues, que se coloca na posição de um cientista da raça superior, produziu trabalhos considerados fundacionais da reflexão sobre ciências humanas no Brasil. Estas obras consolidam a lógica de que a raça e/ou cultura inferior devem ser apenas objetos de estudo. Não se questiona o conhecimento produzido, refletindo acerca da influência exercida pelas escolhas e estereótipos assumidos pelo cientista, tampouco são interrogados os limites e a clausura da cultura daquele que se considera superior. Naquele período, dado o relativo consenso em torno da existência de um natural “determinismo biológico” não é difícil compreender essa lógica e Nina Rodrigues é um bom exemplo das imbricações entre ciência e senso comum na produção e reprodução de estereótipos racistas. Contudo, chama atenção o fato de que ainda hoje vigore na academia o predomínio do determinismo do pesquisador branco – objeto negro [aspas no original] (CARDOSO, 2008, p. 41/42).

No sentido mais amplo dos escritos de Nina Rodrigues e do momento histórico em que estavam sendo elaborados, a racialização de condutas como sendo degeneradas ou como elementos a serem tratados de forma diferenciada em virtude da sua “incompletude”, “perversidade”, etc, contribuíram para pensar o negro como problema alvo dessa virtualização penal. Como sinalizado por Mariza Corrêa (2001), a construção de instituições de pesquisa e de ensino, assim como diplomas legais, foram inúmeras com base na Escola Nina Rodrigues. As negras, negros e mestiços eram entendidos social e cientificamente como sujeitos mais propensos ao cometimento de crimes, não sendo capazes de se adaptar à norma implementada (por brancos!). Assim, a/o negro/a seguiu sendo coisificado, agora em nome da ciência, submetido a constantes estudos, criminalização cotidiana e fonte de medo ideologicamente construído.

Ao longo da Primeira República esses debates foram seminais para criação do Código de Menores (1927) e o Instituto Disciplinar e Penitenciária do Estado de São Paulo (ALVAREZ, 2002). Além disso, as problematizações que tangenciavam os debates jurídicos que não se opunham completamente às lógicas liberais da Primeira República, mas que também convergiam para as lógicas de higienização, culminaram em pequenas reformas na legislação penal ao longo desse período e acabaram por influenciar o Código Penal publicado em 1940, já na Era Vargas e que ainda segue com algumas premissas em vigência na contemporaneidade.

Cabe sinalizar que o Código Penal brasileiro publicado em 1940 só passou por uma significativa reforma em 1985, já no período da atual redemocratização (FRY, CARRARA,

1986). As modificações ocorreram na parte geral do diploma repressivo, como a extinção do “duplo binário”, fruto das teorizações da Escola Nina Rodrigues. O duplo binário permitia dois tipos de pena: a aplicação da pena propriamente dita, àqueles e àquelas que cometessem um ato delitivo e a medida de segurança, imputada para quem fosse considerado/a detentor/a de uma “essência criminosa” (Idem), visto que já teriam rompido com a norma penal mais de uma vez. Evidentemente que a isto se unem outros elementos, como cor da pele, território, tipos delitivos, etc. O Código previa os seguintes casos:

1. Os “loucos criminosos”, que deveriam ser detidos e tratados em “Manicômios judiciários” (art. 22 C.P./40); 2. Os “ébrios habituais” e “toxicômanos”, que deveriam ser detidos tratados em “Casa de Custódia e Tratamento”(art. 78, C.P./40); 3. Os “condenados por crimes que hajam cometido como filiados a associação ou bando ou quadrilha de malfeitores” (art. 78, C.P./40); 4. Os condenados por crimes relacionados à “ociosidade”, “vadiagem” e “prostituição” (art. 93, C.P./40). As duas últimas categorias deveriam ser enviadas a “Institutos de Trabalho”, “Reeducação” e “Ensino Profissional” [grifos no original] (FRY, CARRARA, 1986, p. 03).

A medida de segurança, como pontuam os autores, possuía um caráter medicinal, pois tinha como objetivo a cura e a reinserção do indivíduo acometido dessa anormalidade. Aqui, então, vemos que o crime ultrapassava o fato delitivo e se impregnava na conduta do sujeito, na sua personalidade. As mudanças, entretanto, não alteraram substantivamente a atuação do sistema penal, visto que o Código em vigência seguiu imputando inúmeras interdições de forma mais individualizada. O que não contrariou significativamente a perspectiva aduzida antes da reforma de 1985. Como se pode observar dos regimes de cumprimento de pena – aberto, semiaberto ou fechado – a progressão ou regressão a cada um desses regimes requer a análise da conduta individualizada do sujeito criminoso. Logo, é com base no “merecimento” que o autor progride ou não no âmbito do sistema penitenciário.

Como se observa da Lei de Execução Penal (LEP), lei 7.210/1984, formulada na concomitância da reforma do Código Penal, os pressupostos da medida de segurança não foram extintos das ações legais, tomaram outros termos. O art. 5º da LEP, por exemplo, assevera que os condenados serão “classificados” conforme seus “antecedentes e personalidade” o que “orientará” a individualização da pena (BRASIL, 1984). Há, conforme prevê seu art. 7º, uma Comissão Técnica de Classificação que “elaborará um programa individualizador da pena privativa de liberdade” do sujeito condenado. Ou ainda como dispõe o art. 9-A:

Art. 9o-A. Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor [grifos meus] (BRASIL, 1984).

O que se percebe dos artigos vigentes na LEP e que dialogam com o Código Penal atual, são os vestígios do chamado “direito penal do autor”, isto é, aplicação da pena, cumprimento, progressão, etc, não são estabelecidos com base naquilo que o agente fez, um furto, um roubo, por exemplo, mas naquilo que ele é, sua personalidade, sua conduta social, etc. As teorizações jurídicas (NUCCI, 2015; JUNQUEIRA, VANZOLINI, 2014) destacam que atualmente o “direito penal do autor” ou o “direito penal do inimigo” são correntes minoritárias nas normas penais. Isso nos faz refletir que minoritária não significa extinta; ou, embora os tipos penais prevejam a realização de uma ação – subtrair, matar, etc – quando observamos a parte geral, a qual deve ser observada na dosimetria da pena⁶², no estabelecimento de um dado regime de cumprimento, existência de alguma excludente de ilicitude, etc, ela traz, como pontuado acima, resquícios desse direito penal do autor, assim como a Lei de Execução Penal, permitindo questionar o diálogo democrático dos referidos diplomas e o distanciamento, de fato, do direito penal do autor.

Destaca Marcos Alvarez (2002), assim como é possível verificar do exposto acima, que a Teoria Positivista em solo brasileiro, não foi uma mera importação de teorias estrangeiras, como nos é afeito, pois alguns dos autores que defendiam a antropologia

⁶² Em meio a formulação deste tópico da tese, as mídias sociais e televisivas deram visibilidade a uma sentença proferida na 1ª Vara Criminal de Curitiba onde, segundo a notícia, a juíza responsável pelo julgamento de roubos e assaltos realizados por um grupo de nove pessoas, ao individualizar a pena de um dos réus, com base no art. 59 do Código Penal, sinalizou: “Sobre sua conduta social nada se sabe. Seguramente integrante do grupo criminoso, **em razão da sua raça**, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança da população, pelo que deve ser valorada negativamente” [grifos meus] (Íntegra da reportagem consultar: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-diz-em-sentenca-que-reu-negro-era-seguramente-integrante-de-grupo-criminoso-em-razao-da-sua-raca.ghtml>. Acessado em: 08 de agosto de 2020). Posteriormente, a juíza pediu “sinceras desculpas se de alguma forma, em razão da interpretação do trecho específico da sentença ofendi a alguém” (à íntegra da reportagem vide: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-que-citou-raca-ao-condenar-negro-pede-sinceras-desculpas-e-diz-que-frase-foi-tirada-de-contexto.ghtml>. Acessado em: 13 de agosto de 2020). Atentemos para o que se constitui na ordem enunciativa, para aquilo que é dito e permitido dizer por representantes de instituições que devem assegurar e promover o devido processo legal, a dignidade humana: um sistema democrático igualitário. Cabe perguntar, nestas circunstâncias, como as vidas negras importam em solo brasileiro? Como os privilégios da branquitude admitem e aceitam “sinceras desculpas” como pressuposto de neutralidade? Como pontuado no bojo deste texto, o próprio diploma legal está sedimentado em teorizações que cancelam a análise do autor e não do fato. Este, propriamente, é o objeto de discussão neste texto. Entretanto, deparar-me diariamente com enunciações deste naipe não tem sido exceção no decorrer desta escrita. Mais uma vez, questiono: é sobre a produção da vida que tratamos em solo brasileiro, especialmente quando miramos o sistema de justiça criminal? Ou estamos aqui, seguindo os ritos e cancelando a nossa guerra civil com base na construção do Outro, o qual possui cor, sexo e idade pré-definidos?

criminal lombrosiana se mostravam cientes das críticas existentes a essa corrente, mas afirmavam o quanto o Brasil se apresentava como solo adequado para a perpetuação dessa linha teórica e prática. Logo, a elite política e intelectual branca não se opunha a estes pontos. Note-se que próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, cume da ineficiência e demonstração da barbárie higienista, é que o Código Penal, conceituado como adepto à teoria mista, ou seja, articulação entre a teoria clássica e positivista, passa a vigor em solo nacional.

Da mesma forma, o atual diploma repressivo e a LEP ao se colocarem no patamar de diplomas avançados, liberais, democráticos, mas permanecerem com os caracteres positivistas e clássicos em seus alicerces. Aliás, articularam as teorias anunciando um caráter de reforma em seu texto, visando ideários de neutralidade e isonomia. Lembremos de Foucault (2020) para pensarmos nos ritos da justiça na formulação da guerra. Ou ainda (FOUCAULT, 2005), no caráter biológico que permite o corte, autoriza a morte em uma sociedade de normalização; que chancela os efeitos de “terror molecular” (MBEMBE, 2017). Nesse sentido, sinalizam Peter Fry e Sérgio Carrara (1986, p. 07)

[...] podemos argumentar que a eliminação da medida de segurança não implica uma rejeição do sistema de pensamento que a submetia, nem tampouco, uma volta ao modelo liberal clássico de codificação penal. Ao contrário, os fundamentos da medida de segurança, a ideia do *Homo Criminalis* e sua periculosidade, nunca estiveram tão presentes, nem tão difusos quanto no atual Código. No passado, como vimos, foram objeto de discussão e disputa. Com o passar do tempo, adquiriram o *status* de “lugares comuns”, uma espécie de axioma implícito que rege o pensamento jurídico moderno [grifos no original] (FRY, CARRARA, 1986, p. 07).

Com essas breves considerações, quero sinalizar que os diplomas legais, aqueles ditos neutros, apresentam-se como a cristalização de disputas sociais que fundamentavam a raça como elemento de retardo e degenerescência social, pois são demandas sociais e científicas de um tempo que dão alicerce para a sua formação, ainda que se cubram com o manto de uma suposta neutralidade. Ciente, também, que após a década de 1930 com o desenvolvimento dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, novas pesquisas foram realizadas e outros olhares a situação dos negros erigidos (HASENBALG, 2005). Mas não nos esquecemos da contribuição de Gilberto Freyre para silenciar as diferenças raciais no Brasil, por meio da suposta democracia racial. Além disso, na atualidade, as disputas políticas existentes para reformas no sistema de justiça criminal – abarcando aqui instituições, políticas públicas, diplomas legais – exigem algumas rupturas que muitos governantes não estão dispostos a realizar.

É nesse jogo de silenciamentos e aparições que busco apontar para o racismo institucional que o sistema jurídico penal brasileiro moderno ratifica e reitera (GUIMARÃES, 2005). Embora da década de 1940 até a atualidade, uma considerável mudança legal, institucional e social tenha ocorrido⁶³, sustento que ela é ínfima e, além disso, ineficiente, visto seu caráter furtivo e dissimulado, nem por isso menos perverso. Racismo, injúria racial, agravantes e qualificadoras incorporadas nos textos legais não desmancham uma epistemologia e uma cultura institucional compartilhada. Também não parto do pressuposto que previsão legal, criminalização de condutas, pena, sirvam como “elementos educacionais”, aliás, me oponho incisivamente a essas ideias.

Por outro lado, entendo que essas artimanhas da branquitude⁶⁴ foram e são racionalmente estruturadas para/nas lógicas de governança. A criação do sujeito criminoso não é uma pauta que se ergue de forma instantânea, como sabemos. Sugiro, assim, que os pontilhados acima sejam lidos como pistas para pensarmos sobre o “fazer morrer” que gira a chave das políticas brasileiras, quando se interseccionam os marcadores raça e juventudes. Corpos, culturas, diplomas legais, saberes que se articulam e se dissipam, disciplinando corpos e sustentando o controle como imprescindível na/para a sociedade moderna.

Revisitando os escritos de Michel Misse (2008), atenta aos pontos esboçados acima, apresento a discussão sobre “acumulação social da violência” como um conceito central para que possamos compreender o deslocamento que ocorre com a produção dos sujeitos criminosos, isto é, para além das demandas esculpidas nos diplomas legais que sustentam uma lógica genocida. O alastramento social também reproduz e reinventa essas premissas e faz com que, cotidianamente, ratifiquemos a morte. A acumulação social da violência, nos

⁶³ Recentemente, inclusive, o atual ministro da justiça, Sérgio Moro, propôs um projeto de lei para modificação de artigos no Código Penal, de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais, conhecido como “Pacote Anticrime”. Parte do proposto foi vetado pelo Congresso Nacional, mas de forma geral, o que vimos foi uma proposta que recrudescer os diplomas legais, alargando, por exemplo, o conceito de legítima defesa para policiais e agentes da segurança pública. Entre os objetos da proposta que não foram votados porque fazem parte de um outro projeto de lei em tramitação, está a possibilidade de condenação em segunda instância. O que significa dizer que mesmo ainda restando ao réu a possibilidade de recorrer da sua condenação, ou seja, amplamente se defender, já se busca seu encarceramento. A retenção desse sujeito é naquele mesmo sistema prisional que mencionei anteriormente: superlotado e com uma população com características específicas. Pergunto, insistentemente: é sobre dignidade humana que nos falam os diplomas legais e as instituições jurídicas? Para saber um pouco mais sobre as mudanças ocorridas nos diplomas penais referidos, consultar: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/entenda-o-que-muda-com-a-aprovacao-do-pacote-anticrime-por-bolsonaro.shtml>.

⁶⁴ Embora não tenha mencionado, esses autores, todos homens brancos, faziam parte da elite brasileira. É de se notar que a escolarização só passou a ser pauta governamental com Getúlio Vargas e, mesmo assim, a escolarização urbana. Ainda cabe ressaltar que analfabetos, no Brasil, só tiveram direito ao voto com a Constituição Federal em 1988, o que nos sugere problematizar a participação política na formulação das leis em solo brasileiro. José Murilo de Carvalho (2002) nos alerta para o longo caminho da cidadania no território nacional.

dizeres do autor, desloca a produção do crime das premissas esculpidas em lei, isto é, do direito positivo. Isso vai ao encontro do que nos traz Michel Foucault (2005; 2020) ao sustentar que o direito vem após as disputas sociais e não algo que as inicia, ou seja, o poder não pode ser visto como representado pelo direito, pois este se constitui como um dos sustentáculos do poder disciplinar e, posteriormente, como uma artimanha biopolítica.

Misse (2008) sustenta, na correnteza de H. Becker e Erving Goffman, que antes mesmo de haver o processo de criminalização, isto é, a previsão legal, pode haver processos de incriminação. Este antecipa aquele processo, podendo sequer chegar à criminalização. Trago para este diálogo o disposto por Foucault (1996), ao estudar as mudanças realizadas com a reforma penal do século XIX, na Europa. Aponta o autor a criação de um sujeito virtual – aquele engendrado pelas estatísticas –, ou seja, um pretense agente criminoso, que não existe precisamente, mas pode infringir as normas penais, tendo em vista as probabilidades, as estatísticas: a norma. É o que ele denomina como virtualidade, que não atinge apenas o campo penal, mas se alastra pelas demais áreas do conhecimento, toma status de discurso e socialmente ganha vazão.

Ainda com Michel Misse (2014), chamarei essas práticas da virtualidade penal, como sujeição criminal. Esta ultrapassa as lógicas do estigma e do rótulo⁶⁵; é a imediata associação entre agente e crime ou o possível crime. Note-se que não há necessidade da sua ocorrência para que a sujeição criminal se estabeleça, pelo contrário, geralmente o fato delitivo não se materializou e ela já está esculpida na “alma” do sujeito. Há uma perda da liberdade antes mesmo da ocorrência do crime⁶⁶. Há um sujeito suspeito. Esse sujeito criminal é recorrentemente visto como outro – especialmente se quem enuncia são homens brancos, heterossexuais, classe média. E sendo outro, diferente de mim, pode/deve ser tratado de forma degradante, violenta e tortuosa. Nas palavras de Mbembe:

[...] Ser o Outro é sentir-se sempre instável. A tragédia do Outro tem origem nesta instabilidade. O Outro está constantemente alerta. Vive na expectativa de ser repudiado. Faz tudo para não o ser, sabendo que, quando menos esperar, acabará por sofrer o repúdio (MBEMBE, 2017, p. 176).

⁶⁵ Justifico, assim, porque não trago como autores base para esta escrita, embora recorra a eles, Howard Becker e Goffman, mas Michel Foucault, pois além de me auxiliar na construção teórica, discute as normas jurídicas, as práticas sociais e os efeitos que nos capturam e nos produzem como sujeitos ativos das relações sociais, isto é, as práticas não são exteriores a nós, esculpidas em instituições distantes, estão nelas, sem dúvida, mas se mantêm porque as ratificamos e nos assujeitamos.

⁶⁶ Não pretendo aqui adentrar aos processos de julgamento, mas é relevante pontuar que a reincidência – qualquer crime cometido antes do julgamento do novo delito – além de aumentar a pena do acusado por si só, ela alinha-se nas palavras da acusação, especialmente para sustentá-la, para aumentar a pena do crime novo, para mudar o regime de cumprimento de pena, etc. Isso, por si só, ratifica a cultura punitivista incorporada em nosso sistema jurídico.

A pena de qualquer crime, por si só, é uma representação desse agir violento e rotulante. Mas pesquisas demonstram (MISSE, 2008), que “pessoas de bem” entendem necessária e chancelam o uso da tortura para retirar confissões dos acusados. Isso demonstra de forma incisiva o quanto parte da população entende que “crime” é algo exterior a si, que é algo pertencente a dada classe, cor, sexo, idade. Como venho destacando até aqui, este outro não é fruto de um agir individual, mas, como pontuou Silvio Almeida (2019) se constitui estruturalmente na sociedade brasileira e, em virtude disso, o racismo e sua produção tornam-se norma na nossa sociedade e, por isso mesmo, fazem parte do campo da segurança pública, aliás, é constantemente (re)produzido por ele.

É importante destacar que, a partir dos anos 2000, o discurso político institucional vem admitindo o racismo como um elemento que regula as relações sociais e institucionais. Por outro lado, embora haja esse reconhecimento, as políticas e ações buscando barrar o fazer morrer são praticamente inexistentes, especialmente em nível nacional. Como veremos adiante, no âmbito do sistema de segurança pública o tratamento do racismo e o consequente privilégio da branquitude ainda são pouco enfrentados. Como sinalizado por Sinhoretto e Morais (2015) esse silenciamento também corrobora para o genocídio da população negra, especialmente, jovem negra.

Feitas essas considerações sobre branquitude, racismo, teorias penais e sua potência no presente, além da existência de um racismo estrutural, o que compromete o exercício democrático, cabe pensarmos o campo da segurança pública e as políticas gestadas em seu âmbito. Esse enfrentamento se torna necessário para que pensemos sobre as teias da governamentalidade contemporânea quando questionamos a produção da vida e da morte em solo brasileiro.

Assim, convido a leitora e o leitor para compreendermos um pouco, em nível nacional, os embates políticos no âmbito do sistema de segurança pública, para que possamos nos encaminhar a pensar alguns atores fundamentais nesse atuar. Além dos jovens e as políticas a eles dirigidas, cabe pensarmos sobre instituição Polícia Militar, visto que é uma das bases de mobilização do sistema de segurança pública, ainda na atualidade. Ademais, a pesquisa de campo realizada no Estado da Paraíba tem como foco esses atores e seu atuar na produção da paz. Desse modo, compreender o sistema de segurança pública, suas modificações e o envolvimento desses atores se torna imprescindível, visto que o grau de letalidade policial no Brasil é altíssimo e, nessa mortalidade, as principais vítimas, são jovens, negros do sexo masculino. Sigamos!

Um Corpo no Mundo
Luedji Luna

Atravessei o mar, um sol
Da América do Sul me guia
Trago uma mala de mão
Dentro uma oração, um adeus
Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar, ô
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte
Atravessei o mar, um sol
Da América do Sul me guia
Trago uma mala de mão
Dentro uma oração, um adeus
Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar, ô
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte
Je suis ici, ainda que não queiram, não
Je suis ici, ainda que eu não queira mais
Je suis ici, agora
Cada rua dessa cidade cinza
Sou eu
Olhares brancos me fitam
Há perigo nas esquinas
E eu falo mais de três línguas
E a palavra amor, cadê?
E a palavra amor, cadê?
Je suis ici, ainda que não queiram, não, ô
Je suis ici, ainda que eu não queira mais
Je suis ici, agora
Je suis ici, e a palavra amor, cadê?
Je suis ici, e a palavra amor, cadê?
Je suis ici, e a palavra amor, cadê?
E a palavra amor, cadê?
E a palavra amor, cadê?
E a palavra amor...

3. Sistema de segurança pública: mudanças, alinhamentos e manutenção de paradigmas

Buscando contextualizar o cenário brasileiro e as mudanças no campo da segurança pública envolvendo as políticas públicas, trago ao longo deste capítulo algumas ações desenvolvidas ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff que tiveram como foco mudanças institucionais, como a criação do Plano Nacional de Segurança Pública, a estruturação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), assim como políticas públicas com foco nos marcadores aqui trabalhos – raça e juventudes.

Do mesmo modo, aponto as parcas políticas direcionadas à população jovem negra, embora tenha sido reconhecido no âmbito institucional o genocídio desse segmento em pleno desenvolvimento democrático. Atentar para essas mudanças fraturadas, historicamente, se torna relevante para que pensemos sobre as políticas de inimizade (MEBMBE, 2017) que vigoram ao longo da nossa história e que se revestem, muitas vezes, como artefatos produtores da “paz”.

Ademais, abordando um pouco mais o Plano Juventude Viva como uma das poucas políticas públicas desenvolvidas em âmbito nacional voltada para a população jovem negra, passo a contextualizar o Programa Paraíba Unida pela Paz (PPUPP), a fim de mostrar seus pressupostos e como esses marcadores aparecem na sua estruturação, assim como parte do diálogo travado com os entrevistados e entrevistadas realizados na pesquisa de campo. É para essa discussão que convindo às linhas seguintes.

3.1. Segurança pública e disputas políticas na sua estruturação: uma contextualização

Como venho pontuando ao longo desta escrita, as artimanhas que envolvem o campo da segurança pública no Brasil, articulam-se em políticas do fazer viver, deixar morrer e fazer morrer. Busquei esclarecer essa argumentação, quando abordei a atuação do biopoder e da necropolítica, especialmente por meio da intersecção entre os marcadores raça e faixa etária. Se antes dispus do referencial teórico com o qual visto minhas lentes de análise, agora viso demonstrar por meio de debates políticos, projetos de lei e algumas políticas públicas, assim como a fala de alguns entrevistados, como o campo da segurança pública brasileiro tem se constituído como um território produtor de saber e de múltiplas relações de poder. Seja pela sua omissão, seja pelo agir arbitrário, chancela a morte de parte da população brasileira e recebe o aval social em consequência disso.

Na década de 60, como nos sinalizou Michel Misse (2008) os estudos sobre violência e criminalidade já tomavam certo vulto no campo das análises acadêmicas. Entretanto, no

âmbito da política governamental isso só veio a ser enfrentado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1995-2002 – de forma ainda muito tímida e revestida pela autoridade militarizada (SOUZA, 2014). Embora com a promulgação da Carta Magna em 1988, demandas dos movimentos sociais organizados tenham adentrado às pautas governamentais, o sistema de segurança pública ainda estava arraigado aos ideários ditatoriais vigentes até então. As instituições policiais, especialmente a Polícia Militar, seguiram como força auxiliar do Exército brasileiro, conforme dispõe o art. 144 da Constituição Federal (CF/88) (BRASIL, 1988). Esses resquícios do período antidemocrático ainda causam significativos debates no campo da segurança pública, como tratarei a seguir. Por enquanto, cabe sinalizar as disputas existentes em seu bojo na construção de uma possível segurança pública democrática.

Os ideários de repressão e contenção da criminalidade eram – e ainda são – elementos que direcionaram e direcionam o agir da segurança pública. Isto significa dizer, que os pressupostos de lei e ordem comportavam um agir discricionário bastante amplo por parte dos agentes, especialmente pela falta de um sistema integrado de segurança pública, realidade ainda pulsante na atualidade. Neste cenário, as instituições policiais eram as principais responsáveis pela gestão desse campo, mais precisamente, gerais (SOUZA, 2014). Com isso, a lógica de combate e enfrentamento do inimigo interno sedimentou as bases do campo da segurança pública no Brasil (ADORNO, 2000). Elas ainda se encontram sólidas em nossa realidade, embora algumas infiltrações estejam sendo realizadas ao longo do período democrático.

Como destacam estudiosos da área (ADORNO, 2008; SOUZA, 2014) as produções estatísticas só vieram a ser formuladas no final da década de 1990 – lembremos da potência dos números em uma perspectiva biopolítica: a produção da população e sua regulamentação são, na sociedade de normalização, questões imprescindíveis para a condução do barco, dos marinheiros, dos ventos e dos baixios (FOUCAULT, 2012). O reflexo disso, em nível nacional, era um total desconhecimento por parte do governo federal da realidade dos entes federados o que comprometia, consequentemente, um agir isonômico por parte do Estado e a produção mínima do exercício da cidadania.

É fundamental sinalizar, como pontuado no capítulo anterior, que o Código Penal e de Processo Penal, apesar de algumas reformas, são oriundos da década de 1940, construídos com base nas teorias higienistas, como argumentei anteriormente, pautando a raça e a pobreza como pano de fundo das teorizações jurídicas. Questionemos, assim, a neutralidade jurídica mais uma vez. Logo, os descompassos que inauguram o sistema democrático e o

campo da segurança pública, são bastante explícitos. Feitas essas observações, é no âmbito do governo FHC que a Secretaria de Segurança Pública é implementada, assim como a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 1997, e; no ano 2000, o primeiro Plano Nacional de Segurança pública (SOUZA, 2014, p. 42), mais de uma década após a promulgação da CF/88, portanto.

Com a formulação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, foi possível identificar inúmeros problemas pertencentes a área: desde a atuação despreparada do policiamento até o diagnóstico da disparidade dos diplomas repressivos com a vivência de uma sociedade democrática e com altos índices de criminalidade. Nesse sentido, Sérgio Adorno aponta alguns posicionamentos adotados por parte do governo, na época:

A partir deste diagnóstico, o programa de governo teve por objetivo retomar o controle da criminalidade mediante respeito aos princípios constitucionais, rigoroso cumprimento das leis penais e fortalecimento das agências do sistema de segurança e justiça. Em decorrência, fixou quatro linhas de ação: a) cooperação com os estados e municípios na defesa da segurança pública; b) justiça mais rápida e acessível para todos; c) reaparelhamento e reorganização dos órgãos federais de segurança e fiscalização; d) implementação e aperfeiçoamento do sistema penitenciário previsto na legislação vigente. Cada uma destas linhas de orientação vinha acompanhada de metas, entre as quais o apoio aos governos estaduais para construção, reforma, ampliação e reequipamento de penitenciárias e estabelecimentos prisionais (ADORNO, 2008, p. 15).

Percebe-se que as diretrizes formuladas ainda no governo FHC são pautas contemporâneas. Isso já nos permite antever a ineficiência do Estado e das instituições na implementação das propostas, especialmente no que diz respeito ao sistema carcerário⁶⁷(SOUZA, 2014). Outro ponto que chama atenção é a recorrência das

⁶⁷ O Brasil, segundo os dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) divulgados em fevereiro de 2020, possui uma população prisional de 773.151 pessoas, somando-se presos provisórios, definitivos, em regime aberto e presos em delegacias (Informação disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados>. Acessado em: 14 de agosto de 2020). Segundo o Monitor da Violência, divulgado pelo G1, há 710.240 presos (pois não são somados os condenados em regime aberto e os apreendidos em delegacias), para 423.389 vagas no sistema prisional. Com base nestes números, o déficit de vagas é de 286.851. (Maiores informações, consultar: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/02/19/brasil-tem-338-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-taxa-coloca-pais-na-26a-posicao-do-mundo.ghtml>. Acessado em: 14 de agosto de 2020). Segundo o Depen, houve um aumento de 3,89% de presos em relação ao semestre anterior a divulgação dos dados, o que demonstra um crescimento menor do que os esperado, pois a projeção era de um aumento de 8,3%. Embora tenha sido um crescimento menor do que o esperado, é temeroso comemorar, pois o Brasil, seguindo os dados do Monitor da Violência, se encontra na 26ª posição das Nações que mais encarceram no mundo. Para os estudiosos e estudiosas do campo da segurança pública, dados como estes fomentam a necessidade de seguir se repensando o sistema carcerário brasileiro, pontuando a ineficácia punitiva nas circunstâncias atuais. Para o presidente Jair Bolsonaro, “Significa 3,89% a menos de bandidos levando terror à população”, conforme divulgou em sua conta no twitter. O que se percebe de uma afirmação como esta, especialmente proferida pelo chefe do executivo federal, é o explícito posicionamento por um estado penal total e, ainda, um profundo desconhecimento quanto as causas de/para a redução da criminalidade e da violência em âmbito nacional.

problematizações, denúncias e descompasso existente entre o atuar policial e as premissas de um sistema de segurança pública cidadão. Os textos formulados por estudiosas e estudiosos no início dos anos 2000 referiam-se ao caráter autoritário das polícias, especialmente a Militar. O alto poder de discricionariedade e o consequente desrespeito à cidadania são elementos não raros nessas discussões (MUNIZ, 1999).

Atualmente, após as reformas, às quais retomarei em breve, ocorridas no decorrer do Governo Luiz Inácio Lula da Silva – 2003-2011 – os e as estudiosas ainda efetuam essa sinalização, mas destacam a existência de segmentos diversificados no âmbito das corporações. Além do mais, sinalizam o processo de formação nas academias como elemento imprescindível na construção de um sujeito policial atento a uma segurança pública cidadã; parcerias com Universidades foram e ainda são realizadas, além de cursos de especialização disponibilizados pelo governo federal (BRASIL, 2012). Ademais, há um deslocamento sobre a gestão da segurança pública, no sentido de registrar a importância da participação da população, criando ranhuras ao pensamento que entende segurança pública como caso de polícia, mas a isso retornaremos em breve (SOUZA, 2014).

É importante frisar que a constituição de um **sistema de segurança pública** em um país com dimensões continentais, como é o nosso caso, exige esforços redobrados por parte dos agentes engajados nas reformas institucionais e na criação de bases unificadas para o território nacional, pois, como vimos, é recente o processo de criação de um **sistema de segurança pública**, aliás, em construção (SOARES, 2007). Além das dimensões territoriais, das diversidades regionais o que por si só já se apresentaria como elemento dificultador para a formulação de qualquer política, os posicionamentos políticos partidários e o sistema de coalização que sustenta a política brasileira, tornam essa caminhada ainda mais tortuosa e inibida (SOUZA, 2014).

Ainda no que tange as heranças ditatórias, como nos destacam Sérgio Adorno (2000) e César Barreira (2004) a passagem de uma cultura autoritária para um sistema dito democrático não ocorre num “passe de mágica”, ainda mais quando muitos agentes e instituições atuantes no período ditatorial seguiram funcionando, sem reformas estruturais, com a promulgação da Constituição em vigência. Exemplo disso são as polícias militares. Nesse sentido destaca César Barreira (2004, p. 78),

O legado autoritário aparece claramente nas práticas ilegais e no uso indiscriminado da violência por parte dos aparelhos repressivos. Corroboram também com este fato a formação do policial com lacunas profundas no campo dos direitos humanos e no respeito à cidadania. O uso da tortura nas batidas

policiais e nos interrogatórios aparece como marca de continuidade de práticas habitualmente empregadas. A tortura, que no regime autoritário era uma prática recorrente nos interrogatórios dos presos políticos, passou a ser um exercício frequente nas detenções e nos inquéritos envolvendo pessoas pobres, negros e desempregados.

Nesse aspecto cabe lembrar Foucault (2020) sobre os ritos estabelecidos pela justiça para pronunciar a guerra. Ou ainda, a existência de um devido processo legal, como fundamenta a CF/88, baseado em um diploma processual que se alicerça em ritos inquisitivos, como é o Código de Processo Penal em vigência; leis especiais, como é o caso da lei de drogas que permite, entre outras medidas que geram discussões, o interrogatório do acusado no início da audiência de instrução e julgamento, isto é, antes da coleta de todas as provas que podem lhe incriminar⁶⁸, conforme prevê seu art. 57. Logo, a ampla defesa não é devidamente observada pela legislação em questão. Cabe sinalizar que a lei de drogas, lei 11.343, foi publicada em 2006 (BRASIL, 2006), isto é, quase vinte anos após a promulgação da Magna Carta e, mesmo assim, a chancela inquisitiva lhe acompanha.

Sérgio Adorno (2000) ao efetuar um levantamento sobre o sistema de segurança pública gestado no primeiro mandato do governo FHC, sinaliza os diferentes esforços realizados por parte dos atuantes junto às secretarias, assim como a oitiva de movimentos sociais, visando um maior debate sobre a promoção dos direitos humanos como elemento básico para a elaboração de uma segurança pública cidadã. Conforme destaca o autor, a partir da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, fora recomendado aos Estados participantes a organização de programas atentando para essa temática. E foi nesse sentido que “em 7 de setembro de 1995, o governo FHC anunciou sua intenção de propor um plano de ação para os direitos humanos, concretizado no ano seguinte” (Idem, p. 143).

⁶⁸ Sinalizo que, atualmente, há decisões inclusive por parte do Supremo Tribunal Federal determinando que os réus sejam ouvidos no término da audiência de instrução e julgamento, uma porque o próprio Código de Processo Penal assim prevê para os delitos regulados no Código Penal e, especialmente, porque a Constituição Federal, diploma hierarquicamente superior aos demais diplomas legais, segundo a hierarquia das leis vigentes no Brasil, determina que a ampla defesa e o contraditório devem ser assegurados aos réus independentemente do crime cometido e, definitivamente, é impossível saber de todas as provas e delas se defender, quando o réu não assiste todos os depoentes e as provas advindas daí. Este, em 2008, foi o tema do meu trabalho de conclusão de curso, época em que os réus eram ouvidos, na cidade de Pelotas/RS, sempre no início das instruções. Ainda neste tempo, estagiária da Defensoria Pública da referida comarca, tivemos a oportunidade de anular audiências de instrução e julgamento, garantindo o direito constitucional do acusado de ser ouvido ao término da instrução criminal. Esse exemplo é só para que pensemos o quanto práticas esparsas pelos diplomas repressivos ainda comportam elementos inquisitoriais, avessos a um sistema de segurança pública democrático. Se na legislação, que passa por revisões, disputas, etc, isso ocorre frequentemente, pensemos nas práticas diárias dos agentes de segurança pública que, além de serem frutos de instituições que investem na discricionariedade do agir cotidiano, ainda são cobrados pela população, pela resolução constante de práticas delitivas de forma imediata.

Embora o texto de Sérgio Adorno tenha sido formulado em 1999, é possível registrar a sua atualidade para o tempo presente, visto que a incorporação e a adoção das premissas dos direitos humanos no campo da segurança pública, seguem sendo interpretados como elementos que geram a impunidade ou que são direcionados para “bandidos”. Além disso, para a manutenção de alguns domínios políticos autoritários, a construção de sujeitos e territórios violentes serviu e serve como chave para acionar a ideia de lei e ordem como recrudescimento de penas e encarceramento de sujeitos, o que torna a privilegiar certas classes sociais e criminalizar outras, tendo como foco, recorrentemente, a cor da pele e a pobreza. Isso nos permite seguir problematizando os efeitos da branquitude nessas construções.

O que Adorno sinaliza e vai ao encontro do proposto nesta escrita: os diferentes artifícios engendrados para/na formulação de uma política de segurança pública e uma reforma estrutural neste campo. Embora movimentos sociais e governo tenham estabelecido certo diálogo, o reconhecimento de um Programa Nacional de Direitos Humanos precisava e precisa ser incorporado institucional e socialmente, o que se torna particularmente problemático em uma sociedade com amarras autoritárias tão latentes como a da época, e que tomam diferentes contornos na atualidade. Nas palavras do autor:

[...]o legado autoritário ainda é forte e presente, tudo se resume a estratégias, táticas, equipamentos e *know-how* modernos. Neste domínio, os *lobbies* constituídos em torno de representantes com mandato legislativo são atuantes e evitam, o quanto podem, mudanças radicais que promovam um deslocamento acentuado do eixo da segurança pública em direção ao governo civil. É neste domínio que o pacto federativo e as alianças políticas de sustentação governamental funcionam como uma espécie de entrave [grifos no original] (ADORNO, 2000, p. 148).

Como salientado, essa afirmação não diverge da atualidade. Vimos empresas armamentistas financiando campanhas políticas, assim como a utilização recrudescida de dispositivos penais na atualidade, como foi o caso do pacote anticrime, implementado pelo então Ministro Sérgio Moro. Ainda dialogando com Adorno e sua análise, o governo FHC já reconhecia que a racialização de condutas e a pobreza eram importantes fatores na construção da dita criminalidade, mas que a corrupção institucional, a fragmentação das instituições no combate ao crime e o despreparo dos agentes públicos, constituía o outro lado a ser tratado para uma efetiva prevenção da criminalidade e, já na época, o sociólogo registrou que uma reforma profunda no sistema de segurança pública se tornaria muito improvável diante do corporativismo político e institucional que constituem tanto Senado

quanto Câmara dos Deputados, agentes responsáveis pela aprovação de legislações reformistas.

Embora o racismo enquanto categoria social tenha sido reconhecido no âmbito do governo FHC, nota-se que políticas públicas voltadas para esse segmento populacional não foram geridas no âmbito da segurança pública, ainda que desde então, as produções estatísticas apontassem a cor das vítimas, encarcerados e mesmo autores de crimes violentos e contra o patrimônio. É importante sinalizar, entretanto, que a qualidade estatística ainda era – e é – muito precária no campo em questão, por isso o reconhecimento da Ministra Carmem Lúcia ao pontuar a mudança no âmbito do sistema penitenciário, como sinalizado no segundo capítulo desta tese. O marcador raça por muitos anos não foi computado como elemento de análise na produção estatística e, como veremos, ainda encontra subnotificações em alguns Estados (CPI, 2016).

Além disso, os diferentes métodos adotados pelos Estados membros na realização de políticas e contenção da criminalidade dificultou e dificulta uma sincronização nas ações de contenção das violências, aplicação da lei e da ordem e observância dos direitos humanos e demais premissas democráticas, no campo da segurança pública nacional. Alguns Estados que buscaram a implementação de uma política “nova” como foi o caso do Ceará (BARREIRA, 2004; BRASIL, 2012), sinalizando uma moralidade institucional e adoção de procedimentos avessos ao clientelismo, conforme dispunham seus governantes, foram flagrados com inúmeros casos de corrupção, tortura e inobservância a direitos mínimos previstos no texto constitucional.

Advém de questões como estas a descrença nas instituições do sistema de segurança, seja pela corrupção, seja pelos casos de tortura e desrespeito. Ao mesmo tempo, o que demonstra ainda mais a complexidade da sociedade brasileira, a exigência pelo emprego da lei e da ordem tende a cobrar posicionamentos imediatistas e é nesse sentido que organizações políticas conservadoras, assim como grandes *lobbies* ganham sustentação na implementação de políticas mais duras, da mesma forma as instituições policiais ganham protagonismo e responsabilização no controle da segurança pública (BARREIRA, 2004; SOARES, 2007). A ideia de que segurança se constrói com polícia nas ruas não é avessa aos nossos dias, assim como a premissa de que o encarceramento seria a solução para a produção da paz.

Embora os diálogos internacionais e a construção de uma ordem discursiva incorporando os Direitos Humanos, o enraizamento do autoritarismo no âmbito das instituições promotoras e responsáveis pela segurança pública dificultou e dificulta a

horizontalidade de ações efetivando garantias à dignidade humana neste cenário e, além disso, compromete o estabelecimento de uma segurança pública cidadã. Ainda no âmbito do governo FHC, Robson Souza (2014, p. 185) destaca:

De certa forma, a Senasp [Secretaria Nacional de Segurança Pública] nasceu e foi estruturada por oficiais das Forças Armadas: o primeiro secretário nacional de Segurança Pública foi o General Gilberto Serra. Inicialmente, portanto, a gestão federal da segurança pública era vista como uma especialidade dos generais.

Essa mudança de olhares sobre a segurança pública como “coisa de polícia” para “política pública” tomou outros contornos no decorrer dos governos Lula, como pontuado acima. Embora essas mudanças tenham ocorrido, como passarei a dispor, é necessário colocar que, seguindo as premissas de coalização e de coligações político-partidárias, as reformas anunciadas durante a campanha eleitoral de Lula não foram plenamente executadas. Necessário sinalizar, também, que os índices de criminalidade se tornaram ainda mais aviltantes no decorrer do período democrático. O tráfico de drogas e seus efeitos em outros crimes, o agenciamento de atores sociais na/para a criminalidade, uma realidade cada vez mais presente na sociedade brasileira.

Como destaca Luiz Eduardo Soares (2007), os efeitos do crime são complexos e de difícil definição. A necessidade de polícias treinadas e engajadas nos processos preventivos, são elementos ainda necessários no Brasil contemporâneo, mas para além dessa instituição, Judiciário, Ministério Público, sistema penitenciário e sociedade civil precisam se sentir pertencentes a construção da segurança pública para que se torne possível falar em uma segurança pública cidadã. Essa ideia – de segurança cidadã – se inaugura, especialmente, no decorrer dos governos Lula, posto que os pressupostos gestados no governo FHC seguiram orientando o governo Lula, o qual também não encontrou base para a elaboração de reformas profundas, como já sinalizado.

O autor ainda aponta que a gestão do Plano de Segurança Pública apresentado por Lula quando da campanha presidencial não foi devidamente observado no decorrer do seu primeiro mandato. O “Pacto Pela Paz” formulado pela Senasp e seus coordenadores não foi ratificado pelo então governo, embora os Estados estivessem de acordo com o Plano. Segundo o autor (2007, p. 88) o “núcleo duro do governo” e o presidente não sustentaram assumir

[...] o protagonismo maior da reforma institucional da segurança pública, no país, ou seja, implicaria assumir a responsabilidade pela segurança, perante a opinião pública. E isso o exporia a riscos políticos, pois a responsabilidade por cada

problema, em cada esquina, de cada cidade, lhe seria imputada. O desgaste seria inevitável, uma vez que os efeitos práticos de uma reorganização institucional só fariam sentir a longo prazo.

Esse mesmo Plano previa a desconstitucionalização das polícias, ou seja, optar pela manutenção ou não das competências da polícia civil e militar, a fim de que administrassem da melhor forma possível os seus efetivos, observando as realidades e prioridades locais podendo, inclusive, manter o *status* vigente. Essas mudanças não ocorreram na época, tampouco no presente, como sinalizado anteriormente. Embora no segundo mandato o governo Lula tenha retomado parte das propostas efetuadas inicialmente, muitas delas restaram incompletas ou sequer implementadas. Ainda no que tange a polícia, se percebe que reformas fraturadas e inibidas foram realizadas ao longo do segundo mandato. Um dos exemplos é o investimento na formação policial, o qual tomou outros contornos no decorrer deste governo, alcançando alguns pontos durante o Governo Dilma – 2011-2016 – como é o caso da Matriz Nacional Curricular para a formação dos agentes de segurança pública (MNC).

Antes disso, cabe destacar algumas mudanças estruturais elaboradas, especialmente, no decorrer do segundo mandato do governo Lula e primeiro do governo Dilma. Seguindo a proposta de descentralização da segurança pública e fortalecimento/responsabilização dos Estados e Municípios (MADEIRA, RODRIGUES, 2015) – o que alguns pesquisadores vão chamar de omissão por parte da União (SOUZA, 2014) no posicionamento de mudanças estruturais – as Guardas Municipais e as próprias Polícias Militar e Civil, foram objetos de análise. Essa mudança estrutural foi relevante para o aprimoramento de dados, produções estatísticas, maior diálogo entre os entes federados e consequente conhecimento, em nível nacional, das ações mais ou menos exitosas no campo da segurança pública. Conhecer os números para bem governar.

Ao repassar maior responsabilidade para Estados e Municípios, o governo federal visava ampliar a autonomia em âmbito microssocial, pois esses entes teriam mais condições de conhecimento, monitoramento e respectiva ação contra a criminalidade dentro de seus territórios. Há de se notar, também, que na medida do possível, diante do diálogo com a sociedade civil e da ação interministerial, o campo de prevenção à criminalidade foi um dos focos dos governos petistas. Já na corrida presidencial do primeiro mandato do presidente Lula, uma das suas propostas foi reformar as instituições de Segurança Pública, visando implantar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o qual foi inaugurado no ano de

2003, consolidando o protagonismo da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), criada em 1998 (CARVALHO, SILVA, 2011; MELO, CARVALHO, 2019).

Retomando o diálogo com pesquisadoras e pesquisadores do campo da Sociologia da Violência e áreas afins, se instituiu, em 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Encabeçando os ideários de uma política de segurança fundamentada em preceitos dos direitos humanos e cidadania, visando diálogo com a sociedade civil e o estabelecimento de uma cultura de paz a médio e longo prazo, é que o Pronasci se estabelece.

Com efeito, o Pronasci apresenta uma forma e um olhar multidisciplinar em relação à questão da segurança pública. Dessa maneira, pela primeira vez após a promulgação da atual Constituição, surge a perspectiva de democratização da política de segurança pública, com efetiva possibilidade de exercício da cidadania por parte da sociedade nesse processo (CARVALHO, SILVA, 2011, p. 64).

O Programa recebeu significativo incentivo financeiro por parte do governo federal, focando na prevenção e na repressão qualificadas e tendo como público alvo jovens de 15 a 24 anos. Visava, também, a valorização das polícias, investimento no sistema de execução penal e atendimento socioeducativo.

O programa também prevê ações que visam aumentar a legitimidade do sistema de justiça criminal, como apoio à implantação de policiamento comunitário, às ouvidorias de polícias, à reforma e construção de estabelecimentos penais para jovens e de unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei (FERREIRA, et.al., 2009, p. 215).

É importante destacar que diante das mudanças que estavam ocorrendo no âmbito da segurança pública nacional, a SENASP, em 2003, visando dialogar com os princípios básicos dos Direitos Humanos, inaugurou a Matriz Curricular Única para a formação policial, buscando a padronização do ensino de formações dos profissionais da área (MELO, CARVALHO, 2019; BRASIL, 2014), o que acabou modificando, formalmente, o tratamento dos Estados membros frente a formação dos praças e oficiais no âmbito das academias e centros de educação das polícias (BRASIL, 2012; FRANÇA, 2012).

A Matriz Curricular Nacional, visou orientar os projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Em 2005, incorporou dois novos documentos – as Diretrizes pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública e a Malha Curricular. Ainda buscando a incorporação de um olhar mais detido aos diferentes territórios nacionais e as complexidades que experienciam as polícias e o corpo de bombeiros, de 2005 a 2008, a SENASP em parceria com o Comitê

Internacional da Cruz Vermelha, realizou seminários regionais, procurando contribuições para a criação de uma Matriz Curricular que dialogasse com essas complexidades. O trabalho realizado pelas referidas instituições foi denominado Matriz Curricular em Movimento (BRASIL, 2014; CRUZ, 2013).

De 2009 a 2012 a MCN ainda passou por novas avaliações, ajustes e mudanças nos seus conteúdos. Segundo consta da sua apresentação, a partir de seminários que contaram com a colaboração de técnicos e estudiosos “com notório saber e ou especialização técnica” (BRASIL, 2014, p. 13), construiu-se o documento lançado em 2014, contendo além da metodologia e do núcleo comum para a formação, a carga horária sugerida para cada disciplina, autores e autoras a serem trabalhados nos cursos, visando “[...]estimular o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de segurança pública” (Idem).

Como referido anteriormente, as polícias foram instituições que não sofreram o mesmo processo de questionamento e de pressão democratizante vivido por outras instituições durante o período de redemocratização (FRANÇA, 2014; MUNIZ, 1999). A ideia de que a Polícia Militar, especialmente, necessitava – e ainda necessita – combater o inimigo interno, construiu um imaginário social que alicerçou verdades e fomentou o caráter autoritário nas formas corriqueiras de ação policial (CRUZ, 2013; MUNIZ, DA SILVA, 2010). O que se observa com a implementação da MCN é a necessidade de criar mecanismos para limitar o caráter discricionário e autoritário da ação da polícia. Ao mesmo tempo, busca-se disciplinar corpos e prever as ações que devem ser tomadas para que essa polícia “ideal” seja construída e, segundo a MCN, o saber científico, baseado em técnicas e condutas ilibadas, é considerado um elemento capaz de efetuar essa mudança, mas a esta problematização voltemos oportunamente.

É digno de nota, entretanto, que embora a Constituição Federal vigore desde 1988, no campo da segurança pública o Pronasci foi uma política inovadora no quesito prevenção, pelo menos no que diz respeito a sua proposta escrita, pois, até então, as ações voltadas, especialmente, para a juventude não alcançavam sequer o âmbito formal de diálogo, tampouco promoção de uma “repressão qualificada”. Por meio dessa política se destaca a inteligência (monitoramento de ações, focos de criminalidade, etc) como um elemento a ser incorporado pelas instituições policiais, isto é, se torna relevante saber os focos de criminalidade, para então atuar. O que se convencionou chamar “repressão qualificada” (CARVALHO, SILVA, 2011).

Ademais, a troca de informações e atuação em conjunto entre os ministérios era uma prioridade do governo Lula. Isso para que se tornasse possível socializar dados, exercer controle sobre os gastos públicos e ações conjuntas entre ministérios e sociedade civil, ao passo que também dificultava a unificação de um discurso e caminhos a serem seguidos ao longo da aplicação e implementação da política. Mesmo assim, a visão que se estabelecia era de compartilhamento e atuação entre diversos setores e agentes para que a segurança pública não fosse tratada apenas como última instância, como repressão, portanto, mas com elementos que contribuíssem para a prevenção e inserção social na construção da segurança pública cidadã.

De todo o modo, o cenário político construído no decorrer dos governos petistas – e aqui incluindo o governo Dilma – propiciaram uma maior discussão sobre a segurança pública brasileira, especialmente no campo das políticas, um plano de segurança pública. Por outro lado, é possível perceber, assim como destaca Soares (2007), que a aplicação de políticas efetivas faz com que números, casos, dados emergem na ordem discursiva. Isso não significa, por outro lado, que os fatos delitivos propriamente aumentaram – o que também ocorreu no decorrer do governo Dilma – mas que há um diagnóstico e que pode haver redução, tratamento, etc, a longo prazo. Como sinaliza o autor “[...]uma boa política deve manter-se aberta, autorizando mudanças sucessivas de orientação, a partir, entretanto, de linhas gerais, permanentes” (SOARES, 2007, p. 80).

O diálogo com os movimentos sociais se tornou algo mais frequente no decorrer dos governos petistas, como sinalizado anteriormente, e isso também reverberou no debate da segurança pública, especialmente quando diagnosticado e levado ao debate político, a questão da juventude brasileira e os índices de mortalidade (RAMOS, 2015). Denúncia já realizada pelo Movimento Negro Unificado, a mortalidade da juventude negra, no Brasil, necessitava e necessita de um tratamento sólido e articulado no âmbito da segurança pública. Jovens negros, do sexo masculino, são as principais vítimas e autores da criminalidade em âmbito nacional, como já asseverado neste texto.

No âmbito do debate político, além de legislações visando encarar a juventude e sua complexidade como detentores de direitos, deveres e garantias, houve investigações no âmbito do Senado federal, como a Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens (CPIADJ), instaurada por meio do Requerimento nº 115, de 2015, almejando identificar as causas do genocídio da juventude negra. É diante de um cenário onde políticas, debates públicos e diálogo social se instauram que se torna possível construir políticas democráticas e denunciar atrocidades desde há muito presentes em nossa sociedade. Ao

passo que essas políticas se constroem na perspectiva biopolítica, ou seja, na/para a produção da vida, é possível vislumbrar os efeitos de “terror molecular” (MBEMBE, 2017), pois mesmo com um debate explícito sobre as mortes de jovens negros, sistematicamente, o enraizamento de políticas públicas de estado ainda se fazem ausentes em solo brasileiro, o que nomeio como pistas para um “fazer morrer”.

Desse modo, quando vemos a ação ou omissão sistemáticas por parte das instituições e órgãos responsáveis estruturalmente para esse agenciamento, problematizar a necropolítica se torna um importante mecanismo para lermos o sistema de segurança público brasileiro. Desse modo, convido a leitora e o leitor, para caminharmos, rapidamente pelas políticas gestadas no âmbito da segurança pública, tendo como foco as juventudes e, se possível, a juventude negra, assim como o debate conceitual a respeito da temática.

3.2 Juventude e raça: é sobre a produção da vida que tratam as políticas de segurança pública brasileira?

Enfrentar o termo juventude hoje, significa mobilizar tanto um conceito, um marcador e um modo de vida. Logo, tratamos de um marcador social da diferença extremamente complexo e que vem sendo lapidado pelas estudiosas e estudiosos da área. Como destaca Glória Diógenes (1998), trata-se de um campo ambíguo, de uma invenção moderna, atravessado por mudanças constantes. Logo, torna-se impossível uma definição taxativa. Em virtude da sua complexidade, as pesquisadoras e pesquisadores especializadas/os passaram a conceituá-lo no plural – juventudes – e é nesse sentido que o estarei empregando nesta escrita (DAYRELL, 2001). Embora meu recorte seja a juventude negra, esta também é múltipla e complexa, pois abarca questões de classe, território, gênero, sexualidade por meio de experiências singulares.

Então, peço para que a leitora e o leitor atentem a essas questões e, para tanto, passarei a dialogar com autoras dessa área que pensam este marcador no campo das políticas públicas, mais precisamente aquelas gestadas no campo da segurança pública ou que nele reverberem. Como veremos ao longo deste tópico, a preocupação com as juventudes e a sua relação com a criminalidade há muito é pauta no cenário da segurança pública (ADORNO, et. al., 1999). O que algumas autoras e autores destacam é a relevância de perceber o aumento dessa população, a chamada onda jovem, bem como os processos de mediação que construíram, especialmente no decorrer da década de 1990, estereótipos sobre alguns jovens (DIÓGENES, 1998). Nesse sentido, estudiosas e estudiosos vêm pontuando a necessidade

de problematizações frente as ligações entre juventudes e violências, juventudes e periferia, juventudes e pobreza, juventudes e risco, etc (PIMENTA, 2014).

Efetuando um breve resgate histórico, percebemos que ao sair do flagelo ditatorial que assombrou o território nacional de 1964 a 1985, o processo de democratização tomou maior monte com a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988. E como pontuado no tópico anterior, não foram poucas as disputas políticas que se digladiaram para que o texto constitucional fosse promulgado (KOERNER, FREITAS, 2013), assim como o tardio enfrentamento da segurança pública como uma questão de Estado. Mesmo assim, a CF/88, em sua arquitetura formal, foi e é uma das mais progressistas da América Latina. Trouxe a possibilidade do voto para os analfabetos, o estendendo, facultativamente, aos sujeitos a partir dos 16 anos; instituiu a imputabilidade penal a partir dos 18 anos e decretou, como inafiançáveis e imprescritíveis, os crimes de tortura e racismo (BRASIL, 1988).

Além disso, em seu artigo 227, sinalizou a necessidade de assegurar à criança e ao adolescente direitos e garantias específicas, demonstrando a preocupação do Estado com essas categorias sociais. Ainda sob os efeitos dos processos inflacionários herdados do período ditatorial e das abissais desigualdades reinantes na sociedade brasileira (SKIDMORE, 1988), foi a partir da década de 1990, por meio do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que políticas públicas começaram a ser gestadas, buscando a inserção de alguns segmentos sociais no mercado de trabalho, afinando o diálogo com outros países e convenções internacionais (SPOSITO, CARRANO, 2003; TAVARES DOS SANTOS, 1997).

Acompanhando o cenário mundial da época, o governo brasileiro se filiou às políticas neoliberais, apoiando a privatização de algumas empresas públicas e incentivando a parceria público-privada. No que tange aos sujeitos sociais, algumas medidas foram tomadas para que houvesse uma maior incorporação ao mercado de trabalho, como referido, visando qualificação da mão de obra, especialmente urbana. Importante ressaltar, novamente, que a criminalidade passava a tomar vulto nas grandes capitais, sendo também um elemento de preocupação governamental (IPEA, 2009; ADORNO, et. al., 1999). Nesse cenário, embora algumas políticas tenham sido desenvolvidas – como destaquei anteriormente –, os jovens não figuravam como categoria preferencial em nenhuma delas, mas contemplados no bojo de políticas amplas. Apenas no final dos anos 1990 é que essa paisagem se modifica (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Com o significativo aumento da população ativa, a atuação juvenil na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico passou a ser um relevante foco para uma gestão que visava ultrapassar o cenário desfavorável no qual se encontrava o Brasil da década de 1990. Assim, “políticas setoriais de *educação, saúde e trabalho*” passam a fazer parte do debate governamental (SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 17). Note-se que isso não ocorreu de forma isolada em solo brasileiro, pelo contrário, seguindo as demandas e acordos internacionais o Estado brasileiro passou a adotar uma postura que dialogava com a população, buscando, entretanto, parcerias público-privadas (ADORNO, et. al., 1999). Da mesma forma, o diálogo com as políticas voltadas para a observância dos Direitos Humanos que, segundo Luiz Eduardo Soares (2007), foi um dos principais feitos no campo da segurança pública no decorrer do governo FHC.

Ainda assim, as categorias “crianças e adolescentes” eram os principais focos do governo. Inclusive, em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e Adolescente, considerado um dos diplomas mais avançados sobre a temática em âmbito internacional. Comportavam-se nessas categorias os sujeitos com até 18 anos. Ultrapassando esse marco, as legislações gerais (Código Penal, Código Civil, etc) é que regiam as condutas dos sujeitos no sentido jurídico. Foi a partir de 1997 que os jovens passaram a emergir na esfera federal, especialmente sob a ótica de um estado penal e repressivo (MADEIRA, RODRIGUES, 2015), embora o debate midiático e científico estivesse enfrentando esse marcador e sua ligação com o campo da criminalidade (DIÓGENES, 1998; ADORNO, et. al., 1999). No mencionado ano, ocorreu o assassinato do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, por cinco jovens de classe média. Outros episódios como a Chacina da Candelária (1993), rebeliões em unidades socioeducativas, sequestro do ônibus 174 (2000)⁶⁹, incentivaram a adoção de algumas ações públicas, repressivas, voltadas a esse segmento (SILVA, ANDRADE, 2009).

Com a sensibilização da opinião pública, as categorias “risco” e “jovem problema” sobressaltaram à pauta política (SPOSITO, 2009). Ressalte-se que desde 1993 tramita no congresso nacional a proposta de emenda à Constituição que visa alterar a menoridade penal

⁶⁹ Segundo Soares (2007, p. 83), foi a partir deste evento que o governo FHC colocou em prática o Plano de Segurança pública. Em suas palavras: “Sucessivos ministros da Justiça do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a colaboração de secretários nacionais de segurança, gestavam, lentamente, um plano nacional de segurança pública, quando um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, Sandro, sequestrou, no coração da Zona Sul carioca, o ônibus 174, ante a perplexidade de todo o país, que as TV transformaram em testemunha inerte da tragédia, em tempo real. Ato contínuo, o presidente da República determinou que seus auxiliares tirassem da gaveta o papelório, e decidissem, finalmente, qual seria a agenda nacional para a segurança, pelo menos do ponto de vista dos compromissos da União. Em uma semana, a nação conheceria o primeiro plano de segurança pública de sua história democrática recente, o qual, em função do parto precoce, precipitado a fórceps, vinha a público sob a forma canhestre de listagem assistemática de intenções heterogêneas”

de 18 para 16 anos. Oportunamente voltaremos a este assunto, mas cabe destacar que a ideia de prevenção passa a ser desenvolvida por meio de projetos culturais, esportivos, entre outros, visando o controle social do tempo dos jovens e, juntamente a isso, a repressão por parte da polícia. Os projetos, entretanto, eram pontuais e de curta duração:

Prevaleceram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA, ANDRADE, 2009, p. 49).

Percebe-se que mesmo diante do diálogo formal entre Brasil e Organismos Internacionais, no decorrer dos anos 1990, a incorporação da categoria “juventude” não tomou vulto no cenário das políticas governamentais. É no final dessa década e, principalmente, a partir dos anos 2000, no segundo mandato FHC e início do governo Lula, que esse segmento social é pautado de forma sistemática no âmbito do poder público, com o desenvolvimento de políticas públicas específicas (MADEIRA, RODRIGUES, 2015).

É importante destacar que pensar nos avanços de políticas para as juventudes é sempre algo que exige cautela, embora pesquisas envolvendo esse público estejam cada vez mais consolidadas. Isso não significa dizer, por outro lado, que caminhem em uma direção homogênea, aliás, se destaca a complexidade desse marcador e a importância de observar a sua diversidade (DAYRELL, 2001). Entretanto, como referido anteriormente, por se tratar de um segmento que comporta variações e complexidades, é necessário atentar para o que emerge na ordem discursiva em determinado período histórico. Essa ressalva ocorre porque no interior do aparelho do estado, especialmente após os anos 2000, há diversas orientações para o tratamento da temática. Desde modelos participativos e, portanto, mais democráticos, a lógicas de assistência e controle, o que se costumou chamar de “cidadania tutelada” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 20).

Diante da disseminação de mortes violentas envolvendo atores jovens como protagonistas e vítimas, além da significativa incorporação pelo narcotráfico, o tema criminalidade passou a sensibilizar a sociedade (ADORNO, et. al., 1999). Diante desse contexto, ainda no governo FHC, no campo da segurança pública é criado o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, tendo como gerenciador um General do exército, ficando demonstrada a lógica de “guerra” que passava a vigor no combate a criminalidade (SPOSITO; CARRANO, 2003). Importante destacar que, em território nacional, a palavra “guerra” é recorrentemente empregada no campo da segurança

pública e tem como foco a instauração da “paz”. Por mais paradoxal que isso possa parecer, é por meio de uma narrativa de “proteção da vida” que se autoriza o “exercício da morte” (MBEMBE, 2017).

Melissa Pimenta (2014), na esteira de Glória Diógenes (1998), pontua o quanto historicamente a/o jovem foi e é tratada/o no campo da segurança pública por meio desses dois adjetivos “problema” ou “risco”. Assevera:

[...] Essa dicotomia contribui para obscurecer a participação dos jovens como sujeitos ativos dos processos sociais nos quais se encontram envolvidos, isto é, como *agentes* das escolhas e decisões que orientam suas trajetórias biográficas (de escolarização, de inserção no mercado de trabalho, de formulação e realização de projetos individuais e familiares e, inclusive, de infração e delito) [grifos da autora] (PIMENTA, 2014, p. 268).

No que tange a construção de políticas públicas no campo da segurança pública, no âmbito do governo FHC, já no final de seu mandato, alguns projetos no campo do ministério da justiça foram erigidos. Cabe destacar: Serviço Civil Voluntário, Programa de reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, Promoção de Direito de Mulheres Jovens Vulneráveis ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual Comercial no Brasil (SPOSITO; CARRANO, 2003). Figuram como foco dos programas o “[...] protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social” (Idem, p. 31). Veja-se que o direcionamento das políticas é para a contenção ou “salvação” dos jovens das “garras” do narcotráfico.

A primeira política mencionada – serviço civil voluntário – destinava-se aos jovens recém saídos do serviço militar obrigatório, os quais passavam a ter certa habilidade no manuseio com armas. Logo, a possibilidade de serem foco do recrutamento pelo narcotráfico era maior e, em decorrência disso, a política se dirigia como preventiva. No que tange ao Programa de reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, visava-se a inclusão do adolescente egresso das Unidades Socioeducativas ao convívio social.

A terceira política – Promoção de Direito de Mulheres Jovens Vulneráveis ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual Comercial no Brasil – também de caráter preventivo, buscava reduzir as diversas formas de exploração sexual envolvendo mulheres. Como referido anteriormente, a gestão do tempo e sua tutela, por parte do Estado, foram mecanismo importantes na docilização dos corpos adolescentes e jovens. Até aqui, a ideia de protagonismo vigorava no campo do trabalho. No âmbito da segurança pública, por sua vez, a categoria “problema” despontava quando adolescentes e jovens eram os alvos.

Nessa passada, a letalidade policial já começa a se sobressair no cenário brasileiro durante os anos 90, envolvendo adolescentes e jovens e, nessa mesma onda, algumas

problematizações sobre a formação policial começam a ser levantadas (TAVARES DOS SANTOS, 1997). Nos grandes centros urbanos, desde a década de 60 (MISSE, 2008), o fenômeno da criminalidade já era esboçado como uma categoria de análise sociológica e de gestão política. Os jovens, por sua vez, começam a figurar como sujeitos de ações, especialmente, repressivas no âmbito do Estado e, de forma ampla, no campo das políticas públicas.

Cabe destacar, mais uma vez, que essa “gestão” dos corpos ocorre no âmbito de um Estado que se diz democrático e, talvez, somente por isso ela se espalhe e se acople socialmente de forma tão enfática, aceitável e (re)produzida (MALLART, 2019; MBEMBE, 2017). Sedimentada nas lógicas neoliberais, a condução da população por meio de sua gestão, de uma razão política, ocorre de forma calculada, previsível e querida (FOUCAULT, 2005), embora para isso “o fazer viver” sustente-se na morte, no “fazer morrer”, como destaquei anteriormente. Faço esses apontamentos porque, é possível/justificável matar para produzir a paz. Aliás, é com base nela que se matou e se mata no Brasil democrático. Valendo-me das palavras de Achille Mbembe (2017, p. 15), “hábitos de exceção” e um “terror de essência molecular” forjam as teias pelas quais nos enredamos socialmente.

Entretanto, essa morte calculável se sedimenta sob as políticas de um “fazer viver” e é com esse princípio que as campanhas presidenciais dos anos 2000 se alinharam. Um dos focos da campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, o qual tomara posse em 2002 e se reelegera consecutivamente, eram as juventudes e a reforma da segurança pública como sinalizado anteriormente (SOARES, 2007). Seja no âmbito da cultura, da política, do ensino e da segurança pública a categoria “juventude” passou a ser um dos elementos de enfoque de sua candidatura (GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 2006). Com sua eleição e diante de todo o jogo político que isso envolve, percalços e avanços significativos foram construídos. Um dos elementos destacados dessa gestão foi o diálogo com a sociedade civil, comparado aos governos anteriores. Fóruns, ONGs (Organizações não Governamentais) e outros movimentos sociais tiveram, em certa medida, acesso para um diálogo mais próximo do então governo federal (RAMOS, 2015).

Ainda sob a égide do risco social e da vulnerabilidade, essa aproximação entre os movimentos sociais e Executivo federal iniciou-se de forma contundente a partir de 2004, projetando-se nacionalmente a temática da juventude (SILVA, ANDRADE, 2009). Em 2005 é criada a Secretaria Nacional de Juventude, tendo como foco a elaboração de políticas interministeriais, isto é, visava-se tratar o tema “juventudes” em sua complexidade. A primeira iniciativa foi um diálogo entre diferentes ministérios buscando a transferência de

renda para os jovens (Idem). Diante dessa articulação, algumas mudanças estruturais foram desencadeadas no decorrer dos anos 2000: o texto constitucional incorpora a categoria “jovem”, pois o artigo 227 (BRASIL, 1988), até então, pautava apenas criança e adolescente como focos de proteção e promoção dos direitos e garantias. Com a emenda 65/2010 alterações substanciais são realizadas na Magna Carta e a categoria “Jovem” passa a fazer parte deste aparato.

Mirando o campo da segurança pública, historicamente, as políticas públicas voltam-se para o campo da repressão. Embora a Carta Magna tenha avançado em seu texto no que tange promoção da dignidade humana, processos penais democráticos, entre outros fatores, há de se notar que o diploma repressivo e processual penal são anteriores a Carta Constitucional, como destaquei no segundo capítulo desta tese. Além disso, as instituições penais brasileiras há muito recebem modificações fraturadas e, na verdade, algumas delas são repositórios de sujeitos indesejáveis (MALLART, 2019). Como veremos, o principal sujeito desse cenário é o jovem negro (BUENO, et. al., 2020).

É de conhecimento amplo a forma repressiva e seletiva com que as polícias, de forma geral, atuam no cenário brasileiro (SCHLITTLER, 2016; FERREIRA, et. al., 2019). Cabe notarmos, entretanto, que essa instituição passou incólume aos processos democráticos advindos com a Constituição de 1988 (MADEIRA, RODRIGUES, 2015). Como herança da ditadura militar e seu caráter repressivo, a polícia militar ultrapassou os anos de reforma constitucional sem alterações no seu funcionamento, vindo sofrer modificações já na última década, por meio de uma revisão sobre a formação das agentes policiais (BRASIL, 2012), como brevemente sinalizado.

Desse modo, o que quero destacar não se trata de uma crítica descabida ao setor policial, pelo contrário, o que busco frisar é o quanto se deseja um atuar repressivo dessa instituição no âmbito da gestão governamental. Todavia, não se trata de um “descuido” a sua reformulação tardia no “estado de direito” e é para problematizar esse “querer repressivo” que me dirijo. Importante destacar que o caráter insulado desta instituição ainda demanda significativos estudos e críticas, pelos estudiosos e estudiosas da segurança pública (MUNIZ, 1999), tendo em vista as cobranças sociais de lei e ordem, que tendem a ser dirigidas às corporações policiais, ao passo que o medo que se construiu frente a instituição Polícia Militar, também corrobora para que as aproximações entre agentes sociais e esta instituição se tornem ainda mais tensa (SOARES, 2007).

Ainda no que tange a mudança institucional e criação de legislações, em 05 de agosto de 2013, já no governo Dilma, é promulgado o Estatuto da Juventude. Embora heterogênea

seja a juventude, o Estatuto buscou fixar uma idade mínima e máxima para caracterizar esse público. Acompanhando os estudos da área ampliou esse tempo, sendo considerado jovem o sujeito compreendido entre 15 e 29 anos. Nota-se que a ideia de “moratória juvenil” (SPOSITO, 2009) foi incorporada pelo diploma legal. A literatura, por sua vez, efetuou classificações em subgrupos: “de 15 a 17 (*jovem-adolescente*), de 18 a 24 anos (*jovem-jovem*) e de 25 a 29 anos (*jovem-adulto*)” (AQUINO, 2009, p. 29). Destaco, também, que os sujeitos compreendidos entre 15 a 18 anos respondem, especialmente, no âmbito do ECA e, na lacuna deste ou questões não conflitivas, o Estatuto da Juventude pode atuar.

Esse alargamento para pensar o sujeito jovem não era uma peculiaridade brasileira, como sustentam aqueles que pugnam pela redução da maioridade penal, por exemplo (ADORNO, et. al., 1999). Em âmbito mundial esse movimento também ocorreu, tendo em vista a maior expectativa de vida dessa população e a necessidade de ganho de autonomia frente ao mercado de trabalho (AQUINO, 2009). Conforme se retém do Estatuto, ficou instituído o Sistema Nacional de Juventude, além de apontar a relevância, no âmbito legal, dos Conselhos de juventude. Nota-se um significativo movimento institucional e legal para que o marcador juventude fosse incorporado nas pautas do Executivo e do Legislativo federal. Por outro lado, é importante pontuar que essa incorporação não se deu por meio de um caráter benevolente dos gestores e governantes, mas sim, por meio de lutas e organizações juvenis, seja pela ocupação do espaço público, pelos movimentos culturais, pelas pautas políticas levantadas pelos/as jovens, seja, ainda, pelo genocídio de parte da juventude que vem se acentuando no território nacional⁷⁰ (RAMOS, 2015). E é justamente para esse ponto que me direciono.

Como abordei anteriormente, as juventudes são múltiplas. Entretanto, no campo da segurança uma juventude é recorrentemente visada. Embora tenha havido significativas mudanças no âmbito da publicação de políticas públicas, conforme apontado acima, elas não se deram de forma enraizada como políticas de Estado em nível nacional, voltando-se muito mais para políticas de governo, ou seja, transitórias, elaboradas como elementos de campanha política e angariação de votos (OLIVEIRA, 2011)⁷¹. Embora o Pronasci e a Matriz

⁷⁰ Como salientado, o Plano Juventude Viva ainda permanece no site do governo federal atual. No documento “Plano Juventude Viva: um levantamento histórico”, publicado em 2018, já no governo Temer, o parágrafo de apresentação do documento é o seguinte: “Mais de 20 mil jovens negros são mortos por ano no Brasil, como mostram as estatísticas elaboradas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)” (BRASIL, 2017, p. 7). Além disso, o documento sinaliza as lutas históricas ocorridas após a promulgação da CF/88 e o diálogo com organismos internacionais, especialmente a UNESCO (Idem, p. 18).

⁷¹ Dalila Andrade Oliveira (2011, p. 329), ao discutir as mudanças em políticas de educação no decorrer do governo Lula destaca a diferenciação entre políticas de Estado e de Governo. Em suas palavras: “Considera-se

Curricular Nacional tenham efetuado algumas alterações importantes no campo da qualificação policial e de investimentos na área, a redução destes está cada vez mais acentuada (MADEIRA, RODRIGUES, 2015; TAVARES DOS SANTOS, 2014). As gestões posteriores a 2014 pouco desenvolveram esforços para a sua continuidade, embora a lei 11.530/2007 – lei que instituiu o PRONASCI –, siga em vigência.

Não podemos perder do horizonte, que reformas institucionais podem fraturar alianças políticas, comprometer governos e, inclusive, justificar golpes. Nessa senda, para aqueles que visam a permanência de seus mandatos e ocupação de órgãos estatais, uma reforma que se desloque de um sujeito/governo para o Estado enquanto nação, pode não ser o mais desejado em uma política de coalização como a que sustenta o cenário brasileiro (ABRANCHES, 1988; SOARES, 2007). Logo, não me parece espantoso que o Pronasci, embora com falhas e ajustes necessários, mas ainda assim uma relevante política para a “repressão/prevenção qualificada”, tenha sido “esquecido” na pauta governamental atual.

Por outro lado, cabe sinalizar, também, que o investimento em “repressão qualificada” tomou muito mais vulto propagandista do que o diálogo social. Além disso, podemos nos perguntar no que consiste uma “repressão qualificada”, especialmente, quando o alvo das polícias historicamente tem um perfil específico: jovens negros, do sexo masculino e de baixa renda (SCHLITTLER, 2016). A partir dos anos 2000, embora as demandas do movimento negro tenham sido parcialmente incorporadas no âmbito do governo federal, no campo da segurança pública elas foram tímidas. Antes de adentrarmos nas especificidades das políticas – ao menos em uma delas –, cabe pensarmos sobre a construção desse “jovem problema” que reverbera socialmente, seja pela mídia, seja pelos diplomas legais oriundos da década de 1940 e ainda vigentes no ordenamento jurídico pátrio (PIMENTA, 2014). Em outras palavras, cabe mobilizarmos o outro marcador que apontei anteriormente: raça e as práticas racistas que engendramos no cotidiano e que estão sedimentadas em nossas instituições e de forma acentuada no campo da segurança pública.

Nota-se que desde uma formação epistemológica a uma questão arquitetônica, os saberes jurídicos, no que tange a criminalidade, marcam, “fazem morrer”, preponderantemente, a população jovem negra (RAMOS, 2015; FERREIRA, et. al., 2019).

que políticas de governo são aquelas que o executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade”.

Questões como essas há muito são levantadas pelo Movimento Negro Unificado (MNU). Embora no governo FHC tenha havido o reconhecimento do racismo como um elemento das relações sociais brasileiras, foi nos anos 2000 que as pautas do MNU foram, minimamente, absorvidas pelo governo federal.

O genocídio da população jovem negra entrou na ordem dos discursos presidenciais apenas no governo Dilma Rousseff. A terminologia “genocídio” foi formulada pelo Movimento Jovem Negro, tendo em vista os números que representam os homicídios e encarceramento envolvendo esta população, em território nacional (SCHLITTLER, 2016; BUENO, et. al., 2020). Levando em consideração apenas a letalidade, ou seja, esse “fazer morrer” que elimina a carne humana, no ano de 2015, por meio do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência de Desigualdade Racial (BRASIL, 2017), fruto do Projeto Juventude Viva, demonstrou-se que o risco de um jovem negro morrer em decorrência de homicídio era 2,71 vezes maior do que um branco em nível nacional.

Com base nessas questões e visando um posicionamento mais incisivo por parte do governo federal, especialmente após o 1º ENJUNE e FONAJUNE, como referido no no capítulo II, o Plano Juventude Viva foi publicado no decorrer do primeiro mandato da presidenta Dilma. Sua amplitude e forma de engajamento sugeria uma política importante para o enfrentamento da mortalidade juvenil negra:

[...] Em 2012 [...] o Governo Federal lançou o “Plano Juventude Viva”, que tem como objetivo a redução da vulnerabilidade da juventude negra, de 15 a 29 anos, à violência e a prevenção da ocorrência de homicídio. Composto por pelo menos 30 iniciativas de 25 programas federais, em 132 municípios brasileiros, o plano visou reverter o quadro descrito pelo movimento de juventude negra como ‘genocídio’ da juventude negra em razão da altíssima incidência de mortes violentas neste segmento (grifos no original) (SCHLITTLER, 2016, p. 55).

Desde 2008, então, a representatividade da juventude negra foi crescendo no âmbito do Conselho Nacional de Juventude (CONJUBE)⁷² e suas demandas sendo cada vez mais pautadas. Foi nesse exercício constante de resistência, protagonismo e representação que culminou no “Projeto Juventude Viva – Plano de Prevenção a Violência contra a Juventude Negra”, no ano de 2012 (RAMOS, 2015). A presença da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no âmbito do CONJUBE também foi uma articulação potente para que essa visibilidade ocorresse e o Plano Juventude Viva tomasse

⁷² O CONJUBE foi criado em 2005, sendo “responsável pela formulação e proposição de diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, bem como pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens” (BRASIL, 2018, p. 19).

status de política pública em âmbito federal, articulando Estados e Municípios com altos índices de homicídios, envolvendo a população jovem negra.

O Plano Juventude Viva tinha como foco:

[...] a criação de oportunidades de inclusão social e de autonomia; oferta de serviços públicos e espaços de convivência nas comunidades afetadas por elevados índices de homicídios; a desconstrução da cultura de violência; e aprimoramento da atuação do Estado a partir do enfrentamento do racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos. A presença institucional do Governo Federal junto às esferas estadual e municipal, por meio de Secretarias locais, estimula a integração de ações, ampliando as oportunidades de atuação conjunta com estados e municípios. As particularidades de cada local, por sua vez, propiciam experiências e aprendizados que favorecem o aprimoramento e a qualificação contínua de todos os atores institucionais envolvidos, contribuindo para a expansão progressiva do Plano Juventude Viva, comprometido com o monitoramento das ações, por meio de mecanismos de participação e controle social da política pública (BRASIL, 2019 - online).

Na atualidade, embora ainda conste no site do governo federal, o Juventude Viva não vem sendo implementado nos Estados e Municípios brasileiros. Tendo sua finalização ainda no ano de 2016, sem o lançamento do relatório final⁷³. Em 2017, já no governo Michel Temer, um parco investimento foi retomado, voltando-se mais para as questões de empreendedorismo, ficando restrito aos agentes do governo federal, não reunindo articuladores locais, como ocorrera na sua primeira formulação⁷⁴.

O Plano Juventude Viva merece destaque, porque foi uma das poucas políticas, em nível federal, que teve como foco a juventude negra e o combate a sua mortalidade. O enfoque do Plano visava desde discussões com gestores públicos sobre racismo institucional até oficinas com as comunidades entendidas como de alto grau de vulnerabilidade relativa. Embora tenha havido embates para essa publicação – o que não se esperaria diferente em um país que ainda insiste em ser portador de uma democracia racial – essa iniciativa tomou significativa vazão midiática trazendo a/o jovem negra/o como protagonista de ações sociais

⁷³ Em entrevista realizada no Estado da Paraíba com a articuladora S. (entrevista realizada em 02/10/2019) responsável pela aplicação do plano no Estado, mencionou-se que o relatório final não fora publicado, tendo em vista o corte de gastos por parte do então governo federal.

⁷⁴ Outro entrevistado, N. (entrevista realizada no dia 03/06/2019), atuante junto à Secretaria de Promoção da Igualdade LGBT e Igualdade Racial, na cidade de João Pessoa, destacou que a continuidade das propostas do Plano Juventude Viva no âmbito do governo Michel Temer diferenciavam-se muito da primeira proposta, pois o Plano foi suspenso em 2014, em nível nacional, sendo reativado em 2017 (BRASIL, 2018). Enquanto a primeira versão articulava ativistas locais, com foco nos bairros onde os projetos situados no âmbito do Plano se desenvolviam, no governo Temer, os agentes responsáveis pela implementação da política eram designados pelo próprio governo federal, sem qualquer enraizamento no local. Além disso, as atividades eram voltadas para questões ligadas ao empreendedorismo empresarial, negligenciando elementos culturais e outros fatores que pudessem estar mais voltados para o território.

e políticas (RAMOS, 2015). Em uma palavra: cidadã. Rompendo, de certa forma, com o imaginário social de “jovem problema”, de sujeito criminal, como referido outrora.

Os recursos direcionados ao Plano Juventude Viva buscavam alcançar o espaço público, como investimentos em iluminação, praças públicas, centros culturais sempre focados em regiões onde a vulnerabilidade relativa fosse acentuada. Importante destacar que não quero naturalizar espaços e populações ao referir que bairros e jovens negros são os locais e agentes para os quais as políticas de segurança pública devem se dirigir⁷⁵. Busco, isto sim, sinalizar a existência pífia de políticas voltadas para a população que mais morre em território nacional, ou seja, jovens negros, do sexo masculino, sinalizando, também, o quanto há criação de territórios, sujeitos e subjetividades com base no saber estatístico (POPKEWITZ, LINDBLAD, 2001). Como sinalizado no capítulo II, isso não ignora o grau de materialidade dos acontecimentos, pelo contrário, se acopla a ele e cria *status* de verdade.

Diante da evidente mortalidade da juventude negra, em 2015, por meio do Requerimento nº 115, de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB/BA), foi proposta a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens (CPIADJ) (CPI, 2016), tendo como objetivo

[...] investigar o assassinato de jovens no Brasil. A ideia foi identificar as causas e os principais responsáveis pela violência letal que assaca nossa juventude, a fim de criar mecanismos para prevenir e combater este grave problema. A necessidade de se deflagrar a investigação foi apontada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e por diversos movimentos sociais, que, ainda em 2013, já alertavam para o massacre da população de jovens negros no País (CPI, 2016, p. 4).

Embora a CPI não tenha alcançado seu objetivo, visto que muitos Estados não enviaram os relatórios estatísticos referente as causas da mortalidade juvenil e, segundo os e as parlamentares, o tempo fora exíguo para computar todos os fatores desse extermínio, visto que os sujeitos que mais morrem no Brasil, também constam como os que mais matam. Nas audiências realizadas ao longo da CPI, mães dos e das jovens mortos por diferentes fatores foram ouvidas, buscando-se, mesmo que minimamente, escutar no cenário político o relato dessas mulheres quase vivas, quase mortas que engendram denúncias e sofrem com as represálias daí oriundas. Importante destacar que no âmbito da CPI a letalidade policial foi sistematicamente denunciada, assim como as ações de grupos criminosos, envolvidos com o tráfico de drogas ou não.

⁷⁵ No capítulo IV, inclusive, retomo a discussão sobre a construção de espaços de risco e vulnerabilidade ao discutir o eixo analítico “Políticas de Inimizade”.

Além de pautar a temática no Senado federal, os e as parlamentares empregaram conceitos caros ao campo das Ciências Sociais e historicamente pautados pelo Movimento Negro, como genocídio da juventude, racismo institucional e racismo estrutural. Esse registro se faz importante, pois como destacado no início desta tese, a defesa de uma suposta democracia racial no Brasil seguidamente é enunciada a fim de invisibilizar a discussão sobre relações raciais, especialmente no campo da segurança pública. Nesse sentido, o relatório final dispõe:

A temática do racismo gera, ainda hoje, grande polêmica quando se discute o caso brasileiro. O país tido e havido como uma verdadeira Democracia Racial durante grande parte do século passado, viu-se a partir da redemocratização dos anos 1980, diante de seus próprios fantasmas. O patrimonialismo secular, o autoritarismo de suas elites, a inerte e histórica desigualdade, a mobilidade social seletiva são estorvos à concretização de um verdadeiro ambiente democrático (CPI, 2016, p.22).

No âmbito desta CPI essa discussão fora bastante incisiva, embora os efeitos concretos daí advindos tenham sido tímidos, para não dizer inexistentes, visto que as propostas⁷⁶ de emenda à constituição não prosseguiram na Câmara dos Deputados. Ainda, as discussões sobre os “autos de resistência”⁷⁷ também foram uma das principais pautas da CPI, mas que não teve continuidade no debate político, tampouco potência para modificar o Código de Processo Penal. Embora tenha havido constatação por parte da CPI – como há muito denunciam os movimentos negros – do genocídio da população jovem negra, além do Plano Juventude Viva, anterior a proposta dessa CPI, nenhuma política no campo da segurança pública foi especificamente gestada.

A justificativa da CPI, assim como de alguns gestores, como ocorre no Estado da Paraíba, é de que não há mecanismos a serem direcionados à juventude negra, pois esta é também a que mais mata. É espantoso visualizar que em âmbito acadêmico, político e institucional se perceba a mortalidade da juventude negra como um genocídio e, mesmo assim, se justifica que não há ferramentas capazes de/para compreender as causas dessa mortalidade ou criar mecanismos de contenção. Mais uma vez, dialogando com Nilma Gomes e Ana Amélia Laborne (2018, p. 02) “[...]Violar o direito à vida da nossa adolescência e juventude é condenar o nosso futuro à pena de morte”. Ainda com estas

⁷⁶ O Senado propôs a emenda 126/2015, a qual visa a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Superação de Danos.

⁷⁷ Os autos de resistência possibilitam, à revelia da lei, a justificativa por parte dos e das policiais a mortalidade de sujeitos, com a justificativa de que a morte ocorrera por resistência da vítima. A mesma CPI constatou que a Polícia Civil acabava por não instaurar o inquérito de investigação e os assassinatos não eram investigados, ficando impunes os homicidas.

autoras, cabe perguntar: “Será que a vida dos nossos jovens negros ao invés de ser garantida está sendo, na realidade, criminalizada?” (Idem, p. 03). Pontuam:

[...]A nossa sociedade é capaz de produzir uma série de mecanismos que acobertam e garantem impunidade aos violentadores e aos agressores. E acusam os jovens negros, mesmo que eles não sejam culpados. A cor da pele, quanto mais escura, mais se torna uma marca que estigmatiza. A periferia e a favela como locais de moradia, são suficientes para que o extermínio seja decretado (GOMES, LABORNE, 2018, p. 04).

No Estado da Paraíba essa realidade não é diferente do restante do território nacional. Aliás, entre os territórios selecionados para a implementação do Plano Juventude Viva, visto ser um local de média vulnerabilidade relativa, estavam as cidades de Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Patos e João Pessoa. As regiões de João Pessoa com maior índice de mortalidade juvenil negra eram Alto do Céu (área específica do Bairro Mandacaru), Padre Zé, Varjão e Planalto da Boa Esperança. A gestora e a articuladora envolvidas na implantação do Plano Juventude Viva na cidade, além de indicarem o Alto do Céu, recomendaram outras regiões do bairro Mandacaru. Salientaram, também, os bairros Valentina, Colinas do Sul, Varadouro e Mangabeiras como pontos que também deveriam ser investidos nas ações contra as violências (PARAÍBA, 2018).

Segundo as informações enviadas pelo Estado da Paraíba à CPI, os números na época já eram alarmantes:

Na Paraíba, foi respondido a esta Comissão que, nos anos de 2014 e até setembro de 2015, o número de casos de Crime Violento Letal Intencional (CVLI) chegou a 1.330. Destas vítimas, 1.193 era homens e 137 mulheres. No que diz respeito a estratificação por raça, apurou-se 1.114 vítimas pardas, 50 pretas e 166 brancas (CPI, 2016, p. 117).

Em entrevista realizada junto a articuladora S.⁷⁸, foi relatado que exceto com o município de Santa Rita, houve pactuação sobre o Plano Juventude Viva, ou seja, ciência do

⁷⁸ S., articuladora do Plano Juventude Viva na PB, destacou que esse processo de articulação se deu, inicialmente, por meio do Fórum da Juventude Negra, na Bahia, apontando para a necessidade de uma política pública voltada para o genocídio da juventude negra, enfatizando que o genocídio não é apenas a letalidade, mas toda a violência que ocorre desde o nascimento, como a violência obstétrica, a falta de acesso a saúde, educação, lazer, até chegar ao território de letalidades. Destacou que houve uma parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no governo Dilma, para implementação de uma metodologia já desenvolvida na área saúde pública para pensar políticas públicas de forma mais ampla, buscando pela prevenção dessa mortalidade. Além dessa parceria, o Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD) também foi um dos agentes, realizando a seleção de articuladoras e articuladores que tivessem uma trajetória de militância política e no campo da juventude, nos territórios em que o Plano seria aplicado. Houve uma seleção nacional e “montado esse time”. Destacou, também, que a maioria das articuladoras eram mulheres negras, a fim de destacar o poder da mulher negra operando políticas públicas.

governo do Estado e Municípios de que as Secretarias de Juventude estariam se comunicando com outras secretarias para a implementação e articulação do Plano. Destacou a entrevistada que cada um dos municípios que tivesse essa articulação auferia um bônus para outras políticas que ali fossem implementadas, recebendo, assim, maior incentivo para a construção do debate sobre o genocídio da juventude negra⁷⁹ (BRASIL, 2018). O cerne do Plano Juventude Viva, segundo pontua, era “operar numa qualificação no debate antirracista, intersetorialmente, com as políticas públicas, assim. A gente fez essa qualificação pra que daí saíssem ações, porque assim, a gente não tinha condições de fazer as ações, né” (entrevista realizada com a articuladora S., em 02/10/2019).

Essa articulação inicial buscava fortalecer os laços nas regiões escolhidas para que posteriormente, isto é, no segundo mandato do governo Dilma, já com o recebimento de “produtos” fruto dessas pactuações, o diálogo com a sociedade civil se tornasse mais intenso, pois como destaca a entrevistada, a confiança dos movimentos sociais e da sociedade como um todo há muito está desgastada nas ações governamentais. Entretanto, com a implementação do golpe em 2016, não houve renovação do Plano e os frutos oriundos das articulações, atualmente, não recebem o rótulo de serem advindos daquele trabalho.

O resgate que efetuei sobre o Plano Juventude Viva foi para pensarmos os marcadores raça e juventude no âmbito de uma política de curta duração, mas que causou significativo impacto discursivo, social e econômico em âmbito nacional e local. O que chama atenção, entretanto, focando no objetivo desta pesquisa, foi incomunicabilidade entre a Secretaria do Estado da Segurança e da Defesa Social paraibana (SESDS) e o referido Plano, embora os índices de mortalidade da juventude negra figurem nos dados estatísticos, isto é, como um dos elementos caros à produção da vida. Como passarei a expor no próximo item, e já sinalizado no capítulo I, o Estado da Paraíba vem apontando em nível nacional pela elaboração de uma política pública pioneira na redução da criminalidade no Estado, especialmente na redução do número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI): o Programa Paraíba Unida Pela Paz (PPUPP) (BRASIL, 2019; PARAÍBA, 2019).

Embora enfrente mais detidamente suas condições de emergência a seguir, destaco desde já, tratar-se de uma política pública implementada no Estado desde 2011 (PARAÍBA,

⁷⁹ Sinalizou que, atualmente, é possível perceber o quanto o Plano buscava dar conta de processos muito amplos, visto que sua previsão de aplicação era de dois anos (2012 a 2014, segundo que o relatório final foi enviado no início de 2015, sem publicação), visando dar seguimento no segundo mandato do Governo Dilma, o que não foi possível diante do Golpe de 2016. Em João Pessoa a pactuação ocorreu no segundo semestre de 2013 (BRASIL, 2018). A notícia foi publicada junto ao site da prefeitura municipal, sendo referida a necessidade de uma articulação intersetorial. Vide site: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeito-instala-comite-gestor-e-lanca-plano-juventude-viva/>.

2018), ou seja, na concomitância do Plano Juventude Viva, relatado na CPI dos Homicídios contra a Juventude como um estado com altos índices dessa mortalidade, e que vem dialogando com as premissas de mudança da segurança pública incentivados pela SENASP, mas não possui no bojo de seu desenvolvimento qualquer política específica envolvendo os marcadores raça e juventude. Chama atenção ainda que, no estado da Paraíba e, especialmente, em João Pessoa, no âmbito da segurança pública não exista projetos envolvendo a articulação com este público. Voltando para as linhas traçadas até aqui, problematizemos as políticas de morte que vigoram em território nacional, estas que permeiam o corpo social pelo viés da produção da vida, mas que gestam a morte por meio do seu caráter dissimulado e não agregador das demandas dos movimentos negro e jovem negro.

Pensemos, também, sobre as estratégias de fazer viver em um sistema biopolítico (FOUCAULT, 2005) e as políticas de inimizade (MBEMBE, 2017) – e de fazer morrer, consequentemente – que desencadeiam o enaltecimento do agir discricionário por parte dos agentes de segurança pública, bem como lembremo-nos das condições de possibilidade que fizeram emergir os diplomas repressivo e processual penal em vigência no Brasil. Ainda, voltemos a agenciar o conceito de branquitude e o de racismo estrutural que assolam nossas instituições e corpo social.

Feitas essas lembranças, convido a leitora e o leitor a adentrar ao próximo item com algumas questões: como uma política pública dita de vida, pois vem reduzindo os índices de CVLI por oito anos consecutivos, situada em um território considerado de média vulnerabilidade relativa, não traz como foco o enfrentamento do genocídio da juventude negra? Pode-se falar em racismo institucional em solo paraibano, no campo da segurança pública? Caso haja, como gestores e agentes enfrentam o racismo institucional no campo da segurança pública local? Como se constrói a figura do sujeito suspeito segundo o viés da Polícia Militar local? Visando enfrentar essas e outras questões é que convido a leitora e o leitor a adentrar no próximo item, onde viso abordar, mais detidamente, a criação do PPUPP e as estratégias desenvolvidas por essa política em solo paraibano.

3.3 Programa Paraíba Unida pela Paz: diretrizes, resultados e segurança cidadã?

Como destaquei na introdução desta escrita, meu contato com o Programa Paraíba Unida Pela Paz (PPUPP⁸⁰) ocorreu de forma periférica, isto é, não foi uma política que visei

⁸⁰ Há sites registram a sigla como PUPP – Paraíba Unida pela Paz – para esta escrita adotarei o “Programa” como integrante da sigla.

estudar desde o início do meu processo doutoral. Entretanto, por meio dos contatos que fiz com integrantes do Movimento Hip Hop, com articuladoras sociais e, inclusive, com integrantes das “pastas” municipais de secretarias responsáveis pela promoção da igualdade racial, na cidade de João Pessoa, passei a estranhar o fato de não haver políticas públicas voltadas para a população negra, especialmente jovem negra, no sentido de estratégias para a redução das mortes dessa população, pois quando inventariei o Plano Juventude Viva, havia constatado o “médio” grau de vulnerabilidade relativa dessa população. Foi o meu impacto com a porta de vidro (PIZA, 2002).

Em contrapartida, acompanhando os dados do Atlas da Violência (2019) e do Anuário de Segurança Pública (2019) brasileiros, percebi que o Estado da Paraíba vinha sendo reconhecido nacionalmente pela redução dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e, inclusive, estava sendo enaltecido pelo desenvolvimento de tecnologias de gestão que acentuavam a ação policial preventiva, ou seja, aqui estariam sendo colocados em prática os binômios “prevenção e repressão qualificadas”. Foi assim que “descobri” o PPUPP e passei a lhe estranhar. Inicialmente me chamou a atenção o fato de ser um Programa que tem como agenciadores a Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. Esse estranhamento se deu porque, historicamente, as polícias no Brasil, especialmente a Militar, possuem um caráter de disciplinamento (FRANÇA, 2014), discricionariedade (MUNIZ, SILVA, 2010) e autoritarismo (FERREIRA, et., al., 2019) que dificilmente a palavra paz me fazia associá-las.

Passei a acompanhar o site da Secretaria do Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS) e ali havia links para as diretrizes do PPUPP, a promulgação de uma lei assegurando sua instituição no Estado, decretos sobre bonificações, policiais com arma ou sem, mas geralmente trajados com seus coletes, armas longas, caras sorridentes e/ou sisudas. Revistas sobre segurança pública, elaboradas pela SESDS, links para o Instagram. Havia ali a anotação de que era um Programa que visava a aproximação com o corpo social, com os Movimentos Sociais, a construção de uma Polícia Solidária. Enfim, havia a proposição de um diálogo mais humanizador e comunitário. Sim, fiquei inquieta com todas essas informações e foi a partir dessa junção entre uma política que estava/está sendo referenciada nacionalmente como redutora do CVLI e dos Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP) que direcionei minha pesquisa.

Assim, quero convidar a leitora e o leitor para, inicialmente, aproximar-se do PPUPP e das condições de sua emergência, principais leis e decretos que lhes sustentam enquanto uma política de estado, suas principais metas e objetivos, da mesma forma, como a “nova

gestão pública” foi incorporada para ratificar a potência e necessidade do Programa em solo paraibano. Para tanto, além de referências bibliográficas, destaco algumas falas de entrevistadas e entrevistados atuantes no âmbito da Polícia Militar da Paraíba (PMPB).

Como é possível observar, o PPUPP foi gestado em meio as mobilizações nacionais para se pensar um Sistema de Segurança Público baseado em premissas democráticas. A SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) estava incentivando os Estados e Municípios à criação de metodologias e arranjos sociais e políticos para que a segurança pública fosse eleita como uma questão central na governamentalidade contemporânea. O incentivo na produção e compartilhamento de dados, é um exemplo disso. Conhecer para bem governar. Ser humano tratado como dado preciso e não estimado, embora saibamos que as estatísticas se componham com base nas estimativas, na criação de ficções úteis (POPKEWITZ, LINDBLAD, 2001). Fazer viver. Na época de sua criação – 2011 –, os Estados do Nordeste vinham sofrendo com a migração da criminalidade violenta. São Paulo e Rio de Janeiro, estados mais populosos do Brasil, tiveram uma significativa queda nos números de homicídio, enquanto o Nordeste passava a ter um outro panorama quanto a realidade criminal violenta.

Vê-se, assim, que as condições de possibilidade para uma mudança na segurança pública da Paraíba se fazia possível e necessária: mudança de governo (posse do governador Ricardo Coutinho), migração da criminalidade violenta para o Nordeste, estados próximos (como veremos o caso de Pernambuco) realizando a implementação de políticas calcadas nas diretrizes da SENASP, como foi o caso do Pacto Pela Vida (o abordarei abaixo, mas cabe sinalizar que o então governo de Pernambuco, Eduardo Campos, era do mesmo partido de Ricardo Coutinho, PSB, aliados ao governo federal, na época).

No site da SESDS encontram-se os pressupostos do PPUPP, os programas desenvolvidos em seu âmbito, como o Programa Mulher Protegida, no que consistem os Crimes Violentos Contra a Vida (CVLI), os perpetrados contra instituições financeiras, as estratégias para a apreensão de drogas; o tipo de metodologia utilizada para a construção dos dados estatísticos e as normas estruturantes do Programa.

De início já se torna possível perceber os principais enfoques do Programa: combate ao CVLI, aos crimes violentos patrimoniais (CVP), destacar a existência de um projeto desenvolvido para um público entendido como vulnerável, apontar a seriedade da metodologia empregada e o quanto o Estado é um dos poucos com uma tecnologia de ponta no campo da segurança pública e, não menos importante, de tratar-se de uma política

alicerçada em legislações, as quais preveem a implementação do PPUPP, a premiação pelo cumprimento de metas e apreensão de armamentos.

Assim que abri o link “PB unida pela paz”, três agentes emergem ao lado do símbolo do Programa⁸¹. O primeiro é um agente da polícia civil, do sexo masculino, branco⁸², portando uma arma longa, vestindo um colete com o símbolo da polícia civil, um rádio de comunicação, óculos escuros, com uma viatura às suas costas, olhando para o lado; a segunda é uma policial militar, parda, representando a patente de Major⁸³, com boina preta⁸⁴, camiseta preta e farda verde; o outro sujeito é um representante do corpo de bombeiros, devidamente fardado, inclusive com óculos e capacete, representando o equipamento de proteção individual (EPI). Retomarei esta descrição abaixo, mas peço para que a leitora e o leitor lhe guarde.

A descrição do Programa é a seguinte:

O Programa Paraíba pela Paz foi criado em 2011, pelo Governo do Estado, e nasceu após a realização de fórum de mesmo nome, cujo objetivo foi discutir segurança, cidadania e gestão compartilhada, além de políticas de Segurança Pública para o enfrentamento aos índices de assassinatos registrados em território paraibano. O evento aconteceu nos dias 8 e 9 de julho daquele ano, com a participação de gestores, policiais civis, militares e bombeiros militares, além de representantes dos movimentos sociais, universidades e sociedade civil organizada. A partir daí, um novo modelo de gestão em Segurança Pública foi adotado na Paraíba, com foco no acompanhamento dos índices de criminalidade, principalmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio (SESDES - online).

Além disso, destaca a criação do Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) e a sua função metodológica na atuação da compatibilização dos dados e rigor científico. A descrição não está atualizada, posto que permanece a menção do ex-governador Ricardo Coutinho como chefe do Executivo estadual. Entretanto, seu mandato finalizou nas eleições passadas (2018), mas o atual governador, do mesmo partido político, permanece com os projetos daquela gestão. Ainda nas descrições, são mencionadas as legislações que sustentam o programa, bem como as bonificações atribuídas aos agentes públicos.

⁸¹ O símbolo é um coração formado por meio de três peças de quebra-cabeça em verde, laranja e rosa.

⁸² Importante esclarecer que essas denominações raciais são feitas a partir do meu olhar

⁸³ Segundo França é possível perceber por meio da simbologia das roupas a respectiva hierarquia policial. Em suas palavras: “Major PM: uma estrela com oito pontas, sendo cada uma das pontas da estrela em formato de resplendor, composto por nove lâminas em amarelo-ouro (dourado), duas estrelas com quatro pontas, na cor cinza escuro (prata), sendo cada uma das pontas da estrela em formato de resplendor composto por nove lâminas, dispostas em linha reta” (FRANÇA, 2014, p. 222).

⁸⁴ É importante destacar que os oficiais não podem sair para a rua com a cabeça descoberta, isso pode lhe gerar anotações e respectiva punição.

A lei que dispõe sobre o Programa Paraíba Unida Pela Paz, lei 11.049 de 21 de dezembro de 2017, prevê em seu artigo primeiro:

Art. 1º O Programa Paraíba Unida pela Paz (PPUP), política de Estado, conduzida pelo Poder Executivo Estadual e liderada pela Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS), fundamenta-se, prioritariamente, na defesa da vida e do patrimônio, e busca promover e garantir a segurança, ordem pública e paz social na Paraíba, por meio de ações integradas dos órgãos operativos da SESDS, articuladas com os poderes públicos e a sociedade, compartilhando responsabilidades e monitorando continuamente os indicadores de desempenho em um modelo de gestão para resultados, com foco no cumprimento de metas para redução dos crimes, aumento da segurança e preservação dos direitos fundamentais em uma cultura de paz (PARAÍBA, 2017).

Sobressalta aos olhos o compartilhamento de responsabilidades entre os órgãos públicos e sociedade civil, destacando a necessidade dessa comunicação para a preservação dos direitos fundamentais, pressuposto constitucional, bem como a criação de uma cultura de paz. Ainda houve a previsão da criação de planejamento estratégico por parte da SESDS, a criação de um Comitê Gestor, o qual efetua reuniões mensais para o compartilhamento dos dados alcançados ou não pelos gestores, como veremos oportunamente. Dialoga com a lei complementar 111, de 14 de dezembro de 2014, a qual prevê os territórios integrados de segurança pública, isto é, cada área do Estado ficou subdividida para que os gestores pudessem se responsabilizar por elas com seus efetivos e, conseqüentemente, cumprir as metas para cada uma das regiões.

Segundo o artigo 6º da lei 11.049/2017, o PPUPP possui sete eixos estruturantes, os quais já foram sinalizados no capítulo I, mas cabe trazê-los novamente. São eles: I – Prevenção e Repressão Qualificadas da Violência; II – Aperfeiçoamento Institucional; III – Informação e Gestão do Conhecimento; IV – Formação e Capacitação; V – Prevenção Social do Crime e da Violência; VI – Integração e Articulação Institucional; VII – Valorização Profissional. Cada um desses incisos possui algumas alíneas descrevendo os pressupostos de atuação e comunicação entre instituições, como as polícias, bombeiros, judiciário e ministério público. Buscando compreender um pouco mais da visão social do Programa, centralizarei o olhar nos eixos I, II, III e V, posto que os demais tratam das formações dos agentes, distribuição de áreas, maior sistematicidade nas informações trocadas entre os órgãos integrantes da SESDS, visto que isso possibilita celeridade nas ações dos agentes públicos e construção de dados confiáveis.

O eixo I – Prevenção e Repressão Qualificadas da Violência –, é composto de oito alíneas, as quais se encaminham para fortalecer investigações, intensificar operações, qualificar o enfrentamento à criminalidade, direcionar as ações policiais e respectivas

abordagens, estruturar o sistema de inteligência e promover a atuação integrada dos órgãos da SESDS.

Como já pontuado no capítulo I, é neste eixo que o Programa aponta para a necessidade de dirigir políticas públicas para os grupos considerados mais “vulneráveis”, buscando, com isso a construção de estratégias para a elaboração de ações de prevenção primária, visando uma melhoria na qualidade de vida de tais grupos. Embora possamos problematizar a designação “vulneráveis”, como destacaram Traversini e Bello (2009), aqui é possível perceber que o pressuposto basilar é a produção da vida. Conhecer para governar, nos diria Foucault (2008). Se há um local que foge da média da normalização, atua-se nele. De todo modo, nota-se que há um direcionamento para os marcadores discutidos nesta tese, qual seja: jovens, negros do sexo masculino.

Por sua vez, o inciso II – Aperfeiçoamento Institucional – aponta que a SESDS deve ser o órgão máximo na indução de políticas públicas em segurança, deve haver a promoção da integração entre os órgãos operativos, elaboração de diretrizes, coordenação e integração das operações, gerir e articular a Assessoria de Gestão Estratégica, ampliar o atendimento ao cidadão por meio dos Centros Integrados de Operações Policiais (CIOP) (o que costumamos chamar de 190), divulgar os dados da criminalidade, ampliar o atendimento de delegacias 24h, entre outros elementos. Cabe frisar a alínea “h” a qual dispõe: “h) aperfeiçoar a atuação das Unidades de Polícia Solidária – UPS, como instrumento de aproximação da Polícia Militar com a sociedade e participação popular na segurança pública, sob os princípios do policiamento comunitário” (PARAÍBA, 2017).

Conforme entrevista realizada junto a alguns instrutores de policiamento comunitário, bem como visitação de duas unidades – UPS Mario Andreazza, na cidade de Bayeux e UPS Altiplano, na cidade de João Pessoa – foi possível verificar algumas dinâmicas na introdução das UPSs nos bairros a partir da percepção de alguns gestores entrevistados. Há no Estado 27 Unidades de Polícia Solidária, sendo a maioria delas localizada na cidade de João Pessoa. O policiamento solidário é uma filosofia que vem tomando vazio no âmbito da polícia militar desde a década de 90, mas com as mudanças ocorridas ao longo dos anos 2000, a implementação da disciplina de policiamento solidário nos cursos de formação se faz presente (FRANÇA, 2014), a este ponto voltarei oportunamente, mas, desde já, cabe destacar que além do aprimoramento dos dados, de uma gestão para resultados, a SESDS demandou esforços na implementação dessas Unidades com o intuito de atender a orientação da SENASP sobre o “diálogo com a comunidade”.

O inciso III – Informação e Gestão do Conhecimento – entre outras questões traz o diálogo constante com o meio acadêmico. Essa foi uma das minhas dificuldades iniciais, posto que embora o programa vigore desde 2011 não há estudos voltados para a sua implementação, discussões de pontos exitosos ou não. Em diálogo com o Major V. responsável pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística, situado na Secretaria do Estado de Segurança e Defesa Social (SESDS), este referiu que, de fato, os estudos voltados para o PPUPP são inexistentes, mas que há um interesse por parte da SESDS dessa aproximação com o ambiente universitário.

O inciso V – Prevenção Social do Crime e da Violência, aponta o olhar da polícia local para a prevenção primária, isto é, ações que buscam evitar a captura de sujeitos pela criminalidade. Desse modo, são ações desenvolvidas junto a população de forma preventiva. As previsões legais do Programa são as seguintes:

- a) articular, com instituições públicas ou privadas, planejamento e execução de políticas transversais e programas voltados para prevenção primária em localidades socialmente vulneráveis, especialmente aqueles voltados para inclusão social de crianças e adolescentes, nas áreas de educação, esporte e lazer e saúde;
- b) ampliar o Programa de Erradicação das Drogas e da Violência – PROERD por parte da Polícia Militar nas escolas na Paraíba;
- c) otimizar os programas Bombeiro Mirim e Bombeiro na Escola junto às instituições de ensino das redes pública e privada para inserção social pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- d) implementar o programa Criança Cidadã por parte da Polícia Civil, com intuito de desenvolver reflexões sobre cidadania, direitos e comportamento ético e cívico. (PARAÍBA, 2017).

É possível perceber que o PPUPP dialogou com os pressupostos da reforma de segurança pública já aventadas na campanha eleitoral do primeiro governo Lula e que teve seguimento com a reeleição. É uma política de estado, o que muda o caráter de sua aplicabilidade e sinaliza a segurança pública com uma preocupação, de fato, do governo local. Isso não significa dizer que não haja disputas de interesse, coligações político-partidárias, mas, mesmo assim, a previsão legal sustenta condições de exigência social e institucional para a promoção e ampliação dos eixos que sustentam o Programa.

Buscando compreender as dinâmicas do PPUPP para além dos documentos, no dia 18 de novembro de 2019 ocorreu o meu primeiro contato com um representante da PMPB, o Major V. Assim como destacou Foot Whyte (2005, p. 299), antes de chegar até lá, pensei em tudo o que pudesse fazer para “me encaixar e ser aceita”. As minhas expectativas eram diversas, pois não sabia onde se localizava a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESDS), mas, sobretudo, pelo imaginário que tinha sobre o Major. Pensava em encontrar

um sujeito fardado, sala com agentes trabalhando em seus computadores, pois, afinal, era o local da produção das estatísticas.

Nada disso ocorreu: o Major estava vestido socialmente, a sala onde lhe encontrei havia mais cinco pessoas, mexendo em seus computadores, de fato, mas todas vestidas socialmente e um ambiente descontraído, com uma música ao fundo e ar-condicionado bem frio. Uma das mulheres – não sei precisar a sua hierarquia na pirâmide policial – que estava ali me ofereceu água e perguntou “o que essa moça bonita faz aqui?”, pois no momento em que cheguei, 11h da manhã, o Major ainda estava em reunião com o Secretário de Segurança Pública. Após explicar minha presença, sem dizer que era uma pesquisadora ou qualquer outro detalhe, ela me ofereceu água e bolachas. Aceitei a água, pois pensei nas questões de interação com os sujeitos.

Após o retorno do entrevistado, fomos para outra sala e começamos o diálogo. Expliquei rapidamente a pesquisa e ele passou a me situar sobre o Programa Paraíba Unida Pela Paz. O que me chamou atenção neste dia foi o fato dele tomar um computador, onde havia uma apresentação em slide e explicar os dados que ali estavam. Não pude fazer nenhuma pergunta nesse primeiro contato, pois assim que ele terminou de ler os gráficos, foi novamente chamado pelo Secretário e deu a entrevista por encerrada. Outro ponto que me chamou a atenção foi um quadro branco – que ele chamou de painel –, com números escritos com pincel verde ou vermelho, tabulando os meses e anos, tendo como marco inicial 2011. Esses números referiam-se aos homicídios. Verde quando a meta havia sido cumprida, vermelho quando não. Vidas/mortes, números. Números exatos, não aproximados. Como não havia pautado nenhuma das minhas questões para a entrevista semiestruturada, entrei em contato novamente com o Major e marcamos outra conversa.

O Major V. atualmente é o responsável pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE), da SESDS da Paraíba. Antes disso, trabalhava como Tenente de Operações na PMPB e pontuou que as aproximações com bairros de periferia, antes da implementação do PPUPP ocorriam apenas quando casos graves e de repercussão midiática eram relatados. Nas suas palavras:

[...] a minha atividade operacional foi justamente nesse período antes do Paraíba Unida Pela Paz, eu trabalhava na área do Bairro São José. A gente só entrava no Bairro São José e assim, eu como Tenente de Operações, assim, coordenava o policiamento e reproduzia, vamos dizer, a sistemática, né, a gente só entrava no Bairro São José quando existia um homicídio lá ou pra prender alguém (Major V., entrevista realizada no dia 18/12/2019)

Destacou que os números de homicídio foram visivelmente reduzidos em alguns bairros, como é o caso do Bairro São José, o qual chegou a ter 37 homicídios no ano de 2011, caindo para 02 em 2017 e 2018. Ao efetuar um resgate histórico sobre o PPUPP e a necessidade de sua implementação em solo paraibano, pontuou:

A nossa análise é que a partir do início do século né, a gente tem esse deslocamento da criminalidade violenta, do crime organizado, do eixo Sul, Sudeste pra o Nordeste com toda a expansão econômica que o Nordeste teve e tal, e isso atraiu também essa criminalidade e ao mesmo tempo, que a gente começou a ter outras respostas, mais eficazes... se a gente for ver a curva de São Paulo, por exemplo, que é o estado mais populoso e que tinha maior impacto no número de homicídios, é justamente nesse período que São Paulo começa a cair. Na época também, Rio de Janeiro também começava a cair, aquelas ocupações das UPP's; Minas Gerais também e aquilo começa, em outros gráficos demonstra isso, começa a migrar um pouco mais pra o Nordeste, sobretudo nessas facções do crime organizado, PCC, que a gente sabe que tem muita relação com os homicídios aqui. (entrevista realizada no dia 18/11/2019).

Segundo o entrevistado, um dos estados nordestinos que mais sofreu com essa migração, foi Pernambuco. No decorrer da pesquisa, inclusive, foi possível identificar que o PPUPP teve inspiração direta no Pacto Pela Vida, política gestada pelo então governador Eduardo Campos, entre os anos de 2007 a 2014. O secretário de segurança pública paraibana, Cláudio Lima – 2011-2018, durante o governo de Ricardo Coutinho (PSB), portanto – fora indicado à época pelo então governador de Pernambuco. Com a mudança de gestão – governo João Azevedo (PSB) – Jean Francisco Nunes, Delegado da Polícia Civil, passou à frente da SESDS e segue implementando e inovando na atuação do PPUPP.

O entrevistado explicou que na Paraíba, até 2011, não havia qualquer política pública no campo da Segurança Pública, tampouco dados estatísticos. Aliás, segundo ele, são coisas que se retroalimentam. Destacou que anteriormente ao NACE, havia junto à Secretaria uma Assessoria de Ações Estratégicas, mas que a sua missão era mais genérica do que o referido Núcleo. Disse:

Em 2011, com a criação do Paraíba Unida pela Paz, foi criado esse Núcleo De Análise Criminal e Estatística, porque aqui na Paraíba a gente não tinha a produção de estatística, não tinha mensuração, nem avaliação de desempenho de nada, aqui no Estado, e aí quem implementou, inicialmente, foi o secretário Cláudio Lima na gestão do governador Ricardo Coutinho. À época ele já tinha sido secretário em Pernambuco, do Pacto Pela Vida, então isso, justamente, foi um dos fatores que influenciou. Inclusive, ele foi indicado pelo Eduardo Campos pra assumir aqui. Ele trouxe essa nova política né, ele quis adotar essa, essa mesma estrutura primeiramente de um setor pra, pra fazer esse diagnóstico, essa visualização que lá em Pernambuco é a GACE, né, Gerência de Análise Criminal e Estatística, e aqui foi criado o NACE (Major V., entrevista realizada no dia 18/11/2019).

Antes de começar a pesquisa de campo, havia levantado alguns estudos sobre o Pacto Pela Vida, mas foi só no decorrer da pesquisa que fiquei sabendo sobre a referência direta entre as duas políticas. O Pacto Pela Vida⁸⁵ havia sido gestado por meio de uma política que visava o aprimoramento dos dados estatísticos, aproximação com a população e com setores da Universidade. Aliás, na parceria firmada junto a Universidade Federal de Pernambuco, o sociólogo Luiz Ratton era um dos mentores do programa (RATTON, et. al, 2014). Faço esse destaque porque a proposta se diferenciava, inicialmente, da ideia de política de cunho repressivo, como historicamente se verifica no Brasil.

O Estado de Pernambuco foi um dos primeiros territórios a implantar esse método de gestão para resultados no campo da segurança pública – em 2007 –, o que foi sendo estabelecido em outros locais após seu êxito inicial (MACÊDO, 2012; SAPORI, 2010). O Major V. destacou que na época, no Estado da Paraíba, não se sabia o que era CVLI, tampouco gestão para resultados. A inexistência de dados tornava inviável a contenção, diagnóstico e possível prevenção de crimes. A edificação de um sistema único de segurança pública, proposto na campanha eleitoral do primeiro governo Lula, era justamente para que esses dados fossem produzidos regionalmente e repassados para os demais membros da federação, a fim de unificar a segurança pública, respeitando as metodologias aplicadas em cada região do país, tendo em vista a diversidade de cada território, ao mesmo tempo em que programas exitosos ou com falhas, pudessem ser estudados e aprimorados. Além disso, fraturaria o monopólio de dados que as polícias Civil e Militar tendem a produzir⁸⁶ e disputar fragmentando ainda mais a segurança pública.

Diferente do proposto em Pernambuco, após algumas análises locais, o PPUPP tem como meta anual a redução de 10% do CVLI, o que só foi alcançado, em nível estadual, uma vez no decorrer desses anos de implementação. No estado vizinho essa meta era de 12%.

⁸⁵ O Pacto Pela Vida foi uma política desenvolvida pelo governador Eduardo Campos na gestão de 2007 a 2014, no Estado de Pernambuco. Foi uma política pioneira no Nordeste em relação a utilização dos métodos da nova gestão pública, isto é, fundamentada na ação para resultados. Um dos relatórios finais desenvolvido por algumas pesquisadoras, inclusive atuantes no governo da época, salienta as distorções que houveram no decorrer desta gestão. Um dos percalços foi a falta de diálogo com a comunidade nos anos finais da política, onde se focou nos resultados mais do que no diálogo social (RATTON, et., al, 2014)

⁸⁶ Segundo o Jornal Paraíba Online, o Secretário da Segurança Pública paraibana, Jean Nunes, ao falar sobre a implementação de recursos tecnológicos, como os Centros de Comando e Controle e o sistema de videomonitoramento, registrou que há resistência por parte de alguns órgãos pertencentes à SESDS, especialmente DETRAN, Polícia Militar e Civil. Isso caracteriza os obstáculos que a separação entre as polícias ainda causa em solo brasileiro, como destacam algumas e alguns estudiosos, sinalizado no tópico anterior. Quando se aventa a possibilidade de unificação das polícias é para que resistências como essas não tome proporções de estagnar as reformas no bojo das secretarias. Mais informações sobre a reportagem, consultar: <https://paraibaonline.com.br/2019/12/secretario-admite-resistencia-para-implantar-recurso-tecnologico-na-seguranca-da-pb/>. Acessado em 18/08/2020.

Aqui uma das tarefas também era uma melhor integração entre os órgãos, já que “a gente tinha 14 batalhões que tentavam se comunicar com 10 delegacias regionais e essa comunicação era muito dificultada” (Major V, entrevista realizada dia 18/11/2019), o que ocasionava uma morosidade no repasse de dados, muitas vezes, e ainda um trabalho que dificultava o próprio desenvolvimento das ações de prevenção e diálogo com o/a cidadã usuária dos serviços de segurança. Por isso um dos pressupostos do Programa, como referido acima, é a gestão dos dados para a demonstração de resultados mais precisos.

Sinalizou o entrevistado que outro grande problema era o número de inquéritos policiais não instaurados, mesmo com a ocorrência de CVLI:

[...] em muitos casos os inquéritos dos homicídios não eram sequer instaurados por portaria, então não investigava, efetivamente, nada, só se investigava os casos de maior repercussão. Na maioria das vezes aqui, predominava na mídia, aquele negócio: foi acerto de contas, a moto preta, então a mídia não cobrava e o poder público também não tinha iniciativa, então ficava totalmente oculto essa criminalidade (Major V. entrevista realizada no dia 18/11/2019).

Como é possível notar na fala do Major, a mediação dos casos também toma, no Estado da Paraíba, um significativo relevo para se falar em criminalidade. A moto preta tinha o significado do Esquadrão Motorizado, referido por Misse (2008); exercia a função de justiceira. Enquanto “acerto de contas”, seguia a linha do “eles estão se matando entre eles”, isto é, criminosos que se matam e, portanto, não precisam ser investigados. A leitora e o leitor já devem ter observado nos noticiários que quando há morte de determinadas pessoas em dados territórios, logo após o registro da morte, é divulgada a informação dos antecedentes criminais da vítima ou agente. Significa que nem toda a vida deve ser tratada da mesma forma quando das investigações criminais. É nessa linha a denúncia do Major V.

Destaco que além da integração entre os órgãos – Polícias e Corpo de Bombeiros – o Programa visa uma integração com Ministério Público e Judiciário. Entretanto, o diálogo entre as instituições de justiça ainda é bastante dificultado diante de algumas posturas, segundo assevera o entrevistado:

[...] a gente precisa percorrer a outra etapa do ciclo de justiça criminal, que é entre ministério público e judiciário e aí a gente teve anteriormente, um termo de cooperação com o Ministério Público, que pra cada área dessa designou um promotor articulador, então um promotor que poderia fazer gestão junto ao Ministério Público para tentar responder às demandas da Segurança Pública. (Major V., entrevista realizada no dia 02/12/2020)

Ressalta que esses relacionamentos incidem diretamente na contenção da criminalidade “na ponta” do sistema, visto que nos diálogos entre Polícia Civil e Militar

havia e ainda há certa dificuldade na prestação e compartilhamento de informações, por não haver um sistema informatizado integrado plenamente em vigência. Entretanto, quando se vence esse obstáculo, articulando as polícias e integrando informações para a prevenção, não havendo alinhamento com Ministério Público e Judiciário, há um “retrabalho” por parte das polícias, como colocou:

Porém, é, na prática, especificamente, a gente teve uma descontinuidade disso, porque mudava o promotor e tal até que mudou a figura do procurador-geral e essa designação não foi atualizada da melhor forma e dependia muito também do relacionamento do promotor, porque nem sempre aquele promotor que era bem relacionado com as Instituições, ele era o promotor da parte penal, né, promotor que cuidava da parte criminal, melhor dizendo, e aí gerava, assim, um pouco de dificuldade [...]. E aí um pouco mais difícil, sobretudo, na nossa leitura, também, pelo esquema estrutural da situação, porque enquanto Polícia Militar e Polícia Civil, são demandadas, são órgãos do Executivo, que são cobradas a dar resultado na Segurança Pública, o Ministério Público e o Judiciário não têm essa demanda, eles são órgãos, eles têm poderes e.. Eles são o poder na verdade, né, eles não são demandados para reduzir a criminalidade, eles são demandado como juiz natural, como forma de fazer o processo justo, então... não, não.. visam, por exemplo, eu tô com uma meta pra cumprir no CNJ [Conselho Nacional de Justiça] e eu vou, simplesmente, liberar esses presos que estão nessas condições aqui do processo, independente se esses aqui são os que estão gerando mais criminalidade para determinado território. Então, se ele fizer isso sem avaliar, sem conversar, com a comunidade local para tentar fazer a gestão da Segurança Pública dentro da atividade jurisdicional, isso acaba que.. que, são coisas apartadas que acontece né. Aí vai ter um retrabalho para novamente fazer o processo de convencimento para o delegado pedir ao juiz que prenda, novamente, por outro crime que aconteça, por outra situação, que gere subsídios para uma prisão preventiva, enfim, mas basicamente é isso (Idem).

Às questões de integração das informações e criação das ferramentas de tecnologia agenciadas no âmbito do PPUPP retornarei no próximo capítulo, mas por ora, cabe sinalizar a complexidade do campo mesmo em âmbito estadual e a importância de um sistema de segurança pública que se compreenda enquanto tal. Não que para isso se viole os direitos e garantias dos réus, por exemplo, que estão presos e que podem/devem ser soltos, mas que por ter “metido o terror” anteriormente, se mantenha a prisão com base em uma justificativa passada, a qual o réu está cumprindo. Por outro lado, embora cada órgão e instituição possua metas a serem cumpridas, esse cumprimento deve observar as premissas de uma segurança cidadã, ou seja, para além de números e resultados.

Ainda no que tange a estruturação do PPUPP, assim como ocorria em Pernambuco, a figura do governador era/é de grande valia para o incentivo e cobrança do Programa e a compatibilização das metas. No período inicial, toda a quarta-feira havia reuniões com os gestores das respectivas áreas, sejam eles da Capital ou do Sertão, para mostrar os dados, quem tinha atingido a meta ou quem não havia alcançado. Questionava-se o porquê, se

expunha a todos os gestores e dicas eram ali prestadas. Mensalmente essa reunião era realizada com o governador, onde o procedimento era o mesmo.

Compatibilização: são três regiões, 22 áreas e 68 distritos, que aí vai dividindo as áreas, distritos formam as áreas e as áreas formam as regiões, que é justamente dentro dessa ideia de cadeia de comando, e nível de responsabilidade; o comitê gestor, que é o Secretário, o Comandante Geral, o Delegado Geral, ele faz essa cobrança pra os regionais, os regionais fazem a cobrança específica pra o das áreas e o das áreas pros seus distritos. E aí, dentro dessa cadeia, a gente vai tentando cada vez mais, é, é, nessa política de responsabilização dizer ó: a sua meta é tal, você tá com problema, então você tem que agir, tem tudo dentro dessa política. A gente gosta de usar a plataforma do PDCA⁸⁷ administrativa, que a gente vai sempre... tem tal gestor que não tá bem naquela área, vê aí o que ele precisa. Se realmente ele tem justificativa pra não tá bem é, aí se dá os meios. Se realmente ele tem deficiência na gestão dele, aí se troca o gestor, bota outro e tal e tem toda política de, de, efetivamente de gestão, pra que esses resultados ocorram, né (Entrevista Major V., realizada no dia 18/11/2019).

Essas divisões entre regiões, áreas e distritos, encontram-se sedimentadas em lei estadual. Decretada em 14 de dezembro de 2012, a lei complementar 111 define os territórios integrados no decorrer do Estado (PARAÍBA, 2012). Elas ocorrem para que seja possível uma gestão mais especificada por parte de cada um dos gestores designados para cada território, conforme destaca a lei 11.049/2017. Logo, as cobranças e, ao mesmo tempo, as bonificações se tornam devidamente designadas. No último Anuário de Segurança Pública local, inclusive, são retratadas as áreas, o número de desempenho ao longo dos oito anos de desenvolvimento do Programa, nome dos responsáveis por cada área e fotografias. Cada uma delas com a devida patente dos beneficiados (PARAÍBA, 2019).

Após certa consolidação do Programa, as reuniões não têm mais ocorrido de forma semanal, conforme pontuou o Major V., posto que reduz as despesas com deslocamento de viaturas do Sertão para a Capital e, além disso, por já estarem as gestoras e gestores adaptadas/os com a metodologia, é possível que cada área realize a sua reunião semanal e repasse as atas ao NACE, que tem a responsabilidade de fiscalizar essas reuniões. Ainda é interessante pontuar o quanto a ideia de hierarquia segue sendo reproduzida no âmbito da gestão do PPUPP, embora haja uma interdependência entre elas, pois no momento em que uma área não cumpre sua meta, esse resultado atingirá o quadro final a ser apresentado no Anuário. Ademais, se voltarmos às primeiras linhas desta pesquisa, podemos pensar sobre a criação do sujeito neoliberal, aquele responsável por si e gestor de condutas⁸⁸ (FOUCAULT, 2008).

⁸⁷ Trata-se de uma tecnologia de gestão e sua sigla é uma abreviação da língua inglesa representando as palavras Plan, Do, Check e Act (planejar, executar, medir e agir).

⁸⁸ Em uma reportagem divulgada no portal da PMPB essa visão de “faça você mesmo” é bem delineada pelo atual Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Euller Chaves. Segundo a reportagem, em reunião

Importante ressaltar que o tipo de política e metodologia desenvolvidas no Estado da Paraíba seguem os pressupostos da Nova Gestão Pública (NGP), especialmente, porque focam em ações para resultado. Isso pode tomar direcionamentos bastante complexos, ainda mais quando problematizamos os marcadores aqui agenciados – raça e juventude – em um campo historicamente fraturado e com pouco diálogo social. Os pressupostos da NGP, entretanto, não são recentes no Brasil. Já em 1995, com a chamada reforma gerencial da administração pública, durante o governo FHC, foram instituídas mudanças nos quadros da burocracia, apontando-se para a necessidade de rever o papel do Estado em alguns setores, trabalhar em uma perspectiva de eficiência, eficácia e diálogo público-privado mais estreito (BRESSER-PEREIRA, 2000).

Nas palavras do autor:

[...]a administração pública gerencial [...] delega autoridade aos administradores públicos e os controla, de um lado, através da cobrança de resultados e de auditoria *a posteriori*, e, de outro, contando com a existência nos regimes democráticos de um espaço público onde seja possível exercer o controle social [grifos do autor] (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 15).

A colocação do autor vai ao encontro do pontuado pelo Major V. quando explica sobre as cobranças e os resultados que devem ser alcançados pelas áreas: a necessidade de cumprimento das metas, verificar se cada gestor responsável ao não atingir o resultado esperado, não o fez por condições justificáveis ou por falta de engajamento e eficiência com o trabalho. Sabido, por outro lado, que em uma realidade de cumprimento de metas e construção de números, é possível que o poder discricionário dos agentes de segurança pública, especialmente policiais militares que trabalham “na ponta” do sistema de segurança, acarrete em autoritarismo ou seletividade, como é comum acontecer em solo brasileiro (SCHLITTLER, 2016).

No sentido de cobrança das tropas, o Capitão A., salienta:

Aquela coisa: aumentou a violência de Santa Rita, como é que a gente faz? Vamo montar alguma coisa? Vamo fazer, esquematizar um policiamento? Não tem. Só isso mesmo, tá ruim ali? Vamo melhorar, vamo dar um gazineho.

realizada em Catolé do Rocha, cidade situada no Sertão paraibano e com taxas de homicídio altas, o Comandante destacou: “Dentro do plano da segurança pública, que tem a frente o secretário Jean Nunes, estamos fazendo uma leitura pontual daquelas Áreas Integradas de Segurança Pública que não atingiram as metas para redimensionar estratégias e ações para alcançarmos a redução esperada. Desde já é importante agradecer o apoio do governador João Azevêdo e reconhecer o trabalho de cada um profissional, que com seu esforço e dedicação individual contribui de forma coletiva para 2019 ter alcançado um resultado histórico na segurança pública da Paraíba”. (Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/portal/2020/01/07/comandante-geral-participa-de-reuniao-da-seguranca-publica-no-sertao/>. Acessado em: 18/08/2020).

Mari: E como é que eles fazem esse gazinho? Tipo...

Entrevistado: Aí cobra... da tropa...

Mari: Cobra do gestor responsável por lá.

Entrevistado: Isso, cobra do gestor e o gestor pra baixo, né? É basicamente isso. Aqui. (Capitão A., entrevista realizada no dia 10/12/2019).

Seguindo o pontuado pelo entrevistado, se percebe que o diálogo para a melhoria dos resultados não ocorre de forma articulada entre as unidades de polícia, exceto pelo deslocamento de viaturas e pessoal para conseguir dar o “gazinho” necessário para o cumprimento da meta estabelecida. Ao passo que o Major V. sinaliza a necessidade de sistemas informatizados para a realização da prevenção – e isso, segundo estudiosas e estudiosos do campo da segurança pública se faz imprescindível –, se nota que o diálogo entre as Unidades de polícia para construção de estratégias de atuação, se dá com base de deslocamento de efetivo.

Minha estranheza ocorre, justamente pela deficiência no diálogo existente entre sistema de segurança pública e sociedade civil, especialmente quando os principais promotores dessa aproximação são as e os policiais. Retomarei a essa questão posteriormente, visando articular um pouco mais o papel da polícia historicamente no Brasil e seu protagonismo no campo da segurança pública no decorrer da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa de campo, mas me detendo, por ora, ao Estado da Paraíba e nas incursões em campo, sinalizo que o papel de prevenção e repressão também são analisados pelo viés da atuação policial no âmbito da política em questão.

Neste território, como abordarei oportunamente, há Unidades de Polícia Solidária (UPS), “inspirado na própria UPP, na parte boa da UPP, né” (Major V., entrevista realizada no dia 18/11/2019). Entretanto, o que se percebe é que as inserções das UPS’s ocorrem em locais considerados de maior vulnerabilidade social ou onde há maior incidência da criminalidade. Por vezes, esses locais que deveriam possibilitar uma maior aproximação da comunidade com a polícia e, a partir disso, a construção de elos na produção da segurança pública, transformam-se em meros postos de polícia. Além disso, muitos dos agentes que deveriam buscar a inserção na localidade, atuam por meio de cobranças e “aconselhamentos”, isto é, a mesma cobrança, postura e disciplina exigidas e construídas no âmbito dos cursos de formação, são requisitadas dos indivíduos, o que tende a repelir o diálogo e não estreitá-lo (FRANÇA, 2014).

Quando enfrentarmos o eixo analítico “polícia solidária” será possível percebermos essas questões nas falas dos entrevistados. O quanto a polícia solidária não consegue atuar de forma efetiva nas localidades e, quando atua, a ideia de moralização das condutas emerge

como um dos parâmetros principais de atuação. O Capitão A., responsável pela unidade de Bayeux, inclusive, destaca o quanto esta unidade é tida como referência na cidade e, mesmo assim, ocupa-se apenas dos projetos sociais, não conseguindo dar conta do pós-ocorrência, por exemplo.

Outro elemento que sobressalta aos olhos é o “como” dessa redução significativa nos números de CVLI desenvolvida pelo PPUPP o que, como já destacado, vem sendo reconhecido em nível nacional. Mas, visando estranhar as verdades triunfantes, é interessante sinalizar que antes da implementação do Programa, como disse o Major V., não havia a disponibilidade de dados estatísticos. Logo, não havia uma construção de conhecimento sobre o assunto, tampouco formas de enfrentamento. Por outro lado, ainda, cabe destacar a fala do Capitão F., quando discute a redução dos números de CVLI no estado:

[...] no caso da Paraíba é super interessante como é que a retórica da redução dos homicídios e dos crimes patrimoniais se evidencia com os números, mas realmente, é um estado policial. É um estado policial porque a gente não consegue ver nenhum tipo de política social nos bairros onde o projeto é implementado. Não tem nenhuma, mas nenhuma! Nenhuma. [...] Então, assim, a gente vê que a polícia realmente conseguiu se inserir nos bairros, consegue criar uma certa sensação de segurança pras pessoas, mas não passa disso. [...]. E o que não tem se percebido é o seguinte: isso só tem ocorrido porque os policiais têm sido explorados no campo do trabalho, né. Os policiais tem trabalhado bem mais através exatamente do extra remunerado. Eles têm a sua escala normal de trabalho e eles tem se empenhado muito mais na escala extra e a gente consegue comprovar isso com o número de policiais que têm adoecido (Entrevista realizada com o Capitão F., no dia 16/12/2019).

Voltando a ideia de um estado gerencial, na perspectiva defendida Bresser-Pereira (2000), necessita-se de profissionais técnicos e bem remunerados. Não há dúvidas que os e as policiais podem ser esses sujeitos, desde que os cursos de formação direcionem esse aprendizado e o Estado tenha condições de bem remunerar os e as servidoras. O que se observa é o oposto disso. As polícias militares, desde sua formação no Brasil, valem-se dos praças – sujeitos posicionados na base da hierarquia policial – como uma “mão de obra barata”, como ouvi durante a pesquisa de campo no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (CE/PMPB) e no decorrer das entrevistas. Como apontam pesquisadores e pesquisadoras da área da segurança pública, muitos deles e delas trabalham na segurança privada para complementar a renda, isso sem falar nos casos de corrupção envolvendo esses atores (BARREIRA, 2004).

Embora a MCN tenha atribuído relevância para a parte técnica na formação policial e, no caso da Paraíba, mais precisamente, tenha havido incorporação no curso de formação de soldados, a carga horária das disciplinas ainda é irrisória. O currículo atual do Curso de

Formação de Soldados (CFSD) prevê um total de 2.000 horas/aula, contando nesse montante disciplinas teóricas e práticas, palestras e aulas de Educação a Distância (EAD). Somando-se o módulo fundamental, módulo jurídico, módulo técnico-profissional especializado, módulo complementar e módulo EAD, a formação prevê cinquenta e uma disciplinas, além de dez seminários e palestras. No caso da formação especializada há disciplinas como Inteligência Policial (20h/a), Tecnologias e Sistemas informatizados (30h/a), Telecomunicações (24h/a), Fundamentos da Gestão Pública e Relações Institucional (30h/a), as quais dialogam com a MCN, assim como com os pressupostos do PPUPP.

Na CPI do Assassinato de Jovens (CPI, 2016), referida anteriormente, uma das considerações feitas no relatório dirigia-se as formações, especialmente no que tange à polícia cidadã e sua incorporação nos cursos. Juntamente a isso, une-se a formação técnica, pois ambas reverberam no que se considera uma segurança pública cidadã. Traz o relatório:

Sabe-se que na fase do curso de formação, o policial recebe a primeira instrução policial formal, portanto, nesse momento a ideia de uma “polícia cidadã” já deve ser apresentada como uma diretriz a ser seguida durante toda a carreira. A própria duração do curso de formação, no entanto, pode ser repensada, pois, pelo que foi apurado, essa fase é muito curta. Ora, se para atuar como médico, advogado, engenheiro, etc., demanda-se anos de estudo e preparo, o que justifica que a preparação de policiais dure apenas alguns meses?⁸⁹ [grifos no original] (CPI, 2016, p. 87).

No que tange a remuneração, a PMPB segue o panorama nacional e, como pontuou o Capitão F., por meio do extra remunerado os e as policiais conseguem aumentar a renda. Além dessa possibilidade, o cumprimento de metas semestrais gera as bonificações, antes referidas. A leitora e o leitor devem estar ratificando as premissas da NGP, pois fazem com que os e as policiais se “dediquem” ao cumprimento das metas, ao passo que contribuem para a redução da criminalidade. Por outro lado, como pontuado acima, o adoecimento desses profissionais é significativo e, além disso, é necessário problematizar a qualidade dos

⁸⁹ Interessante sinalizar que o Curso de Formação de Oficiais, no Estado da Paraíba, dá-se em três anos e ao término, os e as alunas são diplomados como graduados em Segurança Pública, sendo o diploma expedido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O curso de soldados, entretanto, não tem um prazo definido, dependendo da autorização do Comandante. A turma que ingressou em dezembro de 2019 terá quinze meses de curso, contando com isso todos os procedimentos até a formatura. Já destacado anteriormente, mas os e as soldados passam a atuar nas ruas, mesmo no decorrer do curso, sob a orientação “dos mais antigos”, enquanto que os e as alunas oficiais, só ingressam no trabalho das ruas, no último ano do curso, ou seja, depois de passar dois anos no curso de formação integral. Um dos relatos feito por uma aluna soldado enquanto estive no CE, foi de que a missão no carnaval de 2020, dois meses após o ingresso nos quadros da PMPB, era não perder o revólver do coldre, ou seja, os e as alunas recém chegados, sem instruções, exceto os quinze dias que passaram insulados no CE e mais alguns poucos dias de convivência neste ambiente, foram às ruas, porque a polícia precisava estar nas ruas, e a principal missão era voltar com o revólver para o batalhão. É mesmo sobre um e uma profissional técnico e excelente que a SESDS prima para a implementação do PPUPP?

serviços prestados e exposição desses e dessas servidoras públicas em ambientes de segurança privada.

Ademais, como pontuou um dos alunos do CFSD, o valor pago no extra remunerado no Estado da Paraíba é irrisório. Segundo ele, poucos agentes se voluntariam a trabalhar no extra. Sinalizou:

Entrevistado 38: Só que na Paraíba também a situação é complicada, o extra é o pior extra do Brasil. Em comparação ao extra de Pernambuco o extra de 24h lá é R\$400,00. Aqui na Paraíba, o extra de 24h é R\$150,00, com os impostos, fica R\$130,00. Muito pouco, muito pouco.

Mari: E tem uma justificativa, não? Esse aqui é o extra tu quer pega, não quer não pega, é isso?

Entrevistado 38: Não, aqui na Paraíba é meio que forçado, né. Aqui é obrigatório. É o trabalho voluntário, né, porque tem o voluntário que é o que você quer e o voluntário que você é obrigado a fazer, né. Aí tem isso. (entrevista online realizada com Aluno 38 no dia 02/09/2020)

Se pensarmos sobre o *homo economicus* assinalado por Foucault (2008) e pontuado no início desta escrita, vemos como no âmbito da segurança pública local, seguindo a correnteza nacional – lembre-se da fala da Ministra Cármen Lúcia sobre a necessidade do ser humano ser tratado como número exato – vem enfatizando a gestão para resultados, as apreensões e bonificações para que os gráficos da produção da morte reduzam e a vida seja enaltecida enquanto elemento basilar na/da governamentalidade contemporânea. É salutar que o ranking da morte reduza, que as armas não estejam nas ruas e que a gestão populacional caminhe para a produção da paz. Aliás, destaco, mais uma vez, o quanto o Estado da Paraíba, segundo os gráficos, as legislações e as falas de algumas gestoras e gestores, vem despontando como um dos Estados que desenvolve tecnologias de ponta na/para a prevenção qualificada.

Por outro lado, é interessante pensarmos sobre a produção dessa polícia cidadã da estranheza que, muitas vezes, essa união – polícia mais cidadã – causa socialmente. Atualmente, inclusive, as mídias televisivas e sociais vêm noticiando frequentemente posturas arbitrárias por partes de agentes policiais militares em alguns territórios e no trato com alguns segmentos da população. Desse modo, convido para compreendermos um pouco desse atuar na perspectiva paraibana e, para tanto, trago para o debate as análises realizadas por meio as entrevistas efetuadas com oficiais e alunos praças conforme referido anteriormente, dialogando com as legislações que direcionam o PPUPP.

Assim, no próximo capítulo os eixos analíticos “políticas de inimizade”, “polícia solidária” e “nova gestão pública” serão enfrentados, onde busco demonstrar as

exterioridades que compõem as análises e como elas dialogam com o debate realizado até aqui: é sobre a gestão da vida que tratamos quando os marcadores raça e juventude se interseccionam? E, trazendo a pergunta central desta pesquisa: Como o Programa Paraíba Unida Pela Paz e os agentes da Polícia Militar do Estado, enquanto seus articuladores, vêm enfrentando a mortalidade da juventude negra no âmbito deste território? É para essa empreitada que convido o leitor e leitora a prosseguir ao próximo capítulo.

AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Majur e Pablo

Vittar

Emicida

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte

[...]

Eu sonho mais alto que drones
Combustível do meu tipo? A fome
Pra arregaçar como um ciclone (entendeu?)
Pra que amanhã não seja só um ontem
Com um novo nome

O abutre ronda, ansioso pela queda (sem sorte)
Findo mágoa, mano, sou mais que essa merda (bem mais)
Corpo, mente, alma, um, tipo Ayurveda
Estilo água, eu corro no meio das pedra
Na trama, tudo os drama turvo, eu sou um dramaturgo
Conclama a se afastar da lama, enquanto inflama o mundo
Sem melodrama, busco grana, isso é hosana em curso
Capulanas, catanas, buscar nirvana é o recurso
É um mundo cão pra nóiz, perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva, brota o papo reto
Num deixo quieto, num tem como deixar quieto
A meta é deixar sem chão, quem riu de nóiz sem teto

[...]

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?

Alvos passeando por aí

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir

Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro

[...].

4. “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração”⁹⁰: mudanças de “paradigmas” e estratégias de morte no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz

Aproximar as lentes do material de análise exige mobilizar toda a escrita redigida até aqui. Voltar em cada um dos capítulos, pontuar os “ponto-chaves” de cada item, olhar para cada conceito construído por autores e autoras e enfrentar o garimpar analítico, sabendo que muitos ditos não serão aqui abordados e que essa “seleção” diz respeito tão somente a esta pesquisadora. É para enfrentar os eixos analíticos antes citadas – nova gestão pública, políticas de inimizade e polícia solidária – que irei me dirigir ao longo deste capítulo. Aqui pretendo dialogar com as teorizações que sustentaram minha escrita até o momento, destacando o quanto há aproximações e distanciamentos com os diálogos travados por outros pesquisadores e pesquisadoras do campo da segurança pública quando faço a discussão a partir do cenário paraibano.

Além disso, busco demonstrar o quanto as políticas de inimizades, conceito trabalhado por Achille Mbembe (2017), se desenvolvem no território paraibano, mesmo estando diante de uma política que vem reduzindo os índices de homicídio no Estado. Isto porque, quando me dirijo para a perspectiva necropolítica, desenvolvida pelo autor, não me refiro a algo estanque, estável e sem modificações constantes. Pelo contrário, busco sinalizar o quanto o nanorracismo, “esse racismo tornado cultura e respiração” (MBEMBE, 2017, p. 97), permeia o corpo social, as instituições e alicerça uma forma de governo no presente. É nesse sentido que entendo como potentes as aproximações entre Mbembe e Foucault, como pontuei no segundo capítulo e retomo aqui.

Assim como estes autores permitem elaborar pistas para pensar o contexto brasileiro, é na esteira de Michel Misse, Jacqueline Sinhoretto e outros pesquisadores e pesquisadoras da área, que aponto o quanto a acumulação social da violência, a sujeição criminal e a seletividade penal são elementos que se infiltram no pensar institucional e nas práticas sociais, tornando o racismo norma, também no atuar policial e nas políticas desenvolvidas no campo da segurança pública, especialmente quando se envolve o marcador juventude. Além de ter sinalizado isto no capítulo III, ao abordar de forma mais sistemática as

⁹⁰ Em uma das aulas da disciplina de “relações interpessoais”, houve apresentação dos alunos praças de algumas temáticas sugeridas pela instrutora. Os temas eram os seguintes: “para alcançar a paz é essencial...” e “para sermos humildes precisamos...”. Nas duas apresentações as figuras de Deus e Jesus eram as mais recorrentes e, especialmente, a passagem de alguns salmos como o que intitula parte deste capítulo (Mateus 11.29). É justamente para pensarmos sobre a gestão das coisas e as mudanças “paradigmáticas” que trago uma passagem bíblica para iniciarmos essa caminhada. É mesmo sobre mudanças que tratamos no campo da segurança pública? Avante.

entrevistas, também se torna possível perceber nas falas coletadas ao longo da pesquisa de campo. Pensar em territórios de guerra, territórios vulneráveis ou de risco, como sinaliza Foucault (2008), é estar ciente da mobilização de recursos e estratégias para governar uma dada população. Aliás, é construir populações de vulneráveis, de risco, de suspeitos, de criminosos e, conseqüentemente, criar seus opostos e agir de forma diferenciada em/com cada um deles.

Essas posturas nos fazem problematizar a ideia de nova gestão pública, apontada no capítulo III, assim como a de polícia solidária, entendida pelo Programa Paraíba Unida Pela Paz como uma estratégia de aproximação entre população e polícia. Percebe-se que de fato essa aproximação ocorre, o que cabe questionar é o seu *como*, especialmente quando envolta na ideia de gestão de populações, mais precisamente, quando as Unidades de Polícia Solidária (UPS) são direcionadas para locais considerados de “risco”. Nesse aspecto, torna-se possível perceber que risco e estatísticas são elementos que estão em constante diálogo e, como busco demonstrar, imiscuem-se na produção da vida e da morte na contemporaneidade. Atenta à estas questões, convido o leitor e a leitora para abordarmos o primeiro eixo analítico, qual seja, nova gestão pública.

4.1. “Então, botou a mão na cintura, mira!”⁹¹: Nova gestão pública e a produção para resultados no campo da segurança pública

O eixo que passo a enfrentar é composto por embates, visto que para a sua elaboração abordo elementos históricos da polícia militar, como é o caso da hierarquia, da militarização, disciplina e obediência, assim como características que passaram a ser construídas, especialmente, no decorrer dos anos 2000, como o cumprimento de metas, gestão para resultados, humanização e transversalidade dos Direitos Humanos (COSTA, 2011; BRASIL, 2012). De forma imediata é possível pensar, inclusive, em uma incompatibilidade entre alguns desses elementos, mas, como buscarei sustentar ao debater o eixo analítico “Nova gestão pública”, é por meio do constante diálogo e atrito, disputas se preferirmos, entre eles que se torna possível problematizar no que consiste a nova gestão pública no campo da segurança pública paraibana.

Como salientado no decorrer do capítulo I, bem como na última seção do capítulo III, o Programa Paraíba Unida pela Paz (PPUPP) é fundamentado em legislações. Desde a que prevê a sua implementação – lei 11.049/2017 – até as que asseguram bonificações, seja

⁹¹ Trecho retirado da entrevista realizada com o aluno 36, no dia 01/09/2020.

pelo cumprimento das metas semestrais na redução de CVLI – lei 10.327/2014 – seja a que institui bonificações quando da apreensão de armamentos – lei 9.708/2012. Além dessas, a lei 10.338/2014 implementa o Sistema Estadual de Inteligência do Estado. Essa lei ainda sofreu algumas complementações com o decreto 35.244, publicado no mesmo ano, sistematizando os órgãos e funções do Sistema de Inteligência.

Iniciando por esta questão, a qual foi seguidamente sinalizada pelo Major V., responsável pelo Núcleo de Ações Criminais e Estatística (NACE), o sistema de inteligência do Estado da Paraíba vem sendo referenciado entre os Estados do Nordeste, possibilitando, inclusive, ao PPUPP a premiação com o troféu “Excelência em Competitividade 2019”, o qual analisa as boas práticas da gestão pública em território nacional (SESDS - online), no referido ano. A reportagem que divulgava a premiação na página do Instagram da Secretaria abordava os números de redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em meses e anos consecutivos. Aponto essas questões como elementos importantes, porque a “gestão para resultados” é a palavra chave do Programa, como informou o Major V.

Seguindo essa passada, o decreto 35.244, esclarece em seu art. 1º que o Sistema de Inteligência de Segurança e da Defesa Social da Paraíba (SEINSDS), desenvolve “o exercício permanente e sistemático de ações especializadas na produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para prever, prevenir e reprimir atos delituosos” [grifos meus] (PARAÍBA, 2014). Essas são as finalidades da lei. Aqui já podemos começar a dialogar com o pontuado sobre o governo das coisas, sobre a potência das estatísticas e o quanto elas nos interpelam pela lógica da necessidade⁹². Além disso, os próprios verbos empregados, já nos possibilitam perceber o quanto “prever” é da lógica da probabilidade, da virtualidade se quisermos dialogar com Foucault (1997), enquanto prevenir e reprimir estão diretamente ligados às probabilidades criadas.

Como já referi em outras ocasiões, isso não nega a materialidade dos eventos, pelo contrário, é justamente pelo seu acontecimento – apreensão de um grupo de criminosos envolvidos com o tráfico de drogas, como seguidamente é noticiado no Instagram da SESDS, por exemplo – que se “comprova” a efetividade das ações de inteligência e a capacidade do

⁹² Nesse contexto, lembro das anotações de Nelson Senra (2005, p. 32) ao mostrar as infiltrações das estatísticas no “pensar” e gerir o mundo, sinalizando que “[...] se torna de papel o mundo, e sobre o papel em que é posto o mundo, se o pensa e se o refaz”. É nesse sentido que encaro os verbos empregados pela lei 11.049/2017, como designações do “progresso”, visto que se organiza os números em compilados aparentemente precisos, mas que, em verdade, são da ordem da probabilidade, da escolha, da gerência do que e onde governar, elegendo sujeitos, territórios, construindo subjetividades (FOUCAULT, 2008).

núcleo de inteligência em prever os acontecimentos e fornecer informações para a prevenção e contenção da criminalidade. Nesse sentido, sustentam Traversini e Bello (2009, p. 138):

[...] Conduzir, regular e normalizar uma população não requer unicamente a extração de saberes sobre ela [...]. Além disso, há necessidade de se produzirem registros sobre essa população, para propor, para acompanhar e para avaliar intervenções, quantificando os seus aspectos mais característicos e de interesse, formulando saberes para depois disponibilizá-los aos governos e à sociedade. Os saberes construídos por diferentes instituições e *experts*, com base em *dados* coletados, em registros, em comparações, subsidiam decisões administrativas para manter e otimizar as características desejáveis da população [grifos no original].

Essa mesma produção de conhecimento gerada pelo núcleo de inteligência faz com que os gestores, no caso em análise os gestores da Polícia Militar, mais precisamente Oficiais, gerenciem a partir das informações recebidas nos Batalhões as estratégias que irão desenvolver enquanto “tiram serviço”: se farão blitz visando apreensão de armas e drogas, se sairão em comboio e abordarão “suspeitos” nas áreas tidas como de risco (FOUCAULT, 2008), etc. O sistema de inteligência paraibano envolve todos os órgãos da SESDS: Polícias Militar, Civil, Corpo de Bombeiros e Sistema Prisional, tendo cada um deles subsistemas de inteligência, conforme prevê a lei em comento (PARAÍBA, 2014).

O sistema de inteligência e essa organização das “coisas” faz com que os mecanismos de eficiência e eficácia se tornem basilares no âmbito de uma gestão para resultados, como se projeta por meio dos arranjos da Nova Gestão Pública, a qual adota elementos das relações das empresas privadas para o setor público (REIS, 2010). Ainda segundo as discussões teóricas que este pesquisador desenvolve, os jogos políticos influenciam significativamente os arranjos das ferramentas do gerencialismo quando empregadas no setor público, ao passo que não impossibilita a sua adoção com alguns ajustes, como sinalizei no capítulo anterior.

No decorrer das entrevistas busquei compreender como a gestão para resultados afetava o cotidiano dos praças, questionando se eram cobrados a cumprir metas, se isso, de certa forma, aparecia nas operações e qual era a percepção deles quanto as bonificações, metas e resultados a serem atingidos. Inicialmente me informaram que não eram cobrados a cumprir metas, mencionando que

Se aparece [cobrança de metas] é mais pelo comando das unidades, não pelo soldado em si, porque quem tá a frente são os oficiais da... que comandam. [...]. Então, eles [oficiais] com certeza tem esses índices pra bater, porque sempre aparece essas estatísticas no mês, ah, tal batalhão apreendeu tantas armas, tal batalhão apreendeu tanto... só que não aparece pra gente, os soldados. (Entrevista realizada online com a Aluna 33 CFSD, no dia 03/09/2020).

É, tem uma cobrança X, porque assim, quer queira ou quer não, todo mundo quer bater uma meta, né. Você bota uma meta na sua vida pra emagrecer, pra correr mais, você quer bater essa meta, né, isso é do ser humano em si, né, mas você (inaudível) como é a situação, por exemplo, o batalhão X já bateu a meta deles, mas a gente não bateu, então vamo (bate com as mãos), não vamo ficar pra trás também, né, tem aquela competitividade boa, né, em si, então vamo, vamo bater nossa meta, vamo fazer a nossa parte também, porque no final todo mundo ganha e a população em si, agradece, né, porque tem menos crimes. É interessante⁹³. (Entrevista realizada online com o Aluno 32 do CFSD, no dia 01/09/2020).

A lei 11.049, que implementa o PPUPP, já em seu artigo primeiro – como citado anteriormente – informa que ao se basear em indicadores de desempenho, exige “foco no cumprimento de metas para a redução dos crimes” (art. 1º, PARAÍBA, 2017). Quando iniciei as entrevistas com os praças imaginei que isso atravessaria o curso de formação e que, conseqüentemente, eles também teriam metas claras a serem cumpridas. Para minha surpresa, não ocorrem essas solicitações de forma explícita, visto que sabem que se as “metas” forem cumpridas receberão bonificações, mas não participam da organização das execuções, o que é de responsabilidade dos Comandos. Isso esclarece as indagações que me faziam quando estive no Centro de Educação da PMPB (CE/PMPB) e explicava que iria acompanhar o curso de formação dos soldados – ideia inicial da pesquisa – para entender como o PPUPP repercutia na formação.

Lembro de um Oficial que tive a oportunidade de conversar nas alamedas do CE e, posteriormente, quando me forneceu as grades curriculares do CFSD e do CFO, apontando que não fazia muito sentido olhar para a formação e pensar o PPUPP. Hoje entendo o seu questionamento, porque na gestão para resultados, as táticas e estratégias gestadas no âmbito do PPUPP passam pelos Oficiais e isso vai tomando posições diferentes conforme a hierarquia ocupada. Os praças e, especialmente, os alunos e alunas soldados, possuem ainda menos informações a respeito das técnicas empregadas. Esses elementos me permitem questionar a eficiência e a eficácia das ferramentas gerenciais, tendo em vista essa incomunicabilidade entre as hierarquias na Polícia Militar (FRANÇA, 2012).

Ainda sobre a ideia da Nova Gestão Pública, que nos leva a crer no emprego de sujeitos qualificados, bem remunerados, etc (BRESSER-PEREIRA, 2000), compromete ainda mais o enraizamento da efetividade desse “novo paradigma” no campo da segurança pública, porque os salários também variam significativamente entre os postos militares,

⁹³ Lembro à leitora e ao leitor das discussões que realizei sobre neoliberalismo, no decorrer do segundo capítulo desta tese, pois é interessante notar na fala deste entrevistado, o quanto as “metas” são elementos que constituem a vida cotidiana, na sua percepção, mostrando-se como algo comum e estimulante. Podemos pensar, assim, como nos constituímos sujeitos neoliberais, mesmo em pequenas ações que desenvolvemos.

sendo os praças e os alunos e alunas⁹⁴ praças os menos remunerados. No caso dos entrevistados isso ficou bastante evidente, embora praticamente todos eles entendessem que as bonificações pelo cumprimento de metas fosse algo elogiável e querido no âmbito do programa. Aliás, quando perguntei sobre a visão que tinham sobre o PPUPP as respostas foram basicamente se referindo às bonificações e às metas:

Entrevistada 34: Aí a questão do Paraíba Unida pela Paz que tem aquele prêmio e tudo, que era pra gente ter ganho em dezembro. Aí agora esse mês não saiu, acho que era o mês passado que era pra ter saído, não saiu, por causa que a gente não conseguiu bater meta, por causa da pandemia e tudo, né. O índice de violência aumentou um bocadinho

Mari: E isso aparece no dia a dia, como cobrança de meta ou não?

Entrevistada 34: Não, não aparece não. Porque eu acho que se cobra mais dos Batalhões, né, pra nós não tem eles não têm citado não (Entrevista realizada online com Aluna 34 do CFSD, no dia 02/09/2020).

Pouco foi passado pra gente em relação ao Programa, né. Eu sei que existe um pagamento quando as metas são alcançadas, mas parece que a gente não recebeu agora, o setor lá não bateu a meta (Entrevista realizada online com Aluno 31 do CFSD, no dia 09/09/2020)

Um dos entrevistados, entretanto, questionou significativamente a questão das bonificações e do cumprimento de metas. Em suas palavras:

Na verdade esse Paraíba Unida Pela Paz acho que é... minha visão, eu não tô dentro a muito tempo pra poder dizer de certeza, mas eu vou dizer na minha teoria o que eu acredito que seja isso aí. Talvez tenha dado certo no sentido de que... devido ao incentivo mesmo, financeiro. Essa bonificação faz até, justamente, ocorrer o que eu tô dizendo, passar da linha e fazer um trabalho que é da polícia civil, entendeu? Isso aí é o que acaba dando certo, mas por meios errados, entendeu? [...]então, esse Paraíba Unida Pela Paz os gráficos de melhoria não é por causa do efetivo, tecnologia, o armamento [inaudível], pelo menos a gente que é aluno tá pegando as pistola lá, que é a PT, foram doadas pelo Estado de São Paulo. É, agora, recentemente, quando eu tava saindo do CIOP, agora, já na quarentena, colocaram câmeras de segurança que eu vi lá no CIOP, mas isso é uma coisa de agora. Ou seja, o Paraíba Unida Pela Paz já tá... não é o motivo também de ter beneficiado. Então, o motivo mesmo é, foi isso aqui [fazendo gesto de dinheiro] que fez o que... Meu pai já era militar e uma coisa a gente sabe, principalmente no interior, que a polícia sabe onde tá o bandido, quando o cara rouba, assim, principalmente se der um incentivo, né, o negócio é o incentivo. Ele sabe onde ir buscar, ele sabe onde é a casa do bandido, vai lá e pega. Agora, tipo, se não tem esse incentivo é, às vezes cê não vai se colocar em risco de ir atrás, tá entendendo? Ir atrás mesmo. Até porque tem essa questão de invadir a casa, daí depois é invasão de domicílio, você responde, que às vezes acontece de invadir e fica por isso mesmo, mas vai chegar um dia que o dono da residência vai processar e aí? (Entrevista realizada online com o Aluno 36 do CFSD, no dia 01/09/2020)

⁹⁴ Cabe reiterar que os praças são os e as soldados que ocupam a base da hierarquia da Polícia Militar, isto é, o menor posto. As alunas e alunos soldados são aqueles e aquelas que ainda não terminaram o curso de formação. Dentro da hierarquia militar são quase inexistentes, visto que são os mais novos no quesito antiguidade e, por isso, ocupam o menor posto. Assim, um aluno do curso de formação de oficiais, embora tenha adentrado no exercício militar no mesmo período que um praça, seguindo os critérios de hierarquia ele é mais “antigo”, pode “anotar” um praça. Um soldado também pode assim fazer, etc.

Seguindo nessa discussão, quando entrevistei o Capitão A. ele também sinalizou o quanto os dados produzidos não circulam, muitas vezes, pelas próprias unidades da polícia, o que dificulta a criação de estratégias nos bairros por aqueles gestores que tiverem interesse, mesmo de forma individualizada. Além disso, quando informei que gostaria de acompanhar as reuniões do Comitê Gestor⁹⁵, ele referiu que eu não estava perdendo nada, visto que se apresentava os gráficos, solicitava-se que os Batalhões e que cada Área desse um “gazinho” e seguia-se a dinâmica de produção dos resultados.

Teve até uma vez, bem engraçado, uma vez que teve uma cidade que tava com os índices bem ruins, aí acho que o comandante geral, o governador, não sei quem tava lá disse ó, vamo pegar uma viatura daqui, outra daqui, outra daqui e vamo mandar pra lá pra aquela cidade lá (risos). (Entrevista realizada com o Capitão A. no dia 10/12/2019).

Diante da fala do entrevistado, é possível perceber o quanto os números falam por eles mesmos na perspectiva da gestão para resultados e, conforme o Aluno 36, as chances de ultrapassar a legalidade para o cumprimento das metas também estão presentes, visto o “saber” do policiamento ostensivo. Seguindo a perspectiva de Traversini e Bello (2009, p. 145), “os números justificam uma necessidade” e é a partir deles que se autoriza intervenções, seja da polícia, de projetos sociais, etc. São os efeitos da governamentalidade, como referido no segundo capítulo desta tese, onde se precisa conhecer as coisas, administrá-las e, para tanto, prevê-las. Entretanto, como não é possível estar em todos os lugares ao mesmo tempo, ainda mais se tratando da Polícia Militar, onde o efetivo é historicamente deficitário (MACÊDO, 2012) e isso não é diferente na Paraíba, a criação de territórios de risco (FOUCAULT, 2008) se torna ainda mais necessário para que seja possível trabalhar para resultados quantificáveis.

Assim como a criação de territórios, o direcionamento para “tipos” de crimes ratifica o perigo para certas práticas e não para outras. O que quero sinalizar com esses apontamentos é o caráter discricionário da tomada de decisões (MUNIZ, 1999), evidenciando que não se trata de neutralidade, como muitas vezes se justifica, inclusive em sentenças judiciais. Embora se pense que a nova gestão pública, enquanto conceito, direciona o agir por parte dos gestores em uma perspectiva democrática, aliás, só se faria possível em virtude desse sistema (BRESSER-PEREIRA, 2000), no caso da segurança pública é importante

⁹⁵ Lembrando que o Comitê Gestor está previsto pela lei 11,049/2017, sendo coordenado pelo Governador e, como referiu o Major V. em sua entrevista, atualmente cada Batalhão faz a reunião regional e o NACE efetua a cobrança dos resultados e revisa as atas enviadas ao setor.

colocarmos em suspenso essa afirmativa, especialmente levando em consideração o disposto pelo Aluno 36 acima.

Seguindo na discussão sobre a necessidade de colocar-se à retaguarda das verdades numéricas trago, mais uma vez, Nelson Senra (2005, p. 36):

[...]funda-se a crença na razão, afiança-se que a verdade é filha do tempo e não da autoridade; valoriza-se a dúvida e funda-se um método. O sujeito que observa há de afastar sua subjetividade, há de se afastar do objeto observado, assim, alcançando a desejada e desejável objetividade. Contudo, ao contrário da crença de então, mais tarde ficará evidente que essa objetividade sempre foi e sempre será uma objetividade objetivada, construída, vale dizer, antes que objetividade, temos objetivação, o que não lhe tira em nada o valor, mas a faz humana, ou seja, sujeito e objeto não estão (e nunca estiveram) separados como então se queria.

Olhar para as estatísticas sobre o viés “humano”, torna possível questionar os direcionamentos do PPUPP e suas estatísticas, suas estratégias para o alcance das metas e, como veremos no eixo analítico políticas de inimizade, há um constructo social que sustenta o direcionamento das abordagens, alimenta a perspectiva do tirocínio, cria territórios de paz e de risco. Como salientou Senra (2005), não se retira o seu valor por isso – das estatísticas –, mas interpela-las pelo viés subjetivo, torna-as frutos de escolhas e, assim sendo, não nos permite ignorar as exterioridades que permeiam a polícia militar e a nossa composição enquanto sociedade. Me refiro, assim, ao genocídio da população jovem negra (GOMES, LABORNE, 2018), como seguirei discutindo no decorrer das análises.

Ademais, a hierarquia militar dificulta que a gestão ocorra de forma compartilhada, ouvindo os participantes e lapidando as estratégias de melhoramento das ações a serem desenvolvidas na contenção da criminalidade. Aqui não me furto a pensar das discussões trazidas por Achille Mbembe (2017) sobre as ações geminadas entre democracia e escravidão⁹⁶, assim como penso em Michel Misse (2010), ao discutir a sujeição criminal e as insígnias que lhe sustentam, pois em uma atuação para resultados, a qual se forja por meio das construções estatísticas e em uma legalidade constantemente borrada e sustentada no racismo institucional, como apontei no capítulo II, as estratégias adotadas tendem a entrar em ciclo vicioso, onde os principais suspeitos seguem sendo jovens negros do sexo masculino.

Embora volte a este debate ao enfrentar o eixo analítico “políticas de inimizade”, aqui cabe apontar esses elementos, porque falar em polícia e nesses marcadores não é simplesmente dizer que é a “polícia que mata, polícia assassina”, como apontou o Major E,

⁹⁶ A discussão mais detalhada sobre essas proximidades fora realizada no capítulo II, quando efetuo a problematização sobre Michel Foucault e Achille Mbembe.

mas trazer para o debate os arranjos que direcionam a não problematização da hierarquia militar, da democracia e do racismo estrutural, na gestão para resultados, os quais contribuem e se articulam, institucionalmente, para fomentar o terror de efeito molecular (MBEMBE, 2017) que permeia a instituição Polícia Militar. Como destacou Jacqueline Muniz (1999), o diálogo no interior dessa instituição não é algo visto como necessário e comum, mas sim como uma atitude de “ponderação”, pois são “[...]atores que foram cuidadosamente adestrados para “não fazer questionamento” e produzir resultados imediatos “evitando a conversa”, quase sempre entendida como um prenúncio para o bate-boca e para o descontrole” [grifos da autora] (MUNIZ, 1999, p. 90).

A hierarquia fomenta essas posturas, ao passo que reflete no atuar policial ostensivo. Logo, “o pé na porta”, o “extrapolar a legalidade” não são incomuns às dinâmicas policiais, o que é avesso, entretanto, a uma gestão democrática, participativa no âmbito da segurança pública e que, a princípio, é interesse e responsabilidade também da população (RUDNICKI, 2011). Embora os e as entrevistadas sejam alunos e alunas do CFSD, na época das entrevistas com nove meses de incorporação à PM, o conhecimento compartilhado sobre o PPUPP era basicamente as bonificações e as estatísticas de redução de homicídios, como referi acima. Quando questionei sobre as Unidades de Polícia Solidária, outro “carro forte” do PPUPP – a qual abordarei mais detidamente ao discutir o eixo analítico “Polícia Solidária” – os e as entrevistadas ou não sabiam do que se tratava, ou confundiam-nas com o Proerd⁹⁷ ou com alguns policiais que fizeram apresentações em algumas praças públicas no decorrer da pandemia do Covid-19.

No que tange aos oficiais, somente o Major V. responsável pelo NACE e um dos agentes que cobra os demais oficiais nas reuniões do Comitê Gestor quanto a produção de resultados, é que detalhou o Programa. Os demais, embora soubessem da sua existência, das bonificações, não sabiam precisar as diretrizes, tampouco o compartilhamento de dados. Aliás, essa foi uma das críticas do Capitão A., como referido anteriormente. Ademais, as próprias Unidades de Polícia Solidária não são contempladas com as bonificações, visto que é necessário a redução de homicídios devidamente comprovada pelos números⁹⁸.

Ainda no que tange a hierarquia militar e a ideia de humanização da polícia, é interessante notar o quanto os alunos e alunas soldados encaram com temor essas diferenciações na instituição, assim como questionam a vigência dos “ritos de passagem”,

⁹⁷ Programa Educacional de Resistência às drogas.

⁹⁸ Aqui, volto a citar Senra (2005, p. 34): “Sob o paradigma científico, fixado nas ciências naturais, o que não é quantificável é irrelevante”.

como é o caso da semana zero⁹⁹. Um outro ponto que me chamou bastante atenção enquanto estava no CE eram as plantas com os nomes dos e das alunos soldados. Cada uma delas, portanto, era de responsabilidade de um/a deles/as, seu bom desenvolvimento ou não era reflexo do/a respectivo soldado. Para os e as alunas isso era uma atitude plausível por parte do Comandante:

Se você deixar a planta morrer você morre ali, porque o moído é grande. Você é anotado se não cuidar da planta, aguar as plantas, é como se fosse uma disciplina, como se fosse cuidar da sociedade, né. O policia tem mais um cuidado com a sociedade, um cuidado melhor, como se fosse uma planta, acho que o coronel faz meio que uma analogia, aprender logo, desde o curso de formação pra dar uma resposta boa pra sociedade. Acho que é importante. (entrevista realizada online, com Aluno 38 CFSD, no dia 02/09/2020).

[...] a questão da planta é uma questão mais pra aluno, né, porque na verdade a gente entra muito civil, eles dizem assim: vocês chegam muito civil, né, cheio de queixo, cheio de gosto, com preguiça e vocês têm que ver que aqui é um espírito de corpo. Porque na verdade, leva sim, pra parte prática na rua, por quê? Porque na rua, isso foi passado também pra gente, na rua você não trabalha sozinho, você trabalha com quatro, você tem que ter um respeito ao seu comandante, né, você tem que aprender a seguir as ordens do seu comandante (entrevista realizada online, com Aluna 33 CFSD, no dia 03/09/2020).

[...] tipo assim, se você não consegue cuidar de uma planta, quem dirá da sociedade, pelo amor de deus, né? A planta murchou, pelo amor de deus, né filho? Você tem que regar ela paulatinamente, né, porque... Se você não consegue cuidar nem de uma planta, quem dirá de uma situação de risco de vida, uma coisa ali? Você não vai conseguir fazer isso, pelo amor de deus. (entrevista realizada online, com Aluno 32, CFSD no dia 01/09/2020).

Como sugere Foucault (1979), nada nos seres humano é bastante fixo, nem mesmo o corpo, o qual passa por processos de subjetivação, construindo dinâmicas diversas, como a passagem de “civil” para “militar”. Essa mudança autoriza a produção do tirocínio quando das abordagens, autoriza pensar na divisão entre militar, civil, suspeito, pessoas de bem, bandidos. É esse lapidar cotidiano que me outorga questionar a humanização proposta pela Matriz Curricular Nacional de formação dos agentes de segurança pública (MCN) (BRASIL, 2014) ou, ainda, como é possível pensar na transversalidade dos direitos humanos no âmbito da formação militar, quando esses ritos seguem tão fortemente cultivados no âmbito da instituição (FRANÇA, 2012).

⁹⁹ A semana zero é considerada o marco inicial na PMPB. Os alunos e alunas ficam internos no Centro de Educação durante quinze dias, aproximadamente. Nas palavras de um dos entrevistados: “[...] porque a semana zero pra gente é o batizado, né, a gente entra, todo mundo, entrou todo mundo junto, pra ralar, pra ficar, mais ou menos, 13 dias, 14 dias acordando de madrugada, instrução, dormindo pouco, comendo pouco, tipo assim, (inaudível), tipo assim, muita gente saiu, muita gente pediu pra sair, viu que não queria aquilo ali pra vida dele e muita gente ficou (entrevista online realizada com Aluno 32, no dia 01/09/2020)

Mesmo entre os alunos com poucos meses de incorporação na Instituição, embora tenha havido alguns questionamentos sobre o militarismo e a sua rigidez para a atuação ostensiva, a ideia de respeito, hierarquia e disciplina se apresenta como pilar a ser incorporado e cultivado como elemento imprescindível para ser policial. Ao mesmo tempo, a ideia de medo e punição caminham *pari passu* com o respeito:

É que a gente tem o maior medo de falar alguma coisa, porque a hierarquia e a disciplina é meio que... Mas de começo eu fiquei pensando, mas rapaz... Porque tem coisa que o cara tem que ocultar, né, ocultar não, evitar falar, né... (entrevista realizada online, com Aluno 38 CFSD, no dia 02/09/2020)

Eu não participei da semana zero, cheguei depois. Eu acredito que não serve pra nada (risos), eu não participei e tô igual a todo mundo lá... [...] Aí essa questão lá do CE, de hierarquia, tal, a gente não vê tanto na rua, é mais de boa, eles não ficam se preocupando com isso, se você tá prestando continência, [...] mas no fundo, pra sua ética profissional, eu acredito ser importante. [...] Mas a gente fala que na hora de punir a gente, a gente é aluno, mas na hora de botar a gente pra trabalhar a gente não é aluno mais não [...] (entrevista realizada online, com Aluna 35 CFSD, no dia 09/09/2020).

No contexto pandêmico, a turma que iniciou o CFSD em 2019 teve uma significativa perda no desenvolvimento do curso, visto que as aulas presenciais foram suspensas e, inicialmente, houve aulas online, como destaquei no capítulo I. Em setembro elas foram completamente interrompidas, embora o curso de sargento, por exemplo, tenha sido desenvolvido normalmente. Ao longo das entrevistas essa foi a maior queixa dos alunos e alunas soldados, visto que passaram a ser empregados nos serviços ostensivos como se policiais formados fossem. É nesse sentido que se dá a irresignação da Aluna 35, ao apontar que para os serviços eles são empregados normalmente, ao passo que por pertencerem a categoria “alunos”, ainda podem ser punidos, prejudicando as notas do curso de formação.

O contexto da pandemia, embora tenha tornado meu enfoque de pesquisa bastante específico, também me permitiu perceber recorrências que ultrapassam o conteúdo previsto na MCN ou mesmo esse período excepcional que estamos atravessando, como foi o caso da escolha de suspeitos, como veremos a seguir; o quanto a subjetivação construída já nos primeiros meses de curso, aponta para a formação de um “outro” sujeito, o sujeito militar, esse que precisa ter o “queixo quebrado”, como relatou uma das entrevistadas. Interessante pensar, entretanto, que automaticamente nós enquanto civis nos tornamos “outros” e embora esse militar sinta medo, conviva com esses “outros” no cotidiano, a subjetivação que as práticas militares causam torna comum pensar nessas divisões.

Ainda problematizando sobre a nova gestão pública e a mudança institucional que se faz necessária para a transição de um sistema burocrático para um sistema gerencial

(CORREIA, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2000), a questão do efetivo contribuiu para que os alunos e alunas soldados, mesmo com menos de três meses de curso de formação, passassem a ser empregados nos mais diversos serviços. Além de colocar em suspenso a importância de um curso longo – lembremos que a formação na PMPB é de quinze meses –, não mudou a remuneração dos alunos e alunas, isto é, permaneceram recebendo a bolsa, referente a um salário mínimo, mais vale alimentação de R\$400,00 (quatrocentos reais).

A princípio, os alunos e alunas deveriam ter suas atividades suspensas ou empregados nos serviços internos, conforme prevê o currículo da Instituição. Entretanto, como há um significativo número de policiais da reserva em atividade, alguns considerados como pertencentes ao grupo de risco frente ao Covid-19, muitos deles foram afastados e, conseqüentemente, o déficit policial se tornou ainda maior, sendo necessário o emprego dos alunos e alunas. Assim, além de receberem um valor incompatível com as atividades desenvolvidas, os alunos e alunas praças passaram a trabalhar nas operações sem a devida formação para tanto.

Rapaz, o aproveitamento do curso teórico tá muito pouco, muito pouco. Prática a gente tá muito bom, porque acho que em nenhum curso de formação que tenha um aluno, mesmo pós ou antes da pandemia, os alunos pagarem tanta prática como os alunos do curso da Paraíba, né. Porque é estritamente longo, porque tem a teoria e a prática, a teoria e a prática, mesmo se tivesse as aulas a gente ia ter que fazer prática, né, a gente tava também tirando final de semana. Eu acho que em poucos estados botam os alunos, ainda em curso de formação, pra rua, pra aprender. Ou seja, a prática tá muito acima da média e teoria, por causa da pandemia, tá pouco né. [...] tem gente que dá 1h, mas conta como se fosse 4h, né, conta como se fosse 4h. Se não fizer isso, a gente termina o curso só em 2022 (entrevista realizada online, com Aluno 38 CFSD, no dia 02/09/2020).

Algumas pesquisas que trabalham especificamente com a formação dos policiais militares apontam para uma maior valorização por parte dos efetivos do trabalho desenvolvido “na rua”, pois consideram “a prática” mais relevante do que propriamente as discussões teóricas do curso de formação (VASCONCELOS, 2019; SILVA, 2015; SCHLITTLER, 2016). No caso dos entrevistados, todos eles e elas apontaram que há um aprendizado significativo nas ruas, mas consideram que a teoria é imprescindível para a atuação cotidiana. Segundo uma das entrevistadas: “E eu acredito que a gente sendo primeiro moldado só na escola e depois indo pra fora pra ver as coisas bacanas que se faz, mas também os maus costumes, aí eu acho que a gente já tá mais preparado pra saber decidir, separar” (entrevista realizada online, com Aluna 35 CFSD, no dia 09/09/2020).

Ainda sobre as atividades desenvolvidas e as aulas online prestadas, apontaram:

esse curso da gente é mais voltado pra mão de obra barata (risos). [...] já que eu tô falando mesmo, deixa eu dizer (risos). Das aulas EAD se você olhar o QTS [Quadro de trabalho semanal], né, que é o cronograma lá, as aulas às vezes tá constando, tipo, de uma hora da tarde até 7, 8 horas da noite, no QTS consta, né, é, e quando você vai ver a aula em si, na prática, tá uma hora, no máximo, de aula (entrevista realizada online, com Aluno 36 no dia 01/09/2020).

[...] assim, tão empregando o pessoal nos serviços, mas aula, aula mesmo tá muito fraco. Tá horrível assim e ultimamente, o que foi que aconteceu: eles disseram que a demanda tava pouca, porque lá no youtube aparece tantas pessoas acessando, aí tava uma baixa lá. Mas assim, eu acho que é mais falta de interesse deles do que qualquer outra coisa, né, eles disseram: não, porque não tem muito aluno, então vamos tirar uma aula e deixar só uma. Mas eu acho que não, isso é só pra... Enfim, porque eles não podem mesmo fazer mais nada pela gente, então fizeram isso (entrevista realizada online, com Aluna 33 no dia 03/09/2020).

Além do emprego dos alunos e alunas em operações, blitz, etc, armados com revólver ou com pistolas, aqueles que já foram empregados nas Forças Armadas, além de concorrer à escala normal de serviços, ainda foram recrutados para trabalhar nas guaritas dos presídios estaduais, visto que é a PMPB que se responsabiliza por isso. Para o exercício deste serviço, os agentes ficam na posse de armas longas, daí a escolha de alunos que já tivessem contato com as Forças Armadas, mesmo tendo sido apenas o ano obrigatório. Para tanto, fora elaborado um curso de dois dias onde instruções sobre o manuseio de armas longas foram passadas aos agentes voluntários, ou melhor, aos “voluntários”, porque nem todos os recrutados se voluntariaram, alguns tiveram seus nomes empregados nas listas de serviço.

Pensando na gestão para resultados e no emprego de um efetivo ainda não formado para a atuação nas ruas, como os próprios entrevistados relataram se sentir, permite problematizar a otimização do trabalho da PMPB no decorrer da pandemia. Do mesmo modo, se torna possível perceber que o entendimento de que a “prática” se aprende na “rua” também faz parte da lógica institucional, visto que se o processo teórico fosse efetivamente valorizado pela instituição, os praças teriam prosseguido com as aulas online, ou como pontuou uma das entrevistadas, “podia ser assim, recrutava por pelotão, né, chamava um ou dois por dia pra dividir, bota no auditório ou bota ao ar livre, inventa, dá um jeito, mas até agora não” (Idem).

É interessante destacar que para alguns ensaios para datas festivas, houve a convocação dos e das alunas, por isso a entrevistada faz a alusão ao auditório e a possibilidade de recrutar os pelotões em dias específicos. Quando se lê em outros estudos sobre a valorização por parte dos e das policiais sobre a “prática”, diante do que foi possível levantar pelas entrevistas, essa construção não ocorre de forma individualizada por parte dos alunos e alunas, mas é um dos fios que sustenta a própria construção do “ser policial”, ou seja, seguindo essa perspectiva, não são os “manuais” que ensinam a ser policial, não é o

curso de formação propriamente, mas essa moldagem na “tora”, “nos beco da vida”, com o “tirocínio” que os alimenta enquanto sujeitos “policiais”, dotados desse saber não apenas ensinado no curso, mas vivido “só por quem é policial”.

Entendo que isso independe de um contexto pandêmico, mas é fruto dessa instituição que perpassou a redemocratização com mudanças fraturadas e ainda é designada como força auxiliar o Exército (RUDNICKI, 2011); esta que tem a disciplina de Ordem Unida como um pilar do curso de formação¹⁰⁰ e mesmo com a disseminação da polícia solidária como um elemento necessário para mudar a “missão” da Polícia Militar e tornar a segurança pública algo a ser planejado por todos e todas, ainda almeja a capilaridade do disciplinamento dos corpos. Nesse sentido, ressaltou um dos entrevistados:

Então, uma das coisas que eu acho que ajudaria a polícia era a conscientização no momento da abordagem e que isso fosse passado nas escolas, mais divulgado. Porque muita gente não sabe se comportar em uma abordagem e acham que porque o policial tá gritando, ele já tá querendo brigar, discutir, não! A gente é orientado a agir de maneira ostensiva, é, enérgica. Por quê? Pra pessoa entender e obedecer, porque tipo, se chegar assim: por favor, bota a mão na cabeça e a pessoa, não, não vou respeitar não, aí bota a mão na cintura, é o pecado que se faz, porque o policial tá ele tá ali, ele tá cumprindo a sua missão e... ele ali, o risco que ele tem é a vida dele, e o cara ir e botar a mão na cintura, ou então nos bolsos em busca da carteira. Pro policial, isso ali, ele tá indo pegar numa arma. Então, pra gente ali, botou a mão na cintura e mira [essas explicações todas com gestos, apontando para a câmera do computador], se já não tiver com a arma em punho. Então pra gente, de certa forma é.... A gente tem medo também, a gente é ser humano, tá entendendo? A gente tem medo e tudo. Então, se a pessoa não segue o comando, esse é o problema que eu acho que deveria haver mais conscientização nas escolas e tudo o mais, umas palestras simples, de conscientizar de que o policial mandou colocar a mão na cabeça? Bota a mão na cabeça! Mandou abrir mais as pernas? Abre mais as pernas. Porque isso aí facilitaria até pra pessoa, porque às vezes os abusos que ocorrem, que alguns dizem lá, ele chutou a minha canela, chutou porque o policial às vezes manda, como eu já vi, abre as pernas, aí o caba abre bem pouquinho. Abre as pernas! Aí o caba abre bem um pouquinho, aí o policial já perde a cabeça, dá logo um chute que abre (mostra com a extensão dos braços)... (entrevista realizada online, com Aluno 36 CFSD, no dia 01/09/2020)

¹⁰⁰ É interessante pensar sobre a “transversalidade dos direitos humanos”, como defende a MCN, quando lembro de um dos dias que acompanhei as aulas no CE e a disciplina de Ordem Unida estava sendo ministrada. Estávamos todos no pátio no CE, um sol de 11h, um Sargento me explicando os pilares da ordem unida e os alunos e alunas ali, imóveis, segurando um fuzil de aproximadamente 5 quilos, aguardando o Sargento pronunciar: “descansar!”. Lembro de me sentir aflita, querendo prestar atenção no que ele me dizia, mas agoniada porque os alunos e alunas estavam ali naquela posição imóveis, apenas esperando ele terminar a explicação para que voltassem a “relaxar”. Como pensar em um diálogo, em argumentações, em descumprimento de ordens por nós, civis, quando se é constantemente subjetivado a se “mover” apenas quando alguém determinar? Quando se é ensinado a milimetricamente colocar o fuzil numa dada posição e não em outra? Quando se é “anotado” por não estar com o coturno bem engraxado ou porque não fora prestada continência a um superior, mesmo quando se estava carregando um saco de areia, com as duas mãos ocupadas? Como nos disse Foucault (2012, p. 300): “[...]Hoje, o controle é menos severo e mais refinado, sem ser, contudo, menos aterrador. [...]Em nossa sociedade, estamos chegando a refinamentos de poder os quais aqueles que manipulavam o teatro do terror sequer haviam sonhado”.

Entender, obedecer, escolas, medo. Já nos ensinava Foucault, em *Vigiar e Punir* (2009, p. 133), que a coerção ininterrupta, que o controle minucioso das ações “realiza a sujeição constante das forças”, forças que desobedecem insistentemente, que constituem corpos, resistências e que ao mesmo tempo e por isso mesmo, precisam ser “ensinadas”, “adestradas”, estimuladas, capturadas e produzidas, pois sentimos medo, todos nós! E, como nos coloca Mbembe (2017), é o medo que autoriza a morte, que autoriza o “policial perder a cabeça”, que nos autoriza a atravessar a rua dependendo das características do sujeito que vem à nossa direção. Que nos autoriza a assistir a “invasão do Alemão”, num domingo à tarde (CPI, 2016), que nos autoriza tolerar oitenta tiros de fuzil. Que nos permite alimentar as políticas de inimizade na democracia brasileira.

Além disso, é interessante problematizar o quanto as escolas aparecem como Instituições capazes de contribuir para essa capilarização do bom comportamento, do adestramento se quisermos conversar com Foucault (2009). Justamente por dialogar com este autor, não voltarei à fabricação dos corpos dóceis e o quanto a escola se apresenta como uma instituição de sequestro potente para essa composição dos sujeitos. Volto a ela aqui, porque via de regra os sujeitos que frequentam as escolas são jovens¹⁰¹ e como abordado mais sistematicamente na unidade Políticas de Inimizade, no decorrer do primeiro capítulo e na seção sobre juventudes no terceiro capítulo, a juventude, historicamente, é um dos principais alvos das abordagens policiais. Acoplando-se a isso o marcador raça, a criação do sujeito suspeito se torna ainda mais robusta (MISSE, 2010).

Pensando sobre a nova gestão pública, a fabricação de espaços e sujeitos vulneráveis, suspeitos, de risco (FOUCAULT, 2008) o direcionamento de estratégias focando nesses grupos se torna algo justificável, como nos mostrou Senra (2005), ao passo que são fruto de escolhas humanas e, como venho sustentando ao longo deste trabalho, é permeado pelos constructos históricos que encontram ressonância no racismo estrutural e miram para os jovens mais pela perspectiva de risco e problema (PIMENTA, 2014). Nas escolas cidadãs integrais no Estado da Paraíba, como sinalizou o Major E., há disciplinas ministradas por policiais militares. Informou que um tenente que já trabalhava com o Proerd¹⁰² e foi idealizador do Projeto Recomeçar¹⁰³, aborda por meio da disciplina “Projeto de Vida”

¹⁰¹ Sabe-se que muitos adultos regressam às escolas na atualidade, especialmente a partir da Educação de Jovens e Adultos, mas a maior parte das pessoas que estão matriculadas nas escolas são crianças, adolescentes e jovens.

¹⁰² Programa de Erradicação das Drogas e da Violência

¹⁰³ Na segunda seção do primeiro capítulo abordei o Projeto Recomeçar, mas consiste em uma iniciativa da PMPB, visando alcançar um público não comportado pelo Proerd

questões previstas pelo Proerd alcançando, entretanto, uma maior faixa-etária. Nas palavras do Major:

Então, o Programa Recomeçar, que foi idealizado por um proerdiano, um policial que foi instrutor do Proerd e sentiu essa carência pra essa faixa etária. Inicialmente o programa foi aplicado em instituições que abrigam menores que são internos, né e houve alguma dificuldade não em relação ao trabalho, mas a equipe que ajudava. Então, essa pessoa que era sozinho, ele era o instrutor, idealizador, coordenador do programa, ele sugeriu uma mudança, ao invés de ficar nesses locais é, entrar nas escolas que houvesse ensino médio. E o Comando aceitou e vem desenvolvendo. Tem a dificuldade que atualmente é só dois instrutores, é o próprio criador do programa e uma outra policial que topou junto com ele, mas é assim, a maior carga mesmo ficou com esse policial, é o Tenente Valcenir. Tá ensinando em várias escolas. Então ele é muito parecido com o PROERD, só que adaptado pra essa faixa etária e desenvolve também a questão do projeto de vida com os estudantes. Coincide também com a disciplina que já existe nas escolas cidadãs integrais, no Estado. Então, quando ele vai para essas escolas geralmente o horário que dão a ele é dessa aula, que boa parte do conteúdo dele aborda isso aí (entrevista realizada com o Major E., no dia 06/12/2019).

Seja pela perspectiva de “se comportar na hora das abordagens”, seja como uma alternativa para “recomeçar” ou pensar em “projetos de vida”, o marcador juventude apresenta-se como um importante instrumento nesse capilarizar das disciplinas. Aliás, a própria lei 11.049/2017 estabelece que jovens negros serão perfis demográficos focados pelas políticas públicas para a valorização da vida, quando estabelece o eixo I, prevenção e repressão qualificadas¹⁰⁴. No eixo V, Prevenção do crime e da violência, por sua vez, sustenta-se a necessidade de diálogo com instituições privadas e públicas – como recomenda os pressupostos do gerencialismo – visando a execução de “políticas transversais e programas voltados para a prevenção primária em localidades socialmente vulneráveis” (art. 6º, inciso V, alínea “a” – PARÁIBA, 2017). Não se trata de desenvolver essas “políticas transversais” em qualquer território. Ele precisa ser vulnerável e, como apontado acima, esses territórios são escolhas estratégicas, especialmente em uma gestão para resultados.

Esclareço que isso não se tornaria um problema em si. Entretanto, diante dos relatos feitos pelos entrevistados e entrevistadas, os sujeitos que passam a ser “adestrados”, investigados, suspeitos, ensinados pertencem a certos territórios, os territórios de risco. Esses

¹⁰⁴ Reitero que apenas os projetos sociais desenvolvidos pelas Unidades de Polícia Solidária é que encaram, de certa maneira, uma aproximação da PMPB com crianças, adolescentes e jovens. Não há políticas desenvolvidas no âmbito do PPUPP para esses marcadores. Como já pontuei anteriormente, há projetos desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Civil, mas meu olhar, lembrando, direciona-se à PMPB. Friso, também, que a lei 11.049/2017 prevê a ampliação de incentivos ao Programa Mulher Protegida, política desenvolvida no âmbito do PPUPP. Aponto para esses elementos porque são escolhas de gestão, escolhas que geram resultados quantificáveis, escolhas que marcam o fazer viver e o fazer morrer na governamentalidade contemporânea. Esses apontamentos nos ajudam a ir respondendo o problema de pesquisa que move esta tese, qual seja: Como o Programa Paraíba Unida Pela Paz e os agentes da Polícia Militar do estado, enquanto seus articuladores, vêm enfrentando a mortalidade da juventude negra no âmbito deste território?

em que as abordagens podem ser feitas de forma diferenciada, pois não sabem dos seus direitos, como veremos no eixo analítico políticas de inimizade. Ainda, coloca-se a juventude como uma categoria onde os sujeitos pertencentes a ela permeiam a dicotomia “risco” e “problema”, ora podendo ser “salvos” e, ainda, representando o futuro, se bem ensinados e resgatados da violência, ora devendo ser exterminados, pois são a encarnação do medo e do risco.

Me valho da citação que já empreguei nesta tese inúmeras vezes, mas, agora, de forma literal, porque acredito que as metamorfoses com que o adestramento dos corpos atravessa as falas dos e das entrevistadas aqui empregadas, nos mostram o quanto a ideia de uma “nova” polícia, de que a gestão para resultados, etc, constrói “outra” polícia, democrática, humanizada, deve ser questionada incessantemente. Assim:

É preciso estar muito iludido com esse artil interno da confissão para atribuir à censura, à interdição de dizer e de pensar, um papel fundamental; é necessária uma representação muito invertida do poder, para nos fazer acreditar que é de liberdade que nos falam todas essas vozes que há tanto tempo, em nossa civilização, ruminam formidável injunção de devermos dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido, o que escondemos e o que se oculta, o que não pensamos e o que pensamos inadvertidamente. (FOUCAULT, 1997, p. 60).

Lendo Foucault e voltando ao depoimento do aluno 36 citada acima, se torna possível falar em moralizações de condutas e, mais uma vez, as escolas aparecem como o melhor lugar para que essa subjetivação ocorra, sejam elas a da PM, sejam as escolas comuns. Ainda problematizando a fala do entrevistado com a discussão que venho travando ao longo deste trabalho, a hierarquia e a disciplina devem ser capilarizadas para que o atuar da polícia seja mais efetivo, ou seja, a própria complexidade social deveria ser reduzida às regras disciplinares aprendidas na caserna: não busque a carteira para se identificar¹⁰⁵, siga exatamente o que está sendo prescrito pelo comando.

Como já sinalizei em outras partes desta escrita, acredito que houve mudanças no âmbito da instituição Polícia Militar e, nesse sentido, já destacava Jacqueline Muniz (1999), as quais devem ser reconhecidas e comemoradas por nós enquanto população. Por outro lado, não se trata de “isso ou aquilo”, mas me parece necessário que problematizemos a soma das “[...] relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e

¹⁰⁵ Entre os inúmeros parênteses que abro ao longo dessa escrita, aqui lembro sobre a ideia de malandro retratada em inúmeros Sambas e que na Era Vargas para se comprovar “ser trabalhador” a carteira de trabalho era o símbolo que demonstrava idoneidade, honestidade e rompia com a lei da vadiagem. Hoje isso ainda é potente, mas dependendo do sujeito, a arma apontada ou o seu disparo se concretiza caso se desobedeça o comando de “mão na cabeça”, isto é, nem mesmo a identidade de “trabalhador” isenta alguns sujeitos, pois nem isso lhes é permitido provar.

adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias” (NIETZSCHE, 2008, p. 36). É mesmo sobre verdade que nos falam as estatísticas? Sobre humanização que nos dizem os manuais da PM?

Por outro lado, a necessidade de compreendermos as condições de possibilidade para que determinado dito seja enunciado, torna a pesquisa qualitativa um dos instrumentos mais instigantes nesta construção de pesquisadora, visto que a formalidade da lei, por exemplo, deixa tudo muito em “paz”¹⁰⁶, não há autorização de excessos, aliás eles são punidos. A lei 9.708, de 25 de maio de 2012 (PARAÍBA, 2012), a qual institui bonificação aos policiais militares e civis que apreenderem armas sem registro ou autorização legal, em seu art. 4º, prevê que em caso de “aplicações indevidas” da lei, os responsáveis serão indiciados a processos disciplinares e penais.

Entretanto, a constante subjetivação que as práticas da caserna constroem, conforme exposto aqui, deixa limites bastante borrados para uma gestão “focada em resultados”, como estabelece a lei complementar 111, de 14 de dezembro de 2012 (PARAÍBA, 2012). Ainda dialogando com a entrevista prestada pelo Aluno 36, é possível perceber o distanciamento entre o esculpido em lei e as ações cotidianas:

[...] tipo as leis, né, é muito interessante, é muito bonito, mas na prática quando você, tipo, chega pra uma abordagem e vai de maneira ostensiva já pra pessoa cumprir o que você tá mandando e quando a pessoa não cumpre? E aí, o que o papel diz quando a pessoa não cumpre? E aí, como é que faz? é complicado, porque senão você, no papel diz assim, você manda ele botar a mão na cabeça, e se afasta e pega na arma e se mantém. Aí se ele não cumprir, você repete. Sim, mas e aí vai passar o dia repetindo se ele não cumprir? Tá entendendo? Nesse sentido aí a prática é diferente. Aí nesse caso aí, na prática, é a parte que entra a parte da força física e aí já pode encaminhar até pra... Encaminhar, na realidade encaminha pra o, o que eu não acho como abuso, eu acho que tudo tem limite, vai dá sorte, porque tipo, é proibido você pegar o cassete do lado, não sei se você já viu lá, da martelada, que pega do lado que tem o L e como se fosse um martelo? É proibido, mas na prática... já vi. Porque às vezes você batendo com o cassete com o lado normal pode reagir, ficar mais enfurecida e reagir e indo pelo outro lado às vezes é maior, aí ele acaba cumprindo. É complicado, porque na prática é bem diferente da teoria, bem diferente.

É esse agir discricionário que, muitas vezes, chega ao autoritarismo já denunciado em outras pesquisas (SINHORETTO, RAMOS, 2015), que cabe ser problematizado quando se fala em gestão para resultados no âmbito da segurança pública. Segurança pública esta que, como venho pontuando, é forjada pelo racismo estrutural, que escolhe corpos negros

¹⁰⁶ E como diz o poema Paz, de Marcelino Freire, interpretado por Naruna, “a paz é muito branca”. Para assistir à interpretação completa do poema, consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=XDK64q-H0X0>. Acessado em: 05/10/2020.

jovens para justificar o medo e o agir truculento. A Polícia Militar vem sendo modificada ao longo dos anos, mas ainda se orgulha em se dizer militar, que desvaloriza, muitas vezes, o saber sociológico e aponta a “força e a honra¹⁰⁷” como um manto que se solidariza ou encontra justificativas para o exercício ilegal da força.

É importante lembrarmos que estamos problematizando uma instituição, a PMPB, onde vigora uma política pública dita de paz, referenciada nacionalmente, articulada para uma gestão para resultados e é justamente por isso que faço a crítica. Para seguirmos nesse diálogo, passo ao eixo analítico “políticas de inimizade” para que seja possível percebermos um pouco mais das práticas desses agentes de segurança pública, buscando compreender como a paz é enfrentada no/pelo agir policial, especialmente quando os marcadores raça e juventude se interseccionam. Sigamos!

4.2 “O atendimento vai de acordo com o cliente”¹⁰⁸: políticas de inimizade e o metamorfosear da necropolítica contemporânea

Dialogar com Foucault e com Mbembe para problematizar políticas de vida e de morte, é ter como pressuposto que nenhum destes fenômenos é natural. Como busquei sinalizar no capítulo II, por meio da governamentalidade contemporânea, diferentes instituições e agentes sociais se comunicam na criação e composição de táticas e estratégias para bem governar. Com o biopoder, como nos aponta Foucault, se constrói mecanismos de seguridade para gerir a população, “um conjunto de processos” (FOUCAULT, 2005, p. 290), não mais atendendo a um poder de espada, mas a uma razão política.

É nessa passada que o saber estatístico se apresenta como uma ferramenta imprescindível na gestão populacional e na criação de “classes de pessoas” (POPKEWITZ, LINDBLAD, 2001), já que a população se torna um problema político, no sentido de gestão, organização social, produção da vida e, na esteira de Foucault (2005), controle da morte. Aproximando-me de Mbembe, como destaquei no segundo capítulo desta tese, essa mesma razão estratégica que é parte da modernidade, gesta um terror de efeito molecular que traz a morte de parte da população como regra e não como exceção. Desse modo, me distancio de Foucault, para sinalizar com Mbembe, mirando o campo da segurança pública brasileiro,

¹⁰⁷ Para quem tiver interesse, sugiro acompanhar os comentários tecidos na live proferida pelas professoras Jacqueline Muniz, Jacqueline Sinhoretto e Marlene Spaniol, intitulada “Polícia pra quê? – Protestos antirracistas e o fim do monopólio policial”, onde muitos policiais passaram a participar da live, criticando as palestrantes e a frase mais corriqueira era “força e honra” como elementos simbólicos da Polícia Militar de diferentes regiões do país. A live está disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=Vv7m15-9YHs&t=4801s>. Acessado em: 22/07/2020.

¹⁰⁸ Fala de um dos alunos do CFSD ao se referir às abordagens policiais;

que entendo que a raça “[...] funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar o princípio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo” (MBEMBE, 2014, p. 71).

A leitora e o leitor podem estar se perguntando se Foucault ignora que para a manutenção da vida de alguns, o biopoder não cancelaria a morte, aliás, a justificaria. Como destaquei no capítulo II, e como busco demonstrar ao longo deste item, o fazer morrer quando os marcadores juventude e raça se interseccionam, não é da ordem da exceção no estado brasileiro e, como veremos ao longo das entrevistas, também se faz regra no estrado da Paraíba. Já Foucault ao trabalhar com o racismo de estado (FOUCAULT, 2005), o pensa como sendo algo da ordem da exceção.

A justificativa aqui, pelo contrário, é que muitas vezes, para se aceitar o desenvolvimento de um projeto social, é necessário fazer crer que isso reduzirá “o serviço [policial] posteriormente”. Isso é a exceção. A regra, como sinaliza uma das entrevistadas, é tudo ser suspeito quando se trafega pelas comunidades, abordar jovens às duas da tarde, porque traziam “mochilinhas” ou abordar jovens que chegam para a aula de um dado projeto social, por estar de boné aba reta:

[...] na primeira ou na segunda semana teve uma viatura que veio trazer um professor que ele trabalha lá na Companhia e vem aqui pra cima só pra dar a aula dele. Aí ele pediu o apoio de uma viatura, ela veio trazer ele, foi lá deixar na ONG que ainda era lá a aula e foi, deixou ele lá e ele entrou. Aí dois minutinhos que ele foi entrando, foi chegado um dos alunos dele lá, tava com um bonezinho aba reta, tal, o menino tinha uns 11 anos na época. Aí eles viram o menino e já foram pra cima dele, empurraram ele na parede e disseram "tá fazendo o que com esse chapéu, aí?", chamaram um palavrão e... Poderia ter colocado tudo a perder, só nesse menino aí. E aí a gente teve que dialogar com todo mundo nas reuniões e dizer "ó pessoal, a gente tá fazendo um trabalho lá diferenciado, que vocês tenham mais calma aí nas abordagens e tal, e vocês vão ver que vai ser melhor pra vocês lá na frente. Vai ajudar no trabalho de vocês". E hoje o pessoal percebe, o trabalho aqui é uma paz. Todo mundo quer trabalhar aqui. Porque a pessoa passa o dia todinho aqui, atende uma, duas ocorrências. Aí nas outras localidades é ocorrência direto (Entrevista realizada com o Capitão A., no dia 10/12/2019).

É nesse sentido que a gestão da morte, a necropolítica, apresenta-se como norma e passarei a explicar esses arranjos, diante das entrevistas aqui tabuladas. Ainda, é interessante retomar o conceito de branquitude, pois entendo que não é possível discutir racismo sem sinalizar, constantemente, o privilégio branco que se edifica a partir da nomeação do outro como o vulnerável, desigual, criminoso tendo como ponto de referência o branco. Como sinaliza Lia Schucman (2012, p. 14):

O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através de mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento.

Ao longo da pesquisa de campo, ouvi reiteradamente que o racismo, por exemplo, trata-se de algo desenvolvido individualmente. Logo, não é algo “ensinado” dentro da polícia militar, assim como cada um dos agentes que entrevistei não se admitem racistas, o que é comum na sociedade brasileira, embora, em alguns casos, a ideia de estereótipo tenha sido apontada como uma das estratégias nas abordagens ostensivas realizadas pelos alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSD). Como referi antes, em certas oportunidades, alguns entrevistados se sentiam constrangidos ao admitir a abordagem de forma seletiva; outros respondiam bruscamente, salientando que o procedimento adotado era o “padrão” e que, portanto, não havia uma seletividade.

A cidade de João Pessoa/PB é composta por diversas praias, há um constante trânsito de turistas e da própria população local. As praias que ficam na cidade – Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa, por exemplo – se localizam em bairros nobres e foi justamente essa divisão espacial que utilizei nas entrevistas para entender as abordagens realizadas pelos entrevistados. Nesse sentido, busquei questionar sobre a possibilidade de haver alguma diferença entre as abordagens realizadas nas comunidades e na praia. Dos oito entrevistados, apenas um deles salientou que a sua abordagem era “padrão”. Logo, as abordagens que realizava na praia ou em comunidades davam-se da mesma forma.

Visando compreender as dinâmicas de escolha dessa polícia dita “mais humanizada”, como referi no capítulo I, busquei perceber os diferentes elementos que constituem as abordagens. Com isso, foram apontadas desde características pessoais dos sujeitos, roupas, tatuagens, linguagem, até o próprio território onde se desenrolam as ações da Polícia Militar:

Assim, o policial quer queira, quer não, se preocupa um pouco mais, porque sabe que na praia pode ser pessoas que tenham um certo conhecimento, que é... [...] as pessoas na praia é como se tivesse mais direitos, eles sabem dos seus direitos, e na favela, não, tiveram pouco estudo, e eu acho que trata sim, de uma forma diferente, muitas vezes pela pessoa não saber que aquilo não pode acontecer com ela e o policial vai e trata daquela forma e na praia fica assim, como a gente diz, pisando em ovos, tem um trato melhor, tem mais medo. Até porque assim, como tá ali, é uma região mais turística e assim, eu acredito que tem que ser diferente mesmo, não em relação a preconceito, mas em relação a forma vigorosa de se estar, porque assim, você tá lá, um turista, você já não vai chegar com uma ação vigorosa, já dois jovens, na favela, vindo de duas horas da tarde com uma mochilinha nas costas, você também tem que se posicionar mais, porque se não eles também podem querer se voltar contra você, vê que você tá ali muito, muito assim, relaxado no serviço e aí você também tem que demonstrar mais atitude (entrevista online realizada com aluna do CFSD no dia 09/09/2020).

Tem diferença, sim. Existe até um documento que foi passado pra gente, mas é de Pernambuco, aqui não, que é como abordar autoridades, né, como abordar autoridades, como abordar, por exemplo, o pessoal que anda na praia é um pessoal diferente de quem anda na comunidade, né. Então, existe sim, existe instrução pra isso também, orientação pra como abordar uma pessoa naquela área ali do litoral, ali, daquelas praias, porque é um pessoal que tem um intelecto diferenciado, né, pessoal que estuda, pessoal que tem dinheiro, né, porque existe a famosa carteirada também, né: você sabe com quem tá falando? né, você chega pra fazer uma abordagem padrão, né, uma abordagem padrão aí às vezes a pessoa diz, que isso, você sabe com quem você tá falando? Às vezes é uma pessoa que trabalha no judiciário ou, enfim, que é um empresário (entrevista online realizada com aluna do CFSD no dia 03/09/2020).

É nesse sentido que cabe retomarmos o pontuado por Foucault (2008) ao identificar a construção da categoria “risco” no decorrer dos séculos XVIII e XIX, com a polícia médica, onde a ideia de probabilidade passa a ser fundamental para governar. Sinaliza o autor que os cálculos sobre o risco não são os mesmos em todos os locais, tampouco para todos os indivíduos, “[...] há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de risco menos elevado, mais baixo, de certa forma” (FOUCAULT, 2008, p. 80). É nesse sentido que o autor destaca o que passa a servir ou não como norma, pois a “norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais” (Idem). O que se percebe, portanto, são construções que se tornam verdades na gestão populacional e, justamente levando em consideração estas construções, busquei pontuar ao longo do segundo capítulo desta tese, o quanto as teorizações positivista e clássica permearam o saber jurídico na racialização das condutas.

No mesmo sentido, quando se aborda a perspectiva da acumulação social da violência: o racismo se metamorfoseia, como destaca Mbembe (2014), forjando-se no apontamento de sujeitos mais propensos ao crime, seja porque habitam territórios considerados como de risco; seja porque “naturalmente” não são entendidos como portadores de um “intelecto diferenciado”, quando comparados aos frequentadores da praia; seja porque possuem uma certa idade ou, ainda, porque não olharam para uma viatura no momento em que esta passava:

A gente passou por uma casa, aí tava três meninos sentados, aí ficaram tudo olhando, assim, pro celular, aí daqui a pouco... A viatura passando por eles, eles com a cabeça baixa, tipo, olhando o celular. E era numa comunidade que tem o foco da criminalidade, então, isso também é uma atitude suspeita, porque todo mundo fica olhando pra viatura, né, tá passando uma viatura tarde da noite, quem é que não olha pra viatura? E os três rapazes fingindo que não tava vendo ninguém, só ali no celular, né, e a viatura passando de vagar, eles sem olhar? Não existe isso. Aí pararam mesmo na hora, quando foi ver todos os três com passagem pela polícia, não estavam portando arma, não estavam. Tinha um que tava com duas bichinha de droga, mas isso não configura tráfico, não configura tráfico, só uso pessoal, mas quando puxaram a ficha deles, tudo com passagem pela polícia. A

polícia não pode fazer muita coisa na hora, só destruir a droga, mandar ir pra casa ou fazer o que quiser (entrevista online realizada com aluna do CFSD no dia 03/09/2020).

O que quero problematizar com esses três excertos, na perspectiva de Popkewitz, Lindblad (2001), é como se conseguiu, mesmo em uma sociedade dita democrática, parecer tão natural a ligação entre sujeitos, territórios e a respectiva rotulação como sujeitos de risco, vulneráveis, perigosos? Como, na atualidade, se torna comum desenvolver, mesmo tendo-se uma política de segurança pública de vida, progressista, como é o caso do Paraíba Unida Pela Paz, a vigia constante de alguns territórios e a incessante abordagem de jovens, negros do sexo masculino? A leitora e o leitor verão que dificilmente se nomeará o marcador raça como um elemento de suspeição, aliás, ele será negado reiteradas vezes. Mas como nos sinalizou Larrosa (2002), as palavras não são empregadas de qualquer forma em todo e qualquer lugar e é justamente por isso que aqui trabalho com o eixo analítico “políticas de inimidade”, porque são múltiplos os fatores que se unem para o fazer morrer contemporâneo e como solo para esse cultivo, estão os marcadores aqui trabalhados, assim como a produção estatística.

Por outro lado, o marcador juventude é caracterizado como um elemento “normal” na perspectiva das abordagens e da suspeição, especialmente, porque também é construído como um fator de “risco”. Retomando às discussões estatísticas apontadas no primeiro capítulo desta tese, os dados nacionais nos mostram o quanto o extermínio da juventude negra vem sendo um acontecimento contínuo. Aliás, ali podemos observar que no Estado da Paraíba esse índice é significativamente maior, segundo o Índice de Vulnerabilidade juvenil, publicado em 2017, onde constatou-se que as chances de um jovem negro morrer neste território é 8,82 vezes maior do que um jovem branco.

Como sinalizei no decorrer da segunda seção do capítulo III, o conceito juventude, atualmente, é enfrentado na sua pluralidade, pois são múltiplas as juventudes (DAYRELL, 2001). Mesmo assim, diante dos estudos realizados envolvendo esse público, hoje entende-se jovens os sujeitos compreendidos entre 15 e 29 anos, inclusive sendo assim entendidos pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Quando o marcador juventude é interseccionado com o marcador raça, a complexidade dessa discussão se torna ainda mais desafiadora, como sustentam Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne (2018). As autoras nos inquietam a pensar sobre quem são os suspeitos número um no cenário brasileiro e, entre outros pontos, atentam para os diversos mecanismos que possibilitam acobertar a impunidade dos agentes desse genocídio, como nomeiam.

Vimos no decorrer do primeiro capítulo que esses marcadores estão intimamente ligados no fazer morrer contemporâneo. Ao passo que eles podem exigir uma maior atuação do Estado na implementação de dispositivos que contenham essa mortalidade, o que se vê no território paraibano é a constatação desse extermínio e um gerir populacional que entende que “reduzindo a morte de todo mundo” será o suficiente para conter essas mortes sistemáticas. Como sinalizei no referido capítulo, além do alto índice de mortalidade juvenil negra no Estado, a sua redução é ínfima quando se analisa proporcionalmente os índices de morte envolvendo estes marcadores o que se percebe, portanto, é a aceitação desses números como dados pertencentes a uma realidade.

Embora no fechamento dos eixos analíticos aborde de forma mais sistemática sobre o quanto o silenciamento constitui subjetividades, aqui cabe frisar, retomando os gráficos apontados no capítulo I, quando aponto para o Anuário de Segurança Pública paraibana, que os marcadores raça e juventude não são articulados na amostragem da redução das mortes de forma estatística. Isto é, o Anuário demonstra que houve uma redução da mortalidade jovem e um outro gráfico que demonstra a redução da mortalidade negra. Seguindo na perspectiva de que é necessário governar as coisas e que os números são potentes instrumentos para tanto. A intersecção desses marcadores, como nacionalmente nos é demonstrado, não se torna uma “boa” imagem para o PPUPP, visto que interessa demonstrar reduções em uma gestão para resultados e, tal situação, nos leva a crer que esse cruzamento não corrobore esta perspectiva. Lembremos, também, que quando faço o cruzamento proporcional da redução dos homicídios das pessoas negras ao longo dos anos de vigência do PPUPP, isso constitui cerca de 1% na redução, embora os gráficos disponibilizados pelo anuário nos informem o êxito dos números absolutos. Apontar para essas questões, é colocar-se à retaguarda das verdades numéricas, as quais tendem a nos mostrar a paz forjada apenas com base nos números, o que aqui busco desestabilizar, especialmente ao mobilizar os marcadores juventude e raça.

Como sinalizou o Major V. ao se referir a população jovem negra, trata-se de uma população muito “específica” e, além disso, “a maioria dessas pessoas que são assassinadas elas têm algum envolvimento prévio com a criminalidade”. Logo, crime, raça e juventude passam a ser organizados dentro da racionalidade política paraibana como elementos geminados. Assim sendo, se antevê o crime, justamente porque se trata de um “outro”, essa ficção útil, da qual nos fala Achille Mbembe (2017), e havendo envolvimento com a criminalidade, sua vida não seria algo com o que as lógicas governamentais deveriam se

preocupar. É nesse sentido que podemos trazer Foucault (2008) para pensar a produção de populações como dado e, por isso mesmo, capaz de ser devidamente gestada e organizada.

Abordando a ideia de risco e a sua produção, se percebe que mesmo na sociedade neoliberal, esta que preza pelo “faça você mesmo”, pelo individualismo, etc, no caso das “populações de risco” a individualidade está ligada a outros membros desta população (POPKEWITZ, LINDBLAD, 2001). Aqui é “a comunidade”, “a periferia” entendida em seu conjunto e não indivíduos. Embora alguns entrevistados coloquem que nem todo mundo da comunidade “é bandido”, a régua que mensura a gestão desta população é a do risco.

nas abordagens, realmente, são mais abordados negros, tem aquele estereótipo daquele pessoal que é mais escuro, pessoal que é magrinho, pessoal que anda com aquelas roupas que é características, aquele short folgado, aquela camisa folgada. Tem aquele estereótipo formado do pessoal que parece ser errado, mas assim, não se trata exatamente de cor, é mais o estereótipo de comportamento. Assim, eu acho que a gente não quer ser racista, a instituição não quer ser racista e nem direciona pra cor, a questão é realmente o comportamento suspeito. Só que esse comportamento suspeito, geralmente, é direcionado pra pessoas de cor, não adianta dizer que é, porque não é né. É como eu te disse, assim, a gente vê muito nesses bairros mais pobres, pessoas pobres e negras, né. A imensa maioria. Então acaba que a abordagem é mais pra essas pessoas (entrevista realizada online realizada com aluna 34 do CFSD, em 02/09/2020).

É nesse sentido que comungo com Achille Mbembe (2018) quando sinaliza que a noção de biopoder não consegue dar conta de explicar algumas realidades contemporâneas. Como sinaliza o autor, a construção de “mundos de morte” – e utilizo “morte” em seu sentido amplo –, direciona a vida de parte da população à condição de “mortos-vivos”, visto que são constantemente vigiados, abordados, entendidos como causadores de ameaças e perigo. Nas palavras do autor:

[...] O medo racial, em particular, foi desde sempre um dos pilares da cultura do medo intrínseca à democracia liberal. A consequência deste medo, lembra Foucault, tem sido o crescimento de processos de controle, de coação e de coerção, que, longe de serem aberrações, surgem como contrapartida às liberdades. A raça, e em particular a existência do escravo negro, desempenhou um papel central na formação histórica de tais contrapartidas (MBEMBE, 2014, p. 144).

Como é possível observar dos relatos trazidos aqui, as condutas dos sujeitos são “incriminadas” antes mesmo do cometimento de qualquer prática delitiva (MISSE, 2010). Uma das entrevistadas pontuou, inclusive, que qualquer coisa pode ser considerada atitude suspeita, especialmente se estivermos falando de determinados territórios, como é o caso das comunidades. É nessa perspectiva que Michel Misse (2008) aponta para o conceito de sujeição criminal e afirma o quanto se autoriza socialmente a prática de crimes para justificar a punição de outros crimes, ou seja, a ação mais truculenta, ou como sugeriu a entrevistada,

uma “ação mais vigorosa” é aceitável quando se aborda esses sujeitos subjetivamente já construídos como criminosos. É nesse aspecto, dialogando com Mbembe (2014), que a disposição de mecanismos de controle emerge como fundadora de liberdade, preferencialmente, se esse controle for direcionado ao “outro”.

Aqui, lembro de um dos relatos realizados na CPI Assassinato de jovens, onde o Coronel Ibis Pereira sinalizava:

A gente acha que não tem problema nenhum utilizar as Forças Armadas para invadir favela! Isto não nos incomoda, não atinge a nossa sensibilidade democrática! Nós assistimos a operação que aconteceu no Rio de Janeiro em 2010, uma invasão do Alemão domingo! Nós assistimos isso dentro das nossas casas! Duzentos milhões de brasileiros viram isso! E ninguém se ofendeu! Ninguém achou que tinha alguma coisa errada ali! Eu duvido que as Forças Armadas americanas invadissem uma favela americana! Eu duvido que as Forças Armadas da França invadissem! Que um francês não se sentisse incomodado por isso (CPI, 2016, p. 91).

É nesse sentido que argumento que a produção midiática exerce um significativo papel na construção de sujeitos e territórios como de risco. Da mesma forma, as infiltrações do racismo na construção da nossa subjetividade enquanto pertencentes à democracia brasileira. Nesse sentido, dialogo com Silvio Almeida (2019) quando refere que o racismo é norma no Brasil, na mesma passada quando Achille Mbembe (2017) sustenta que as colônias, a escravidão e as democracias são sistemas geminados. Defendo que no campo da segurança pública isso se torna ainda mais intenso porque, à princípio, estamos falando de agentes e instituições que representam o monopólio do uso da força, como já nos ensinava Weber. Entretanto, as políticas de inimizade que sustentam a gestão governamental no presente, tornam o fazer morrer uma regra, inclusive, legitimada socialmente. Filmar espancamentos em garagens de supermercados, aplaudir linchamentos ou ainda justificar uma sentença judicial com base na raça não é acaso, não é exceção, não comporta mais pedidos de sinceras desculpas. Sustento que é uma forma de governar o barco, os ventos e os baixios (FOUCAULT, 2012).

Como salientado ao longo desta pesquisa, essa fabricação não ignora graus de materialidade, como é o caso da mortalidade da juventude negra em território nacional e, mais profundamente, no território paraibano. O que quero destacar são as invenções e espaços de subalternidade e o quanto se autoriza os efeitos de morte que acabam por gerar e sustentar esses espaços. Em outras palavras: avistar uma viatura da polícia militar e se assustar, apresenta-se como uma atitude suspeita; não encarar essa mesma viatura e

permanecer concentrado no celular, também. Questiono: o que não é uma atitude suspeita em uma sociedade calcada no racismo estrutural?

Voltando o olhar para os efeitos da branquitude, é interessante mencionar que em alguns casos ao se falar dessas abordagens “diferenciadas” alguns e algumas entrevistadas sinalizavam que a abordagem não se referia a cor: “A gente parou e abordou e, inclusive, um era negro e um era branco, então não associou a cor, se associou a questão dele tá com uma mochila” (entrevista online realizada com aluna do CFSD). Ou ainda:

Assim, geralmente, o que nós aprendemos no curso foi a questão muito de como a pessoa vai se comportar ao ver uma viatura, se ela vai ficar nervosa, mais ou menos isso, mas a questão de características, tipo, pronto, um exemplo: se a pessoa é negra, tem tatuagem, isso hoje em dia tá muito desmistificado, né, a questão de você já ter aquela figura já pré-definida. [...] Pronto, o meu primeiro serviço numa viatura a gente foi numa comunidade que é... se a gente fosse usar esse tipo de característica a gente praticamente ia abordar todo mundo, mas nós não abordamos ninguém (entrevista online realizada com Aluno 37 do CFSD, no dia 10/09/2020).

O mesmo entrevistado, quando questionado sobre as abordagens realizadas na praia e nas comunidades, se havia alguma diferença no trato com a população, sinalizou:

Sim, sim, com certeza. É... Pronto, hoje eu não concorro mais à escala de serviço na praia, mas no início a gente tirava algumas operações lá, e os oficiais lá eles pediam pra gente ter cautela quando fosse abordar alguém, não chegar gritando... mas isso a gente já sabia, né. Pediam muito pra ter cautela.

Mari: Mais cautela na praia?

Entrevistado: Até pelo tipo de gente que mora lá, né. Pode ser um juiz... (Idem).

Como sinaliza Misse (2010), são “tipos sociais de agentes” que demarcam socialmente os “suspeitos”. É interessante perceber a naturalização de que na praia são juízes que residem, não criminosos, não traficantes, não suspeitos. Voltando o olhar para os efeitos da branquitude – e quero frisar a palavra efeitos, porque não necessariamente quem enuncia sobre racismo, preconceito e discriminação, são pessoas brancas – são as relações de privilégio que sustentam o racismo estrutural, que criam posições de sujeitos, constroem subjetividades e reforçam as teias pelas quais se alastram as políticas de inimizade, assim como os efeitos de terror molecular por onde circula o nanoracismo.

A produção midiática é uma das aliadas na elaboração desses efeitos. Como sustenta Lia Schucman (2012, p. 29) há uma “hipervalorização silenciosa do branco”, pois, como já sinalizei neste texto, a ligação da criminalidade nos programas de TV, nos noticiários brasileiros, etc insiste em produzir um criminoso, um suspeito. Via de regra, esse sujeito não é branco e é jovem, o que torna a fala dos entrevistados uma representação do que nos interpela diariamente.

Mais uma vez: como sustentar neutralidade em uma sociedade que se fundamenta no poder de morte? Ainda dialogando com Schucman (2012), é importante salientar que a branquitude não é homogênea, ela possui diferenças na invenção do próprio constructo social. A classe aqui também tomará um contorno significativo, mas como aponta um dos seus entrevistados, morador de rua em São Paulo, a sua posição era entendida como um erro, uma exceção, um problema no sistema. Ele ainda coloca ter percebido que mesmo sem pedir “ajuda”, recebia mais doações do que seus companheiros negros que estavam na mesma situação.

Além de olhar para o “outro” como ser racializado, foi possível notar que os e as entrevistadas sustentavam a ideia de neutralidade quando a questão “mortalidade da juventude negra” era pautada nas entrevistas. Isso remete diretamente o discutido por Schucman (2012) e por Bento (2002) sobre a possibilidade do branco ser considerado uma raça não interessada quando aborda o racismo e, quando negros trazem essa temática para a discussão, são apontados como “interesseiros”. Esse ponto já foi sinalizado anteriormente quando trouxe à baila a fala do Major E., o qual frisou “às vezes algumas pessoas, alguns segmentos, tentam tirar proveito de sensibilizar algumas pessoas com alguns recortes estatísticos” (Entrevista realizada com o Major E., no dia 06/12/2019).

Ou ainda:

[...] aquelas outras questões de benefícios, de cotas e tudo o mais, que aí eu acho que não deveria ser voltado pra esse sentido de que é negro e pronto, porque a gente sabe que da mesma forma que tem negros pobres que é ali da favela, a gente tem negros que conseguiram é, ficar bem de vida, tudo. Só porque ele é negro vai conseguir a cota? Não deveria ser voltado pra isso, porque às vezes acaba até criando aquela questão: o negro não é capaz, pra ter cota pra ele? Tá entendendo? De conquistar as coisas? Eu acho que deveria ser votado assim, pras pessoas mais humildes ou carentes, as cotas deveriam ser votadas pra esse sentido (entrevista realizada online com aluno 39 do CFSD no dia 01/09/2020).

Saliento que tanto o Major E. quanto o entrevistado acima citado são brancos¹⁰⁹. Nota-se, então, que são as ações dos outros o “problema”, não a manutenção de privilégios históricos. Percebe-se nas falas dos entrevistados que se entende que a maior parte da população periférica é negra, mas a problematização dessa manutenção em situação de desrespeito, é responsabilidade dos próprios negros e não dos privilégios brancos que seguem sendo gestados. A fala deste entrevistado, inclusive, nos remete ao capítulo dois, quando cito Maria Aparecida Bento (2002) apontando que nós brancos entendemos que há

¹⁰⁹ Como apontado anteriormente, essa nomeação se dá pela minha arbitrariedade. Não questioneei aos entrevistados se se reconheciam negros ou brancos.

discriminação no Brasil, mas isso não está ligado a nós, mas uma mancha do período escravocrata, mesmo estando em 2021.

Além desse ponto, volto ao excerto empregado no capítulo I quando cito o Major E. e ele sustenta que se oferece um número significativo de jovens negros para o crime e que não ouve discussões sobre isso. O que escuta, entretanto, são ataques contra a polícia. Ainda voltando à citação da aluna 34 ao elencar as características dos sujeitos suspeitos, percebe-se que, assim como aponta Maria Carolina Schlittler (2016), o que forja os sujeitos suspeitos encontra ressonância no estilo jovem do movimento Hip-Hop. Como sinaliza Mbembe (2017), o racismo se metamorfoseia e por isso nos alcança de forma tão contundente. Esse metamorfosear, não deixa de gerar e sustentar privilégios à raça branca, tida como norma.

Em outras palavras:

[...] Não podemos chamar de omissão o papel da elite branca de “virar as costas ao negro” tendo em vista que ela virou as costas sim, mas sem deixar de carregar consigo toda a riqueza produzida em quase quatro séculos de trabalho escravo [aspas no original] (BENTO, 2002, p. 49).

Dialogando com Priscila Silva (2017, p. 20) é necessário pensar como a branquitude pode ser vista como um “dispositivo analítico”, “capaz de fazer emergir o pensamento racial, mais especificamente a subjetividade do branco, em contextos aparentemente não racializados”. No âmbito da segurança pública, especialmente, tratando da Polícia Militar, a qual é historicamente alvo de investigações pelo reiterado extermínio da população jovem negra (SINHORETTO, MORAIS, 2017; GOMES, LABORNE, 2018) – volto a sinalizar: a polícia militar da Paraíba não se encaixa no quesito retirada da vida física, visto que é uma das polícias que menos mata no Brasil –, assim como do PPUPP, o que se percebe são artimanhas que silenciam o extermínio dessa juventude e sua discussão, especialmente, tendo em vista a falta de problematização do quesito raça no âmbito desta instituição¹¹⁰.

Como foi possível aferir com as entrevistas, além de não haver uma discussão institucional por parte da polícia, os próprios entrevistados não entendem que o racismo seja

¹¹⁰ Questionei os e as entrevistadas se havia discussões a respeito da temática no âmbito da corporação ou com os e as colegas mais antigas. A resposta dos alunos e alunas é de que não havia problematizações. A justificativa seguia o viés de que o curso de formação havia sido suspenso e, por isso, ainda não teriam abordado ou, ainda, de que a maior parte da Polícia Militar paraibana era não-branca, consequentemente, segundo um dos entrevistados, não teria como um não-branco estar discriminando outro não-branco. Uma das entrevistadas, entretanto, destacou: “[...] Eu não sei se é com relação, pronto, discutir isso entre os antigos? Eu nunca discuti, eu nunca discuti. Parece que, interessante, parece até que fica algo muito à margem, né, essa discussão. Porque se fosse algo interessante, relevante, talvez isso existisse mais, de se comentar, de se perguntar o porquê, ou de achar, o que que você acha sobre isso?, né, mas pelo menos eu nunca tive, assim, numa discussão dessas e inclusive foi até bom você ter levantado isso” (Entrevista realizada online com aluna do CFSD, dia 03/09/2020).

algo que direciona as suas ações quando da escolha dos “suspeitos” ou quando apontam para uma abordagem mais “enérgica”. Os próprios oficiais que, a princípio, recebem uma formação mais prolongada e no caso dos entrevistados aqui, são sujeitos que trabalham em unidades de polícia solidária e na formação de praças e oficiais, ao apontar que “a questão é mais social”, nos levam a perceber como a mortalidade da juventude negra e como o racismo são tratados pelo efetivo policial de forma ampla, entendendo que a discriminação positiva é algo prejudicial no trato social.

O Capitão F. especialmente por ter uma visão sociológica dos fenômenos que nos interpelam, mesmo sugerindo que o racismo não é algo explícito no âmbito da corporação, enfatiza que o papel da polícia é a vigia dos corpos negros. Em suas palavras:

[...] a polícia foi criada especificamente para atuar na repressão aos negros. Essa é a lógica central da polícia, né. É pra não prevenir, mas reprimir mesmo. Reprimir os negros. [...] Então, assim, pra mim como pessoa, como indivíduo, isso é muito triste, porque a gente acaba ovacionando uma instituição que diz atuar em nome da democracia, quando na verdade a gente sabe que implicitamente falando, a lógica é outra (Entrevista realizada com o Capitão F, em 16/12/2019).

Uma das entrevistas que mais me chamou a atenção foi a realizada com uma das alunas do CFSD já referenciada aqui algumas vezes. Ao longo da entrevista, enquanto eu pautava a questão das abordagens, da mortalidade da juventude negra ou ainda questionava como acontecia essa seleção, foi possível notar o quanto ela foi percebendo que as suas ações e as dos seus colegas visavam a população jovem negra. Da mesma forma, apontava que a instituição não ensinava a ser racista e que as práticas eram históricas, mas ela não deixou de aproximar a suas ações da seletividade. Não apontou que a abordagem era “padrão” e reiteradamente ficava refletindo sobre as ações desenvolvidas e sobre o debate que estávamos travando. O que quero pontuar com isso é a importância do enfrentamento do racismo e dos privilégios brancos na construção de subjetividades, a necessidade de uma discussão mais próxima e cotidiana.

Na prática, realmente aparece, a gente vê. Como eu tô dizendo, assim, tem o estereótipo que você necessariamente vai abordar, que às vezes a gente até enxerga com um certo preconceito também, né, da aparência, porque realmente se enxerga muito a aparência, quando vai se escolher uma pessoa pra abordar.

Mari: E envolve raça, assim?

Entrevistada: Também, né. É uma questão de probabilidade também, eu vou assim dizer, porque na maioria dos bairros que são bem sofridos mesmo, a maioria da população, tipo, 99% são pessoas pardas ou negras. A gente raramente vê uma pessoa branca nesses lugares. Então, necessariamente a gente vai abordar mais negros, né, porque são as pessoas que realmente habitam lá. É difícil você vê uma pessoa branca num lugar desses (Entrevista realizada online com Aluna 34, no dia 02/09/2020).

É nesse sentido que falar sobre o “outro”, sobre os efeitos do racismo estrutural, do nanoracismo e, precisamente, da branquitude no campo da segurança pública é tratar sobre as políticas de inimizade que permeiam o campo social brasileiro e, de forma mais contundente, a área em questão. O silenciamento do PPUPP a respeito da mortalidade da juventude negra, embora esse índice alcance 8,82% conforme o dado divulgado em 2017, é silenciar estrategicamente a morte desta população. Retomo a fala do Major V. citada no capítulo I, ao reconhecer que os maiores índices de mortalidade atingem a população jovem negra. Esse silenciar não significa não reconhecer, conforme tenho pontuado ao longo desta escrita, significa, nas malhas da governamentalidade contemporânea, governar; mesmo que para isso a gestão da vida de alguns se torne regra e a morte de outros também.

Seguindo nessa perspectiva, cabe retomar as discussões travadas por Gomes e Laborne (2018) ao problematizarem os mecanismos que atravessam o extermínio da juventude negra. Colocam as autoras:

É importante, então, compreender que a violência que incide sobre a juventude negra tem raízes históricas mais profundas. Quanto mais desiguais os sujeitos se encontram na vida social, mais o medo do outro, do diferente é produzido naqueles e por aqueles que ocupam o topo das relações de poder. Quanto mais se luta por justiça social e igualdade e os segmentos discriminados conseguem algum tipo de mobilidade social e melhoria de condições econômicas e de vida, mais as elites têm medo de que eles se aproximem. E, ainda, que passem a almejar e disputar, em condições de maior igualdade, os lugares dos quais foram historicamente excluídos” (GOMES, LABORNE, 2018, p. 17).

Ao se imbricarem esses marcadores – raça e juventude – é importante frisar, que o marcador raça, como nos sugerem as autoras citadas e como é possível identificar nas falas dos e das entrevistadas, toma centralidade para o direcionamento da morte. Como venho sustentando, falar em genocídio não significa a retirada da vida propriamente, mas as reiteradas práticas que constroem o “Outro” e, como destaca Mbembe, “[...] Ser o Outro é sentir-se sempre instável. A tragédia do Outro tem origem nesta instabilidade. O Outro está constantemente alerta” (MBEMBE, 2017, p. 176). A circulação em certos espaços é considerada suspeita; assim como as roupas, as rimas em letra de Rap, os territórios.

No diálogo que tive com o Capitão A., ele sinalizou que as práticas que desenvolve na Unidade Mario Andreazza, a qual abordarei em breve, o faz se sentir como pertencente a uma outra polícia. Aliás, em um determinado momento da nossa conversa, referiu que quando a comunidade solicita um apoio da polícia em uma ocorrência, é preciso ligar para o 190. Em suas palavras: “ó, aqui não fica policial, tem que ligar pro 190”. A questão, então, é: o que é ser policial? Como uma política dita de paz – Paraíba Unida Pela Paz – se sustenta

na articulação entre polícia militar, polícia civil e corpo de bombeiros, sendo que a paz pertence a uma outra polícia, a que é exceção no âmbito da corporação?

Antes de adentrarmos mais precisamente nas ações da polícia solidária, cabe enfrentar a ideia de “tirocínio” policial (SCHLITTLER, 2016). As discussões a respeito desse saber policial construído nas ruas foi e é elemento de diversas pesquisas. Aponta-se aqui para um possível saber oculto¹¹¹, isto é, aquele que não está previsto nas grades curriculares da PM ou esse saber que se obtém por meio dos mais antigos, na rua (SILVA, 2015; BRASIL, 2012). Embora encare de forma mais detida nas outras duas unidades analíticas, é interessante pontuar o quanto esse tirocínio também fortalece a construção dos sujeitos suspeitos. Ademais, não entendo que esse saber que circula para além das grades curriculares seja algo oculto, pelo contrário, entendo que ele é latente e imiscui-se nelas, constituindo sujeitos e compondo as práticas policiais (SILVA, 2005).

Maria Carolina Schlittler (2016), ao realizar sua pesquisa com policiais militares na cidade de São Paulo, identificou o quanto os membros dessa corporação, assim como os entrevistados nesta pesquisa, não entendem o racismo como algo constitutivo das suas ações nas abordagens. Ao mesmo tempo, sinaliza o quanto a categoria “tirocínio” envolve adereços que se referem, por exemplo, a cultura Hip-Hop, a qual é historicamente um movimento de resistência da população jovem negra, como destacam, na mesma toada, Gomes e Laborne (2018). Calças largas, bonés aba reta, correntes, cabelos coloridos e desenvolvimento corporal são elementos da própria cultura (FAGUNDES, 2015).

Ainda no que tange a composição do sujeito suspeito, um dos alunos do CFSD, sinalizou: “a gente não tem bem um padrão, não. Na verdade, é justamente isso, o que foge do padrão. Aí, o que é o padrão?” (Entrevista realizada no dia 01/09/2020). É nessa passada que território, vestimentas, cor da pele e expressões corporais se tornam elementos basilares na organização do tirocínio e isso, como aponta Michel Misse (2008), reverbera na sujeição criminal ou, na esteira de Mbembe (2014), na construção do “Outro”.

O que quero sinalizar com as abordagens de dados estatísticos referentes a mortalidade da população jovem negra, de conceitos como sujeição criminal, tirocínio,

¹¹¹ Alguns estudos demonstram o quanto há uma modificação dos conteúdos programados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e aquilo que é apresentado nas salas de aulas das forças de segurança pública (SILVA, 2015). Seguindo a perspectiva pós-estruturalista, não enfrento o currículo, neste caso a Matriz Curricular Nacional e as “práticas” dos agentes de segurança pública, os policiais militares, neste caso, como algo em separado. Entendo que há uma discursividade que se compõe e isso representa artimanhas de poder. Nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva, “Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (SILVA, 2005, p. 16). Logo, o tirocínio policial não é algo oculto na formação, é algo que circula e compõe a produção de saberes.

seletividade penal, entre outros, não é necessariamente o extermínio da vida, este que aparece nos Atlas da Violência ou naquele quadro mostrado pelo Major V. referindo-se ao cumprimento ou não das metas, também é essa morte. Mas, sobretudo, o que visou argumentar na defesa da existência de uma necropolítica no campo da segurança pública paraibana, isto é, num fazer morrer estratégico, são justamente esses pontilhados descritos em conceitos, em frases proferidas pelos entrevistados e entrevistadas, os quais nos mostram parte do atuar policial, o atuar ostensivo, particularmente, o qual é mobilizado para a produção da “paz” querida pelo PPUPP.

O saber adquirido na rua, o tirocínio policial, apresenta-se como um conhecimento que se conquista no trabalho diário. E, assim como colocou Schlittler (2016) diz respeito aos militares, os quais sinalizam que nós “civis” não temos condições de reconhecer os “criminosos”:

Em atitude suspeita, que a gente fala. Pronto, é porque assim, existe um modus operandi, né, às vezes existem também grupos, né, mais suscetíveis a crimes, grupos de facções criminosas que realmente, realmente a gente sabe disso, todos sabem que eles usam um estereótipo, né, não tô falando de cor, estou falando de classe social, nada disso, mas de vestir. Até pra pertencer aquele grupo, ele se veste, vou dar um exemplo, uma camisa de uma marca, um boné de uma marca, né. [...] Como a gente já fez abordagem em várias pessoas também que eles estavam com esse estereótipo, com esse tipo de roupa e tá tranquilo ali na deles. Mas aí assim, como a gente tem um certo pertencimento a questão deles se vestirem de uma forma ou de outra, a gente já fica mais atento a isso também. Mas não é nada, assim, com relação a cor, porque tem pessoas de todas (risos) (Entrevista realizada com a Tenente R, no dia 17/12/2019).

Ou ainda:

A gente chama de tirocínio policial, né. Por mais que, que... não é um preconceito, né, mas infelizmente existe até um padrão de vestimenta, né? Geralmente são os mesmos padrões... geralmente, a maioria das situações que acontecem estão em moto, algumas tatuagens que a gente já consegue identificar como tatuagem do crime organizado, é... o jeito de falar, o nervosismo na hora de que é abordado, é tudo isso. É um conjunto. (Entrevista realizada online com aluno 37 do CFSD no dia 10/09/2020).

A Tenente R. foi a primeira a me corrigir quanto ao emprego da palavra “sujeito suspeito”. Como se extrai da sua fala, ela aponta para a existência de “atitudes suspeitas”. Entretanto, quando verificamos a sua descrição sobre essa “atitude”, é possível perceber que se refere a características dos sujeitos: camisetas, bonés, etc. Logo, embora o emprego da palavra seja outra, o seu significado permanece o mesmo, neste caso. Assim como apontou o aluno do CFSD. Mais uma vez, como nos destacou Mbembe, o racismo se metamorfoseia, se dilui no nanoracismo, mas nem por isso deixa de causar os efeitos de terror molecular que sustentam o racismo estrutural.

Encarar o cotidiano da polícia militar no âmbito das pesquisas, não é novidade deste trabalho, como sabemos. Há inúmeros estudos que caminham nesse sentido. Por outro lado, o olhar que dirijo não é para grandes metrópoles, tampouco para a atuação das Forças Táticas, como o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que traz a caveira como sua representação; também não é o atuar da polícia militar por ele mesmo. Estou me dirigindo a um componente do Programa Paraíba Unida Pela Paz – visto que são seus articuladores a Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros –, uma política de paz, com redução consecutiva dos índices de homicídio, como reiteradas vezes já sinalizei. Entretanto, mesmo dentro deste contexto, o que temos é a criminalização de corpos jovens negros.

Falar em políticas de inimizade é atentar para a rede de silenciamentos que tecemos ao apontar o tratamento “igualitário” da mortalidade da juventude negra, em solo paraibano e o quanto esse silenciamento é significativo para a gestão necropolítica. É atentar, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), que não houve nenhum registro de injúria racial no Estado. É desestabilizar o silêncio ensurdecido do PPUPP para as políticas de morte desta população. Ao passo que esse terror de efeito molecular se espalha socialmente e pelas instituições, é importante pensarmos na própria organização da PMPB, visto que com as mudanças da Matriz Curricular Nacional, a princípio, a transversalidade dos direitos humanos é um dos enfoques da formação policial, ao passo que a hierarquia militar e os “ritos de passagem” permanecem latentes no âmbito da corporação.

Desse modo, passo a expor o terceiro eixo analítico, qual seja, “Polícia solidária”, para que possamos problematizar essa humanização policial, a capilaridade do poder de polícia e o possível enraizamento da polícia comunitária no bojo da Polícia Militar e, mais precisamente, no âmbito do PPUPP. É para essa empreitada que convido o leitor e a leitora a se aventurar.

4.3. “Nós somos violentos e a gente não pode fugir dessa retórica não”¹¹²: Polícia Solidária e seus enraizamentos comunitários

Como referido ao longo desta tese e trabalhado de forma sistemática nas demais unidades analíticas, a criação de territórios vulneráveis, de paz ou de risco é forjada por meio da articulação de saberes, estando entre eles as estatísticas. Mas, retomando as discussões que tenho feito sobre os marcadores raça e juventude, é importante que os tenhamos como

¹¹² Excerto da entrevista realizada com o Capitão F., realizada no dia 16/12/2019.

foco para pensarmos nas escolhas sobre os locais de implementação das Unidades de Polícia Solidária (UPS), no Estado da Paraíba, especialmente na cidade de João Pessoa¹¹³.

Fábio França (2014), em sua tese de doutorado, efetua um mapeamento detalhado da implementação das Unidades de Polícia no Estado e, mais precisamente, na cidade de João Pessoa, focando no estudo de cinco Unidades, frequentando-as e entrevistando policiais atuantes nos locais, sejam aqueles tidos como “fixos”, isto é, os que permanecem na UPS, sejam aqueles “transitórios”, os quais são designados dependendo da escala de serviço a ser prestada. Já com essas primeiras linhas, pode-se perceber que nem todo o policial que atua nas Unidades possui a formação de polícia comunitária. Inicialmente houve cursos para a formação de alguns policiais, seguindo as diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), mas com o passar dos anos ocorreu certa diluição dessa formação e certos agentes, por meio do serviço “extra”, também eram designados para essas Unidades, alguns, inclusive, como forma de retaliação¹¹⁴.

No decorrer da pesquisa de campo, como afirmei na no capítulo I desta tese, tive a oportunidade de conhecer duas Unidades de Polícia Solidária entendidas como referência no Estado, sendo elas a localizada na cidade de Bayeux, região metropolitana de João Pessoa – Unidade Mario Andreazza, localizada no bairro de mesmo nome –, e a Unidade Altiplano, localizada nas interseções de um bairro nobre – homônimo da UPS – com uma comunidade. Antes de conhecê-las, tive a oportunidade de conversar com o Major E. o qual possui boa parte do seu histórico militar envolvido com a formação militar, comandando o Programa de resistência às drogas e à violência (Proerd), sendo Coordenador de Integração Comunitária e Direitos Humanos da PMPB, mostrando-me como ocorriam os cursos de formação para a atuação na polícia solidária, assim como a escolha do efetivo para esse trabalho.

As visitas nas duas Unidades referidas foram sugeridas por ele, embora no Estado da Paraíba haja aproximadamente 27 UPS. A previsão de instalação das UPS's nos bairros fora uma busca de estabelecer laços da PMPB com a população, especialmente nos locais

¹¹³ Esclareço que não fiz uma análise detalhadas das Unidades espalhadas pelo Estado ou pela cidade, visto que o objetivo desta pesquisa não foi compreender as suas dinâmicas, mas, sim, trabalhar com os sustentáculos do Programa Paraíba Unida pela Paz, na gestão da vida e da morte neste território envolvendo os marcadores antes referidos, mirando o olhar à Polícia Militar local. É assim que as UPS's emergem no bojo desta pesquisa, visto que um dos pressupostos da lei 11.049/2017 (PARAÍBA, 2017) é a gestão para resultados pautada na “prevenção e repressão qualificadas”. Além das blitz e das operações realizadas, como referido anteriormente, um dos instrumentos pontuados pelo Major V. nas nossas primeiras conversas, foram as UPS's.

¹¹⁴ O serviço “extra” é aquele prestados pelos policiais em seus horários de folga. Diante disso, recebem uma remuneração extra quanto ao salário recebido. Fábio França (2014) sinaliza que em alguns casos policiais que se interessavam em trabalhar nas UPSs, por ter cometido alguma falta, eram designados para outro local e vice-versa.

nomeados como “vulneráveis”. Desse modo, podemos perceber que não é em qualquer território que se instala uma UPS, mas nesses locais onde a presença policial se faz mais intensa e necessária, conforme destacarei ao longo desta seção. O Major V., na segunda entrevista que tivemos, nas dependências da Secretaria de Segurança e Defesa social (SESDS), no dia 02/12/2019, me relatou que a instalação das UPSs foi uma estratégia potente para mostrar à comunidade que a polícia estava ali também para servir e dirimir conflitos locais. Destacou:

a gente estabeleceu também inspirado na Polícia Comunitária, que já é de muito tempo, inspirado na própria UPP, na parte boa da UPP, né, e também nessa própria mudança de paradigma. [...] A gente não fazia o policiamento preventivo, porque o foco era sempre o crime patrimonial, que era Manaíra, Bessa, Tambaú. Então, aquela pessoa [situada na comunidade] não se sentia protegida pela Polícia, se sentia... ia só abordar e tal. E aí a mudança de paradigma é no momento em que a gente pega esse policial e coloca permanentemente por lá e cria essa Unidade de Polícia Solidária. É aí que ele tem a capacidade de criar uma relação com a comunidade, de estabelecer esse vínculo e da própria presença ser um fator de inibição do crime (Major V., entrevista realizada no dia 02/12/2019).

Na oportunidade em que conversei com o Major E., dia 06/12/2019, questionei como os territórios de implementação das UPSs eram escolhidos e como ele entendia essa aproximação da polícia militar com a comunidade. Destacou que quanto mais “vulnerável/violenta” for a localidade, maior a necessidade dessas instalações. Afirmou que isso nem sempre é a melhor opção, visto que há no Estado e, mais precisamente, em João Pessoa, “grupos minimamente organizados, é, que trabalham com o crime”, dificultando a confiança das moradoras e moradores na própria polícia.

Referiu dois casos quando comboios da polícia “que é uma Operação que a Polícia faz que vão várias viaturas, uma atrás da outra, e passaram por uma comunidade dessa pra demonstrar segurança, pra deixar as pessoas tranquilas, né”, onde uma moradora abraçou o Comandante e em outra, um senhor ofereceu um copo de água e, no dia seguinte, apareceram mortos. “Aí supõe-se que foi uma retaliação, sem ter uma certeza”. “Então como as pessoas vão se aproximar de um prédio de polícia se tem medo de ser morta no dia seguinte?”. Mesmo assim, há postos de Polícia Solidária nessas localidades. Nota-se que mesmo sendo o objetivo da polícia essa aproximação com a comunidade, não há um diálogo prévio para a consolidação das Unidades, mas sim a ligação com a perspectiva de resultados e risco (SENRA, 2005; FOUCAULT, 2008), conforme sinalizei por meio das outras unidades analíticas debatidas anteriormente.

O Major V., inclusive, destacou a necessidade de uma constante avaliação do trabalho da polícia nesses territórios, assim como a importância de ter um diálogo com o judiciário e ministério público para a avaliação da soltura de alguns indivíduos. Disse:

Claro que é um trabalho contínuo, não é você chegar num local desse que tem UPS e dizer "aqui tá pacificado", não, e aí vai depender do policial que tá lá, da relação com a comunidade, da criminalidade também que tá lá, do indivíduo às vezes que tá preso. Às vezes é um indivíduo que tá, como a gente chama no jargão policial, tocando o terror na comunidade, às vezes ele é solto de novo e gera problema. Então é um processo cíclico, né, e o importante é a gente ter essa presença policial. (Major V., entrevista realizada no dia 18/11/2019).

As considerações do Major E. também seguem nessa linha, mas além dessa análise, destaca que muitos policiais passam pelo curso de polícia comunitária com duração de 15 dias, em turno integral, do qual ele é um dos instrutores, e há policiais que relatam que a mudança de postura enquanto agentes não ocorrerá pelo fato de ter permanecido esse período aprendendo sobre esse tipo de ação policial. Reconhecem a relevância, entretanto isso não é sinônimo de emprego no relacionamento diário. Salienta:

Entrevistado: [...] nós buscamos pessoas que estejam alinhadas, que não tenham assim, não tenha assim restrição de falar com qualquer segmento, pessoas que estejam abertas ao diálogo e receptivas a críticas também, pra poder se aproximar das pessoas e poder desenvolver o melhor trabalho.

Mari: E isso é bem comum assim, na sua experiência, essa dificuldade de pessoal? Entrevistado: Às vezes tem algumas dificuldades, por exemplo: algumas UPS dessas como é que elas foram criadas? Escolhendo um lugar que tinha uma concentração muito grande de ocorrências policiais de gravidade maior, como CVLI, são os homicídios, né, e pegava, por exemplo, a companhia de Força Tática, que é essencialmente ostensiva/repressiva (silêncio). E não, a partir de agora vai ser uma UPS, Unidade de Polícia Solidária pra trabalhar com prevenção. Só que só uma caneta determinar, não é o suficiente. Então eles fizeram o curso de uma semana, eu fui um dos instrutores. Eu achei muito interessante a fala de um dos policiais, um sargento já bem experiente, ele disse: "Major, eu tenho 27 anos trabalhando de forma tática. Compreendo perfeitamente que a prevenção é importante, tal, mas pra mim mudar o que eu em quase 30 anos tenho feito, a minha rotina, de uma hora pra outra é difícil". E eu compreendi a situação dele. (Major E., entrevista realizada no dia 06/12/2019).

O Major E., ainda destacou que por meio de um levantamento que realizou de reportagens com agentes da Força Tática que atuavam em UPS, eles se identificavam enquanto pertencentes aquela linha de ação e não a uma UPS. Pontuou, inclusive, que o uniforme usado pelos agentes seguia sendo o mesmo. Logo, sequer uma mudança simbólica havia ocorrido no seu cotidiano. Percebe-se que houve um curso de polícia comunitária que diante da lógica militar é um avanço em território nacional. Por outro lado, como destacou o entrevistado, uma simples assinatura em documento não modifica uma estrutura há muito sedimentada no imaginário policial, inclusive o de virilidade, de agentes capazes da

resolução de conflitos, do emprego do “uso moderado da força”, etc, como método mais eficiente, rápido e que ocasiona resultados.

Por outro lado, existem unidades que conseguem desenvolver projetos sociais, como é o caso das duas que visitei. Mesmo assim, não deixo de dialogar com Foucault (2009), quando analiso as entrevistas referente às Unidades de Polícia Solidária, visto que a “presença policial”, a busca por agentes que não tenham “restrição de falar com qualquer segmento”, já nos mostra o quanto essas ações são tidas como exceção no âmbito da Polícia Militar. Além disso, o conhecimento dos locais, das coisas, alimenta as redes da governamentalidade. Aqui, cito Foucault (2009, p. 164) para que problematizemos sobre essa “nova” polícia que, a princípio, estaria sendo construída com a polícia comunitária:

[...]A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. [...]. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. [grifos meus; aspas no original] (FOUCAULT, 2009, p. 164).

Na perspectiva da governamentalidade contemporânea, a disciplina ainda se apresenta com o um importante instrumento na gestão da população, visto que com ela o olhar capilarizado expande-se aos processos biopolíticos. Ainda dialogando com Fábio França (2014), a moralização das condutas a partir dessa proximidade foi muito mais efetiva, do que propriamente a construção de laços de confiança e solidariedade como se supunha dos nomes das Unidades. Aliás, ao longo das entrevistas essas designações também apareceram. No diálogo com os e as alunas soldados questionei sobre o conhecimento das UPS, nenhum deles referiu alguma Unidade, mas, ao mesmo tempo, se diziam cientes do serviço comunitário prestado pela Polícia, ligando-o, especialmente, ao Proerd. Questionei alguns deles sobre a visão que possuíam da polícia comunitária ou mesmo das UPS:

Mari:[...] essas unidades de polícia solidária, eu não sei se tu já ouviu falar sobre isso, assim?

Aluno 38: Sim, sim, é bom porque aproxima a sociedade da polícia militar, né, porque em tese a sociedade vê a polícia como às ordens, né, a maioria, e fazendo isso, é meio que é uma aproximação, vê que a polícia não é inimiga, é amiga e aqui na Paraíba pra marketing e pra deixar a sociedade junto da polícia, acho que é uma das melhores mesmo, ou a melhor. [...] que nem a gente fala, a gente tem na cadeira de polícia comunitária, ganha até um brevê e ensina como se portar

diante da sociedade, e até fazer você se comunicando com a sociedade a sociedade também denuncia vários casos de onde tem tráfico, acho que ajuda muito. Aqui na paraíba é muito forte o pessoal denunciando, de forma anônima e a polícia consegue chegar lá e acabar com a boca de tráfico ou prende arma. (Entrevista realizada com Aluno 38 do CFSD, no dia 02/09/2020).

Como é possível perceber na fala do entrevistado, a ideia de “às ordens” apontado por ele, encontra ressonância na pesquisa efetuada por Jacqueline Muniz e Washington Silva (2010), ao investigarem o trabalho da PMPB em João Pessoa. A pesquisadora e o pesquisador relatam que a maior parte das ocorrências envolvendo o trabalho ostensivo são resolvidas no próprio local – isso inclusive foi relatado pelo Capitão A., quando conversamos – e muitas delas não possuem enquadramento penal, o que borra a ideia de que o policial militar vai para uma guerra urbana ou, então, participará de grandes operações. Pensar sobre o “às ordens” é também levar em consideração o sentido de crítica de que a polícia, por ter um efetivo baixo, deixa de estar atuando em ocorrências onde os resultados podem gerar bonificações, por exemplo.

Além disso, esse excerto permite voltar ao sinalizado por Foucault sobre a eficácia do poder modesto e desconfiado das disciplinas. A “sociedade denuncia vários casos” havendo essa aproximação; isso não significa confiança, como colocou Fábio França (2014), mas um poder de polícia constante, rizomático. O Capitão A., além de ser responsável pela Unidade de Polícia Solidária Mario Andreazza, no ano passado foi um dos instrutores da matéria de Polícia Comunitária no CFSD. Sinalizou sobre a importância de perseverar sobre a formação, acreditando que no curso se aprende igual ou mais do que no policiamento ostensivo.

Defende que os policiais precisam aprender a se comunicar nas escolas públicas, pois ali se torna possível mostrar que os agentes podem se aproximar de jovens sem ser apenas para revistá-los ou agir de forma truculenta. Mesmo assim, a ideia disciplinar que sua abordagem carrega se apresenta bastante enfática¹¹⁵:

[...] Agora me diga aí, a influência de você falando em uma sala de aula pra aqueles 30 alunos ali, os 30 alunos quando chegarem em casa, eita, teve um policial lá na minha sala de aula, disse que eu podia contar com a polícia quando a gente tivesse necessitando de alguma coisa, o impacto que vai ter nos pais daquele aluno? Vai contar pra vizinha fofoqueira, menina, a polícia teve lá na escola do meu filho, ó, e não foi pra gritar com ele, nem pra bater em ninguém não, pra prender ninguém não. Então, é coisa simples [...]. (Entrevista realizada com o Capitão A. no dia 10/12/2019).

¹¹⁵ Relembro da discussão realizada no eixo analítico “nova gestão pública”, quanto a aproximação com as escolas, a gestão de projetos de vida e o quanto isso caminha na perspectiva do jovem risco, problema, etc.

Embora seja perceptível os avanços dos quais fala o Capitão A., torna-se problemático perceber que em 2020 ainda seja da ordem da exceção que a polícia se aproxime de jovens sem ser para gritar, prender ou bater. Aciono aqui o eixo analítico “nova gestão pública”, pois é interessante pensarmos na retórica sobre a “nova” polícia construída ao longo dos anos 2000, mais eficiente, eficaz, etc. Quando se pensa na gestão para resultados apenas com base nos números, torna-se compreensível enfrentarmos a fala do Capitão A. como exceção, mas se seguirmos a linha de uma política pública que se alicerça no adjetivo “paz” – Paraíba Unida pela Paz – torna-se imprescindível questionarmos de que paz tratamos.

Quando fui à UPS Mario Andreazza, no dia 10 de dezembro, fui trazida em casa, de viatura e fiquei bastante assustada, inclusive registrei isso no meu caderno de campo: quando voltávamos a João Pessoa pela BR, o motorista e o Capitão estavam sem cinto de segurança, inclusive o cinto do motorista estava preso pela parte de trás do banco, anunciando que ele nunca era usado. O condutor, também policial militar, se deslocava rapidamente pela pista. A sensação que eu tinha era de um deslocamento abrupto, impaciente. Era minha primeira vez numa viatura. Cabe destacar que a sirene foi ligada em uma ocasião, pois o carro da frente estava trafegando lentamente. Cheguei em casa rápido, de viatura. Minha vizinha no portão: “o que você fez???” eu ri.

Quando cheguei na UPS de Bayeux, o Capitão se disse surpreso, pois me achou muito jovem. Foi uma maneira de começarmos a nossa conversa: disse minha idade, trajetória acadêmica e meu objeto de pesquisa. Ele muito solícito e receptivo me mostrou a UPS: uma sala grande, com paredes coloridas, com desenho de crianças, notas musicais, flores; na sala alguns instrumentos, em cima de uma pequena mesa alguns livros, que ele chamou de “nossa biblioteca”. Havia duas meninas no final da sala aguardando para ter aula e dois instrutores/policiais.

Lhe indaguei sobre a estrutura do local, as decorações, as pinturas na parede, sinalizou “aí foi mais o pessoal da ONG¹¹⁶, porque aqui a gente é mais reservado e aí o pessoal, ó, vamos pintar, vamos colocar uma coisa aqui, tal”, assim como a decoração. Quanto a escolha dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho no local, apontou que ele e o Comandante passaram a buscar por colegas com interesse na construção

¹¹⁶ A UPS em questão possui uma parceria com ONG do Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste e, ao lado da Unidade, há um núcleo de mediação de conflitos que também conta com o apoio da UPS, como descreverei a seguir.

de uma maior aproximação com a comunidade, escolhendo pessoas que soubessem desenvolver alguma atividade lúdica. Em suas palavras:

Disse: ó, vocês não vão lá não é forçado, não. Vocês vão fazer um trabalho diferenciado junto com a comunidade, cês tem que ter esse interesse próprio, essa vontade realmente de fazer esse trabalho, vocês topam? Topam. Então, beleza, a gente vai começar. (Entrevista realizada com o Capitão A. no dia 10/12/2019).

É interessante notar que nem todos os participantes passaram pelos cursos de formação comunitária quando da implementação das UPS. Como sinaliza Fabio França (2014), houve um incentivo financeiro por parte do governo federal, o qual não era oposição do governo estadual na época da implementação do PPUPP e das UPS, consequentemente, possibilitando que os agentes fizessem as aulas. Os cursos presenciais ou os desenvolvidos pela SENASP online foram sendo realizados paulatinamente. O Capitão A. relatou, inclusive, que as disciplinas online foram de pouco aproveitamento, em sua percepção, pois conhecia muitos colegas que pagavam outros colegas para que assistissem as aulas em seu lugar, visto que o certificado de conclusão dos cursos, gerava gratificações para os concluintes.

Ainda sobre a UPS Mario Andreazza, perguntei a respeito da sua implementação, sendo informado que houveram dois momentos:

Em 2012 foi inaugurada essa UPS. E já tinha todo um aparato do governo com aulas de taekwondo, balé, tinha várias coisas. Beleza. Abriu e fechou. Não teve esse entrosamento da polícia com a comunidade, não teve nada. Não teve nenhum tipo de aproximação. A UPS abriu, serviu como base de policiamento, tinha uma viaturazinha com o Comandante que ficava rodando um pouco por aqui, mas, não aconteceu nada. Aí dois anos depois teve um arrastão em uma escola municipal aqui do Bairro. Aí a partir desse momento, a comunidade se reuniu e solicitou uma audiência pública, junto à câmara de vereadores para reclamar sobre a questão da segurança aqui no bairro que tava ruim, horrível. (Capitão A., entrevista realizada no dia 10/12/2019).

Contou-me que inicialmente as atividades eram todas realizadas nas dependências da ONG, embora os instrutores fossem policiais, a aproximação ocorria por meio daquela instituição. Destacou que não tinha nenhuma formação para a atuação comunitária e foi por meio dessa união que passou a mudar os hábitos de diálogo com a comunidade “o pessoal bagunçando e eu querendo dar uns gritos, tal, alguma coisa assim, aquela repressão, e o pessoal ‘calma, calma, não é assim não, não é assim não, vamo conversando, vamo vê, vamo entender o que tá acontecendo, tal’” (Idem). Atualmente praticamente todas as oficinas ocorrem nas dependências da UPS. Há um psicólogo que atende a comunidade e, por questões de infraestrutura, atua na ONG. Na parte lateral da UPS está situado o Núcleo de

Mediação Comunitário: Francisco Vieira (Chicão)¹¹⁷. Ali se encontram as mediadoras, pessoas da própria comunidade ou que trabalham nas escolas situadas no local e que buscam auxiliar na resolução dos conflitos do bairro, fazendo com que as próprias pessoas da comunidade conversem e gestem seus problemas.

Como é possível aferir da fala do Capitão e da própria mediadora, o enraizamento com a comunidade se deu por meio de um pedido da comunidade e encaminhamentos da ONG. Questionei como ocorria a articulação da Unidade no âmbito do PPUPP, visto que é uma das diretrizes do Programa, a implementação das UPSs, como prevê o art. 7º da lei complementar 111/2012 (PARAÍBA, 2012) e esse, inclusive foi um dos pontos recorrentes tanto na fala deste entrevistado, quanto do Major E. e da Tenente R. responsável pela Unidade do Altiplano: a impossibilidade de comprovação da contribuição das Unidades na redução da criminalidade nos bairros ou mesmo do trabalho preventivo. Aqui, mais uma vez, vê-se a competência dos números para se falar em verdades e em produções (SENRA, 2005).

Fábio França (2014) ao frequentar uma das reuniões do Comitê Gestor, ao falar com um dos Oficiais responsáveis pela SESDS lhe convidou para participar da pesquisa como entrevistado, tendo ele respondido:

[...] o mesmo falou (quase sussurrando) que não iria dizer na entrevista o que nos disse naquela conversa. Respondemos que ele ficasse à vontade, pois a entrevista era voluntária. De modo informal, perguntamos ainda qual era a importância do policiamento solidário naquele processo e, a resposta que obtivemos (ainda falando muito baixo) foi que para a Secretaria o que importava eram os números. O que importa para a Secretaria é a repressão [grifos meus] (FRANÇA, 2014, p. 110)¹¹⁸.

No mesmo sentido pontuado por França, destacou o Capitão A. quando lhe indaguei sobre o PPUPP, disse: “eu não sei nem lhe dizer as diretrizes do Paraíba Unida pela Paz. Eu só sei, basicamente, a questão dos números de homicídios, que as Unidades tem que reduzir e tal”. É possível observarmos o quanto são os números que comandam as ações do Programa, embora haja “focos” da polícia comunitária, mas, como venho tensionando nesta tese, a gestão para resultados no campo da segurança pública, tende a criar mecanismos que

¹¹⁷ Em anexo (III), trago o panfleto distribuído pelo Núcleo para a divulgação de suas atividades.

¹¹⁸ É importante registrar que o acesso a algumas informações que eu tive e as que o referido pesquisador obteve, embora tivéssemos algumas proximidades na temática, são significativamente diferentes, pois eu sou uma “civil” e ele um “Oficial” da PMPB. Sussurros como o que ele conquistou não apareceriam a mim, visto que, por exemplo, as UPSs que me foram passadas são as consideradas referência no Estado, justamente para se demonstrar que o PPUPP também tem um lado mais “humano”, como referiu o Major V., quando conversamos. Ele, inclusive, supunha que este fosse o meu interesse de pesquisa, mesmo antes de lhe explicar precisamente do que se tratava este pesquisar. Ao passo que algumas falas dos e das alunas praças, certamente não seriam passadas ao Capitão Fábio, visto que na hierarquia policial, ele ocupa um cargo superior àqueles sujeitos.

controlam corpos, criam subjetividades e nomeiam territórios de risco e de vulnerabilidade (FOUCAULT, 2008). Do mesmo modo, quando se questiona se as UPSs causam algum efeito na redução da criminalidade, embora seus comandantes tenham ciência do trabalho que efetuam e a contribuição que surte a partir disso, “comprovar” é algo imprescindível no cumprimento de metas, o que pode desmotivar os agentes que trabalham “por amor a causa”, como sinalizou o Major E.

Inclusive foi possível notar certo descontentamento por parte dos agentes que trabalham com o policiamento solidário, embora reconhecessem os benefícios do Programa em questão. Quando questionei o Capitão A. sobre a sua visão frente os métodos do PPUPP e como ele enxergava a atuação das UPSs dentro dessa proposta de produção da paz, sinalizou:

Assim, é bacana, já devia ter acontecido bem antes. Começou no governo do ex-governador Ricardo Coutinho, mas já era uma meta nacional de antes do governo dele. [...]

Mari: E como é que o senhor vê, assim?

Entrevistado: [Silêncio]. Eu acho que o programa não tem assim, um foco muito preciso no que as unidades têm que trabalhar, no que elas têm que realmente fazer. Tem essa cobrança e do jeito que você fizer, tá feito e tá bom. A gente não tem, digamos... Esse projeto aqui da gente, o pessoal tem como um projeto modelo pra todas as UPS, mas tipo, não tem uma UPS fazendo o que a gente faz não. Nem o comandante vem aqui para saber como é que foi feito ou nenhuma, nenhuma parte do Comando Geral que diz "ó, vamos pegar aquela ali, como foi feito ali, vamo fazer aqui, vamo fazer aqui ou vamo expandir esse projeto pro resto da cidade". Não tem. Aqui tá bom, ótimo, parabéns e é isso aí. E tá dentro do programa, tá uma maravilha, mas a gente sabe que não é assim, tem vários locais por aí que o negócio tá complicado. (Capitão A., entrevista realizada no dia 10/12/2019).

O Capitão A. ainda referiu que no início da implantação das UPSs havia diretrizes que previam o atendimento de um número específico de casas, questionários a serem aplicados, “Nunca foi feito. Nunca foi realizada, mas tinha. Hoje em dia não funciona assim não. A UPS é basicamente uma base de polícia [...]”. Ainda estava inquieta com as considerações do Capitão A. e lhe disse que diante da sua fala, me parecia haver duas polícias, uma voltada para a perspectiva dos projetos sociais, do diálogo com a comunidade e outra, a majoritária, que estava ligada aos processos ostensivos/repressivos. Ele foi categórico.

São duas polícias e qual a polícia que recebe investimento? Operacional! E tanto que realmente tem que ter, óbvio que tem que ter, mas se a gente esquecer um pouco esse lado comunitário a gente vai ficar nessa mesma batidinha que é o que eu digo lá pros meus alunos, "ó, a polícia militar a primeira viatura era um fusca. E como é que o pessoal trabalhava nesse fusca? Da mesma forma que o pessoal trabalha hoje: atendendo a ocorrência, recebendo a ligação, vai lá atende a ocorrência, resolveu e tchau". Acabou, não tem nenhum diálogo com a população,

não. O pessoal fica rodando com a viatura nos bairros, mas não sabe quem são as pessoas, não sabe o problema que tem em determinada rua. Ah, tem uma rua que tá com a luz apagada e tá tendo muito roubo. Como é que a viatura vai saber se ela só tá rodando por ali? (Capitão A., entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2019).

Nesse aspecto, cabe retomar o eixo analítico “nova gestão pública”, onde registrei algumas entrevistas dos alunos soldados pontuando o quanto a hierarquia militar acaba dificultando o atuar ostensivo. Embora na rua eles não sintam tanto essa disparidade, conforme ocorre no curso de formação, lembremos que ao tratar do cuidado das plantas, a maior parte deles argumentou sobre a importância do espírito de corpo, da obediência hierárquica, etc. Logo, se há um processo de subjetivação que os ensina a cumprir regras como, por exemplo, fazer a ronda de viatura e voltar para a casa – como disse um dos entrevistados, “a missão é voltar vivo pra casa” –, se não houver uma designação para que o policiamento solidário seja efetuado, a regra é que a ronda seja feita e nada mais. Fábio França (2012) também sinalizou nesse sentido, pontuando o quanto se torna difícil a humanização em um regime que preza pela a hierarquia e disciplina, ao passo que precisa se dizer humanizado.

Ainda sobre a experiência da UPS Mario Andreazza, o Capitão me levou até o Núcleo de Mediação localizado na lateral da UPS. Pude conversar com uma das mediadoras, a qual me contou um pouco sobre a trajetória do Núcleo e da UPS. Enquanto conversávamos, chegou um dos policiais que estava na rua entregando as “notificações” para dias de conciliação e em um momento ele disse que teria ido até a rua São Lourenço e um outro policial que ali estava inquiriu “São Lourenço? Lá embaixo?”, houve risos, o policial seguiu insistindo “fui na rua todinha” e o Capitão: “tu é doido”.

Entendi que era uma rua perigosa e o policial havia ido sem qualquer acompanhante e vestido com uniforme militar, o que é temeroso para os policiais. Quando destaco o enraizamento da UPS do Bairro Mario Andreazza, esse enraizamento é restrito a este lugar, não para as ruas vizinhas como a São Lourenço, “lá embaixo”, “depois da BR”. Não quero dizer que os esforços empregados pelos agentes dessa UPS sejam poucos, pelo contrário. Sinalizo, entretanto, que o território de paz é restrito. Uma paz provisória, restrita a fronteiras porosas. Como nos disse Mbembe (2017, p. 54) e podemos notar aqui, “somos seres de fronteira”.

Diferente do que referiu o Major E., na UPS Mario Andreazza houve um cuidado para que o uniforme se diferenciasse do que é geralmente utilizado pelos militares no

patrulhamento ostensivo¹¹⁹. Aliás, a mediadora com a qual conversei destacou que buscaram ter um cuidado especial na seleção dos policiais que iriam trabalhar na UPS, bem como mudar algumas das simbologias associadas a PM, visto que “a gente sabe a forma ostensiva da polícia, né”, era preciso dar características diferentes, “já que a rejeição era grande”. A mediadora ainda destacou que, inicialmente, todas as atividades realizadas pela PM, ela e outra educadora precisavam estar à frente, pois a comunidade não comparecia, tampouco os pais permitiam que as crianças e jovens se deslocassem para as atividades na UPS ou dirigidas apenas pelos representantes da Polícia Militar.

Segundo o Capitão A, quando foi efetuada a primeira reunião na UPS após a discussão na Câmara de Vereadores, foi solicitado que alguns jovens participassem do diálogo, o que ocorreu, mas apenas porque as agentes da ONG estavam efetuando o acompanhamento, disse:

aí chamaram 3 ou 4 jovens do bairro pra participar e moravam aqui pertinho, mas saíram daqui e foram lá pra ONG pra vim com o pessoal da ONG, com os educadores sociais da ONG pra cá, e a pergunta deles era a seguinte: se a gente entrar lá [na UPS] eles vão deixar a gente sair? Foi desse jeito, a pergunta foi essa (Capitão A., entrevista realizada no dia 10/12/2019).

Ainda conversando com uma das mediadoras da ONG, o Capitão A., que permaneceu conosco, acrescentou que atualmente eles podem estar portando um fuzil que essa hostilização não ocorre mais. Por outro lado, é necessário destacar a dificuldade da aproximação entre comunidade e polícia, como sinalizado pela mediadora e pelo Capitão, e um acirramento dessa incomunicabilidade, quando o sujeito jovem é o protagonista do diálogo, da revista policial, especialmente, pelos constructos da sujeição criminal, apontados por Michel Misse (2008). Nas articulações para a aproximação da comunidade com a polícia, houve inclusive um planejamento para a guarda das armas dos militares, para que as oficinas pudessem ocorrer sem que essas simbologias interpelassem as e os participantes.

Nesse contexto, entendo relevante pensarmos sobre a intersecção entre os três eixos analíticos, visto que é possível questionarmos a ideia de “paz” que intitula a política em análise. Essa paz precisa estar de acordo com hierarquia militar, controlando territórios

¹¹⁹ O uniforme utilizado pelos policiais dessa UPS não é o verde rajado, mas o usado para as atividades de Educação Física da PMPB: calça cinza, com lista branca ao lado contendo as letras PMPB, camiseta branca com o símbolo do Estado no lado esquerdo do peito, meias brancas e tênis preto. Este uniforme está descrito no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar da Paraíba (RUPMPB) e é chamado de agasalho aliviado (s/a, s/p). Quando se coloca a jaqueta também cinza e com a parte central em branco, com o símbolo do Estado no lado esquerdo do peito, é chamado apenas de agasalho.

construídos como de risco – lembremos do prever, prevenir e reprimir, descritos no art. 1º do decreto 35.224/2014, o qual implementa o Sistema de Inteligência no Estado –, gerando resultados para que as estatísticas sigam justificando seu atuar e construindo novos territórios, necessidades e, mesmo quando se discute a ideia de polícia comunitária/solidária, vemos uma capilaridade da disciplinarização dos corpos de forma constante e enraizada.

Nesse sentido, cabe trazer, mais uma vez, a fala do Capitão A. ao me explicar sobre a necessidade do trabalho pós-ocorrência o que, segundo ele, não é realizado ainda em sua unidade. O trecho que exponho, diz respeito a uma ocorrência de violência doméstica:

[...] onde é que ele [agressor] tá agora? Ela disse, tá numa borracharia em tal canto ali. Pegaram [os policiais] e foram lá e falaram com ele. Aí começaram lá a dialogar com ele: ó, o senhor agrediu a sua esposa, o senhor poderia ter sido preso pela questão da lei Maria da Penha, explicaram [...]. Aí foi tranquilo. Aí um militar daqueles que foi lá visitar ele, ele furou o pneu do carro dele, aí ele falou, eu vou lá naquele borracheiro e tal, vê se tá bem e tal, não sei o que. Aí ele chegou lá, tava lá ajeitando não sei o que, aí perguntou: o senhor lembra de mim, lembro sim, senhor. E aí como é que tá lá com a esposa? Tá bem, nunca mais aconteceu nada, deixei até de beber. Às vezes as pessoas não tem conhecimento. [...] O outro impacto que a gente vê desse tipo de atendimento de pós-ocorrência, é que a polícia vai sem ser chamada. O impacto maior é esse. Porque tipo, eu agredi minha esposa 2, 3, 4, 5 dias depois, uma semana depois chega uma viatura de polícia lá em casa querendo saber o que foi que aconteceu, oxe, quem foi que chamou? E se eu agredir ela de novo esses cabras vão chegar aqui do nada, sem nem eu saber também, então, tão de olho em mim. E é isso o que eu passo muito pro pessoal, ó, esse pessoal principalmente o do som alto, a gente tá de olho em você, viu? Se reincidir, a gente já tem uma parceria com o Ministério Público, a promotora do meio ambiente, que vai chamar você e você vai responder à promotora. Essa parte realmente é verdade. E aí o pessoal já fica mais temeroso, né, receoso de realmente cometer aquela infração de novo (Capitão A., entrevista realizada no dia 10/12/2019).

São os “olhares que devem ver sem ser vistos”, nos diria Foucault (2009, p. 165) e, neste caso, não se trata apenas de um olhar restrito a uma instituição – às instituições de sequestro, por exemplo – pois, por estarmos inseridos na sociedade de normalização, é esse olhar para si e para os outros que se torna mais capilarizado e eficiente, o que Foucault (1996; 2009) nomeia como “exame”. O que quero frisar, neste caso, é a forma como se entende a potência de uma Unidade de Polícia Solidária: inicialmente é interessante problematizarmos o fato da UPS Mario Andreazza ter “funcionado” diante da demanda da ONG a qual é sua parceira atualmente. Nota-se, também, que foram os esforços desempenhados pelas mediadoras e pelo Coordenador da ONG que possibilitaram “controlar” “toda aquela repressão”, como disse o Capitão A.

Além disso, quando se nota esse “dar certo” da unidade, o que se percebe é a polícia atuando e prevendo condutas; vigiando com mais frequência, chegando de surpresa nos

locais a fim de deixar o “pessoal mais temeroso”. Retomo as problematizações de Fábio França, assim como as discussões elaboradas no eixo analítico “nova gestão pública”, a fim de problematizarmos o quanto o militarismo, a ideia de hierarquia e a produção de resultados contribui para que as bases de um policiamento solidário não sejam implementadas em sua concretude. Nesse sentido: “o que se percebe nos estudos até então realizados sobre policiamento comunitário é a permanência da cultura policial militarista como componente que dificulta processos de mudança nas organizações policiais militares” (FRANÇA, 2014, p. 64).

Como pontuado ao longo desta tese, quando pensamos o campo da segurança pública, o chamamento da polícia militar está sempre presente. Ao passo que se tornou uma instituição questionada, também passou por mudanças fraturadas, mantendo, por exemplo, a perspectiva militarista como um de seus cernes. Do mesmo modo, quando se pensa a construção do racismo e enraizamento nesta instituição, não se pode falar apenas de práticas individuais, como seguidamente sinalizado pelos entrevistados e entrevistadas. Trata-se de reduzir “[...] o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico” (MBEMBE, 2014, p. 11), e, como segue o autor, construindo essa “loucura codificada” e, aqui, especialmente se os marcadores raça e juventude se imbricam no campo da segurança pública, o empurrão na parede, o questionamento das fronteiras de passagem, se torna ainda mais rotineiro e tolerado.

Quando visitei a UPS de Altiplano, no dia 17 de dezembro de 2019, também fui trazida em casa de viatura. A sirene também foi ligada. Mais uma vez minha vizinha me questiona: “Mari, foi tu que veio de viatura, foi?”. A UPS de Altiplano possui uma configuração diferente da UPS Mario Andreazza, pois está situada em um bairro nobre, em uma das fronteiras porosas, melhor dizendo, mais próxima dos grandes prédios do que da comunidade. Perguntei sobre a implementação da UPS, e a Tenente R. mencionou que a transformação do então posto policial em UPS foi no dia 05 de agosto de 2016, por meio de uma solenidade envolvendo autoridades, como governador e outros representantes públicos. Destacou:

A maior parte das UPSs, elas estão mais próximas das comunidades. Essa aqui parece tá num bairro mais nobre, aqui na praça e tudo, mas o local é estratégico porque é na frente de uma praça, né. Uma praça é o centro de convivência de todo o bairro. É numa avenida principal, que todo mundo tem acesso. Então, ela aqui a localização dela é boa, pra que todos tenham acesso, justamente por conta disso, porque possui uma praça, é numa rua que passa ônibus, né, é uma rua que todo mundo... é de fácil localização: "onde é que é o Posto Policial? Onde é que é a UPS?", "Ah, é em frente a praça de Altiplano", "próximo às praças dos quiosques",

né. E a gente assim, vê que realmente o pessoal tanto da comunidade, como o pessoal... Não sei se você já observou, o bairro é dividido, é... meio que segregado, assim, né. Segregado, que eu digo assim, espacialmente. Essa parte aqui é uma parte mais nobre, uma classe mais média, né, daqui pra lá e a última parte é a comunidade, né, que é a parte mais baixa. Se você for andar pelo bairro você vai ver essa divisão bem social (Tenente R., entrevista realizada no dia 17/12/2019).

As fronteiras são simbólicas onde o inimigo é o outro em um sistema democrático. O trânsito é “livre”, pois muitas moradoras e moradores da comunidade trabalham nos prédios: diaristas, empregadas domésticas, porteiros. Há um trânsito, frisou a Tenente. Os projetos desenvolvidos nesta UPS também são esportivos e envolvem desde crianças até adultos. O ingresso nas atividades é aberto a qualquer público e busca essa aproximação com todos os territórios, mas a maior parte das alunas e alunos vem da comunidade. A Tenente ressaltou a relevância dessa aproximação porque, segundo ela, os e as policiais também são parte da sociedade. Logo, esse distanciamento apenas dificulta a promoção de uma cultura de paz. Para ela é necessário que a sociedade entenda que a segurança pública além de ser um direito seu, é um dever unir esforços para que essa cultura se enraíze.

Foi por meio do Major E. que tive contato com a Tenente R. Ele me explicou um pouco sobre as relações da UPS ao seu ver. Disse que há UPSs que têm um muro na frente, pois já foram alvejadas por criminosos das respectivas comunidades, mas essa configuração era diferente na UPS de Altiplano. Segundo ele:

Na UPS do Altiplano, onde tem condomínios residenciais, um padrão econômico maior. Então lá as ocorrências são bem menores em relação as outras. O único local, assim, um bolsão de pobreza, é um hotel antigo que foi invadido por moradores de rua e, supostamente, por pessoas que trabalham com o tráfico de drogas. Então quando dá problema geralmente sabe onde se encontrar ou pra onde fugiram ou de onde vieram. E os outros condomínios estão todos fechados entre si, né (Major E., entrevista realizada no dia 06/12/2019).

Mais uma vez precisamos atentar para a relação entre pobreza e criminalidade. Para quais públicos são direcionadas as ações das UPSs; embora as atividades sejam abertas a qualquer participante, há um direcionamento das ações e uma escolha geográfica estratégica para a sua implementação. Nas palavras de Popkewitz e Lindbland (2001, p. 112), “[...]as ficções têm um efeito prático ao ‘construir’ que tipo e quanto de atenção se deve dar a fenômenos sociais”. Como se pode verificar das discussões travadas até aqui, a justificativa para a implementação de uma UPS em determinado local, não visa necessariamente uma aproximação com a população, primando por um diálogo horizontal na promoção da segurança pública, mas a capilarização do poder de polícia especialmente em territórios tidos

como vulneráveis/risco, a fim de implementar a vigia dos corpos. E, como foi possível extrair dos outros eixos analíticos, esses corpos tem raça e faixa etária pré-definidos.

Isso não significa dizer que o PPUPP não seja potente, que não reduza os índices de CVP (Crimes Violentos contra o Patrimônio) e CVLI, que não seja o Estado que em oito anos consecutivos tem reduzido esses índices. Mas por entre os números, cabe pensarmos nos sujeitos que atuam na promoção desses números, neste caso especialmente as polícias, e aqueles que “recebem” o policiamento, a comunidade. Nas palavras de Edilene Silva (2016, p. 98):

As políticas públicas são estratégias voltadas para diversos fins desejados pelos distintos grupos que participam do processo decisório. A finalidade de tal dinâmica é a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder e felicidade das pessoas. Sob a perspectiva operacional, é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a modificar a realidade de setores da vida social, por meio de definição de objetivos, estratégias e recursos.

O PPUPP traça estratégias diversas, mas sobressalta o poder de polícia como elemento produtor da paz e a valorização dos números frente às políticas preventivas de acesso e contribuição social. Não há debates públicos frente as estratégias tomadas, embora a lei 11.049/2017 (PARAÍBA, 2017), como pontuei acima, assinale a importância do diálogo social e vise uma discriminação positiva para jovens e negros. Outro aspecto de destaque é o termo “comunidade”. Como nos ensinou Larrosa (2002), as palavras não são só palavras. As UPSs estão nas “comunidades” no sentido descrito no capítulo I desta tese, ou seja, bairros pobres.

Embora a UPS Altiplano esteja localizada em um bairro nobre, nas imediações da praia, quem majoritariamente frequenta os projetos sociais ali desenvolvidos, são sujeitos pertencentes à comunidade. Inclusive a Tenente R. destacou que atualmente há uma maior proximidade com as pessoas que residem nos condomínios, mas quem frequenta os projetos sociais não é este público. Diante do levantado até aqui, é possível perceber o quanto a população negra, especialmente jovem negra, é tratada nas malhas do PPUPP como uma população a ser vigiada. Logo, não se dirige políticas públicas para esses marcadores, como propõe a lei 11.049/2017, mas um maior disciplinamento dos corpos, visando, como destaca Melissa Pimenta (2014) a precaução da existência de “jovens problemas”.

Sinalizo, mais uma vez, que se trata dessa vigia “modesta e desconfiada”, como nos disse Foucault (2009) e, justamente por isso, mais eficiente à governamentalidade contemporânea. É preciso governar as coisas e, se dialogarmos com Senra (2006, p. 34), por

meio das “inscrições simplificadas” é que os relatórios, os gráficos passam a compor “informações robustas”. Em uma perspectiva de gestão para resultados, de “marketing” como salientou um dos entrevistados, embora seja difícil a comprovação dos feitos das UPSs, numa perspectiva de “Paz” a palavra “Solidária”, em muito contribui para se pensar sobre a humanização da polícia e seu diálogo com a transversalidade dos direitos humanos, o que já causa resultados.

Além disso, as “denúncias da comunidade” justamente pela perspectiva de moralização das condutas e criação de subjetividades a partir delas, também se encaminha para a relevância das UPSs. Por outro lado, ainda não se torna possível perceber que o PPUPP valha-se das UPSs como um mecanismo de aproximação com a sociedade, mas, sim, uma forma de capilarização do poder de polícia na gestão dos corpos.

Ao longo dos três eixos analíticos aqui discutidos – Nova Gestão Pública, Políticas de Inimizade e Polícia Solidária – foi possível compreender de forma mais sistematizada a percepção dos agentes da segurança pública, neste caso, os e as policiais militares frente as diretrizes do Programa Paraíba Unida pela Paz (PPUPP), seus entendimentos quanto as funções da polícia, os artifícios necessários para o desenvolvimento de um bom policiamento ostensivo, assim como uma maior aproximação da população. Foi possível identificar recorrências ao longo dos três eixos: estatísticas, territórios e sujeitos de risco, tirocínio e hierarquia policial foram elementos que perpassaram as três unidades.

As estatísticas ao passo que contribuem para a comprovação de resultados, ideia chave para a política em análise, também são imprescindíveis para a criação de territórios, para a construção de sujeitos e para que seja possível a formulação de ações policiais e a justificativa de suas necessidades. É nesse sentido que o tirocínio segue latente nas práticas policiais, como um saber que autoriza abordar sujeitos de forma diferenciada nas comunidades e na praia. Frise-se: isso é ratificado pelo saber estatístico. Tais elementos repercutem diretamente na temática central desta pesquisa, isto é, entender como o PPUPP e seus agentes atuam quando os marcadores raça e juventude se articulam, visto que ao se falar em uma “nova polícia”, uma polícia pautada na nova gestão pública, que tem como pressuposto a promoção da paz, seria possível colocar em suspenso o genocídio da população jovem negra no território paraibano.

Mais, caso as diretrizes do PPUPP reverberassem na formação dos e das alunas praças, assim como dos e das Oficiais, teríamos ao menos uma discussão mais enfática

quanto a mortalidade da juventude negra no Estado. Como vimos, especialmente, ao longo da unidade Políticas de Inimizade, o racismo não é problematizado no âmbito da instituição. Aliás, a possibilidade de uma discriminação positiva aparece, muitas vezes, como algo “interesseiro” por parte de “alguns segmentos”.

Ao longo das análises foi possível perceber o terror de efeito molecular do qual nos fala Mbembe (2017), seja pela implementação de UPSs em certos territórios, seja pela escolha dos sujeitos abordados no policiamento ostensivo, seja em virtude da criação de territórios formados por meio de uma gestão para resultados. Como já frisado, há graus de materialidade desses acontecimentos, por outro lado, tomá-los como verdades absolutas, é ignorar as artimanhas de poder na constituição daquilo que somos (FOUCAULT, 1997), especialmente nas malhas da governamentalidade contemporânea. Como sustentei por meio dos autores e autoras aqui empregados, as falas dos e das entrevistadas nos permitiram identificar as políticas de Inimizade, na perspectiva mbembiana, para a construção de uma necropolítica no campo da segurança pública paraibana.

Sustentar essa afirmação, é identificar que mesmo em um território onde vigora uma política de paz, com anos de desenvolvimento estratégico na redução de homicídios, os marcadores raça e juventude aparecem apenas na forma da lei, como se fosse – e de fato é – necessário atender um requisito formal vindo de instituições superiores, as quais apontam para a ligação entre genocídio da juventude negra e polícia militar, especialmente, a partir das mobilizações dos Movimentos Negro e Jovem Negro. À medida que esta previsão encontra ressonância em lei, parece isentar os sujeitos que atuam na sua implementação de uma discussão séria, constante e fundamentada no seu dia a dia.

Assim, de uma forma bastante sistemática, entendo que o PPUPP e seus agentes tratam a mortalidade da juventude negra paraibana como a “morte de todo mundo” e já por isto, poderíamos sustentar a existência de uma negligência política por parte das instituições – polícia e governo – na condução das “coisas”. Entretanto, não se trata apenas de uma negligência, como venho sustentando ao longo desta tese, trata-se de uma estratégia de gerir a vida e a morte da população. Aqui, diante dos dados levantados – sujeitos suspeitos, territórios de risco, silêncios sobre racismo e abordagem policial, branquitude e sua norma na construção das políticas – torna-se possível identificar as estratégias de caráter mortífero que também sustentam a segurança pública paraibana, embora sua retórica seja a construção da paz em um estado democrático de direito. Aliás, disso não discordo, entendo, na esteira de Achille Mbembe, que é justamente por isso que a necropolítica se faz potente, porque é sob o viés da vida que a morte do outro se torna legítima.

Ôba, Lá Vem Ela
Jorge Bem

Ôba, lá vem ela
Estou de olho nela

Não me importo que ela não me olhe
Não diga nada e nem saiba que eu existo
Quem eu sou, pois eu sei muito bem quem é ela
E fico contente só em ver ela passar

Ôba, lá vem ela
Estou de olho nela

A noite é linda e ela mais ainda
Todinha de rosa
Mais linda, mais meiga
Que uma rosa

Ôba, lá vem ela
Estou de olho nela

Não me importo que falem que pensem
Pois sem saber ela é minha alegria
Ela tem um perfume de uma flor que eu não sei o nome
Mas ela deve ter um nome bonito igual a ela

Ôba, lá vem ela
Estou de olho nela

“Atenção para a palavra de ordem!¹²⁰”: apesar de tudo, algumas considerações finais... provisórias!

Encerrar a tese. A composição desta frase é capaz de comportar sentimentos muito ambíguos: inicialmente porque quero efetuar seu encerramento, compilar os dados, cruzá-los de modo mais sistemático, mostrar a ressonância dos autores e autoras que compõem a minha lente enquanto pesquisadora e, também, simplesmente acabá-la, porque é impossível voltar em um capítulo e não querer ajustá-lo, complementá-lo, acrescentar outra/o autor/a. E sim, acabá-la por acabá-la, sem romantizações! Por outro lado, finalizá-la me remete a um vazio, pois são quatro anos. Talvez seja um dos meus relacionamentos mais antigos, veja só.

No fabricar a tese, quantas de mim construí e desconstruí? Aqui encontra-se um documento para chamar de meu e, simplesmente, ele será um texto que não terei mais “controle” assim que finalizá-lo, como me ensinou Foucault (2012). E, sem romantizações, finalizá-la me remete ao processo de avaliação por uma banca de profissionais qualificados e que, certamente, tecerão inúmeras críticas, construtivas ou não a este relacionamento sério de quatro anos. Enfim, é mais um término de relacionamento... Se sobrevive, espero! Por fim, é possível vislumbrar um título, o de doutora, o que aguça a “síndrome de impostora” tão conhecida de nós mulheres, nesta racionalidade permeada pelos preceitos masculinos, heteronormativos que circulam em nossa sociedade.

Feitas estas confissões, me dirijo às racionalidades científicas, isto é, para as principais discussões desta pesquisa, articulações entre capítulos e dados coletados empiricamente. Como pontuado na introdução desta tese, o problema central que conduziu minha coleta de dados foi o seguinte: Como o Programa Paraíba Unida Pela Paz e os agentes da Polícia Militar do Estado, enquanto seus articuladores, vêm enfrentando a mortalidade da juventude negra no âmbito deste território? Ao longo da articulação teórica e das entrevistas aqui apresentadas, busquei defender que o racismo é um dos principais elementos para que o fazer morrer se torne norma nas lógicas da gestão governamental na contemporaneidade, especialmente, quando abordamos o campo da segurança pública. Para tanto, busquei sustentar a existência de uma necropolítica mesmo em políticas públicas ditas de vida, como é o caso do Programa Paraíba Unida pela Paz (PPUPP), quando os marcadores raça e juventude se entrecruzam.

Assim, no decorrer do primeiro capítulo, trouxe para a discussão, além do percurso metodológico e a escolha das minhas ferramentas de pesquisa, alguns dados nacionais e

¹²⁰ Trecho da música “Divino Maravilhoso”, composta por Caetano Veloso e interpretada por Gal Costa.

regionais, buscando demonstrar o quanto os marcadores raça e juventude se tornam elementos sistematicamente reconhecidos no campo da segurança pública como os principais alvos da mortalidade nacional, mas, ao mesmo tempo, quando se busca discutir as causas e possibilidades de contenção dessa morte, há uma sistemática invisibilização dessa questão pelas instituições ditas democráticas (PIMENTEL, BARROS, 2020).

No território da Paraíba, segundo o Índice de Vulnerabilidade juvenil à violência, publicado em 2017, foi possível constatar que este Estado figurava como um local de média a alta vulnerabilidade relativa, visto que as chances de um jovem negro morrer em relação a um jovem branco, era 8,82 vezes maior. Diante desses dados, visei olhar para o Programa Paraíba Unida pela Paz, uma política desenvolvida no Estado desde 2011, referenciada pela redução, em oito anos consecutivos, dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e, inclusive, premiada pela implementação de uma gestão inovadora no âmbito da segurança pública, tendo em vista a construção de um sistema de inteligência e ferramentas de gestão inovadoras.

O Programa, como busquei destacar ao longo do primeiro capítulo, assim como na seção III do terceiro capítulo, é pautado por uma lei estadual, a qual o torna uma política pública de Estado, configurando-se um significativo avanço neste campo, tendo em vista as políticas reiteradamente fraturadas que envolvem a segurança pública historicamente, no Brasil. Aliás, como foi possível aferir da fala de um dos entrevistados, o Major V., no Estado da Paraíba, até 2011, pouco se sabia sobre estatísticas criminais, o que impossibilitava, conseqüentemente, a criação de políticas públicas. No decorrer das entrevistas, foi possível reconhecer a identificação dessa mortalidade por parte dos gestores e, ao mesmo tempo, uma justificativa, qual seja: a de que é difícil agir contra a mortalidade da juventude negra, no Estado, porque o perfil que pratica crimes, identifica-se com aqueles que morrem.

Logo, embora seja um dado reiterado historicamente, morte de jovens negros, encontra-se argumentos para não atuar diretamente na contenção desse extermínio. É interessante problematizarmos o fato de se buscar justificativas para algo injustificável, se fôssemos pensar na perspectiva biopolítica do “fazer viver”. Acredito que ao se pensar pelo viés da gestão da vida na governamentalidade contemporânea, interessaria a preservação da vida, independentemente de os agentes estarem ou não envolvidos com a criminalidade. Entretanto, não é o que se identifica nas entrevistas, assim como nas políticas públicas gestadas ao longo do período democrático, como destaquei no decorrer do capítulo III.

Ademais, outro elemento histórico na nossa construção enquanto sujeitos, é a ligação crime *versus* raça, suspeito *versus* raça. Esse caráter embrionário que tende a ser criado entre

esses marcadores constitui sujeitos, ações e políticas, conforme busquei abordar ao longo do segundo capítulo, ao discutir as produções de diplomas legais, no Brasil, encaminhando-me para demonstrar as artimanhas do racismo institucional e estrutural, conforme descrevem Antônio Sérgio Guimarães (2005) e Silvio Almeida (2019).

Seguindo esta passada, ao longo do segundo capítulo almejei sustentar, teoricamente como, no Brasil, vigora uma necropolítica quando os marcadores aqui trabalhados se interseccionam, defendendo esta tese por meio das análises realizadas ao longo do capítulo IV. Para tanto, seguindo as discussões de Michel Foucault (2009), autor que me acompanha enquanto pesquisadora, trouxe para o debate as diferentes estratégias para bem governar a população, as quais passaram a ser desenvolvidas ao longo do século XIX, ultrapassando uma perspectiva de Estado enquanto uma “entidade”, construindo-se, assim, uma perspectiva de governo, sendo fundamental para as teorizações do liberalismo e do neoliberalismo.

Para o enfoque desta pesquisa, busquei demonstrar o quanto o racismo foi um elemento potente na construção do que hoje entendemos como democracia, estado de direito, etc, enfatizando que para além do que Foucault (2005) sustenta na perspectiva biopolítica, isto é, as artimanhas de um poder disciplinar, pastoral e biopolítico na sociedade de normalização, defendendo a existência de um fazer viver e um deixar morrer, trouxe para o debate Achille Mbembe (2014; 2017; 2018), alargando as conceituações foucaultianas, procurando demonstrar que ao mirarmos o campo da segurança pública brasileira e os marcadores raça e juventude neste âmbito, temos um fazer viver, um deixar morrer e um fazer morrer. Discussão que elaboro ao longo do segundo capítulo desta tese.

Ali, esclareço que não entendo esse “fazer morrer” contemporâneo na perspectiva de um poder de espada, como na sociedade de soberania, mas um fazer morrer alicerçado na governamentalidade contemporânea: tático e estratégico. Nesse sentido, além de demonstrar algumas teorizações que sustentaram a higienização que compõem as instituições e os diplomas legais repressivos, os quais nos acompanham na contemporaneidade, no segundo capítulo, enfrentei, também, o conceito de branquitude, pois entendo que não há como abordar o racismo em território nacional sem apontarmos para os privilégios da raça branca, entendida, reiteradamente, como norma. Em virtude disso, há uma constante construção do “Outro”.

Assim, na esteira de Mbembe (2017), sustento que o racismo se metamorfoseia ao longo da composição da sociedade brasileira; permeia as instituições e encontra ressonância no corpo social e é assim que entendo, na passada de Silvio Almeida (2019), que o racismo

é norma neste território e, quando o campo da segurança é o enfoque do debate, articulando-se aos marcadores aqui mobilizados, há uma gestão da morte, há uma necropolítica, portanto. É importante esclarecer que o racismo não se encontra capsulado na segurança pública, pelo contrário, se espraia socialmente, mas diante do recorte metodológico que faço, foi para este cenário que dirigi meu olhar.

Corroborando essas estratégias, no decorrer do terceiro capítulo, busquei demonstrar o quanto as políticas públicas no campo da segurança pública são fraturadas ao longo da nossa democracia. Os planos de reforma administrativa, além de parques, enfrentaram fronteiras político partidárias, as quais precisavam ser preservadas para manutenção de algumas gestões, deixando-se em segundo plano a construção de um sistema de segurança pública robusto e fundamentado em políticas públicas de estado. Embora no decorrer do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) um plano de segurança pública tenha sido retirado do papel, ele foi a fórceps e às pressas, como sinalizou Luiz Eduardo Soares (2007).

Ao longo dos governos petistas – Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – o campo em comento passou por significativas mudanças, visto que uma reforma estrutural, mais participativa e atenta aos interesses sociais era um dos carros chefes da campanha eleitoral do presidente Lula e teve ressonância no governo Dilma. Como apontei no decorrer do terceiro capítulo, a reforma propagandeada pelo então presidente, não foi sustentada, embora tenha sido iniciada a discussão sobre o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) – aprovado em 2018 –, a construção da Matriz Curricular em Movimento, hoje nomeada como Matriz Curricular Nacional para formação dos agentes de segurança pública (MCN), a qual prevê a transversalidade dos direitos humanos nas formações, assim como a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), o qual tinha como foco o público jovem.

Ainda no terceiro capítulo, contextualizei o Plano Juventude Viva, política desenvolvida ao longo do primeiro governo Dilma. O Plano Juventude Viva foi um dos poucos documentos, em nível federal, que nomeou o genocídio da juventude negra como algo a ser combatido pelos governos federal e estaduais. A presidenta Dilma, inclusive, enunciou esse extermínio publicamente, o que se apresentou como um reconhecimento histórico para um país que insiste em defender a existência de uma democracia racial ou ainda, apontar para outros marcadores que invisibilizam a raça como elemento potente na condução da vida e da morte no cenário brasileiro. O Plano em questão, inclusive, era o objeto das minhas análises iniciais, visto que a cidade de João Pessoa, capital paraibana, era

uma das cidades onde o Plano fora aplicado, tendo em vista o alto grau de vulnerabilidade juvenil, como referi acima.

Após o golpe de 2016, onde a presidenta Dilma foi retirada da presidência da república, assumindo o então vice-presidente, Michel Temer, o Juventude Viva teve um parco desenvolvimento, conforme salientei no capítulo três, tendo sido desarticulado, embora ainda conste no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do atual governo federal. Foi na passada dessas mudanças institucionais que me aproximei do PPUPP, visto que me interessava compreender como esta política abordava os marcadores raça e juventude, especialmente, diante do histórico de mortalidade dessa população no território estadual.

Aproveito para argumentar sobre o meu recorte metodológico, visto que é possível pontuar que a análise deveria ter incorporado outros marcadores, como classe e gênero. Entendo que esta pode ser uma das lacunas da pesquisa, embora tenha optado por não enfrentar o marcador classe e explico o porquê: sabido das discussões atuais sobre interseccionalidade, tendo cursado ao longo do doutorado uma disciplina a respeito, inclusive. Compreendo o quanto estes marcadores tendem a construir locais de sujeitos cada vez mais “subalternos” quando se embricam. Por outro lado, em uma perspectiva teórica, defendo que o marcador classe tem tomado posições de centralidade quando coloca-se ao seu lado o marcador raça, nas discussões brasileiras. Não os entendo como elementos da mesma ordem, aliás, aqui lembro da tese de Lia Schucman (2012), quando ela refere que brancos residentes em favelas são vistos como exceção nestes territórios, enquanto negros são a regra.

Na fala dos entrevistados e entrevistadas, inclusive, se argumentava sobre o “não gostar” do recorte raça, entendendo-se que trabalhar a questão “social” se tornava algo mais importante para pensar as desigualdades. Acredito, com base nas teorizações que aqui mobilizo, que enfrentar imediatamente o marcador classe em detrimento da raça é algo “tolerável” para discutir desigualdade, porque possibilita silenciar as discussões sobre branquitude e privilégio, porque é possível argumentar sobre a igualdade formal e, ainda, justificar que “qualquer um de nós” pode passar por situações semelhantes, tendo em vista a classe social correspondente. Porém, entendo que isso representa as metamorfoses do racismo.

Como explicitado ao longo desta tese, dialogando com Foucault (2005) quando o autor argumenta que a raça é a justificativa para morte do “outro” na sociedade de normalização e, mais, quando me aproximo de Mbembe (2017; 2018) para sustentar que por

meio do nanorracismo, das fronteiras porosas que gestam quase vivos, quase mortos, a raça constitui um dos elementos centrais da racionalidade contemporânea, justificando as políticas de inimizade como regra desta razão política. E no cenário aqui abordado, jovens negros se tornam os inimigos número um da suspeição e desse extermínio (GOMES, LABORNE, 2018). Por isso raça se torna central nesta discussão e se sobrepõe, na minha lente de pesquisa, ao marcador classe.

O marcador gênero, por sua vez, não emergiu ao longo das análises como uma centralidade. Aliás, posso dizer que ele se mostrou como algo “tácito”, isto é, aborda-se homens, morrem homens, mata-se homens. Essas informações, inclusive, encontram ressonância nos dados produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), mas justamente por ter a minha lente de pesquisa maculada por essas informações, não o coloquei como um elemento central das entrevistas, o que acabou figurando como uma lacuna desta pesquisa ao tratar as análises.

Ainda no capítulo três, na segunda seção, encaro o marcador juventude de forma conceitual, optando pelo entendimento de que a juventude é diversa e plural. Logo, tomo-a nessa perspectiva, embora entenda, na esteira do Estatuto da Juventude, como o público compreendido entre 15 e 29 anos (DAYRELL, 2001; SPOSITO, 2009). Ao longo dessa seção, foi possível notar o quanto as políticas públicas envolvendo esse marcador foram tardias e, assim como as demais políticas do campo da segurança pública, fraturadas. Friso, mais uma vez, que os marcadores “juventude/negra” apenas são reconhecidos na sua intersecção no Plano Juventude Viva. Ademais os elementos “risco” e “problema” foram e ainda são pontos recorrentemente ligados ao marcador juventude.

Se a raça está a ele acoplado, a discussão sobre problema se torna ainda mais acentuada. Aliás, conforme debatido no capítulo IV, ao enfrentar os eixos analíticos, foi possível destacar o quanto os jovens negros são os suspeitos número um, também no Estado da Paraíba. Gomes e Laborne (2018) já haviam atentado para esse extermínio e o quanto esses marcadores interseccionados são capazes de gerar medo e, como nos colocou Mbembe (2017), o medo autoriza a morte, legitimando as condutas dos sujeitos que assim agem. Ao longo da tese busquei demonstrar que essas questões não são isoladas, pelo contrário, são fios que se articulam na governamentalidade contemporânea, por isso sigo na esteira de Foucault (2008), a fim de demonstrar as artimanhas do governo das coisas e o quanto o racismo, como sustenta Mbembe (2014; 2018) é um elemento central para que o extermínio recorrente dessa população se torne justificável e querido.

Com Maria Aparecida Silva Bento (2002), Lia Schucman (2012) e outras autoras que tecem discussões sobre a branquitude, busquei frisar o quanto racismo gera, automaticamente, privilégios para a raça branca. Isso restou demonstrado nos eixos analíticos, especialmente, no eixo Políticas de Inimizade, visto que os e as policiais entrevistadas/os não se entendem enquanto racistas, mas, ao mesmo tempo, elegem territórios como mais perigosos do que outros, justificando as “atitudes suspeitas” com base em características pessoais dos agentes, como roupas, territórios, falas, corporeidades. Dialogando com Maria Carolina Schlittler (2016), sustento que as artimanhas que direcionam as abordagens policiais, além de estarem ligadas as representações da cultura Hip-Hop, refletem o nanorracismo que nos compõe enquanto sociedade (MBEMBE, 2017), adensando a acumulação social da violência, cancelando que jovens negros podem ser abordados de forma truculenta, embora estejam chegando para aulas de projetos sociais, desenvolvidos pela própria polícia, por exemplo.

Retomando os eixos analíticos dispostos no capítulo quatro – Nova gestão Pública, Políticas de Inimizade e Polícia Solidária – foi possível perceber o quanto o conhecimento estatístico é um dos pilares na gestão para resultados. Uma porque otimiza os números, justifica as ações policiais e recebe o aval do governo, dos agentes envolvidos nas ações policiais e da própria população, visto que “comprova”, “presta contas” do serviço desenvolvido pela Secretaria de Segurança e Defesa Social (SESDS) e seus órgãos. Por outro lado, como discuti nos capítulos I, II e no decorrer das análises, as estatísticas embora constituam dados de realidade, elas são frutos de invenções humanas. Logo, não são simplesmente objetivações, como nos mostra Nelson Senra (2005; 2006). Aliás, como nos ensinou Foucault (2008), as estatísticas foram formidáveis invenções modernas que possibilitaram o desenvolvimento de uma razão política na gestão populacional.

Justamente por esta composição estratégica de governo é que se torna possível apontar locais e sujeitos como sendo de “risco”. Logo, o desenvolvimento de operações em certos bairros, nomeados pelos e pelas entrevistadas como comunidades, o agir “vigoroso” ocorre de forma naturalizada e, na praia, eles e elas realizam as abordagens “pisando em ovos”, como disse uma das entrevistadas, visto que é possível encontrar juízes, empresários, amigos do secretário de segurança pública, enquanto nas comunidades, se aborda esse “pessoal magrinho”, onde o agir mais “vigoroso” se torna autorizado, pois não sabem muito bem dos seus direitos. Há uma naturalização de espaços e sujeitos, conforme foi possível identificar especialmente ao longo do eixo analítico políticas de inimizade.

Esse eixo tem um diálogo íntimo com o conceito desenvolvido por Achille Mbembe (2017), especialmente quando miro o olhar aos marcadores juventude e raça. Como nos mostrou Michel Misse (2008; 2010; 2014), trabalhado no decorrer do segundo capítulo, a construção do sujeito criminal é composta de diversos elementos. Aqui, aproximando essa problematização das teorizações de Mbembe, defendo a construção de políticas de inimizade que gestam o fazer morrer. Como sustentei no fechamento dos eixos analíticos, há silenciamentos históricos no campo da segurança pública quando os marcadores sociais da diferença aqui trabalhados são enfrentados. Entendo que não lhes tratar como elementos centrais na produção da morte, ainda mais em um Estado em que os índices de mortalidade da juventude negra são gritantes, é cancelar a morte desta população.

Defendo que esse cancelar é estratégico, visto que o PPUPP está sendo implementado desde 2011 no Estado da Paraíba. A própria lei 11.049/2017 – a qual implementa o PPUPP – sinaliza que serão desenvolvidas políticas públicas para os grupos entendidos como “vulneráveis”, sendo os marcadores em comento o foco desse direcionamento. Faço esse destaque porque a previsão formal não é sinônimo de aplicabilidade material. Aliás, quando voltamos nos gráficos apresentados no capítulo I as estatísticas assim nos mostram, especialmente, quando se analisa a redução proporcional dos homicídios. Retomo aqui, também, o quanto o saber estatístico é estratégico naquilo que merece ou não ser mostrado: como salientei no eixo analítico políticas de inimizade, embora o PPUPP trabalhe de forma contundente com os números, os marcadores raça e juventude não são cruzados pelo anuário de segurança pública paraibano, visto que nem todo o dado é recomendável mostrar, especialmente se ele não retrata reduções.

Friso que há dados sobre a redução da morte de jovens e referente a redução da morte de negros. Não há, entretanto, a disponibilidade sobre o cruzamento desses dados. Como nos ensinou Foucault (2008), é preciso saber governar. Ademais, embora o curso de formação de soldados siga os fundamentos da MCN, o debate sobre relações raciais não foi objeto de discussão por parte dos alunos e alunas entrevistados. Aliás, salientaram que isso não era problematizado com os colegas no curso, tampouco com os agentes mais antigos. Ao mesmo tempo em que há um enfrentamento formal dos marcadores aqui discutidos, percebe-se nas falas dos agentes que trabalham no policiamento ostensivo que o tirocínio policial segue sendo um saber fundamental na prática cotidiana.

No que tange à nova gestão pública, esta que presa pelos dados, pela participação democrática na gestão das políticas, etc, ao longo do eixo analítico de mesmo nome, busquei demonstrar o quanto isso, no âmbito da Polícia Militar, se torna algo de difícil aplicação,

tendo em vista a forte hierarquia militar vigente na corporação, assim como a dificuldade de uma humanização por parte dos agentes, especialmente no trato social, quando a disciplina e a ordem são pilares que sustentam os cursos de formação. Embora o conteúdo sobre polícia comunitária, por exemplo, tenha sido incorporado nos cursos, a adoção de suas premissas direciona-se a um segmento da polícia, entendida como uma “outra” polícia, como salientaram os entrevistados responsáveis pelas unidades de polícia solidária.

Aliás, é interessante notar que mesmo estas, as quais à princípio seguem uma linha de diálogo com a comunidade, no Estado da Paraíba, foram implementadas tendo como pressuposto o grau de criminalidade dos locais, seguindo premissas como vulnerabilidade e violência. Isso não significa que não tenham gerado efeito, aliás, foi possível aferir trabalhos sociais potentes em certas localidades. O que problematizo, entretanto, é a capilarização de um poder de polícia, o qual determina condutas, vigia sujeitos de forma discreta e contínua (FOUCAULT, 2009), mais do que uma horizontalidade nas decisões de gestão entre polícia e comunidade. Logo, não há que se falar em diálogo participativo sobre segurança pública entre polícia e população.

Seguindo a discussão sobre polícia comunitária, no eixo analítico Polícia Solidária, busquei compreender como as Unidades de Polícia Solidária (UPS) representavam esse caráter de proximidade da polícia com a comunidade, visto que essa foi uma das argumentações do Major V. nas nossas primeiras conversas. Ao longo das entrevistas foi possível identificar que mesmo havendo cerca de vinte e sete unidades de polícia solidária espalhadas pelo Estado, a maioria estando localizadas em João Pessoa, apenas duas foram citadas como referência para que eu realizasse visitas. Diante do contexto pandêmico, não pude insistir em frequentar outras unidades, mas estas, assim como as entrevistas realizadas com os gestores e alunos, possibilitaram evidenciar o quanto as UPSs se fundamentam muito mais em um poder de polícia capilarizado, do que propriamente uma abordagem na compreensão dos problemas sociais dos bairros.

Nesse mesmo sentido destacou Fábio França (2014), visto que a disciplinarização das condutas ou a vigia surpresa, o “estou de olho” se torna a base dessa aproximação. Tanto a UPS Mario Andreazza quanto a UPS Altiplano, as quais tive a oportunidade de visitar, desenvolvem projetos sociais, atingindo principalmente o público das comunidades. É interessante notar que esse público comporta, especialmente, crianças e jovens. Lembro aqui do relato do aluno 36, citado no eixo analítico nova gestão pública, onde ele sustenta que seria imprescindível palestras em escolas para ensinar sobre como se portar nas abordagens, assim como da fala do Capitão A., ao dizer que os policiais precisam perder o medo de

falar/aproximar das escolas, porque ali é possível alcançar um público considerável, o qual chegará em casa e contará para os pais, vizinhas, etc, que a polícia não veio só para bater, mas também para colocar-se à disposição.

Não me furto de pensar em Foucault (1997; 2009) e no conceito de “exame”, este em que o sujeito além de já ter incorporado as premissas do poder disciplinar em seu corpo, passa a conduzir esse olhar aos corpos dos outros. E é nesse sentido rizomático que enfrento o conceito de “políticas de inimizade” (MBEMBE, 2017), visto que são, aparentemente, pequenas mudanças, atitudes, mas que por isso mesmo, tornam-se tão potentes na sociedade de normalização. Ainda na sustentação de um poder de polícia, retomo o dito pelo Major E., ao salientar que muitos agentes da Polícia Militar, mesmo tendo feito o curso de polícia solidária, não se identificam quanto praticantes desta filosofia.

O Capitão A., inclusive, destacou o quanto a parceria com a ONG foi imprescindível para o enraizamento da Unidade no bairro Mario Andreazza. Aliás, foi por meio das demandas do próprio bairro que o então posto de polícia passou a ser frequentado. Por meio do eixo em comento – polícia solidária –, foi possível identificar, mais uma vez, o quanto os jovens se tornaram o principal público do agir policial, mesmo no que tange a polícia comunitária. É importante destacar que nas duas UPSs não há uma restrição do público para a participação nos projetos sociais, mas, mesmo assim, os principais frequentadores são crianças e jovens.

Sobressaltou aos olhos, também, o quanto a ideia de comprovação de dados foi sugerido pelos representantes da “polícia comunitária” como algo difícil de ser demonstrado e, além disso, o quanto o trabalho desenvolvido por eles acaba não sendo reconhecido no âmbito do PPUPP. Embora as Unidades de Polícia Solidária sejam elementos previstos pela lei 11.049/2017 a serem desenvolvidos pela perspectiva de uma prevenção qualificada, foi possível notar a inexistência de diretrizes mínimas organizando as ações a serem desempenhadas, assim como a inexistência de diálogo entre as unidades. Diante das abordagens realizadas é possível dizer que no início das implementações das UPS – 2011 – havia uma maior mobilização por parte do Comando Geral da Polícia Militar paraibana para dar visibilidade às ações, inclusive viaturas com *slogans*, números de telefone celular para a comunidade falar diretamente com os agentes do bairro. Isso, hoje, inexistente.

Destaco, também, o quanto as premissas da nova gestão pública, na perspectiva de gestão para resultados, bonificação, apreensão de armas, etc, são as principais diretrizes do programa em questão. Sintetizando: é necessário a polícia na rua, pois “uma operação que foi mais de 20 viaturas, os bandidos não saíram de casa não, tem que ter muita coragem

mesmo” (entrevista realizada com aluno 38 CFSD, no dia 02/09/2020). Isso não significa aproximação com a comunidade no sentido de produção conjunta da segurança pública, significa a mobilização do “outro” e do “um” na produção da paz, entendendo-se por paz a vigia policial, seja nas ruas, seja por meio da fiscalização das condutas após ocorrência, seja nas escolas com palestras sobre violência, drogas e disciplinarização dos corpos, ou ainda, com a reiterada construção de sujeitos e territórios mais suspeitos do que outros ou, como ocorrido mais recentemente, implementação de câmeras em certas ruas da capital paraibana.

Por outro lado, é importante destacar o quanto o PPUPP conseguiu desenvolver estratégias potentes para gerir a população no campo da segurança pública. A existência de uma política de Estado, no campo da segurança pública, de longa duração, é algo ainda excepcional no cenário brasileiro. Quando entrevistei os alunos e alunas soldados, a maioria deles concordou com as remunerações por metas. Isso também nos leva às discussões travadas ao longo do primeiro capítulo ao tratar do neoliberalismo e os sujeitos construídos a partir dessa composição; as ideias de faça você mesmo, *homo economicus*, foram registradas ao longo das entrevistas, estando melhor detalhada ao longo do eixo analítico nova gestão pública.

Além disso, a previsão legal de um sistema de inteligência que visa dialogar com todos os órgãos da Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado (SESDES), contabilizando as informações, sistematizando-as e repassando às Instituições nacionais, também coloca o Programa como uma estratégia que tem corroborado com o esclarecimento de crimes, organização de dados etc. Foi possível aferir, também, o quanto as bonificações se apresentam como técnicas que aguçam o interesse dos e das policiais (alunos e alunas, no caso dos soldados) na promoção da segurança, visto que o montante aferido com o alcance das metas, contribui para complementar um trabalho historicamente mal remunerado.

Percebe-se, então, o quanto a ideia de uma nova gestão pública (NGP), desenvolvida desde o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) segue sendo algo perquirido na Instituição em comento, mas, justamente pelas reminiscências de uma estrutura antidemocrática, assim como o parco investimento dependendo da hierarquia militar – o salário entre praças e oficiais é muito distinto –, torna difícil uma implementação efetiva da NGP. Elementos como otimização do trabalho para resultados, valorização dos profissionais da área, como é o caso de uma boa remuneração, assim como a possibilidade de participação na gestão da segurança pública e não apenas o atuar ostensivo, entrando em viaturas sem sequer saber onde as operações serão desenvolvidas, seguindo as ordens de um policial hierarquicamente superior, dificultam vislumbrar o enraizamento da NGP.

Desse modo, para além da gestão dos números, é interessante perceber o quanto a paz gestada no âmbito do PPUPP é uma paz direcionada para alguns segmentos da população, visto que encarar abordagens vigorosas em certos territórios como algo comum, silenciar sobre a problematização racial, encarar que “tudo é suspeito”, especialmente se jovens negros forem avistados, ou ainda, permanecer insistindo que a Polícia Militar é treinada para uma guerra urbana, é tornar a paz muito borrada e direcionada na sustentação dos privilégios históricos que busquei enfrentar nesta pesquisa. Se minha questão de pesquisa foi questionar como o PPUPP e os agentes da polícia militar atuavam frente ao extermínio da juventude negra, posso responder ao leitor e a leitora que a tratam como algo a ser reduzido como a morte de todo mundo. Isso, por si só, já nos conduziria à necropolítica, tendo em vista as chances de um jovem negro morrer ser exponencialmente maiores do que um jovem branco.

Mas para além disso, para além dos números, portanto, foi possível identificar práticas aparentemente discretas – especialmente para quem não as sente na pele – que seguem alimentando as veias do racismo na gestão populacional, seja porque se nomeia territórios e sujeitos como de risco, seja porque mesmo no âmbito de uma suposta “nova polícia” é o tirocínio policial um dos argumentos para a abordagem e escolhas de sujeitos suspeitos. Isto é, o “saber policial” ainda resta edificado no âmbito da corporação, assim como a força e a honra. Alimentando essas disposições, estão a rígida hierarquia militar, os ritos de passagem que tornam um militar enquanto tal, a quase inexistência do diálogo na formação dos e das soldados e o enaltecimento do disciplinamento das condutas. Enaltecimento este tão enraizado que se busca aplicar socialmente.

Diante dessas articulações, entendo que a tese que levantei no início deste pesquisar, qual seja, a de que o racismo é um dos principais elementos para que o fazer morrer se torne norma nas lógicas da gestão governamental na contemporaneidade, especialmente, quando miramos o campo da segurança pública e tomamos raça e juventude como marcadores a serem discutidos, restou evidenciada ao longo das mobilizações teóricas e empíricas aqui registradas.

Encaminhando para o fechamento desta escrita, mesmo sendo ele provisório e claudicante, é necessário que liguemos esses saberes menores, rizomáticos, que nos falam e questionam verdades, liberdades, punição, humanização. Com isso, tenhamos a possibilidade de fazer emergir o “ronco surdo da batalha”, este que não está sob a luz de grandes refletores, mas, por isso mesmo, se mantém em pequenos lampejos vaga-lumes, capazes de aparecer e reaparecer de tempos em tempos, com menor ou maior força;

questionando certezas, desestabilizando verdades e denunciando a normalidade do poder de morte que há muito reina na construção das nossas subjetividades, instituições e nos ventos que sopram o barco da governamentalidade contemporânea.

Realce
Gilberto Gil

Não se incomode
O que a gente pode, pode
O que a gente não pode, explodirá
A força é bruta
E a fonte da força é neutra
E de repente a gente poderá
Realce, realce
Quanto mais purpurina, melhor
Realce, realce
Com a cor do veludo
Com amor, com tudo
De real teor de beleza
Não se impaciente
O que a gente sente, sente
Ainda que não se tente, afetará
O afeto é fogo
E o modo do fogo é quente
E de repente a gente queimará
Realce, realce
Quanto mais parafina, melhor
Realce, realce
Com a cor do veludo
Com amor, com tudo
De real teor de beleza
Não desespere
Quando a vida fere, fere
E nenhum mágico interferirá
Se a vida fere
Como a sensação do brilho
De repente a gente brilhará
Realce, realce
Quanto mais serpentina, melhor
Realce, realce
Com a cor do veludo
Com amor, com tudo
De real teor de beleza

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro. **Dados** – revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 1, 1988. p.p: 5-34;
- ADORNO, Sérgio. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 11(2), out. 1999 (editado em fev. 2000). p-p: 129-153;
- ADORNO, Sérgio. Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. **Cadernos ADENAUER IX**, 2008, n. 04.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **Revista São Paulo em Perspectiva**. vol. 13,nº 4, São Paulo, Out/Dez. 1999. p.p.- 62-74;
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **In.: Dados. Revista de Ciências Sociais**. vol. 45, n 4º. Rio de Janeiro, 2002. p.p. 677-704;
- ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **Revista São Paulo em Perspectiva**. nº. 18, 2004. p-p 168-176;
- AQUINO, Luseni. A Juventude como foco das políticas públicas. In.: IPEA. Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas. **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C.. de; ANDRADE, CARVALHO, Carla Coelho (Org.). Brasília, 2009.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2019. Org.: Instituto de pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Brasileira. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA, FBSP, 2019.
- AUGUSTO, Cristiane Brandão; ORTEGA, Francisco. Nina Rodrigues e a Patologização do Crime no Brasil. **Revista Direito GV**. n. 7, jan/jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322011000100011>. Acessado em: julho de 2018;
- AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº 21. Brasília, set-dez, 2016. p-p. 227-284;
- AVELINO, Nildo. Sujeito a política: tecnologia confessional e controle da subjetividade. In.: VACCARO, Salvo; AVELINO, Nildo (org.). **Governamentalidade/segurança**. São Paulo: Intermeios, 2014. p-p: 309-342;
- BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **Revista São Paulo em Perspectiva**. nº 18, 2004. p-p: 77-86;
- BARRETO, Tobias. **Menores e loucos: fundamento do direito de punir**. Obras completas. Sergipe, 1926.
- BASTIDE, Roger. FERNANDES; Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ed. São Paulo: Global, 2008;
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1764. [Online]. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>>. Acessado em: outubro de 2017;

BECKER. Howard. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECKER. Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciência Sociais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993;

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Pequeno Mapa do tempo**. Música. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUjne9Bb9KI>. Acessado em: 07/11/2020;

BENTO, Berenice. Necropiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**. nº 53, 2018. s/p. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530005.pdf>. Acessado em: 02/03/2019;

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In.: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p-p. 25-58;

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994;

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL, Glaucíria Mota. O novo Diálogo academias de polícia e universidades. In.: (Org.) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche. **Conflitos Sociais e perspectivas de paz**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2012. p-p: 205-224;

BRASIL. **Lei 11.343**, publicada em 23 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acessado em: agosto de 2019;

BRASIL. **Lei 7.210**, Lei de execuções penais, promulgada em 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acessada em: março de 2020;

BRASIL. **Atlas da violência**, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acessado em: novembro de 2019;

BRASIL. **Código de Processo Penal**, promulgado em 03 de outubro de 1941. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acessado em: novembro de 2019;

BRASIL. **Código Penal**, decretado em 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acessado em: novembro de 2016;

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: novembro de 2019;

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**, promulgado em 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acessado em: novembro de 2019;

BRASIL. **Estatuto da Juventude**, publicado em 05 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acessado em: novembro de 2019;

BRASIL. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Coordenação Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 362 p.- Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-1/2matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf>. Acessado em: dezembro de 2019.

BRASIL. **Plano Juventude Viva:** um levantamento histórico. Secretaria Nacional da Juventude. Brasília: SNJ, 2018;

BRASIL. **SEPPPIR – Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/Igualdade%20Racial/juventude-em-acao>>. Acessado em: março de 2019;

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. RAP. Rio de Janeiro 34(4), jul-ago, 2000. p-p 7-26. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/81refgerenc1995-ina.pdf>. Acessado em: agosto de 2020.

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita. O crescimento das mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil. In.: FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2020, ano 14. p.p. 86-94;

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In.: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO (org). Branquitude. **Estudos sobre a identidade branca no Brasil.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017. p.p.33-52;

CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). **Dissertação** apresentada à Universidade de Coimbra, na Faculdade de economia/Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 2008. 232p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002;

CARVALHO, Salo. O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do poder judiciário. In.: **Revista da Faculdade de Direito UFMG.** n. 67, jul-dez. Belo Horizonte, 2015. p.p: 623-652;

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katál,** Florianópolis, v. 14, nº. 1, jan./jun, 2011. p-p: 59-67.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la 'invención del otro. In: LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.** Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 189-186.

CELLARD, André. A Análise documental. In.: POUPART, Jean. DESLAURIERS, Jean-Pierre; GRULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CNJ. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0.** Brasília: Conselho Nacional de Justiça. 2018.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 2ª Ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

CORREIA, Maurício da Silva. Capacidade do núcleo estratégico na contratualização de resultados- análise da trajetória de Pernambuco. **Dissertação** apresentada ao curso de Administração Pública e Governo da FGV/EAESP. 2011.

COSTA, Naldson Ramos da. Educação Policial e Universidades um diálogo possível e vários desafios. In.: (Org.) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche. **Conflitos Sociais e perspectivas de paz**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2012. p-p: 225-242;

COSTA, Naldson Ramos da. Modelo Operacional, violência policial e democracia. In.: (Org.) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício. **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p-p: 252-269;

CPI. **CPI Assassinato de jovens**. Relatório Final, 2016. Relator Senador Lindbergh Farias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integrado-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acessado em: agosto de 2020.

CRUZ, Lara Abre. Currículo e contra-currículo: uma análise da formação profissional dos soldados do Ronda do Quarteirão. **Dissertação** apresentado ao Mestrado Acadêmico de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. 2013

DAYRELL, Juarez. A música entra em cena: o Rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. **Tese**. Apresentada como requisito parcial ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Doutor em Educação. São Paulo, 2001.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 127-153.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: UFMG, 2011;

DIÓGENES, Glória. Cartografias da cultura e da violência. Gangues, galeras e movimento Hip Hop. 381f. **Tese** de doutorado, apresentada ao Departamento de Ciências sociais, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Fortaleza, 1998.

EWALD, Fañçois; HARCOURT, Bernard. Situação do Curso. In.: **Teorias e Instituições Penais**: curso no Collège de France (1971-1972). Tradução Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020. p-p.: 221-257;

FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas. Táticas e estratégias para desestabilizar certezas e questionar verdades no presente: O Rap pelotense e seu discurso de Resistência ao Sistema de Justiça Criminal. **Dissertação** de mestrado, defendida no PPG de Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de mestra, 2015. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2015/03/Capa-disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acessado em: Janeiro de 2017.

FBSP. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-a->

violencia-2017-desigualdade-racial-e-municipios-com-mais-de-100-mil-habitantes/>. Acessado em: janeiro de 2019.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2019, ano 13.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **FRONTEIRAS DE TENSÃO: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; NATALINO, Marco Antonio Carvalho; SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Produção e reprodução de desigualdades pela política criminal. In.: PIRES, Roberto Rocha (Org). **Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019. p-p. 571-593;

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: NAU ed., 1996.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder, saber**. MOTTA, Manoel Barros da (Org). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal: 1997;

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008;

FOUCAULT, Michel. **Teorias e Instituições Penais**: curso no Collège de France (1971-1972). Tradução Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020;

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRANÇA, Fábio Gomes de. Disciplinamento e Humanização: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância. **Dissertação** de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. 2012.

FRANÇA, Fábio Gomes de. Sob a aparência da ordem: Sociabilidade e Relações de Poder na Implantação da Polícia Solidária em João Pessoa – PB. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Paraíba, 2014;

FRY, Peter; e CARRARA, Sérgio Luis. (1986), "As Vicissitudes do Liberalismo no Direito Penal Brasileiro". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 1, nº 2, pp. 48-54;

GARLAND, David. **A cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008;

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**. n.º. 21, set/Out/Nov/Dez, 2002. Disponível em: Acessado em: 10/06/2020;

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e197406.pdf>. Acessado em: 04 de agosto de 2020.

GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_juventude_br.pdf. Acessado em: 11/03/2019;

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005;

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005;

HENNING, Ana Clara Correa. Reações jurídicas de uso e apropriação territorial em comunidades quilombolas brasileiras: embates de poder e decolonialismo jurídico sob lentes etnográficas e etnodocumentárias. **Tese** de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. 2016;

HENNING, Paula Corrêa. Estratégias Bio/ECopolíticas na Educação Ambiental: a mídia e o aquecimento global. **Revista Educação Unisinos**, n.º 23 (2), abril-junho, 2019, p-p: 367-382. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.232.11/60746965>. Acessado em: 02/12/2020;

IPEA. Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas. **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil**. CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C.. de; ANDRADE, CARVALHO, Carla Coelho (Org.). Brasília, 2009.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de direito penal: parte geral**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014;

KOERNER, Andrei; FREITAS, Lígia Barros de Freitas. O supremo na Constituinte e a Constituinte no Supremo. **Revista Lua Nova**. n.º. 88. São Paulo, 2013. p.p: 141-184;

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista brasileira de Educação**. n. 19. Jan/fev/mar/abr, 2002. p-p. 20-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acessado em: 15/10/2020;

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. N. 1. Vol. 30. Jan/abr, 2015. p-p. 124-144;

LOMBROSO. Cesare. **O homem delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007;

MACÊDO, Andréia de Oliveira. “Polícia, quando quer, faz!” Análise da estrutura de governança do “Pacto Pela Vida” de Pernambuco. **Dissertação** apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. 2012.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p-p. VII-XXIII;

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Bem. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período de 2003-2011. **Revista Administração Pública**. nº. 49, Rio de Janeiro, jan/fev, 2015. p.p: 3.21.

MALLART, Fábio. Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. **Tese** apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Sociologia. São Paulo, 2019.

MANSO, Bruno Paes. A cena Criminal brasileira mudou; compreendê-la ajuda entender as novas dinâmicas do homicídio. In.: **Anuário Brasileiro de Segurança pública, 2019**. Ano 13, 2019. p-p.: 36-39;

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. 2ª Ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução de Marta Lança. Portugal: Antígona, 2017.

MELO, José Jailton Siqueira; CARVALHO, Waldênia Leão de. A educação corporativa e as políticas públicas: influências e novos desafios para a formação do profissional de segurança pública. **Educação em Revista**. Vol. 35. Belo Horizonte, dec., 2019. p-p 01-19;

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. In.: **Lua Nova**. São Paulo, 79, 2010. p.p.: 15-38;

MISSE, Michel. Sobre acumulação social da violência do Rio de Janeiro. In.: **Civitas**. V. 8, n. 3. Set-dez. Porto Alegre, 2008. p. 371-385;

MISSE, Michel. Sujeição criminal. In.: Lima, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça Social no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 204- 212.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Tese** apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1999.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. **Civitas**. Porto Alegre, v. 15, n. 1, jan-mar. 2015. p-p: 44-65. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/civitas/v15n1/1984-7289-civit-15-01-0044.pdf>. Acessado em 13/02/2020;

MUNIZ, Jacqueline; DA SILVA, Washington França. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. **Caderno CRH**. v. 23, n. 60, p. 449-473, 2010. Disponível em: <[dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000300002](https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000300002)>. Acessado em: 10/09/2020

NASCIMENTO. Abdias do. **O genocídio do Negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e Mentira**. Organização e tradução de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Revista Educação e Sociedade**. V. 32, n. 115. Campinas, abr.jun, 2011; p-p: 323-337;

OLIVEIRA, Luis Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. Vol. 26, n. 01. Belo Horizonte, abril de 2010. p. 15-40;

PACHECO, Dennis. De olhos bem fechados: racismo e discriminação no Brasil. In.: FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020, ano 14. p.p. 108-111;

PARAÍBA. **Decreto 35.244**, o qual regulamenta a lei 10.338, publicado em 29 de julho de 2014. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2014/08/Diario-Oficial-10-08-2014.pdf>. Acessado em: março de 2020.

PARAÍBA. **Diagnóstico dos municípios do Estado da Paraíba**. 2018. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/diagnostico-dos-municipios-do-estado-a-paraiba>>. Acessado em: fevereiro de 2019;

PARAÍBA. **Lei 10.327**, promulgada em 11 de junho de 2014. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/10/Lei-nº-10.327-de-2014-Prêmio-Paraíba-Unida-pela-Paz-PPUP.pdf>. Acessado em: março de 2020.

PARAÍBA. **Lei 10.338**, promulgada em 02 de julho de 2014b. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/10/Lei-nº-10.338-de-2014-Sistema-Estadual-de-Inteligência-de-Segurança-e-Defesa-Social.pdf>. Acessado em: março de 2020.

PARAÍBA. **Lei 11.049**, promulgada em 21 de dezembro de 2017. Disponível em: http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/10/Lei_11049_2017_PB_Unida_pela_Paz.pdf. Acessado em: março de 2020;

PARAÍBA. **Lei 9.078**, de 25 de maio de 2012, a qual institui o sistema de bônus. Disponível em: https://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/2012_INSTITUI_O_SISTEMA_DE_BONUS_AOS_INTEGRANTES_DA_POLICIA_MILITAR_POR_APREENSÃO_ARMA_DE_FOGO.pdf. Acessado em: 02/02/2019;

PARAÍBA. **Lei complementar 111**, de 14 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/10/Lei-Complementar-Estadual-nº-111-de-2012-Sistema-de-Segurança-Pública-Compatibilização-de-Áreas.pdf>. Acessado em: março de 2020;

PARAÍBA. **Paraíba Unida Pela Paz: anuário da segurança pública da Paraíba**, 2019. Publicado em janeiro de 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/arquivos/Anuario_Seguranca_Publica_2019_.pdf>. Acessado em: março de 2020.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e Violência. In.: Lima, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça Social no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 265-276;

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. n. 114. Nov/2001. p-p179-195;

PIMENTEL, Amanda; BARROS, Betina Warmling. As prisões no Brasil: espaços cada vez amis destinados à população negra no país. In.: FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020, ano 14. p.p. 306-307;

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In.: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p-p. 25-58;

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXII, nº 75, agosto, 2001. p-p. 111-148. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 02/12/2020.

RAMOS, Guerreiro. O problema do Negro na Sociologia Brasileira. **Cadernos de Nosso Tempo**. Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 39-69. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/negritude.htm>>. Acessado em: maio de 2018.

RAMOS, Paulo César. “Contrariando a estatística”: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. **Dissertação** de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos. 197f. UFSCar, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7102>>. Acessado em: março de 2019.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNADEZ, Michelle. **O Pacto Pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Instituto Igarapé, 2014. p.p. 1-22;

REIS, Antônio Marcos De Souza. A nova gestão pública no governo do Estado do Espírito Santo : um estudo do Pró-Gestão focado em projetos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2828/1/tese_3672_.pdf>. Acessado em: 22/12/2020;

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. [online]. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessado em: maio de 2018;

RUDNICKI, Dani. A polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito. In.: (Org.) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício. **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p-p: 197-212;

SAPORI, Luis Flávio. Torre de Babel. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 4 n. 1 2010. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/69>. Acessado em: 06/06/2020;

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. “Matar muito, prender mal”: a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. **Tese** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8914/TeseMCCS.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acessado em: 04/02/2019;

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. **Tese** de doutorado apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012. 160f.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas no Brasil:** estatísticas desejadas (1822-c.1889). Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006;

SENRA, Nelson. **O saber e o Poder das Estatísticas:** uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2005;

SESDS. Secretaria de Estado Segurança e Defesa Social. **Site.** Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/pbunidapelapaz/o-programa>. Acessado em: março de 2020;

SILVA, Edilene Maria da. O pacto pela vida no estado de Pernambuco: informação, política e poder. **Tese** de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In.: IPEA. Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas. **Juventudes e Políticas Sociais no Brasil.** CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C.. de; ANDRADE, CARVALHO, Carla Coelho (Org.). Brasília, 2009

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In.: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO (org). Branquitude. **Estudos sobre a identidade branca no Brasil.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017a.

SILVA, Sandro Mendes Leal da. Formação dos Soldados Bombeiros do Estado do Pará: (re)significações das competências a partir da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade Federal do Pará. 2015.

SILVA, Thiago Mota Fontenelle e. Direito e Neoliberalismo: tecnologias jurídicas e governamentalidade em Michel Foucault. **Tese** apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Filosofia ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará. 2017b.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SINHORETTO, Jacqueline. MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista Estudos Sociais.** n. 64. Abr-jun, 2017. Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/res64.2018.02>>. Acessado em junho de 2018. p.p 15-26;

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In.: A. Stapan (Org.). **Democratizando o Brasil.** Tradução de Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.p: 27-82;

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados,** n. 21 (61), 2007. p-p: 77-97;

SOUZA, Robson Sávio Reis. Política Nacional de Segurança Pública: atores, crenças e coalizões nos governos FHC e Lula. **Tese** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre jovens na Pós-Graduação: um balanço na produção discente e, Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In.: SPOSITO, Marília Pontes (coord). **O estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 24. Set/out/nov/dez, 2003. p.p. 16-39;

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor formação da organização policial, consenso e violência. **Revista Tempo Social**. n.9, vol. 1. São Paulo, maio, 1997. p-p 155-167;

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Dilemas do ensino Policial: das heranças às pistas inovadoras. **Revista Segurança, Justiça e Cidadania: Educação policial**. Ano 4, n. 7. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. p.31-48;

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo López. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. In.: **Revista Educação e Realidade**. n. 32(2), mai/ago, 2009. p-p. 135-152;

VASCONCELOS, Eduardo Gomes. As gramáticas emocionais e pedagogias de si na formação de praças militares na Unidade da corporação no Estado da Paraíba. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução e Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Músicas Citadas

Bia Ferreira. **Cota não é esmola**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/bia-ferreira/cota-nao-esmola/>. Acessado em: março de 2020.

Chico César. **Pico**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i8cxixXwNrU>. Acessado em: 22/01/2021;

Emicida. **AmarElo** (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Majur e Pabllo Vittar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acessado em: 22/01/2021;

Gal Costa. **Divino Maravilhoso**. Música de autoria de Caetano Veloso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QkiPSMrFoG0>. Acessado: 22/01/2021;

Gilberto Gil. **Realce**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JY3VpB7OjRE>. Acessado em: 22/01/2021;

Jorge Ben Jor. **Oba, Lá Vem Ela**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=98NZXcarUiw>. Acessado em: 22/01/2021;

Luedji Luna. **Um Corpo no Mundo.** Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=V-G7LC6QzTA>. Acessado: 22/01/2021;

Milton Nascimento. **Fé Cega, Faca Amolada.** Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=bVF865mkgNk>. Acessado em: 22/01/2021;

Milton Nascimento & Chico Buarque. **O Que Será a Flor da Pele.** Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=GPTOAYyt8BU>. Acessado em: 22/01/2021;

Anexos

telefone: 3213 921

921



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO GERAL
GABINETE DO COMANDANTE-GERAL

Ofício Nº 0001/2019

João Pessoa-PB, 17 de dezembro de 2019

Do Comandante-Geral da PMPB

Assunto: Solicitação de Autorização para pesquisa junto à PMPB.

Ref.: Pesquisa de Tese de doutorado

Anexo: Projeto de Tese

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
PROTOCOLO DO COMANDO GERAL
RECEBI

PROTOCOLO Nº

EM, 17/12/19. AS 16:23 HS.

VALDETE SILVINA DANIEL

Matr.: 520.553-1

Faço uso do presente expediente para solicitar à V. Sª a autorização para realização de pesquisa junto à Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Informo-lhe ainda, que a pesquisa é desenvolvida no âmbito de uma Tese de Doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, tendo como objeto de estudo o Programa Paraíba Unida Pela Paz, conforme especificações do Projeto de Tese, em anexo.

Nestes termos,

Peço e aguardo deferimento.

Mari Cristina de Freitas Fagundes
Mari Cristina de Freitas Fagundes
Doutoranda em Sociologia pela UFPB

3 - DO ENSINO

3.1 - ACADÊMICO

3.1.1 - CONSELHO CONSULTIVO ACADÊMICO - CCA

REUNIÃO

O DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Nº 5.264, de 18 de abril de 1990 (Sistema de Ensino da PMPB), c/c a Lei Complementar nº 87, de 02 de dezembro de 2008 (Organização Estrutural e Funcional da PMPB), assim como, cumprindo diretrizes emanadas do Exmo. Sr.º Comandante-Geral desta Corporação e ainda, em consonância com a Resolução nº 0001/2019-CEPM, publicado em Bol. PM nº 0035 datado de 19 de fevereiro de 2019, RESOLVE:

1. TORNAR PÚBLICO, que o Conselho Consultivo Acadêmico do Centro de Educação (CCA/CE), composto por seus membros adiantes referenciados, se reuniu em 06 de fevereiro de 2020, conforme teor da Ata nº 001/2020-CCA, disponível no link abaixo, que deverá ser copiado e colado na barra de endereço do navegador de Internet, na qual está consignado solicitação para que a pesquisadora civil adiante relacionada, realize pesquisa junto ao Corpo Docente deste Centro de Educação, sendo ao final autorizado a realização da sua pesquisa intitulada "GOVERNAMENTALIDADE NECROPOLÍTICA NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA PARAIBA UNIDA PELA PAZ E A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NO ESTADO", ficando determinado que ao final dos trabalhos, os resultados sejam remetidos ao Centro de Educação, para conhecimento e ampliação do acervo da Biblioteca deste CE.

LINK: https://sisge.pm.pb.gov.br/anexos/ata_cedu__001.2020.pdf

PESQUISADORA CIVÍL:

Autenticação Eletrônica: 8e0884d34ec24bb25a9591626f51420a

Continuação do BOL PM Nº 0030 de 12 DE FEVEREIRO DE 2020 PÁGINA: 1794

- MARA CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES- Doutoranda em Sociologia (UFPB)

MEMBROS CIVIL DO CCA/CE:

- LUZIANA RAMALHO RIBEIRO (Profª UFPB)

MEMBRO MILITAR DO CCA/CE:

- CEL QOC Mtr. 518.767-2 José RONILDO Souza da Silva (Membro Nato)

- CAP QOC Matr. 521.391-6 FÁBIO Gomes de FRANÇA (Dr. em Sociologia)

2. Publique-se e archive-se.

João Pessoa, PB, 12 de fevereiro de 2020.

JOSÉ RONILDO SOUZA DA SILVA - Cel QOC
Diretor do Centro de Educação
(Nota nº 0018/2020-CEPM, de 12fev2020)

518.767-2 CORONEL QOC JOSE RONILDO SOUZA DA SILVA
521.391-6 CAPITÃO QOC FABIO GOMES DE FRANÇA
(Nota nº 131827 de 12 Fev 2020 - CENTRO DE EDUCAÇÃO)

3.1.2 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
- POLÍCIA MILITAR - CENTRO DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 0013/2020-CETP

João Pessoa-PB, 03 Fev 2020.

O que pode ser resolvido no Núcleo de mediação?

O núcleo atenderá aos diversos conflitos comunitários, por exemplo: conflitos escolares, entre vizinhos, perturbação de sossego, etc.

Nos casos de conflitos que não possam ser resolvidos no núcleo, serão orientados e encaminhados para os locais específicos de atendimento.

Quem são os(as) mediadores(as)?

Mediador é uma pessoa de referência na comunidade capacitada para atuar como mediadores(as), facilitadores(as) do diálogo, mas que não indicam a solução e sim estimulam as pessoas para que encontrem uma solução para o problema e, possivelmente, realizem um acordo que proteja os seus reais interesses. O mediador desenvolve seu trabalho voluntário.

Objetivos do Núcleo para a comunidade?

- Reforçar a cultura de paz na comunidade, através do estímulo ao diálogo e da solução pacífica dos conflitos;
- Desenvolver uma ação preventiva de conflitos;
- Possibilitar o exercício de decisão, fortalecendo as pessoas enquanto cidadãos de direito;
- Contribuir com a cultura de paz e na prevenção da violência na comunidade.

Onde Procurar?

O núcleo está situado no Prédio da UPS (Unidade de Polícia Solidária), na Rua Seringueiro Chico Mendes (Rua Larga), 270, Mario Andreazza, Bayeux - Pb

Segunda à Sexta

O que é o Núcleo de Mediação?

É um espaço onde toda a comunidade pode procurar ajuda para resolver conflitos através da mediação de forma pacífica e solidária.

O que é Mediação de Conflitos?

Mediação de conflitos é uma forma de resolução de conflitos em que o mediador(a) auxilia as pessoas envolvidas no conflito para que busquem uma solução satisfatória para seu problema através do diálogo, sem a necessidade de recorrer à Justiça.

Quais as Vantagens da Mediação?

- Gratuidade (não há custos);
- Rapidez;
- Sigilo;
- Solução pacífica de conflitos por meio do diálogo entre as partes;
- Previne futuros conflitos;
- Promoção da cidadania através da conscientização da população sobre seus direitos e deveres;
- Paz social;
- Promove responsabilidade e participação da comunidade na solução de seus conflitos.

Realização:



Parceiros:



Apoio:



Mais informações:

(83) 98612-2801

Núcleo de Mediação Comunitário:

FRANCISCO VIEIRA (CHICÃO)

